

Crise do Capitalismo



Questões Internacionais e Nacionais

Organização:

José Marangoni Camargo

Francisco Luiz Corsi

Rosângela de Lima Vieira



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

**CRISE DO CAPITALISMO:
QUESTÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS**

JOSÉ MARANGONI CAMARGO
FRANCISCO LUIZ CORSI
ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA
(ORG.)

CRISE DO CAPITALISMO: QUESTÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS



Marília
2011

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora:

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor:

Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2011 Conselho Editorial

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Antonio Mendes da Costa Braga

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Mariângela Braga Norte

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

A385 Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais / José Marangoni Camargo; Francisco Luiz Corsi; Rosângela de Lima Vieira (org.). – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2011. x, 188 p. ; 23 cm

ISBN 978-85-7983-188-1

1. Capitalismo – Capital – Brasil. 2. Relações internacionais.
3. Conjuntura Econômica. I. Camargo, José Marangoni.

CDD 372.410981

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação	1
Crise de valorização e desmedida do capital: breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital <i>Giovanni Alves</i>	7
Vistas voltadas a bolha tecnológica: o olhar contemporâneo aos fatos <i>Rodrigo Fagundes Cezar</i>	31
A nova configuração das relações internacionais contemporâneas: Índia, Estados Unidos e o papel das potências emergentes <i>Hermes Moreira Júnior.; Tainá Dias Vicente</i>	43
A recuperação da economia mundial e seus desdobramentos <i>Francisco Luiz Corsi</i>	63
O lugar do Brasil no Sistema-Mundo em conjuntura de crise mundial <i>Rosângela de Lima Vieira</i>	77
As mudanças no multilateralismo e a política externa brasileira <i>Tullo Vigevani; Haroldo Ramanzini Júnior.</i>	91
A política macroeconômica do governo Lula e o papel do BNDES <i>Marcos Cordeiro Pires</i>	101
A Industrialização do Brasil e o debate sobre a industrialização <i>Luís Antonio Paulino</i>	119
A Internacionalização da agricultura brasileira e as ações da Via campestre pela soberania alimentar <i>Mirian Claudia Lourenção Simonetti; Adriane de Sousa Camargo</i>	141

A Questão Agrária nos governos Lula da Silva <i>José Marangoni Camargo</i>	157
Políticas Públicas dos anos 90: um panorama sobre o incentivo ao setor tecnológico do Brasil durante a Era Cardoso <i>Bárbara Lopes</i>	175

APRESENTAÇÃO

C*rise do capitalismo: questões internacionais e nacionais* apresenta o conjunto de textos apresentados no X Fórum de Análise de Conjuntura, ocorrido em setembro de 2010, às vésperas das eleições para a presidência da república brasileira numa conjuntura internacional instável e marcada por profunda crise econômica, política e social.

O Fórum é um evento anual e tradicional da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP e consiste em discussões de temas candentes da conjuntura política e econômica nacional e internacional. Nessa edição, teve por objetivo discutir o processo eleitoral e as perspectivas para o Brasil em um contexto de aguda crise do capitalismo global, que parecia, até pouco tempo, caminhar para a recuperação. Mas os recentes acontecimentos na Grécia e em Portugal acabaram por atingir toda a União Européia, denotam que a crise está longe de ser solucionada e colocam novos desafios para o Brasil, justamente no momento em que o modelo econômico, a política externa e a forma de conduzir a política, adotados por Lula estão em discussão, e o novo governo tenta driblar o reaparecimento da inflação. Em termos mais gerais, as questões do grau de autonomia dos estados nacionais ante a globalização dos mercados e das estratégias de crescimento econômico social perpassam todo o debate.

A crise rapidamente tomou conta da economia mundial. Em fins de 2008, a situação parecia ganhar contornos dramáticos, pois o epicentro da crise encontrava-se no próprio núcleo do capitalismo e o sistema financeiro mundial parecia contaminado com títulos insolventes. O resultado, quase que imediato, foi a queda abrupta da liquidez internacional, o que abria a possibilidade de colapso sistêmico. Não por acaso os países desenvolvidos apresentaram forte contração da atividade econômica. Mas os efeitos da crise não foram homogêneos. Outras economias sofreram bem menos, como, por exemplo, as economias do Leste Asiático e alguns países da América Latina. Esta última região, apesar de apresentar retrocesso em 2009, não mergulhou em crise profunda como na década de 1990, quando qualquer abalo da economia mundial desdobrava-se em crise financeira interna.

Entretanto, a crise já parecia amainar no final de 2009. Indícios de recuperação animaram o mercado. Apesar de o neoliberalismo ter sentido o golpe, a grande finança já anunciava a superação dos problemas e lançava-se novamente na frenética especulação. Mas o otimismo durou pouco, a deterioração da situação fiscal de inúmeros países da zona do euro, em especial da Grécia, decorrente, em grande parte, da própria ação anticíclica, trouxe novamente o espectro de uma crise profunda e de longa duração.

A crise atual é estrutural e não apenas uma crise cíclica. O padrão de acumulação de capital baseado no domínio da capital financeiro sob égide do neoliberalismo está em questão. A crise abre novas possibilidades de transformações estruturais para o capitalismo, como nas crises anteriores de grande envergadura. Contudo, ainda não há elementos que denotem quais caminhos serão trilhados, embora aparentemente as possibilidades para o capital sejam, aparentemente, amplas em virtude de a classe trabalhadora encontrar-se fragmentada, na defensiva política e sem projeto alternativo de sociedade. Os diversos outros movimentos de contestação social que vicejaram nas últimas décadas e hoje constituem o eixo das lutas sociais parecem também não ter propostas e forças capazes de superar o sistema capitalista.

Nesse contexto, a aparente decadência dos EUA encerra a possibilidade do capitalismo caminhar, como apontam vários autores, para um mundo multipolar. Entretanto, como a história é um campo de possibilidades, não está descartada uma reafirmação da hegemonia norte-americana, o que dependerá, sobretudo, das respostas dadas à crise, das políticas de transformação da base energética, da capacidade da chamada nova economia reestruturar a economia norte-americana. Também dependerá da recomposição do sistema financeiro norte-americano como centro da valorização fictícia de capital, o que reafirmaria a dominância do dólar e do capital financeiro e a dinâmica da acumulação baseada em bolhas especulativas. Também não está descartada a possibilidade de uma transição do centro do capitalismo para a Ásia, apesar da China, principal candidata a novo centro hegemônico, não ter condições, pelo menos no médio prazo, de assumir a liderança tecnológica, financeira, política, ideológica, cultural e militar. O modelo chinês não entusiasma as massas oprimidas do mundo e nem responde a crise ecológica, um dos problemas fulcrais para a humanidade. Pelo contrário, caracteriza-se, entre outros aspectos, por uma industrialização destrutiva do meio ambiente, pela concentração da renda e pela intensa exploração dos trabalhadores. Esses cenários não são nada alentadores para as classes dominadas do mundo. Mas cabe a elas forjar suas próprias alternativas.

Para o Brasil a crise coloca a necessidade de repensar suas estratégias de desenvolvimento, apesar da recuperação da economia a partir do segundo semestre de 2009, baseada, sobretudo, na ampliação do consumo e nas políticas anticíclicas adotadas pelo governo Lula. No entanto, observa-se a manutenção de uma inserção

predominantemente financeira na globalização e uma tendência à especialização crescente das exportações de bens primários e manufaturas de baixo valor agregado, com retrocesso do setor industrial, acompanhado de taxas relativamente baixas de investimentos.

As análises aqui apresentadas estão concatenadas no sentido de refletir sobre esses múltiplos aspectos. O artigo de Giovanni Alves, intitulado “Crise de valorização e desmedida do capital – Breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital”, que abre a coletânea, consiste em um ensaio de natureza teórica sobre a crise atual. O autor reputa ser uma crise estrutural que atinge o âmago do processo de acumulação de capital à medida que o sistema encontra crescente dificuldade na formação e realização do valor. Esta dificuldade se expressa na “lei” tendencial da queda da taxa de lucro, que não é entendida como uma lei determinista, mas como uma determinação no sentido dialético, que comporta contra tendências históricas. Uma das principais hipóteses do autor reside na proposição segundo a qual que a produção de mais valia está aquém das necessidades da imensa massa de capital acumulado, apesar da intensificação da exploração da classe trabalhadora. O outro aspecto desse processo é a crise de formação dos sujeitos históricos, em especial da classe revolucionária. Giovanni encerra o artigo discutindo a crise do trabalho morto e a desmedida do valor em virtude do trabalho imaterial, forma que ganha cada vez mais espaço, não poder ser de fato submetido ao capital.

O artigo de Rodrigo Fagundes César, intitulado “Vistas voltadas a bolha tecnológica: o olhar contemporâneo aos fatos”, discute a crise da bolsa de valores NASDAQ, que congrega as empresas de alta tecnologia, em 2001. Estas empresas formam o motor da economia norte-americana na década de 1990 e, por conseguinte, foram pólos de expansão da economia mundial naquele período. Em boa medida, a expansão dessas empresas deu-se na sua capitalização na NASDAQ com base em crescente movimento especulativo com ações, embora o setor de alta tecnologia mostrasse crescente capacidade ociosa e declínio das taxas de lucro. O autor aborda a questão a partir de uma perspectiva histórica. Dessa maneira, ele busca as raízes da crise no logo período de baixo crescimento, embora muito desigual, aberto na economia mundial em decorrência da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970. Também dá especial atenção a forma como a imprensa especializada, em particular a revista *Busines Week*, cobriu a crise.

Por outro lado, o texto “A nova configuração das relações internacionais contemporâneas: Índia, Estados Unidos e o papel das potências emergentes”, de Hermes Moreira Jr. e Tainá Dias Vicente, expõe a tendência internacional – no pós 11/09 – de ascensão de novos pólos de poder, enfatizando a ascensão da Índia e o desgaste dos EUA. Os autores ressaltam ainda que a nova tendência multipolar

caracteriza-se por equilíbrios variáveis, com coalizões em temas concentrados e com objetivos específicos.

Já o artigo “A recuperação da economia mundial e seus desdobramentos”, de Francisco Luiz Corsi, discute a recuperação da economia mundial em 2010, na qual os países em desenvolvimento tiveram um papel central. Especial atenção é dada a América Latina nesse processo. O centro das atenções reside nas discussões sobre o desempenho dos países latino-americanos nesse processo e nas consequências da crise para a região, sobretudo para sua inserção na divisão internacional do trabalho. A região parece sofrer uma involução estrutural e cada vez mais se insere como exportadoras de commodities na economia global.

Enquanto que a reflexão de “O lugar do Brasil no Sistema-Mundo em conjuntura de crise mundial”, de Rosângela de Lima Vieira, objetiva mostrar que a abordagem da Economia Política do Sistema mundo oferece subsídios para uma interpretação sistêmica do capitalismo. E que a partir dela é possível a construção de uma hipótese explicativa das consequências mais brandas no Brasil da recente crise econômica mundial.

Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Jr., “As mudanças no multilateralismo e a política externa brasileira”, enfatizam o esforço da política brasileira à multipolaridade internacional. Os autores observam que os pilares da política externa brasileira de universalismo e autonomia acentuaram-se no governo Lula da Silva, com intensa participação nos foros políticos e econômicos regionais e multilaterais.

O capítulo “A política macroeconômica do governo Lula e o papel do BNDES”, escrito por Marcos Cordeiro Pires, discute a política econômica do governo Lula (2003-2010), ressaltando a sua descontinuidade em relação à política macroeconômica do governo FHC. Inicialmente, faz um balanço da política macroeconômica de Lula e de seus resultados, considerados positivos. Em seguida, particular atenção é dada às políticas do BNDES nesse processo de ruptura, sobretudo no que diz respeito às políticas industriais, de inovação e de formação de grandes empresas nacionais de porte global. A política do banco pautou-se pelo fortalecimento do setor produtivo nacional, o que apresentou uma guinada em relação ao período anterior, embora assinala que os recursos do BNDES destinados à formação das chamadas empresas “campeãs nacionais” poderiam ser mais bem empregados em setores mais dinâmicos tecnologicamente ou em setores com maior repercussão sobre o emprego e a renda.

O artigo “A Industrialização do Brasil e o debate sobre a industrialização”, de Luís Antonio Paulino, discute a questão controversa sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira a partir dos anos 90. Inicialmente, o autor faz uma análise histórica sobre a industrialização no Brasil desde o século

XIX, ressaltando as divergências entre os agraristas e aqueles que defendiam o desenvolvimento do país via industrialização. Na seqüência, Paulino faz uma reflexão sobre as diferentes visões a respeito da existência ou não de uma perda de importância relativa da indústria na economia brasileira. Apesar de concluir que não se pode falar em uma nítida tendência de desindustrialização, o autor enfatiza que é evidente a perda de competitividade dos setores mais dinâmicos do setor industrial brasileiro e que essa menor competitividade pode ser atribuída não apenas ao câmbio valorizado e às altas taxas de juros, mas também às deficiências da infra-estrutura, do sistema educacional, a insuficiência de investimentos em inovação e de um sistema tributário distorcido.

O texto “A internacionalização da agricultura brasileira e as ações da Via Campesina pela soberania alimentar”, de Mirian Lourenção Simonetti e Adriane Camargo trata das transformações por que passam a agricultura brasileira e mundial, a crise na produção de alimentos e a luta da Via Campesina pela soberania alimentar. As autoras destacam os desafios enfrentados por esse movimento social transnacional que se caracteriza por congrega grupos indígenas e camponeses que se posicionam contrários às trágicas transformações do capital na agricultura mundial. Entre as conseqüências desse processo, sobressaem a hegemonia do agronegócio e a redução progressiva da agricultura camponesa, aumento da concentração fundiária e a destruição das florestas nativas. A Via Campesina vem se projetando nos fóruns mundiais e com base no conceito de “Soberania Alimentar”, que une o conceito de biodiversidade à valorização da cultura camponesa, tem se colocado como uma das principais estratégias utilizadas contra os grandes oligopólios vinculados produção alimentícia.

No artigo “A Questão Agrária nos governos Lula da Silva”, José Marangoni Camargo, mostra que apesar do expressivo crescimento da produção agrícola e das exportações agroindustriais no período 2003-2010, centrada na hegemonia do agronegócio, por outro lado, houve um acirramento das desigualdades e da heterogeneidade no agro brasileiro. O crescimento da agricultura empresarial tem sido acompanhado por uma redução do emprego agrícola, de uma concentração fundiária e da produção e uma perda de importância da agricultura familiar.

Já no texto “Políticas Públicas dos anos 90: Um panorama sobre o incentivo ao setor tecnológico do Brasil durante a Era Cardoso”, Bárbara Lopes discorre sobre as tentativas de se desenvolver internamente uma indústria microeletrônica e o segmento de informática desde o governo Sarney, mas com ênfase na “Era FHC”. Sob a égide do trinômio Globalização, Neoliberalismo e Revolução Científico-Tecnológica, a autora conclui que a estratégia de inserção passiva do governo FHC no processo de globalização e a adoção de políticas de cunho neoliberal não possibilitaram a criação de condições concretas de desenvolvimento de empresas

nacionais que pudessem gerar internamente capacidade inovativa, agravada pela insuficiência de políticas educacionais, tecnológicas e de P&D pelo Estado.

O Fórum de Análise de Conjuntura origem de Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais é uma atividade do Grupo de Pesquisa Estudos da Globalização; com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-UNESP; do Conselho de Curso de Ciências Sociais e dos Departamentos de Ciências Políticas e Econômicas e Sociologia e Antropologia dos cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais da FFC-UNESP. O Grupo de Pesquisa visa discutir as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais em curso na sociedade capitalista, enfatizando os problemas da contemporaneidade capitalista no Brasil. Ou seja, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, o eixo das pesquisas do grupo reside na discussão das mudanças na sociedade brasileira contemporânea e como elas se articulam às transformações da sociedade global. Além do Fórum de Análise da Conjuntura, realiza cursos de extensão universitária sobre a problemática da globalização, seminários de leitura e debates, mantém ainda o site do projeto “Núcleo de Estudos da Globalização”, o site da Cibersociedade Brasil, realiza seminários de orientação de pesquisas e o destacado Seminário do Trabalho, evento bianual e de âmbito nacional, que reúne pesquisadores dedicados às questões do trabalho, das mudanças tecnológicas, do sindicalismo e do movimento operário, que vem se consolidando como um dos principais eventos da área.

Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais expõe as contribuições analíticas de seus autores para um amplo diagnóstico do tempo presente, com suas raízes históricas e a partir de uma pluralidade de enfoques e abordagens, característica das ciências sociais.

Os organizadores.

CRISE DE VALORIZAÇÃO E DESMEDIDA DO CAPITAL - BREVE ENSAIO SOBRE A NATUREZA DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Giovanni Alves¹

O que a nova (e profunda) crise do capitalismo global explicita é a instabilidade estrutural do sistema mundial do capital imerso em candentes contradições orgânicas. É o que buscaremos expor neste ensaio, que visa apresentar algumas idéias sobre a natureza da crise estrutural do capital como crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização do valor.

Iremos explicar a crise de valorização pela teoria da “lei” tendencial de queda da taxa média de lucro originalmente exposta por Karl Marx no Livro III de “O Capital” (1986). Na verdade, iremos expor uma interpretação desta “lei” tendencial de queda da taxa média de lucro, salientando que ela não se trata propriamente de uma “lei” com caráter determinístico e inexorável, mas sim, de uma determinação tendencial no sentido dialético, que implica, em si e para si, contra-tendências históricas.

A “fórmula matemática” da composição orgânica do capital utilizada por Marx, n^o “O Capital” não tinha o objetivo de apreender a dialética histórica do sistema produtor de mercadorias com seus paroxismos categoriais. Na verdade, a lógica do desenvolvimento histórico – e a lei da queda da taxa média de lucros descoberta por Marx, é uma “lei tendencial” ou “lei” histórica – é absolutamente irreduzível à fórmulas lógico-matemáticas. O próprio Marx teve cuidado em não utilizar sua

¹ Giovanni Alves é professor livre-docente de sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, pesquisador-bolsista do CNPq, Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, publicou entre outras obras, O Novo e Precário Mundo do Trabalho (Editora Boitempo, 2000, 304 p), Trabalho e Cinema – Vol. 1 e vol.2 (Editora Praxis, 2006/2008), Dimensões da Reestruturação produtiva (Editora Praxis, 2007) e A condição de proletariado (Editora Praxis, 2009). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br

teoria para “predizer” o desenvolvimento do capitalismo histórico, como proclama a vulgata marxista. As leis da economia capitalista expostas por Marx possuem um caráter histórico-dialético, ou seja, são leis históricas postas intrinsecamente como “determinações tendenciais”. É neste sentido que iremos apreender a “lei” da queda da taxa média de lucros. Buscaremos salientar que tendências e contra-tendências constituem em si e para si, o movimento concreto crítico de valorização do capital nas condições do capitalismo histórico hipertardio. Portanto não se trata de proclamar a estagnação e o colapso do sistema produtor de mercadoria por conta da irremediável queda da taxa média de lucro decorrente do aumento da composição orgânica do capital, mas sim, de apreender a nova forma de ser da dinâmica crítica de acumulação do capital nas condições de sua crise estrutural.

A partir deste pressuposto metodológico exposto acima sobre o entendimento das leis categoriais expostas por Marx em sua obra magna, trata-se de redefinir, deste modo, o conceito de “crise”, apreendendo-o, na ótica do “sujeito automático” capital, como forma de ser (ou determinação da existência) do desenvolvimento contraditório do sistema do trabalho abstrato “afetado de negação”.

Por outro lado, a exposição da composição orgânica do capital, como sendo uma relação definida em termos de valor (o que a distingue da composição técnica do capital), coloca outro problema metodológico crucial, isto é, como calcular e expressar em termos quantitativos, o valor de categorias econômicas que não são propriamente categorias econômicas, mas sim, formas de ser e determinações da existência impregnadas de temporalidade histórica?

Portanto, o presente ensaio visa apenas esboçar algumas idéias para caracterizar, numa ótica dialética, um aspecto fundamental (e fundante) da crise estrutural do capital, isto é, apreende-la como sendo a crise de formação (produção/realização) do valor. É a partir desta crise estrutural de valorização que iremos apreender o significado do complexo categorial das crises do capital, postas e pressupostas no movimento do sistema produtor de mercadoria; crise estrutural de valorização constituída pelas múltiplas determinações da crise de lucratividade, crise de superprodução ou sobreacumulação e crise de subconsumo.

Cada crise financeira que se manifesta na temporalidade histórica do capitalismo global desde meados da década de 1970 expõe com intensidade candente a nova dinâmica instável e incerta do capitalismo histórico. Uma das nossas hipóteses é que, nos últimos trinta anos (1980-2010), apesar da expansão e intensificação da exploração da força de trabalho, com o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia relativa, a produção de valor no sistema mundial do capital está aquém da necessidade de acumulação do sistema produtor de mercadorias.

Enfim, apesar do crescimento exacerbado do capital acumulado, surgem menos possibilidades de investimento produtivo de valor que conduza a uma rentabilidade adequada às necessidades do capital em sua etapa planetária. Esta é a dimensão paradoxal da crise estrutural de valorização.

Mesmo com a intensificação da precarização do trabalho em escala global nas últimas décadas, com o crescimento absoluto da taxa de exploração da força de trabalho, a massa exacerbada de capital-dinheiro acumulada pelos loci de capital concentrado, não encontra um nível de valorização adequado ao patamar histórico de desenvolvimento do capitalismo tardio. Deste modo, podemos caracterizar a crise estrutural do capitalismo como sendo uma crise de formação (produção/realização) de valor onde a crise capitalista aparece, cada vez mais, como sendo uma crise de abundância exacerbada de riqueza abstrata.

Depois desta pequena introdução à problemática deste ensaio crítico, é importante salientar que a crise estrutural do capital, além de ser crise de formação (produção/realização) de valor, é, crise de (de)formação do sujeito histórico de classe (não iremos tratar desta dimensão essencial o presente ensaio).

Embora não iremos tratar desta dimensão essencial da crise estrutural do capital, seria interessante observar que, consideramos como crise de (de)formação do sujeito de classe, uma determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho que, nesse caso, aparece como precarização do homem que trabalha.

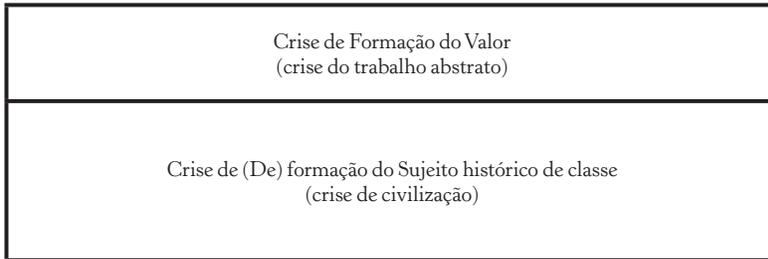
Com a disseminação intensa e ampliada de *formas derivadas* de valor na sociedade burguesa hipertardia, o fetichismo da mercadoria e as múltiplas formas de fetichismo social, tendem a impregnar as relações humano-sociais, colocando obstáculos efetivos à formação da consciência de classe necessária e portanto, à formação da classe social do proletariado².

Deste modo, o capitalismo global como capitalismo manipulatório nas condições da vigência plena do fetichismo da mercadoria, expõe uma contradição

² Distinguímos “formas constitutivas” e “formas derivadas” do valor. Por exemplo, as categorias trabalho abstrato e exploração são categorias pertinentes do trabalho produtor de valor, sendo, deste modo, “formas constitutivas” do valor. Elas constituem, portanto, a forma-valor que impregna o trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Entretanto, na medida em que se desenvolve, a forma-valor tende a se disseminar por instâncias não-produtivas do modo de produção capitalista. Por isso, o trabalho abstrato e a exploração aparecem como “formas derivadas” do valor nas instâncias do trabalho “improdutivo” interior ou exterior à produção do capital. Enquanto formas derivadas do valor, trabalho abstrato e exploração são meramente “formas fictícias” que não contribuem objetivamente para a formação do valor. Entretanto, mesmo imbuídas de “ficticidade”, eles têm, no plano existencial, a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor (o que significa que a distinção “formas constitutivas”, vinculadas às instâncias produtivas e “formas derivadas”, que possuem uma dimensão meramente fictícia, na ótica do valor, é uma distinção relevante apenas para entendermos a dinâmica da acumulação do capital, sendo irrelevante para aferir a dinâmica da vida social e a luta de classes: o trabalhador público, afetado pelo trabalho abstrato e a exploração do capital, embora não produza valor, é tão capaz de desenvolver cum grano salis, a consciência de classe quanto o operário industrial explorado e subsumido à lógica efetiva do trabalho abstrato produtor de valor).

crucial entre, por um lado, a universalização da condição de proletariedade e, por outro lado, a obstaculização efetiva da consciência de classe de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho³.

Quadro 1 - Formas de ser da crise estrutural do capital



Fonte: elaboração do próprio Autor

Ao tratarmos da crise de valorização, expomos, como salientamos acima, “determinações tendenciais” que se articulam com “contra-tendências históricas”. Esta sintaxe da dialética histórica evita reduzir “determinações tendenciais” a “leis” históricas inexoráveis que agem de forma mecânica e determinística às costas dos sujeitos humano-sociais.

Por exemplo, a crise de formação do sujeito histórico de classe, uma das dimensões históricas da crise estrutural do capital, é, por um lado, uma determinação tendencial inscrita na nova temporalidade crítica do capital; e por outro lado, ela própria é contra-tendência histórica efetiva à vigência plena da crise de valorização do capital. Enquanto tendência contrária, ela não abole a vigência histórica da determinação tendencial, mas altera, em sua essência, a efetividade contingente desta determinação tendencial que se impõe à sociedade produtora de mercadorias em sua fase global.

Por exemplo, na medida em que a crise do sujeito histórico de classe, o sujeito histórico efetivo capaz de pôr obstáculos à voracidade do capital, contribui para o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, ela cria, em termos relativos, novas possibilidades de investimento produtivo que propiciam, mesmo que aquém das necessidades sistêmicas de produção de mais-valia, uma rentabilidade do capital acumulado.

Estas duas dimensões intrinsecamente contraditórias da crise estrutural do capital – a crise de formação (produção/realização) do valor e crise de (de)

³ No ensaio intitulado “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha” (mimeo, UNESP, 2010) tratamos de alguns elementos do que seria a crise de (de)formação do sujeito histórico de classe. Para isso utilizamos o conceito de “dessubjetivação” de classe inscrito no movimento de precarização estrutural do trabalho.

formação do sujeito de classe – tendem a alargar a temporalidade histórica da “crise de civilização” do mundo do capital.

É claro que, a irremediável crise de valorização nas condições históricas da crise do sujeito histórico de classe, não conduz ao colapso da modernização do capital em escala global. Pelo contrário, a incapacidade da “negação da negação” pelo sujeito histórico de classe tende a alongar a temporalidade crítica da civilização do capital, exacerbando a produção do valor, em termos absolutos, tanto em sua forma constitutiva, quanto em sua forma derivada, e colocando maiores desafios para a formação da consciência de classe necessária (a constituição de novos nichos de modernização capitalista como China e Índia, por exemplo, são expressões históricas deste processo de alongamento da temporalidade crítica da civilização burguesa).

Na verdade, o que está em questão é a capacidade histórica do movimento do proletariado como classe em dar resposta efetivas – no plano histórico-mundial às novas condições objetivas da luta de classes no capitalismo global.

No movimento da dialética histórica, ao lado das circunstâncias objetivas, legadas e transmitidas pelo passado, com as causalidades necessárias dadas pela dinâmica da acumulação de capital com as contradições inerentes ao sistema produtor de mercadorias, existem os “acidentes” intrínsecos ao curso geral do desenvolvimento histórico. Como observou Marx a Kugelmann, “a história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas nas condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis.” E prossegue: “Seria, por outro lado, coisa muito mística se os “acidentes” não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais “acidentes”, que incluem o “acidente” do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento” (MARX, 1986, p. 211).

O CAPITALISMO GLOBAL

A partir da crise capitalista de meados da década de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Nos últimos trinta anos, desenvolveu-se, de modo desigual e combinado, nas mais diversas instâncias da vida social, uma intensa reestruturação capitalista com impactos disruptivos no mundo social do trabalho. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico: o “capitalismo global”, o espaço-tempo de produção do capital adequado à dinâmica crítica da acumulação de valor no plano mundial.

O que denominamos de “capitalismo global” é o capitalismo histórico da fase da financeirização da riqueza capitalista. É o capitalismo das bolhas especulativas

e da instabilidade sistêmica que tem caracterizado o sistema mundial produtor de mercadorias nas últimas décadas.

O capitalismo global é o capitalismo da mundialização do capital e do complexo da reestruturação produtiva, com a nova divisão internacional do trabalho e o poder global das corporações transnacionais. O capitalismo global é o novo capitalismo flexível, onde se dissemina o espírito do toyotismo como nova ideologia orgânica da produção de mercadorias. Difunde-se o novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2011)

O capitalismo global é o capitalismo do neoliberalismo e da vigência hegemônica do mercado, cujas crises sistêmicas recorrentes criaram condições históricas para o surgimento, nos elos mais fracos do imperialismo na América Latina, experiências pós-neoliberais contra-hegemônicas (Venezuela, Bolívia e Equador). Enfim, o capitalismo global é o capitalismo do sociometabolismo da barbárie e das novas formas de irracionalismo e estranhamento social.

Os trinta anos de capitalismo global (1980-2010) foram marcados por crises financeiras de grande amplitude que abalaram o velho sistema produtor de mercadorias. Embora a crise financeira de 2008 tenha sido uma das maiores crises financeiras do capitalismo global, ela, com certeza, não será a última. Pelo contrário, a natureza do capitalismo global é caracterizada pela instabilidade crônica, estrutural e sistêmica. Na verdade, as crises financeiras recorrentes do “capitalismo das bolhas” expressam um sistema mundial clivado de contradições orgânicas derivadas dos impasses da formação do valor, como iremos salientar adiante.

As crises financeiras recorrentes fazem com que o sistema mundial se reestruture e se expanda às custas da perda do lastro civilizatório construído durante o capitalismo do “Welfare State”. Imerso em candentes contradições sociais, diante de uma dinâmica de acumulação de riqueza abstrata tão volátil, quanto incerta e insustentável, o capitalismo global explicita cada vez mais que é incapaz de realizar as promessas de bem-estar social e emprego decente para bilhões de homens e mulheres assalariados. Pelo contrário, diante da crise, o capital, em sua forma financeira e com sua personificação tecnoburocrática global, o Fundo Monetário Internacional (FMI), como o deus Moloch, exige hoje sacrifícios perpétuos e irresgatáveis das gerações futuras.

Os desdobramentos da crise irão expor com mais candência, no plano da objetividade social, a natureza íntima da civilização do capital imersa em sua crise estrutural. Na verdade, as contingências sombrias do movimento real do sistema mundial produtor de valor, constatadas nas últimas décadas de capitalismo global, expressam, de fato, a persistência de crise de fundo: a crise estrutural do capital.

Entretanto, ao invés de prenciar a catástrofe final do capitalismo mundial, a crise estrutural do capital prencia tão-somente uma nova dinâmica

sócio-reprodutiva do sistema produtor de mercadorias baseado na produção crítica de valor, isto é, sob as condições históricas de uma crise estrutural de valorização.

É a crise estrutural do capital que impulsiona o processo de mundialização produtiva e financeira do capital. Com a crise estrutural, o sistema produtor de mercadorias se expande de forma exacerbada e cresce de modo irregular, recorrente e instável (hoje, por exemplo, conduzido pelos pólos mais ativos e dinâmicos de acumulação de valor: os ditos “países emergentes”, como a China, Índia e Brasil).

Enquanto o centro dinâmico capitalista – União Européia, EUA e Japão - “apodrecem” com sua tara financeirizada (como atesta a crise financeira de 2008 que atingiu de modo voraz os EUA, Japão e União Européia), a periferia industrializada emergente alimenta a última esperança (ou ilusão) da acumulação de riqueza abstrata sob as condições de uma valorização problemática do capital em escala mundial (eis o segredo do milagre chinês).

1 O SIGNIFICADO DA “CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL”

A crise estrutural do capital *não* significa a estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas sim, incapacidade do sistema produtor de mercadorias realizar suas promessas civilizatórias. Tornou-se lugar comum identificar *crise* com *estagnação*, mas, sob a ótica do capital, “crise” significa tão-somente riscos e oportunidades históricas para reestruturações sistêmicas visando a expansão alucinada da forma-valor.

De fato, o capitalismo expande-se e se renova, no plano fenomênico, através de suas crises. Em sua etapa de crise estrutural, ele tende a aparecer como um sistema mundial imerso em contradições sociais candentes. Marx observou que o capital é a própria “contradição viva”. Apesar de estar em crise estrutural, ele, ao mesmo tempo, se expande como sistema mundial produtor de mercadorias. Embora esteja em fase de decadência histórica, a ordem burguesa é capaz de iludir com promessas de liberdade e igualdade.

Entretanto, na época do capitalismo global, de crise financeira em crise financeira – pois esta é a forma de crise capitalista predominante sob a mundialização do capital - o sistema mundial do capital amplia e intensifica a produção de fetichismos sociais e agudiza a alienação e o estranhamento de homens e mulheres que trabalham. Apesar da renúncia que importantes autores e pesquisadores sociais fizeram da utilização de conceitos como “classe social”, “proletariado” ou mesmo “capitalismo”, pois para muitos deles nada existe para além deste modo de organizar a produção social (o capitalismo), o que percebemos, pelo contrário, é a ampliação, num patamar universal, do que denominamos de “condição de proletariedade” e de vigência plena do modo de produção de mercadorias (ALVES, 2009). Devido

a intensificação dos fetichismos sociais, ativados pela aguda manipulação do capitalismo tardio, a “condição de proletariedade” não se traduz efetivamente em consciência de classe necessária. O que significa que não se constitui, ou se constitui de modo limitado, o sujeito histórico de classe capaz de dar resposta efetiva à miséria da ordem burguesa.

Para além de uma ótica economicista, a crise do capital em sua fase de decadência histórica, é, de fato, hoje, a “crise de civilização” que se expressa com vigor na degradação do *metabolismo social homem-natureza*: seja a natureza humana, expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e vítimas do adoecimento físico e mental; seja a natureza natural com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática.

No livro “Para Além do Capital”, István Mészáros observa que a novidade que experimentamos hoje é que a crise do capital que atinge o nosso tempo histórico é fundamentalmente uma crise estrutural. A longa citação torna-se necessária tendo em vista a importância de salientar na ótica de Mészáros, as características candentes da crise estrutural do capital. Disse ele:

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc. (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente-, em lugar de limitada e cíclica, como foram rodas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-796).

Eis, portanto, segundo Mészáros (2002), as características modais da crise estrutural do capital que se desdobra nas últimas décadas (c.1974-2010): caráter universal, alcance global, temporalidade extensa e modo rastejante. O capitalismo

global com seus traços salientados acima (financeirização, acumulação flexível, neoliberalismo, sociometabolismo da barbárie), constitui-se como forma histórica determinada da modernidade burguesa no bojo desta crise do capital.

Entretanto, para além destas formas de manifestações modais da crise estrutural do capital, buscaremos salientar neste ensaio, uma das suas dimensões categóricas cruciais: a “crise na formação do valor”. É o que buscaremos tratar a seguir.

2 CRISE DA FORMAÇÃO DO VALOR

As transfigurações estruturais ocorridas no processo de acumulação de valor por conta do desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo põem homens e mulheres diante de novas (e determinadas) condições objetivas no interior da qual eles fazem a história. Na virada pela o século XXI, a vigência plena da grande indústria com a predominância da mais-valia relativa tende a instaurar um campo ampliado – intenso e extenso - de candentes “contradições vivas” do interior do sistema mundial produtor de mercadorias.

Na medida em que a categoria do trabalho abstrato é posta com mais intensidade e amplitude no interior do movimento do capital, disseminando-se, deste modo, não apenas como forma constitutiva do valor, mas também, e principalmente, como forma derivada do valor, ele –o trabalho abstrato - tende a ser “afetadas de negação” no interior de sua própria afirmação plena, transtornando, em si e para si, o próprio sistema produtor de mercadoria.

Na verdade, a efetiva crítica da economia política se expressa com a crise estrutural do capital, uma crise universal, global, extensa e rastejante que expõe, no plano do valor, os limites da própria relação-capital. É sob a crise estrutural do capital que a solidez categorial do modo de produção capitalista, exposta por Marx na sua obra magna (“O Capital”), tende a se desmanchar no ar; ou melhor, tende a se transfigurar no ar, tendo em vista que, por exemplo, a categoria de trabalho abstrato, categoria constitutiva do sistema do capital, é negada – ou posta pelo avesso - no interior do próprio capitalismo. Na medida em que o trabalho abstrato tende a se disseminar como forma derivada e restringir-se como forma constitutiva de valor, manifesta-se, em si, o sentido da transfiguração categorial. Deste modo, afirma-se a “ficticidade” do valor, onde o capital financeiro, ou o capital fictício, é sua expressão material. De fato, existe um movimento de desefetivação persistente do valor no interior de sua plena afirmação como “modus regulandi” do metabolismo social. Eis o sentido espectral da crise do valor ou crise da formação do valor exposta no bojo da crise estrutural do capital.

No Livro III de “O Capital”, Karl Marx nos expôs, como resultado do desenvolvimento categorial do modo de produção capitalista, a “lei” tendencial da queda da taxa média de lucros por conta do crescimento da composição orgânica do capital. É a manifestação plena da “negação do sistema no interior do próprio sistema”, como diria Ruy Fausto (1988). Ora, o capitalismo possui, como determinação tendencial, a negação de seus próprios fundamentos categoriais. Estamos diante de um aparente paradoxo, ou melhor, candente contradição, tendo em vista que, o que a “lei” tendencial exposta por Marx explicita é que, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucros. Isto é, o capitalismo, na medida em que afirma cada vez mais suas determinações categoriais, mais tende a se negar em si e para si. Eis como Manuel Castells descreve, em 1979, o “mecanismo” de surgimento da crise capitalista. Esta longa citação torna-se necessária pela clareza do autor em expor aquilo que salientamos acima: a crise do capitalismo decorre de seu próprio sucesso como modo de extração de mais-valia. É a incapacidade para realizar suas mercadorias ou produzir valor a partir da imensa coleção de mercadorias acumulada como riqueza abstrata, que transtorna o modo de produção capitalista. Eis o sentido da crise de superprodução crônica que se abate sobre o modo de produção capitalista. Diz ele:

O descenso das taxas de lucros origina um excedente de capital, porque o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia, encontra cada vez menos possibilidades de investimentos que conduzam a uma rentabilidade adequada. Disto reviva um descenso do investimento produtivo que provoca uma diminuição de emprego e a conseqüente redução dos salários pagados pelo capital. Ao diminuir os salários, cai, paralelamente, a procura, provocando uma crise na venda das mercadorias previamente armazenadas. Produz-se, assim, uma crise de superprodução, já que a capacidade produtiva não pode ser absorvida pela procura solvente existente, resultado das restrições à procura derivada do descenso dos investimentos. A incapacidade para realizar suas mercadorias faz com que o capital detenha sua produção, generalizando-se a paralisação e a depressão dos mercados. Dado que a produção capitalista somente está interessada na criação de valores de uso na medida em que sejam o suporte de valores de troca, a economia somente se reativará quando a paralisação em massa originar salários muito baixos, quando a falência de muitas empresas tiver desvalorizado o capital fixo e quando o Estado intervier ou se produzir um acontecimento inesperado (uma guerra, por exemplo) que incremente substancialmente os mercados e permita o investimento rentável de capital. (CASTELLS, 1979, p. 63, grifo nosso).

Mas esta determinação tendencial – a queda da taxa média de lucros em virtude do desenvolvimento da acumulação capitalista voltada para a obtenção do próprio lucro – convive no seu íntimo, com contra-tendências históricas que alteram, em si e para si, a sua dinâmica efetiva. São as tendências contrárias que devem ser explicitadas no processo de desenvolvimento crítico do sistema produtor de

mercadorias. Por exemplo, nos últimos trinta anos (1980-2010), a mundialização do capital, a nova divisão internacional do trabalho, o neoliberalismo e a financeirização da riqueza capitalista ou ainda, o surgimento da China e o protagonismo dos novos mercados no Sudeste Asiático, são algumas das principais contra-tendências históricas à “lei” tendencial de queda da taxa média de lucros. Na verdade, a obsessão pela abertura de novos mercados, um dos traços cruciais do capitalismo global, é uma tendência contrária à crise de superprodução crônica, visando, deste modo, criar demanda efetiva para as mercadorias armazenadas.

Deste modo, a crise estrutural do capital é composta por um complexo de tendências e contra-tendências intrinsecamente contraditórias que dilaceram as possibilidades concretas de desenvolvimento do capitalismo históricas como processo civilizatório. O movimento de afirmação e negação da produção e realização do valor contidas nas mercadorias se acelera com a contradição candente entre o desenvolvimento das capacidades produtivas do sistema produtor de mercadorias em virtude das notáveis mudanças tecnológicas ocorridas com a III Revolução; e a incapacidade relativa para realizar suas mercadorias em virtude do nível de procura solvente existente. Por isso, criar novos mercados tornou-se tarefa crucial para o sistema produtor de mercadorias.

Nos últimos trinta anos, disseminou-se novas estratégias de criação de mercados, como, por exemplo, a expansão do comércio e as políticas de abertura comercial, a obsolescência planejada das mercadorias (o que István Mészáros iria salientar como sendo a vigência da “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”), e inclusive, os processos de privatização de empresas públicas (MÉSZÁROS, 2002).

As inovações financeiras e a financeirização da riqueza capitalista não deixam de ser estratégias contrárias à crise de superprodução crônica, no plano da valorização fictícia. Na medida em que a forma-mercadoria encontra-se interdita pela crise de superprodução crônica, busca-se a realização de valor desprezando-se a criação de valores de uso como suporte de valores de troca. Isto é, impõe-se com vigor, a fórmula $D-D'$, desprezando-se o termo intermédio M . É claro que se trata de uma estratégia de valorização fictícia que visa não apenas contornar a paralisação e depressão dos mercados, mas constituir um novo modo efetivo de valorização capaz de superar, no plano da ficticidade, a crise de formação do valor à altura das necessidades sistêmicas da produção do capital em escala global.

Torna-se necessário, com a crise estrutural do capital, a constituição de um “capitalismo fictício” capaz de dar resposta às necessidades estruturais de produção e realização de valor à altura da massa de capital-dinheiro acumulado por conta da

crescente extração de mais-valia ocorrida em decorrência da precarização estrutural do trabalho como um dos traços compositivos da própria crise estrutural do capital.

A crise do capitalismo global é a crise orgânica que decorre da acumulação demasiada de capital-dinheiro que não encontra rentabilidade adequada nas condições do sistema produtor de mercadoria. Portanto, é a crise do valor que, ao não se realizar através de seu suporte material – a mercadoria como valor de uso – encontra-se intimamente transtornado pelas contradições do sistema produtor de mercadoria. Por isso, cria um mundo fictício à sua imagem e semelhança (o que explica a disseminação das formas derivadas de valor, formas fictícias de realização do valor-trabalho).

Finalmente, pode-se considerar o processo de precarização estrutural do trabalho que caracteriza o capitalismo global, como uma contra-tendência à queda da taxa média de lucro, visando, deste modo, aumentar a taxa de exploração da força de trabalho (nesse sentido, Mézáros observa a vigência da equalização das taxas de exploração em escala global) (MÉSZÁROS, 2002).

Entretanto, o aumento da taxa de exploração só conseguirá reverter, em termos relativos, a tendência de descenso da taxa média de lucro quando aumentar com maior rapidez que a composição orgânica do capital. Na verdade, à medida em que se eleva a composição orgânica do capital, a taxa de lucro se torna progressivamente menos sensível a variações na taxa de mais-valia. O que significa que a precarização estrutural do trabalho embora seja condição necessária para se contrapor às tendências críticas de produção e realização do valor, não é condição suficiente, tendo em vista a elevação tendencial da composição orgânica do capital.

Além disso, o incremento da taxa de mais-valia é uma variável da luta de classe - o que explica outra determinação tendencial da crise estrutural do capital: a tendência à (de)formação do sujeito histórico de classe.

Na verdade, a necessidade de criação de novos mercados por meio de múltiplos dispositivos reais ou fictícios, no plano da efetividade da produção e realização do valor, coloca-se como necessidade crucial do capital em sua etapa de crise estrutural. Os limites do capital é a sua própria dimensão crítica, o que significa que, superar a crise estrutural implicaria ir além de si próprio. Portanto, a dimensão crítica torna-se um novo modo de ser do sistema produtor de mercadoria no interior do qual deve-se constituir a forma social adequada ao desenvolvimento destas contradições sistêmicas insolúveis.

3 A DIALÉTICA ENTRE “TRABALHO MORTO” E “TRABALHO VIVO”

A crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização da mais-valia extraída com a exploração da força de trabalho, se origina da tendência de aumento da composição orgânica do capital, que é a relação entre o trabalho morto (c) ou capital constante, e o trabalho vivo (v) ou capital variável, relação definida em termos de valor. É o que Marx expos no Livro III de “O Capital” ao compor a fórmula para o cálculo da composição orgânica do capital é c/v .

Marx conclui que o aumento da composição orgânica do capital (Q) conduz ao decrescimento, a longo prazo, da taxa média de lucro. Primeiro, ele observa que a taxa de lucro é calculada como $p' = s/c+v$. Depois, divide ambos os termos por v , para encontrar as funções da taxa de lucro. Isto é, ele conclui que p' (taxa de lucro) é função direta de e (a taxa de mais-valia) e função inversa de c/v (composição orgânica do capital). Isto é, para um nível determinado de e , p' variará em função da evolução de c/v ; ou ainda, quanto maior seja Q, maior será o descenso de p' .

Deste modo, apesar do crescimento da massa de mais-valia (s) produzida pelo capitalismo, em virtude da precarização estrutural do trabalho, a relação entre o valor investido (c/v) e a mais-valia obtida (e) será cada vez menos favorável para o capitalista (a fórmula da taxa de mais-valia (e) é s/v , onde s é a massa de mais-valia e v é o capital variável).

Entretanto, a lógica histórica não é uma lógica matemática. Ela implica a dialética histórica entre tendências e contra-tendências. Por isso, como salientamos acima, surgem alguns traços reativos ou contra-tendências à deterioração do crescimento da taxa média de lucro sob o capitalismo global que se incorporam como modo de ser da nova dinâmica de desenvolvimento capitalista em escala global (por exemplo, a obsessão por novos mercados é a principal delas, além, é claro da precarização estrutural da força de trabalho). Na verdade, embora não estejam inscrita na fórmula matemática c/v , as contra-tendências são tão importantes quanto as tendências para caracterizar a direção efetiva do movimento histórico do capital.

Sob o capitalismo global, o “trabalho vivo” que aparece como força de trabalho como mercadoria, única fonte de valor, cresceu, em termos absolutos, por conta dos novos territórios de produção do capital abertos com a deslocalização industrial, a nova divisão internacional do trabalho e a mundialização produtiva. Nos últimos trinta anos, cresceu indiscutivelmente a massa de mais-valia produzida pelo capitalismo. Por exemplo, a inserção do Sudeste Asiático, Leste Europeu e Rússia (com destaque para a China) no circuito de produção industrial do capital aumentou em escala global, o trabalho vivo na composição orgânica do capital, isto é,

um contingente de trabalho vivo que produz valor com baixos salários, o que explica de certo modo, o crescimento do capital acumulado graças à extração de mais-valia.

Entretanto, cresceu, na mesma medida, a presença do “trabalho morto” (máquinas, edifícios, matéria-prima, etc.) na produção industrial global. A concorrência capitalista, que conduz a concentração e formação de monopólios, obriga cada capitalista a tentar superar seus rivais introduzindo meios de produção tecnologicamente mais avançados que lhes permitem reduzir os custos de produção e incrementar os lucros. A partir da recessão de meados da década de 1970 cresceu a concorrência capitalismo no plano do mercado mundial. Impulsionou-se revoluções tecnológicas no seio do sistema produtor de mercadorias. Nos últimos trinta anos presenciamos, pelo menos, duas revoluções tecnológicas no bojo da III Revolução Industrial (a revolução informática e a revolução informacional, que constituiu o ciberespaço) (ALVES, 2011).

As corporações monopolistas chegaram a eliminar setores atrasados que possuem uma composição orgânica baixa com o objetivo de substituí-los por outros com composição orgânica mais elevada. Na verdade, as grandes empresas que organizam os circuitos da valorização do capital em escala global promoveram nos últimos trinta anos um rápido crescimento dos investimentos em capital constante. Apenas as grandes empresas têm a capacidade financeira de acelerar o processo de obsolescência do capital fixo, acelerando a taxa de rotação do capital constante.

Nas condições das revoluções tecnológicas que ocorrem sob o capitalismo global, o desenvolvimento das forças produtivas implica investimentos diretos e indiretos cada vez mais caros. Busca-se reduzir o valor contido no “trabalho morto” por conta do aumento da produtividade do trabalho no setor I, o setor de bens de produção.

Entretanto, a natureza do novo capital constante (capital fixo + capital circulante) que emerge com as revoluções tecnológicas do capitalismo global, isto é, as novas máquinas complexas e os novos materiais permeados de “trabalho imaterial”, transfiguram efetivamente o cálculo da produtividade do trabalho no setor I, tendo em vista a desmedida do valor, tornando, por conseguinte, mais lento a redução do valor contido no “trabalho morto” (iremos tratar disso na seção “Crise do “trabalho morto”, trabalho Imaterial e desmedida do capital”). O que significa que, apesar do aumento da aceleração da taxa de rotação do capital constante, o descenso do valor das novas máquinas e os novos materiais (o capital constante) é mais lento do que o descenso do valor da força de trabalho (capital variável). Ao mesmo tempo, a queda do valor da força de trabalho (v) que ocorre por meio da precarização estrutural do trabalho encontra um limite histórico-moral dado pela luta de classes e a correlação de forças entre capital e trabalho.

Deste modo, no processo de acumulação do capital em escala global, a vigência da determinação tendencial do aumento relativo da composição orgânica do capital em termos de valor, pressiona efetivamente para baixo a taxa média de lucro no plano do mercado mundial. Entretanto, no plano do movimento histórico, é importante observar que, toda determinação tendencial implica um complexo de contra-tendências históricas que possuem a mesma legalidade ontológica da determinação tendencial propriamente dita. Isto é, as tendências contrárias, como observa Manuel Castells (1979, p. 72) “não são meros fatores de demora dentro do necessário e inexorável processo de destruição catastrófica da economia capitalista”. Pelo contrário, as determinações tendenciais ao aumento da composição orgânica do capital e a do descenso da taxa de lucro e suas contra-tendências históricas compõem a “totalidade concreta” do capitalismo histórico em sua etapa de crise estrutural do capital.

A crise de formação do valor, isto é, de produção e realização do valor nas condições históricas do capitalismo global, não proclamam o colapso do modo de produção capitalista, mas sim, a constituição de uma nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo histórico, o capitalismo global, que se caracteriza pela instabilidade sistêmica do ciclo da economia capitalista em escala global.

4 AS METAMORFOSES DO “TRABALHO VIVO”

Sob o capitalismo global, ampliou-se, no plano histórico-universal, a condição de proletariedade, isto é, a condição existencial de homens e mulheres que estão subsumidos ao metabolismo social estranhado e fetichizado do capital. Eles compõem a classe dos trabalhadores assalariados empregados e desempregados subordinados às experiências vividas e percebidas de subalternidade, acaso e contingência, inseguranças e descontrole existencial, incomunicabilidade e corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento, risco e periculosidade, invisibilidade social e migrabilidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento (ALVES, 2009).

Um contingente amplo e crescente da “classe” do proletariado compõe o mundo social do “trabalho vivo” que não produz valor, embora uma parte deles seja imprescindível à produção de valor (é o caso, por exemplo, dos trabalhadores assalariados “improdutivos” interiores à produção do capital, isto é, empregados vinculados às atividades de circulação e distribuição das mercadorias; ou mesmo, os trabalhadores assalariados vinculados ao setor de comércio e finanças, importantes setores “improdutivos” do capitalismo global vinculados à realização do valor).

Por outro lado, por conta das necessidades de reprodução social do sistema do capital, temos o crescimento dos trabalhadores assalariados “improdutivos” exteriores à produção do capital, os trabalhadores públicos, subsumidos ao Estado

político do capital. Tanto trabalhadores assalariados empregados ou desempregados, operários e empregados produtivos ou improdutivos, interiores ou exteriores à produção do capital (como os trabalhadores públicos), estão imersos na condição de proletariado por conta da sua inserção no metabolismo social total estranhado do mundo do capital.

O capitalismo global como sistema mundial produtor de mercadorias é o capitalismo da hiper-industrialização universal. Por conta das contra-tendências históricas à crise de valorização, exacerbou-se nas últimas décadas (1980-2010), a presença da grande indústria na vida social, aumentando, em termos absolutos, o contingente do trabalho vivo inserido na produção de valor. Os trabalhadores assalariados empregados que produzem mais-valia são os operários e empregados ligados a atividades industriais, sejam elas da indústria propriamente dita ou da indústria de serviços (incluindo, por exemplo, a educação e saúde privatizados). Independentemente da forma material da produção de mercadorias – valores de uso tangíveis ou intangíveis, como entretenimento, educação ou saúde - o capital extrai mais-valia da força de trabalho da indústria ou serviços privados.

Entretanto, apesar da expansão da grande indústria capitalista, presenciamos hoje, a crise do trabalho abstrato, isto a crise do trabalho que produz valor, no sentido de que, o crescimento em demasia do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia, encontra, nas condições do capitalismo global, cada vez mais menos possibilidade de rentabilidade adequada tendo em vista as necessidades sistêmicas de acumulação de riqueza abstrata. É o que salientamos como sendo a crise da formação do valor, no sentido de produção e realização do valor nas condições da crise de superprodução/sobreacumulação e crise de subconsumo.

Na verdade, a crise de formação do valor nas condições da hiper-industrialização capitalista em escala global trata-se de um paradoxo crucial do nosso tempo histórico. Apesar do crescimento do capital acumulado, por conta do crescimento da extração da mais-valia em escala global, presenciamos hoje, nos últimos trinta anos, uma crise crônica do capitalismo mundial, incapaz de garantir crescimento sustentável e preservação dos direitos sociais do mundo do trabalho.

Como salientamos acima, a massa de capital-dinheiro acumulado por conta do crescimento da taxa de exploração em virtude da precarização estrutural do trabalho, não consegue se realizar de forma adequada no âmbito da produção de mercadorias. O que significa menos possibilidades de investimentos produtivos que conduzam a uma rentabilidade adequada.

A vigência da financeirização da riqueza capitalista exprime a deriva íntima do trabalho produtor de valor. O que significa que uma parcela significativa do capital-dinheiro tende a se reproduzir adotando formas fictícias de valorização. Constitui-

se assim, o “capitalismo fictício” onde não há lugar, não apenas para o trabalho concreto (o que explica o crescimento do desemprego em massa), mas também, para o trabalho abstrato produtor de valor (o que explica a queda, em termos relativos, dos investimentos produtivos). Na verdade, o que tende a se disseminar são formas derivadas de valor, com o trabalho abstrato assumindo uma feição fictícia.

Mas a crise do trabalho abstrato e suas derivações reflexivas (a precarização estrutural do trabalho e a financeirização da riqueza capitalista) é paradoxalmente, expressão candente da vigência plena da mais-valia relativa. O capitalismo da grande indústria é o capitalismo da mais-valia relativa que contém, em si e para si, a determinação tendencial do aumento da composição orgânica do capital e o descenso da taxa média de lucro em escala global (com as implicações contra-tendências históricas salientadas acima).

Tanto na indústria propriamente dita, quanto nos serviços capitalistas, ocorreu nos últimos trinta anos, a substituição paulatina de “trabalho vivo” por “trabalho morto”. É flagrante o aumento da produtividade do trabalho nos setores produtivos da economia capitalista, seja nas indústrias quanto nos serviços, que incorporam cada vez mais, a lógica da mais-valia relativa.

Na medida em que se elimina “trabalho vivo” produtor de valor, corrói-se a base constitutiva do valor. Reduzem-se as *formas constitutivas* de valor, apesar de ampliar-se as *formas derivadas* de valor (por exemplo, a lógica do trabalho abstrato tende a impregnar as atividades “improdutivas” do capital, inclusive a administração pública, além de permear a vida cotidiana).

De modo obsessivo, o discurso do produtivismo capitalista visa a reduzir o contingente da força humana de trabalho; isto é, produzir mais, com menos operários ou empregados, substituindo-se assim, capital variável por capital fixo. Sob o capitalismo global, caracterizado pela instabilidade sistêmica das crises financeiras, a dinâmica cíclica das crises do capital impulsiona processos de reestruturação capitalista, onde cada capitalista individual tende a expelir mais “trabalho vivo” da produção de mercadorias, à título de redução de custos, e a incorporar, cada vez mais, “trabalho morto”. Cria-se, deste modo, não apenas um “exercito industrial de reserva”, mas sim, um imenso contingente de proletários sobrantes, incapazes de serem absorvidos pela indústria capitalista intensiva em capital. A dinâmica de acumulação do capitalismo global exacerba o caráter da produção redundante da força de trabalho como mercadoria que aparece como “superpopulação relativa” de homens e mulheres supérfluos que se incorporam em atividades “improdutivas” na ótica do valor (o que explica a difusão global das múltiplas atividades de comércio – formais ou informais, lícitos ou ilícitos).

A modernidade tardia do capital é irremediavelmente “improdutiva” na ótica do valor. É claro que uma parte das atividades “improdutivas” são interiores à produção do valor, contribuindo deste modo para resolver o problema da realização (o que explica a transferência de uma crescente proporção do capital do processo produtivo às atividades de venda). Entretanto, cresce o contingente de trabalhadores proletários serviços, formais ou informais, exteriores à produção do capital, que vivem à custa da massa de mais-valia social.

Podemos dizer que, nos últimos trinta anos de capitalismo global (1980-2010), cresceu indiscutivelmente o contingente de trabalhadores assalariados em escala global. É o que salientamos como sendo a presença da condição de proletariado universal e global. Entretanto, apesar do crescimento da “classe” do proletariado, ocorreu a redução relativa, embora não absoluta, do contingente de trabalhadores assalariados produtivos empregados na produção de valor. Isto é, no conjunto da “classe” dos trabalhadores assalariados em escala global, reduziu-se, em termos relativos, a participação de operários e empregados inseridos na produção de valor, isto é, trabalhadores assalariados produtivos. Isto pode ser explicado pela intensificação da concorrência capitalista no mercado mundial e, por conseguinte, a aceleração das inovações tecnológico-organizacionais na produção de mercadorias com o aumento exponencial da produtividade do trabalho que contribuíram para a redução relativa da participação de trabalhadores assalariados produtivos no conjunto do proletariado global.

Nesse sentido, cresceu, em termos absolutos, a extração de mais-valia ou a taxa de exploração da força de trabalho na grande indústria capitalista. O desenvolvimento da precarização estrutural do trabalho com a vigência plena da mais-valia relativa no bojo do crescimento absoluto do contingente de trabalhadores assalariados produtivos (por exemplo, as novas fronteiras de expansão industrial na China e Índia) - mesmo que eles tenham se reduzido em termos proporcionais no conjunto da “classe” do proletariado global – levaram ao crescimento da extração de mais-valia no interior do sistema produtor de mercadoria.

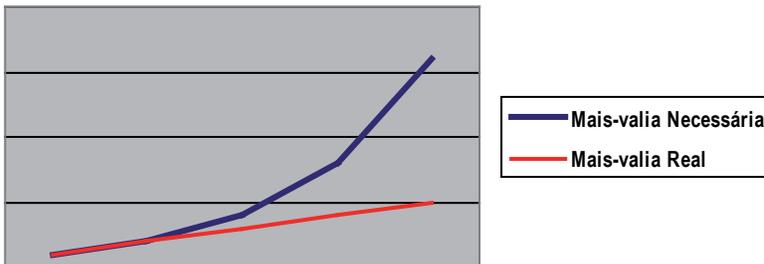
Este crescimento em demasia da extração da mais-valia é que explica o crescimento do capital acumulado ou massa de capital-dinheiro sedente de valorização. Entretanto, como explicamos acima, a crise de valorização ou crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização do valor, faz com que a massa de capital-dinheiro acumulada pelas corporações monopolistas encontre cada vez menos possibilidade de rentabilidade adequada nas condições do capitalismo global. Por isso, surgem contra-tendências históricas que permitem a constituição de uma nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo histórico.

Esta contradição crucial do capitalismo global pode ser apreendida de outro modo. Por exemplo, a produção de valor cresceu em termos absolutos, mas reduziu-se em termos relativos, ou seja, ela está aquém das necessidades sistêmicas cumulativas de valorização da massa de capital-dinheiro acumulada pelas corporações industriais globais.

Por exemplo, uma massa “x” de capital-dinheiro investido na produção, requer uma extração “y” de mais-valia. Ora, nas últimas décadas, “x” cresceu absoluta e relativamente; enquanto “y” só cresceu absolutamente (o que explica a interversão, no plano fenomênico, da mais-valia relativa em mais-valia absoluta). O que significa que a extração de valor cresceu numa progressão aritmética, enquanto as necessidades sistêmicas de valorização da massa de capital-dinheiro cresceram numa progressão geométrica, o que explica a vigência do “lucro fictício” como categoria capaz de explicar a necessidade sistêmica irrealizada. Deste modo, constituiu-se uma “fenda” de instabilidade financeira de onde surgem recorrentes “bolhas especulativas” que marcam a dinâmica de acumulação de valor fictício no capitalismo global.

Eis, portanto, um traço estrutural que irá marcar o capitalismo mundial no século XXI, apesar das tentativas de regulação política por meio das intervenções estatais cada vez mais incisivas (a explosão da dívida pública nos países capitalistas centrais, depois da crise de 2008, mostra que a crise de valorização tende, cada vez mais, a devorar como o velho Moloch, o “fundo público”, parcela da massa de mais-valia social capturada pelo Estado político, mas agora, re-apropriada pelo capital privado para sanar sua crônica insensatez financeira).

Gráfico 1 - Incongruências da Valorização do Capital



Fonte: Elaboração do próprio Autor

5 CRISE DO “TRABALHO MORTO”, TRABALHO IMATERIAL E DESMEDIDA DO CAPITAL

O sistema produtor de mercadorias está objetivamente “afetado de negação”, não apenas por conta da redução do “trabalho vivo” na produção do capital e do problema de realização da mais-valia extraída, mas também devido a própria natureza do “trabalho morto” constituído no bojo das novas revoluções tecnológicas do capital, que incorpora, cada vez mais em sua produção, um tipo de trabalho concreto que possui uma natureza recalcitrante à lógica do trabalho abstrato: o trabalho imaterial e o retorno do saber-fazer na produção. Por isso, surge a “desmedida do capital”, que ocorre devido a absorção, pelo sistema de produção, de elementos compositivos recalcitrantes à lógica da escassez e a quantificação intrínseca à lei do valor, como o trabalho imaterial.

Nos últimos trinta anos, o sistema produtor de mercadorias foi atingido por candentes contradições intrínsecas à própria forma-mercadoria. Vamos expor nesta seção do ensaio, uma nova percepção da crise de valorização, não apenas a partir da ótica da composição orgânica do capital (como consta no Livro III de “O Capital” de Karl Marx), mas sim a partir da perspectiva da forma-mercadoria (segundo o Livro I desta obra marxiana).

Na célula-mater da sociedade burguesa – a mercadoria - está contido a virtualidade das suas crises incisivas, sejam elas crises cíclicas, crise orgânica ou crise estrutural. Na medida em que atinge seu pleno desenvolvimento sócio-histórico, sob a terceira modernidade do capital, a forma-mercadoria explicita, ampla e intensamente, suas determinidades negativas. Na verdade, o sistema sócio-metabólico do capital tende a ser “afetado de negações” no interior do próprio capitalismo.

A crise estrutural do capital como crise de formação do valor expõe, num sentido radical, os dilaceramentos intrínsecos à forma-mercadoria, ou seja, a aguda contradição entre valor de troca (valor econômico) e valor de uso (valor humano). A intensificação (e nova amplitude) da crise da forma-mercadoria, sob as condições históricas da crise estrutural do capital, ocorre em virtude da crise estrutural do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor, fundamento do valor de troca.

Alucinada pelo desmanche de seu fundamento (o valor, em virtude da crise do trabalho abstrato), a forma-mercadoria se transfigura, perdendo tendencialmente o seu estatuto mediativo na fórmula geral do capital (D-M-D’). Em seu lugar, se põe a fórmula espúria D-D’, explicitação da reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, estigma da financeirização, que representa, nesta nossa perspectiva crítica, sintoma da crise da forma-mercadoria e crise do trabalho abstrato.

Uma de nossas hipóteses é que, o trabalho imaterial é a explicitação – ou é mais um elemento de manifestação contingente – da crise do trabalho abstrato, não apenas no sentido da crise do “trabalho vivo” (que é mercadoria-força de trabalho); mas também, da crise do “trabalho morto”, no sentido da desmedida do capital que transtorna a “medida” efetiva da produtividade do trabalho que promove a desvalorização do capital constante, uma das contra-tendências históricas ao aumento da composição orgânica do capital que pressiona a queda da taxa média da taxa de lucros, é a desvalorização do capital constante.

Ora, a presença do trabalho imaterial, como uma forma de trabalho concreto recalcitrante ao movimento de abstração do valor que permite a medida efetiva da valorização, é mais um traço crucial de “negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo” e que atinge o sistema sócio-metabólico do capital em sua etapa de crise estrutural. É um dos elementos de negatividade que tende a desmanchar a forma-mercadoria no sentido da sua desmedida.

Destacaríamos como duas determinações cruciais da crise do trabalho abstrato, (1) a dinâmica estrutural intrínseca à produção do capital, que percorre a passagem da manufatura para a grande indústria e a própria temporalidade da grande indústria, isto é, a substituição progressiva de “trabalho vivo” por “trabalho morto”, a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, que salientamos acima; e (2) a constituição de um “novo saber” do trabalho concreto nas instâncias dinâmicas de produção do capital, resistente às determinações do trabalho abstrato. Este novo saber, o trabalho imaterial, decorre do próprio desenvolvimento da nova base técnica do sistema produtor de mercadorias, das novas máquinas complexas que constituem o arcabouço da produção social.

Por um lado, “trabalho vivo” reduzido a “trabalho morto”; por outro lado, “trabalho morto” inteligente – as novas máquinas complexas – tendencialmente recalcitrante à medida do valor. Embora tão necessário às novas condições de produção social, o “novo saber” tende a não agregar, na produção do capital, valor de troca (valor econômico).

Apesar do trabalho imaterial estar subsumido à máquina como forma social do capital, ele por suas qualidades intrínsecas de forma material, não consegue produzir trabalho abstrato, além de estar aquém (ou além) da lógica da produtividade do capital. A natureza deste “novo saber” que impregna o processo de trabalho das novas máquinas capitalistas, tende a negar, em si, a ordem material do trabalho abstrato pois é, em si, irredutível à quantificação pelo tempo de trabalho. O que significa que o “novo saber” não é passível de ser precificado; e ainda é incapaz de ser formalizado, e portanto, transformado em “máquina”, como ocorre, por exemplo, com o conhecimento que, formalizado, se interverte em máquina (o que

coloca limites irremediáveis ao incremento da produtividade no setor I da economia capitalista, o setor de bens de produção) .

Na verdade, o trabalho imaterial tende a ser um nexo “estranho”, sempre tensionado, na ordem produtiva do capital. Isto não significa que o “novo saber” não está integrado – ou não é parte compositiva – da produção do capital. Pelo contrário, ele é sim, parte do capital, regido pela sua lógica. Mas o capital está diante de seu próprio limite intrínseco: a natureza do “trabalho vivo”, a sua dimensão anímica. indispensável para a produção de máquinas complexas.

Na medida em que o “novo saber” assume um papel estratégico na produção do capital constante, constituído cada vez mais pelo “trabalho morto” inteligente – diga-se de passagem, “inteligência artificial” - abre-se um campo de luta, de tensão pela formalização do “trabalho vivo” criador do “trabalho morto”, pela “captura” da subjetividade da força de trabalho como trabalho vivo, trabalho vivo reduzido, mas indispensável (e ineliminável) à produção do capital, com a tentativa perpétua de formalização do trabalho vivo ou do trabalho imaterial, adequado-o à materialidade do trabalho abstrato. O que explica, portanto, a busca recorrente de novas formas de gestão de pessoas nos locais de trabalho.

O processo de produção do capital, que é o processo de produção do trabalho abstrato, fundamento da forma-mercadoria, percorre a transição da manufatura para a grande indústria. Como salientamos, é um processo de substituição de “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”. Ele contém em seu bojo, a *apropriação* pelo capital, do saber tácito do mundo do trabalho vivo, e sua transformação (ou formalização) em conhecimento, que através da ciência, é transformado em tecnologia, forma social da técnica. A máquina é expressão desta cristalização do saber em conhecimento fetichizado. O “trabalho vivo” se defronta com a máquina como uma coisa estranha a si próprio, quando ela é, na verdade, a cristalização de um conhecimento apropriado pelo capital, de um saber tácito formalizado e que se transfigura em capital fixo. Este movimento de abstração do “trabalho vivo” em “trabalho morto” é o desenvolvimento do sistema de máquinas.

Como salientamos, a máquina é a expressão suprema do trabalho abstrato (a máquina é, em si, um ente abstrato par excellence). Entretanto, ao negar o “trabalho vivo”, a máquina tende a negar a própria fonte de valor, a força de trabalho. Deste modo, o trabalho abstrato ao surgir em sua plenitude, é negado pelo seu próprio movimento. A lei do valor tende a ser abolida ao surgir. Como um organismo vivo, começa a morrer ao nascer.

O surgimento da máquina expressa o ápice de desenvolvimento contraditório da produção de mercadorias. Mas é importante acompanhar o próprio desenvolvimento do sistema de máquinas. As novas máquinas complexas,

capital fixo “inteligente”, tendem a repor, nas condições da crise estrutural (sendo elas o fator tecnológico desta própria crise estrutural), o “trabalho vivo” negado tendencialmente pelo próprio movimento da subsunção real do trabalho ao capital.

Entretanto, o trabalho vivo que se põe, em sua forma concreta, como trabalho imaterial, repõem um “novo saber”, não mais o *saber artesanal*, tendo em vista que o saber artesanal pertencia a um estágio menos desenvolvido das forças produtivas do trabalho social, mas o *saber imaterial*, produto de (inter)subjetividades complexas, tensionalmente integrada à lógica do capital (inclusive parte dele), irredutível às medidas abstratas e impassível à formalização visando a produtividade do trabalho.

Sob a grande indústria, a formalização do saber em conhecimento compunha o mote da educação técnica, que adestrava homens e mulheres à linha de produção, ao seu posto de trabalho, quase como máquinas vivas, logo substituídas por capital fixo.

O segundo momento, de “crise da grande indústria”, que prenuncia, na acepção de Ruy Fausto, a “pós-grande indústria”, é o momento de emergência do novo saber das (inter)subjetividades complexas que são obrigadas a lidar com as novas máquinas, inclusive máquinas que exigem afetos e envolvimento; um novo saber resistente à mera formalização abstrata (que tanto alimentou a lógica do trabalho abstrato em sua odisséia mecânico-industrial). Deste modo, é que podemos dizer que temos hoje a crise da educação técnica como mero adestramento profissional.

Enfim, o que observamos não é um mero retorno do saber artesanal, até porque o “novo saber” inscrito no trabalho imaterial – não podemos esquecer – é parte compositiva do trabalhador coletivo do capital, isto é, da máquina capitalista. O “novo saber” não é exterior à implicação do trabalho abstrato, sendo ele próprio expressão da subsunção real do trabalho ao capital. Mas, o que buscamos salientar é que, ele é uma interioridade tensa, convulsionada pela sua própria natureza, que abre, hoje, nos locais de trabalho, dos eixos dinâmicos de acumulação de valor, um campo de luta de classes.

O trabalho imaterial como trabalho concreto expressa, enquanto elemento compositivo do trabalhador coletivo do capital e, portanto, subsumido à lógica do valor, o pleno desenvolvimento da materialidade contraditória do trabalho abstrato. O trabalho imaterial e seu “novo saber” nasce desta contradição intrínseca à forma-máquina, a contradição entre forma material como técnica e forma social como capital. Em seu momento mais desenvolvido, a contradição essencial da relação-capital se explicita, paradoxalmente, na reprodução do “trabalho vivo” como “novo saber”, trabalho imaterial que compõe, ao lado de outros elementos, a manifestação explícita da crise do trabalho abstrato.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *A condição de proletariado*. Bauru: Práxis, 2009.

_____. *Trabalho e Subjetividade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

CASTELLS, Manuel. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FAUSTO, Ruy. *Marx, lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1988. v. 2.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luis Bonaparte e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986a. Livro 3.

VISTAS VOLTADAS À BOLHA TECNOLÓGICA: O OLHAR CONTEMPORÂNEO AOS FATOS

Rodrigo Fagundes César¹

1 INTRODUÇÃO

As recorrentes crises no modo de produção capitalista ao passo que trazem aspectos diferenciadores, evidenciam, de outra forma, uma lógica que se mostra presente em todas as diversas quedas cíclicas e que envolvem euforia, gastos em excesso, crédito fácil e “exuberância irracional” que nutrem bolhas de ativos que em determinado momento estouram e trazem consigo recessões.

O período que envolve a queda na bolsa de valores Nasdaq trouxe como peculiaridades a intensa inovação tecnológica com especial repercussão no setor de manufaturados, além de baixos gastos governamentais e dívida privada em ascensão até o momento do estouro da bolha especulativa e mesmo depois, com a redução das taxas de juros após a crise. Esses aspectos se alinham com a euforia de uma crescente e insustentável taxa de lucros, produtividade, além da crença de contínuo crescimento alimentada por dez anos de relativa estabilidade nos EUA entre a última crise no ano de 1991 e a primeira recessão da virada do século, em 2001. Dos pontos levantados, a confiança em uma “nova economia” se manteve presente seja nos meios de comunicação, seja nos discursos de líderes como Alan Greenspan. É possível observá-la por meio da análise de periódicos como a revista *BusinessWeek* que se postou claramente a favor da interpretação do período que considera os anos 90 como sendo o início de uma “nova fase” do ciclo de acumulação norte-americano.

Por meio desse trabalho buscamos uma exposição daquilo que se firmou como crença veiculada pelos meios de comunicação nos anos imediatamente

¹ Estudante do quarto semestre do curso de bacharelado em Relações Internacionais pela UNESP, Campus de Marília.

anteriores à “crise pontocom” cujo desdobramento se firmou como uma quebra da ilusão do surgimento de uma nova fase similar àquela dos anos do pós-guerra. Para a exposição, lançamos mão de dois tópicos além dessa introdução e da conclusão. O primeiro irá expor sucintamente as características que convergiram, nos anos 90, para a alta inaudita do preço das ações que está por traz da queda da bolsa de valores a partir de março de 2000. O segundo irá relatar a crença no círculo virtuoso que tinha por base o aumento da produtividade do setor de manufaturados, assim como expor os pontos que mais chamaram a atenção da mídia quando a crise já se pronunciara como, por exemplo, as fraudes contábeis e falências.

2 O CONTEXTO DA QUEDA POR MEIO DE UMA VISÃO RETROSPECTIVA

A ocorrência de um número crescente de crises econômicas² liga-se à existência de uma estagnação persistente desde 1973, período a partir do qual o dólar pode flutuar livremente com o rompimento do padrão Bretton Woods. Trata-se de um período de maior competição que se alterna com momentos de cooperação logo após os anos 70, como posto por Fiori (2008). O autor afirma ser possível identificar “momentos” nos quais ocorreu um aumento da pressão competitiva provocado pelo expansionismo das “potências líderes”. Logo após, mostra-nos que esse é o caso dos últimos quarenta anos, nos quais houve “[...] o fortalecimento dos seus [dos Estados Unidos] principais concorrentes políticos e econômicos.” (FIORI, 2008, p. 35). Nesse ínterim, de complexificação do cenário internacional, há “[...] o fortalecimento de atores locais que começaram a disputar a hegemonia em suas respectivas regiões [...]” (FIORI, 2008, p. 40), acirrando uma competição promotora de crises, dentre as quais podemos citar a crise na Nasdaq.

O excesso de capacidade que pressionara os lucros para baixo e propugnara a estagnação persistente desde os anos 70 é o que se coloca como um dos aspectos mais relevantes do período de gestação da bolha tecnológica³. Quanto a isso devemos

² De acordo com dados de Eichengreen e Bordo (2002, p. 41), de 1880 a 1913 a frequência de crises bancárias, crises cambiais, crises “gêmeas” e o total foi de, respectivamente, 2,3, 1,23, 1,38 e 4,9 (escala criada pelo autor); de 1919 à 1939: 4,84, 4,3, 4,03 e 13,17; de 1946 à 1971: 0,00, 6,85, 0,19, 7,04; de 1973 à 1997 – levando-se em conta 21 países – a frequência foi de 2,03, 5,18, 2,48 e 9,68; de 1973 à 1997 – levando-se em conta 56 países – foi de 2,29, 7,68, 2,38 e 12,15. Por meio desses números, podemos observar que após a ruptura com Bretton Woods, o número total de crises em muito se aproximou do total do período mais turbulento financeiramente nos últimos tempos, o entre-guerras.

³ A título de exemplo, o menor nível de utilização da capacidade industrial nos Estados Unidos ocorreu em abril de 2009 por conta da crise, e foi, considerando as indústrias como um todo, de 68,2% (BOARD, 2012). O informe feito pela CEPAL (2010) mostrou que, de 1999 a maio de 2010, o menor nível de utilização no Brasil foi de 76,2% em janeiro de 2009 também por conta da crise das hipotecas. Já em 2010, de acordo com o NUCI (Nível de Utilização de Capacidade Industrial Instalada) dados de julho a agosto de 2010 mostram recuo, no

observar que a utilização da capacidade industrial instalada no setor manufatureiro da economia de fato diminuiu nos anos após a quebra de Bretton Woods. Por meio dos dados do Fed (BOARD, 2010) mensurados quadrimensalmente com início em janeiro de cada ano, podemos perceber que na década de 70 por oito vezes as medições registraram valores abaixo de 80%, sendo o menor deles registrado em abril de 1975, marcando 71,6% de utilização de capacidade industrial. Na década de 80, a capacidade utilizada é medida abaixo dos 80% por vinte e nove vezes, e em outubro de 1982 pode-se observar a porcentagem de utilização de 68,3%. Nos anos 90 podemos observar que há uma redução do excesso de capacidade – bem observada por Brenner (2003, p. 323) – sendo que por nove vezes foram identificadas percentagens abaixo de 80% de utilização sendo a menor delas a de janeiro de 1991: 77,7%.

É notável a forma como a economia dos EUA cresceu de forma relativa durante o final dos anos 80 e durante os anos 90 em relação aos anos anteriores. Como corroborado Kindleberger e Aliber (2009) e ainda por Belluzzo (2005), a retomada parcial dos lucros ocorreu em meio a um baixo crescimento dos salários e aumento da produtividade⁴ que elevou também a massa de lucros industrial até 1997 – US\$ 100,8 bilhões em 1992, US\$ 150,1 bilhões em 1994, US\$ 192 bilhões em 1996 e US\$ 212,2 bilhões em 1997 (CHAIRMAN, 2010, p. 436) – caindo a partir de então. Além disso, foi assinado o Acordo de Plaza em 1985, permitindo a desvalorização da moeda norte-americana; houve a gradual redução das taxas de juros após a política de Paul Volcker para conter a inflação que veio no contexto das crises do petróleo; some-se a isso a redução da carga de tributos empresarial com início de em 1981.

Em se tratando de pressão sobre o crescimento salarial, existe uma tendência de baixa ao longo das décadas após 1973. Com relação a isso, os dados fornecidos pelo autor condizem com os do *Bureau of Labor Statistics* (2000) que informa que os salários e ganhos dos trabalhadores do setor privado cresceram apenas 4,2% em março de 1990, levando em conta a mudança de percentagem em relação aos doze meses anteriores. Já em março de 1993 os dados contabilizaram crescimento de apenas 2,7%; em março de 1999, no auge da bolha, o crescimento dos salários foi de apenas 3,3%. Os dados se mostram muito distantes do crescimento observado ainda em 1981, quando os salários cresceram, em junho daquele ano, 9,4% em se tratando de percentagem em relação ao ano anterior.

Brasil, de 82,5% para 82,3% de nível de utilização total (NUCI, 2010). Nos Estados Unidos no mesmo período de julho para agosto de 2010 a utilização da capacidade da indústria como um todo passou de 74,7% para 74,8% (BOARD, 2012).

⁴ Segundo o *Bureau of Labor Statistics*, a produtividade do setor não-agrícola cresceu de uma média de 2,1% de 1990 à 2000, para 2,6% de 2000 à 2007, sofrendo um decréscimo de 0,3% de 2007 à 2009; o patamar atingido no pós-guerra, entre 1943 e 1973, período considerado de grande prosperidade e relativa estabilidade, foi de 2,8%. No decorrer dos anos 70 e 80 a produtividade cresceu apenas 1,1% e 1,4% respectivamente. (BUREAU OF LABOR STATICS, 2010).

Observa-se que, por meio de fusões e aquisições, as empresas puderam ampliar seu valor de mercado e impelir continuamente os preços das ações para cima. Como exemplo temos a compra da *TeleCommunications Incorporated* (TCI) pela AT&T – empresas típicas do *boom* tecnológico – em junho de 1998. É autoexplicativa a justificativa de John Malone, *chairman* da TCI à época (PELLINE, 1998, tradução nossa):

Essa fusão é uma tremenda oportunidade de crescimento para os empregados e acionistas da TCI. Enquanto esta continua com a implementação em larga escala de dispositivos digitais avançados, os recursos da AT&T são complementos ideais para a operação e distribuição da banda larga a cabo da TCI⁵.

Outro fator característico da época foi a importância do lançamento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) envolvendo novas empresas (*start-ups*) que “[...] não teriam tido qualquer chance de conseguir apoio [...]” (BRENNER, 2003, p. 260) se não fosse pela emissão de ações. A esse respeito, podemos ver em Kindleberger e Aliber (2009, p. 67) que,

O ‘estouro’ da cotação no primeiro dia de negociação era uma propaganda de que o preço das ações somente subiria. Durante o final da década de 1990, uma proporção extremamente alta de novas emissões de ações experimentou essas grandes disparadas nos preços em seu primeiro dia de negociação. Essas disparadas nos preços encorajaram muitas novas ofertas de ações.

Assim sendo, houve uma atribuição de “[...] valor de bilhões de dólares para empresas que nunca tinham gerado lucro, apenas dispunham de ‘boas’ ideias como patrimônio.” (FARHI; CINTRA, 2003, p. 41). Dessa forma, contribuiu-se para que se firmassem no mercado empresas ineficientes que, por conta disso, poderiam recorrer a diversas maneiras de manter o preço de suas ações seja de forma legal ou não.

Um ponto de interesse para que se entenda não somente a crise na Nasdaq mas toda e qualquer sobrevalorização nas bolsas de valores é a relação entre os preços dos papéis (ganhos “imaginários”, pois apenas se concretizam quando se liquida a posição por meio da venda das ações) e os lucros (ganhos efetivos, cumprem as etapas da acumulação ampliada do capital: dinheiro – mercadoria – dinheiro, ou D-M-D’). Quanto a isso, Foster e Magdoff (2009, p. 11) ressaltam o “[...] fato de a superestrutura financeira da economia capitalista ter ultrapassado em muito a sua base [...]”, colocando, paralelamente a François Chesnais – que alia o capital especulativo ao industrial em meio a um “novo regime mundial de acumulação” (CHESNAIS, 1996) – o lado virtual da economia como autônomo e o real como subordinado às finanças. Além disso, enfatiza-se (GONTIJO; OLIVEIRA, 2010; FOSTER;

⁵ De acordo com dados do *Federal Trade Commission* (2010), de 1996 a 2002 ocorreram 192 ações de execução de fusões, enquanto de 2003 a 2009 esse número caiu para 128.

MAGDOFF, 2009) que a crise regula a esfera virtual à esfera real da economia. Ou seja, quando a distância entre real e fictício se torna insustentável, ocorre a crise como forma de ajuste por meio de uma “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1985) expurgadora de produtores ineficientes. Além desses autores, Nouriel Roubini e Stephen Mihm (2010) deixam clara a importância da triagem de agentes pouco eficientes ou insolventes como forma de evitar o “risco moral” que nos EUA significa que o Fed sempre vem em socorro de grandes empresas – atitude chamada, durante anos 90 de “opções Greenspan”.⁶

O debate sobre as crises traz consigo aquele a respeito da funcionalidade das ações de ordem monetária dos Bancos Centrais por meio da elevação ou diminuição taxa de juros. John Kenneth Galbraith (2004, p. 66-67, grifo nosso) coloca de forma provocativa a questão ao afirmar que:

São tantas as habilidades públicas do presidente Greenspan, e tão enraizada é a fé em qualquer ação que envolva dinheiro, que o Fed receberá o crédito se e quando houver plena recuperação. Isso não muda os fatos de que, quando os tempos estão bons, taxas de juros mais altas não diminuem os investimentos das empresas. *Essas taxas não importam muito; o que importa é a maior perspectiva de lucro.* E na recessão ou na depressão o fator de controle é a baixa perspectiva de lucro.

Keynes houvera colocado a questão do tratamento estritamente monetário das quedas cíclicas atentando ao fato de que a crise ou a alteração nas taxas de investimentos privados “[...] não é primordialmente [causada por] uma alta na taxa de juros, mas [por] um repentino colapso da eficiência marginal do capital⁷ [...]” (KEYNES, 1992, p. 245). Além disso, a eficiência marginal do capital, enfatizado por Keynes trata não somente de estimar dados relativos aos custos de produção de bens de capital, mas também com relação às “[...] expectativas correntes relativas ao futuro rendimento dos bens de capital [...]” (KEYNES, 1992, p. 244). Dessa feita, e de acordo com Foster e Magdoff (2009) as crises não são um problema estritamente monetário sujeito ao controle dos bancos centrais.

⁶ Essa é uma questão recorrente na discussão sobre o papel de prestador de última instância no âmbito dos órgãos internos, como os bancos centrais, ou organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional. Os autores costumam avaliar que os salvamentos impedem ou postergam o processo de “destruição criativa” pois permitem que produtores ineficientes se mantenham ativos. Essa questão se relaciona também com a difusão de um “risco moral”: supondo que uma empresa insolvente tenha sido resgatada em determinado momento, isso significa que certamente ela é “muito grande para falir” (*too big to fail*) e que também deverá ser salva no caso de uma crise futura (KRUGMAN, 2009).

⁷ Eficiência marginal do capital ou propensão a investir “[...] indica a preferência do indivíduo possuidor de um ativo (capital) em sua destinação a um investimento produtivo, a partir da expectativa desse indivíduo quanto à eficiência marginal do ativo. Isto é, se o capital puder proporcionar uma taxa de lucros for superior à taxa de juros bancários, o investimento será compensador. Caso contrário, o capital será destinado à compra de títulos no mercado financeiro.” (SANDRONI, 1985, p. 357).

3 ASPECTOS NOTÓRIOS DA CRISE SEGUNDO A OBSERVAÇÃO DE PERIÓDICOS

Por meio da análise do periódico *BusinessWeek*, pudemos delinear certos aspectos recorrentes na forma pela qual o *boom* norte-americano foi noticiado, evidenciando as crenças e “ilusões” alimentadas pela mídia ao período no qual se insere a crise de 2001. Os pontos condizem com a importância da manutenção de uma bolha na bolsa de valores americana, visto que o efeito riqueza por ela gerado nos anos 90 criou demanda e alçou os investimentos e a produtividade a patamares poucas vezes observados desde 1973. No entanto, o que é questionável é a forma pela qual o valor das ações permanecia numa tendência de alta sem ser acompanhada pelos lucros das empresas que, até os anos finais do século XX, estavam na crista da onda da nova economia. Para além disso, a grande diferença entre os lucros e o valor das ações, evidenciado pela relação *price-earnings* (P/E), gerou uma sucessão de atos contábeis falsários, culminando na falência de grandes empresas e na prisão de grandes *Chief Executive Officers* (CEOs) e auditores que foram condescendentes com a prática da “contabilidade agressiva” pelas companhias Enron, Worldcom, Xerox, etc.

Quando da intensificação da bolha tecnológica, a partir de 1998, um evento em particular ameaçou todo o círculo virtuoso da economia americana: a crise asiática. Sua repercussão foi sentida no fundo *hedge Long Term Capital Managment* que apostava no “milagre asiático”. Nesse momento, a revista americana *BusinessWeek* – tendo grande influência na propagação do mito da nova economia – evidenciou que a crise em um país emergente não afetaria o *boom* nos EUA. A “economia do século XXI” traria, como se acreditava à época, alta produtividade e altos lucros que justificariam o aumento sistemático do preço das ações. Apesar da observação de que ainda haveria recessões, a ideia era a de que seriam superficiais e que haveria um novo período de crescimento assentado sobre sólidas bases, tal qual nos anos pós-guerra.

No entanto, segundo Paul Krugman (2009, p. 55) com relação à crise da Nasdaq, “[...] o aparente sucesso de uma economia e a admiração dos mercados e da mídia por seus gestores não representam garantias de imunidade contra crises financeiras repentinas.” De fato, como exposto por Francisco Luiz Corsi (2010, p.62, grifo nosso):

[...] a instabilidade crônica da economia mundial até 2001, quando da crise da chamada nova economia expressa no estouro da bolha especulativa na Nasdaq, estava concentrada nas economias periféricas que arcaram com severas crises econômicas e sociais, muitas vezes aprofundadas pela imposição de rígidas políticas ortodoxas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos governos dos países desenvolvidos. *A partir desse momento, a crise se deslocou para o centro do sistema.*

Ou seja, a ilusão de uma nova economia cresceu apoiada na visão de que as recorrentes crises nos países periféricos pareciam a parte de uma crise séria no centro capitalista. Com relação a isso basta observar que, poucas semanas antes de noticiar a “revolução” que parecia conduzir os EUA para um futuro com recessões mais brandas, o periódico *BusinessWeek* houvera noticiado de forma ríspida a falta de regulamentação que levou à instabilidade financeira na Ásia e, em seqüência, no resto do mundo. Vale ressaltar que, àquele momento, a pergunta formulada pela mídia e por Alan Greenspan, era a mesma de Robert Brenner (2003) e inquiria se os “novos tempos” haviam de fato trazido um crescimento econômico sustentável ou se se tratava de mais um crescimento assentado sobre uma bolha de ativos e que viria a se esfacerar quando a distância entre a esfera real e a virtual da economia se tornasse grande de mais para continuar progredindo. A visão retrospectiva nos mostra que a segunda opção é mais plausível que a primeira.

Além disso, enquanto atualmente Alan Greenspan é posto como culpado por ter dado origem à bolha que levaria à crise de 2008, a informação corrente há menos de uma década era a de um *chairman* considerado “guru improvável”, em acordo com seu discurso com respeito ao convencimento “[...] de que os sólidos investimentos em novas tecnologias permitiriam à economia crescer rapidamente, por um longo tempo com baixo risco de inflação.” (THE 21ST..., 1998, p. 31, tradução nossa). Por isso, e em resposta à crise do leste da Ásia e à do Long-Term Capital Managment – fundo de *hedge* que apostava no “milagre asiático” –, seria necessário “prover liquidez para o resto do mundo” por meio de uma baixa taxa de juros (THE 21ST..., 1998, p. 31, tradução nossa).

Somando-se ao exposto até então, Galbraith (2004) mostra a forma como a economia alimenta fraudes ditas “inocentes”. Trata-se de um afastamento da realidade, onde o que prevalece são os “modismos e os interesses financeiros” (GALBRAITH, 2004, p. 17). As falácias incluem as relações entre acionistas e empresas visto que “[...]os executivos têm o controle total. Os acionistas são irrelevantes [...]” (GALBRAITH, 2004, p. 70) e, portanto, a assertiva de que os estes seriam os “donos” da companhia seria uma das manifestações das “fraudes inocentes” na economia. Dessa forma, “[...] o poder da empresa está com a administração – uma burocracia que controla suas funções e compensações, que podem chegar às raias do furto [...]” (GALBRAITH, 2004, p. 49)⁸. Com relação à

⁸ De acordo com a *United For a Fair Economy* [2006?], em 2001 estimou-se que um CEO na média ganhava aproximadamente 525 vezes mais do que os outros trabalhadores. A *Forbes* (2010), por meio da *Historical CEO Compensation*, mostra que, ainda em 2001, a compensação média dos CEOs foi de US\$ 13,1 milhões – valor somente ultrapassado em 2007 quando a compensação média total dos CEO foi de US\$ 15,78 milhões –, composto de US\$ 2,611 milhões em salários e bônus, US\$ 7.585 milhões em ganhos provenientes de ações e US\$ 1,832 milhões em outros tipos de compensações. Para gráficos que mostrem a tendência histórica do crescimento dos pagamentos dos CEOs em termos de salários, bônus e opções, observe-se Frydman e Saks (2007).

ilegalidade de empresas como Enron e Worldcom, Brenner (2003, p. 32) observa sua importância, no entanto, não desenvolve o assunto, pois sua obra data de novembro de 2001 e as atualizações feitas pelo autor até o lançamento do original em inglês no ano de 2002 – quando os escândalos contábeis já se pronunciavam – não tratam de tais questões de forma suficiente.

Não se pode dizer que as cobiça e arrogância de executivos fraudulentos são fatos recentes – para tal basta observar a produção “Wall Street – Poder e Cobiça” (1987). No entanto, na bolha na Nasdaq é visível a intensificação do comportamento fraudulento que se estendeu até a recente crise, onde a lógica era a de ganhar mais dinheiro mais rapidamente, muitas vezes ao revés das necessidades morais e legais do enriquecimento.

Com relação aos lucros das empresas, sabe-se que a taxa de lucros corporativos diminuiu a partir de 1995 com o acordo de Plaza invertido; dessa forma, como os preços das ações teoricamente devem se ligar aos lucros das empresas, a contabilidade agressiva foi o que possibilitou – temporariamente – diminuir as diferenças entre os ganhos reais e os divulgados aos acionistas e manter a alta do valor das ações (ENRON, 2005).

A análise dos ganhos é colocada por Marx (1968) por meio da exposição sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucros. Explica-se que a concorrência estimula o capitalista a cada vez mais buscar ampliar e modernizar sua esfera produtiva cumprindo a necessidade básica de continuar competindo. Dessa feita, como para Marx a taxa de lucros é dada pela relação entre mais-valia e capital total – capital variável somado ao capital constante – e este tende a crescer mais do que a extração de mais-valia por ocorrência da incorporação mais rápida dos meios de produção (capital constante), o quociente tenderia a diminuir e assim, a taxa de lucros cairia progressivamente. Isso, no entanto, implica que a massa total de lucros ainda cresceria, mesmo que de forma cada vez menos impetuosa.

Com o aumento da produtividade do trabalhador por meio da ampliação e modernização do capital constante haveria um aumento da massa de lucros como resultado do aumento da produção e diminuição dos preços. Pelas palavras de Marx, “[...] a baixa dos preços mercantis e a alta da massa de lucros correspondente à maior massa de mercadorias com menor preço é somente outra expressão da lei da taxa decrescente dos lucros com uma *massa de lucros simultaneamente em alta* [...]” (MARX, 1968, p. 294, tradução nossa, grifo nosso). Quanto a isso, Robert Brenner (2003, p. 277-284) liga a queda dos lucros com sua tese de excesso de capacidade e produção; o autor argumenta que o “calcanhar-de-aquiles da economia” a partir de 1997, principalmente, foi justamente o excesso de oferta e capacidade nos mercados

internacionais que exerceu pressão para baixo sobre os preços e sobre os lucros no setor corporativo.

Podemos observar que entre os investidores e líderes como Greenspan, o aumento da produtividade era creditada como o promotor dos lucros de que dependia a base de todo *boom* norte-americano. No entanto, como vemos no *Economic Report of the President* (CHAIRMAN, 2010, p. 436-437) os lucros na verdade caíram de forma absoluta no decorrer dos anos de intensificação da bolha, de 1998 a 2000. O lucro do setor de manufaturados caiu de US\$ 155,8 bilhões (1998) para US\$ 143,9 bilhões, sendo que o setor de produtos eletrônicos e computadores teve uma prejuízo de US\$ 6,8 bilhões. Some-se a isso do alerta da revista *Economist* (BEWARE..., 2002) sobre os falsos lucros que foram contabilizados pelas empresas do setor de alta tecnologia na época do *boom* e temos um panorama geral da base insólita sobre a qual se assentou a retomada do crescimento norte-americano até a queda da bolsa Nasdaq.

4 CONCLUSÃO

Pelos dados observados, podemos traçar paralelos entre a exposição retrospectiva de eventos ligados a crises financeiras e a redação de artigos para periódicos semanais que influenciam e são influenciados pelo discurso de líderes. Estes buscam, por diversas vezes, manter bolhas especulativas com o temor de que mudanças de políticas monetárias venham a estourá-las. No momento da crise do mercado de valores em 2001 houve o rompimento da espiral ascendente que envolvia efeito riqueza, maior demanda, crédito, investimento, produtividade e lucros. Como pudemos observar existe um lapso entre o aumento da produtividade e a taxa de lucros e, dessa maneira, entre o ganho real das empresas e a valorização de suas ações.

Quando a estrutura que mantinha a economia dos EUA começou a ceder, foi acompanhada por uma série de escândalos que resultaram de um esforço mal direcionado para perpetuar a alta do preço dos papéis das empresas. O exemplo da Enron foi o mais estudado, rendendo livros e documentários que se alinham com sua repercussão na mídia. Ainda assim, a ideia vendida foi a de uma economia que resistiria a novas recessões, ideia essa vinda ao começo de um novo milênio, alimentando as crenças de uma economia moderna, “a economia do século XXI”. Em outras palavras, não era desejável adentrar a um novo século, ou melhor, a um novo milênio, com o foco em uma possível nova crise econômica. Não era o que os investidores desejavam e menos ainda o que desejava o Banco Central norte-americano. Um novo século deveria trazer novas esperanças e nada melhor do que estimular aquelas que previam o fim da longa estagnação mundial e o início de uma nova fase de cooperação e prosperidade.

Em se tratando de meios de comunicação que devem continuamente informar o leitor a respeito de recorrentes eventos na esfera financeira, os dados são continuamente influenciados por variáveis que indiquem crescimento econômico sustentável. No caso da queda da Nasdaq, a longa duração da relativa estabilidade, a força da demanda norte-americana e a ilusão provocada pelo aumento do preço das ações firmaram o modo pelo qual a confiança na nova economia se prolongou desde 1995 até março de 2000. Isso não significa que a análise de periódicos seja menos relevante do que de fato é; sua observação é valiosa, pois argumenta a favor de determinada conjuntura expondo dados concretos, mas cuja análise pode ser equivocada justamente por não haver a clareza da retrospectiva proporcionada por estudos feitos após o desdobramento dos eventos.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572005000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 02 fev. 2012.

BEWARE of false profits. *The Economist*, London, 7 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/975949>>. Acesso em: 3 out. 2010.

BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM. Federal Reserve statistical release, Washington, DC, 2012. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/releases/g17/current/g17.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

_____. Capacity utilization: manufacturing (NAICS). Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://research.stlouisfed.org/fred2/data/CUMFN.txt>>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Government current receipts and expenditures, Washington, DC, 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.bea.gov/national/nipaweb/GovView.asp>>. Acesso em: 26 out. 2010.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. Productivity change in the nonfarm business sector, 1947 – 2009, Washington, DC, 10 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.bls.gov/lpc/prodybar.htm>>. Acesso em: 24 set. 2010.

_____. Employment cost indexes, 1975-1999. Washington, DC, set. 2000. Disponível em: <<http://www.bls.gov/ncs/ect/sp/ecbl0014.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2010.

CEPAL. *Anuário estatístico para a economia brasileira: documento para discussão interna*. Brasília, DF, 2010.

CHAIRMAN OF THE COUNCIL OF ECONOMIC ADVISORS. The economic report of the president, Washington, DC, fev. 2010. Disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/eop/2010/2010_erp.pdf>. Acesso em: 24 out. 2010.

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORSI, F. L. A crise estrutural e a recuperação cíclica do capitalismo global. In: SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (Org.). *Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes*. Marília: Unesp – Oficina Universitária, 2010.
- EICHENGREEN, B.; BORDO, M. Crises now and then: what lessons from the last era of Financial Globalization? Working Paper, NBER, Cambridge, MA, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8716.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.
- ENRON: os mais espertos da sala. Produção de Alex Gibney. EUA: [s.n.], 2005. 1 DVD (109 min.), son., color, legendado, port.
- FARHI, M.; CINTRA, M. A. M. O crash de 2002: da “exuberância irracional” à “ganância infecciosa”. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 39-61, jan./mar. 2003.
- FEDERAL TRADE COMMISSION. Mergers Enforcement Actions, Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://www.ftc.gov/bc/caselist/merger/index.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2010.
- FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-71.
- FORBES. Historical CEO compensation. New York, 28 abr. 2010. Disponível em: <http://www.forbes.com/2009/04/21/executive-pay-ceo-leadership-compensation-best-boss-09-bosses_map.html>. Acesso em: 27 out. 2010.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 7-40, jun. 2009.
- FRYDMAN, C.; SAKS, R. Historical Trends in Executive Compensation. Working Paper, MIT, Boston, 18 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/econ/sempapers/Frydman1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2010.
- GALBRAITH, J. K. *A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. A crise da globalização financeira. Rosa Vermelha Associação Político-Cultural, [S.l.], mar. 2010. Disponível em: <<http://rosavermelha.org/>>. Acesso em: 11 jul. 2010.
- KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os economistas).
- KINDLEBERGER, C.; ALIBER, R. *Da euforia ao pânico: uma história das crises financeiras*. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. 5.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

NUCI de agosto cai para 82,3% ante 82,5% em julho, diz CNI. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 out. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocos+ndustra,nuc-de-agosto-ca-para-82-3-ante-82-5-em-julho--dz-cn,not_37772,0.htm>. Acesso em: 23 out. 2010.

PELLINE, J. AT&T to buy TCI for \$48 billion. Cnet News, [S.l.], 24 jun. 1998. Disponível em: <<http://news.cnet.com/2100-1033-212622.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ROUBINI, N.; MIHM, S. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHUMPETER, J. A. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1985.

THE 21ST Century Economy. *Business Week*, New York, NY, 24-31 ago. 1998.

UNITEDFORAFAIRECONOMY. CEO pay charts, 1990-2005. Boston, [2006?]. Disponível em: <http://www.faireconomy.org/news/ceo_pay_charts>. Acesso em: 28 out. 2010.

WALL Street. Direção de Oliver Stone. Produção de Edward Pressman. EUA: 20th Century Fox distribuidora, 1987. 1 DVD (126 min.), son., color, legendado, port.

A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: ÍNDIA, ESTADOS UNIDOS E O PAPEL DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

Hermes Moreira Jr.¹

Tainá Dias Vicente²

O cenário contemporâneo das relações internacionais é caracterizado pela desatualização das instituições criadas pelos Estados Unidos para sustentar sua hegemonia no pós Segunda Guerra Mundial. A crise relativa do poder norte-americano somada à ascensão de novos pólos de poder fora do tradicional eixo América do Norte-Europa Ocidental indica a transformação das relações de poder no sistema internacional atual. O objetivo desse texto é apresentar esse quadro de declínio relativo do poder e influência das instituições norte-americanas e demonstrar o novo equilíbrio global estabelecido com a ascensão de novas potências emergentes como Brasil, Rússia, China e Índia. Esta última receberá atenção especial pela forma como tem atuado nesse novo cenário que se constrói, pois sua pendular relação com os emergentes e com a principal potência marca o pragmatismo da tentativa de inserção global deste país na ordem internacional.

Procuraremos demonstrar como a inserção indiana se consolida pelas duas vias, a das coalizões de geometria variável em parceria com as demais potências emergentes, e a aproximação com os Estados Unidos em assuntos estratégicos, como por exemplo, nas discussões de temas sensíveis como o combate ao terrorismo e a

¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

² Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e bolsista da CAPES. Pesquisadora do Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU).

cooperação nuclear. Partindo do pressuposto que a Índia possui hoje características e potencialidades para se tornar uma das grandes forças da política em nível mundial, acreditamos que a compreensão de seu papel na política internacional é elemento fundamental para a percepção dos rumos que as relações internacionais devem tomar a partir das primeiras décadas do século XXI, sobretudo em questões estratégicas para a avaliação da geopolítica global.

Utilizaremos-nos de um breve panorama das relações exteriores da Índia a partir décadas subseqüentes à sua Independência, para, posteriormente, compreender como se consolidam as bases de sua inserção na política internacional. Em seguida, apresentaremos a constituição dos novos arranjos de poder no pós-Guerra Fria e o espaço que passou a ser ocupado pela Índia, enfatizando a alteração do posicionamento dos Estados Unidos em relação à cooperação bilateral com o governo indiano. Em vias de fechar o raciocínio e indicar apontamentos sobre o novo papel da Índia na ordem internacional, abordaremos as limitações do domínio hegemônico norte-americano, sobretudo o desgaste impulsionado pela guerra contra o terrorismo e a possibilidade de um novo arranjo entre as potências emergentes e a superpotência para traçar uma ordem que reflita o equilíbrio de poder contemporâneo.

AS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA: UMA SÍNTESE DO HISTÓRICO

Independente da Grã-Bretanha no ano de 1947, a Índia garantiu sua soberania territorial e política quase que simultaneamente ao início da Guerra Fria, traçando sua estratégia de política externa de acordo com as vicissitudes do conflito. Já nas primeiras décadas de atuação soberana alcançou o posto de importante portavoz dos países que constituíam o movimento de não-alinhamento. Desde então procurou discursar em prol da neutralidade e autonomia dos países do “Terceiro Mundo” principalmente ao liderar a Conferência de Bandung (1955) quando se estabeleceu como referência do Movimento dos Não-Alinhados (ZORGIBE, 1996). Contudo, à medida que o conflito entre EUA e URSS se desenvolveu e ganhou maior complexidade, e as aspirações do país se tornavam mais amplas, a posição e as opções da Índia no cenário internacional passaram a ser revistas.

Caso emblemático de que os resquícios da Guerra Fria chegavam ao continente asiático e “esquentavam” a região se dá na disputa pela Caxemira. Por se tratar de região fronteira entre Índia e Paquistão, em litígio desde a independência destes dois países (1947), a Caxemira caíra como uma luva nas intenções de EUA e URSS de constituir alianças e ampliar a possibilidade de estender sua influência

sobre a região. Desse modo, um importante desenho é esboçado: ao passo que os Estados Unidos e o Paquistão tornaram-se “parceiros íntimos” a Índia arquitetou uma aliança especial com a URSS, opção que lhe foi vantajosa econômica e estrategicamente durante muitos anos, e que a coloca em rota de colisão com os norte-americanos. Entretanto, tais alianças, em meio àquele complexo jogo em que se transformou a Guerra Fria não pouparam de desgastes políticos e fricção as relações entre Índia e China.

As interações diplomáticas entre a Índia e a China iniciam-se logo após a independência chinesa, no ano de 1949. Suas relações trilhavam caminhos pacíficos, porém a disputa regional não demoraria a emergir, e se intensificaria a partir de 1959, com a concessão de asilo político por parte do governo indiano ao líder político e espiritual da região separatista do Tibet, Dalai Lama. Tal episódio agravou os problemas de contigüidade existentes entre os dois países, culminando no conflito sino-indiano, em 1962. Concomitante a isso, a China se envolveu em conflitos diretos com a URSS (ex-aliada), aproximando-se dos EUA, em um jogo estrategicamente forjado pela complexa diplomacia triangular arquitetada pela dupla Kissinger-Nixon para fragilizar as possibilidades de concorrência hegemônica no continente asiático.

Complementarmente, a tensão gerada pelo desenvolvimento dos projetos nucleares indiano, paquistanês e chinês, veio a agravar a já delicada situação e tornar mais aguda a instabilidade regional asiática durante os anos da Guerra Fria. Nesse contexto aprofundam-se as divergências entre Estados Unidos e Índia a partir da recusa desta à adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1968). Mais crítica ainda se encontra a situação no momento em que a Índia executa, em 1974, o seu primeiro teste nuclear, o que estabeleceu uma situação de isolamento entre ela e os países “legitimamente” possuidores de armas nucleares. A questão nuclear se torna, durante muitos anos, a “pedra de toque” das relações entre Índia e Estados Unidos (KAPUR, 2010).

Findada a Guerra Fria e desarticulado o poder soviético, houve um natural desgaste dessas alianças. As disputas regionais, sobretudo pela hegemonia no vácuo de poder que se dera com a queda do império vermelho, se acirraram. Não obstante, sob novas circunstâncias. O comércio entre a China e a Índia aumentou consideravelmente, sobretudo a partir da gradual abertura de seus mercados no início dos anos 1990. No ano de 1991, a Índia elegeu como Primeiro Ministro Narasimha Rao. Como observa Guimarães (2008), a prioridade do novo governo indiano seria “promover o desenvolvimento econômico e aumentar a capacidade militar, de modo a garantir segurança interna e regional, e, ao mesmo tempo, permitir sustentabilidade no cenário internacional de status compatível com os interesses nacionais e a grandeza do País”. Esta mesma abertura trouxe um novo componente à política externa indiana, a aproximação comercial e tecnológica com os Estados

Unidos, que em pouco tempo se tornaria seu principal parceiro individual, condição consolidada ao final da primeira década de abertura comercial.

Algumas situações dos anos de 1999/2000 podem ser utilizadas para ilustrar a aproximação entre os Estados Unidos e Índia. Por exemplo, quando o governo Clinton não se posicionou automaticamente ao lado do Paquistão no conflito de Kargil (1999)³; ou seu discurso para o Parlamento indiano em uma visita oficial ao país (2000)⁴. A partir de então, a tendência dessa relação foi de se intensificar. Durante o governo W. Bush (2001-2008) foi estabelecida, com a Índia, uma relação de parceria com a proposta do “Next Steps in Strategic Partnership” (2001). Ademais, exemplo de intensificação da relação, a Estratégia de Segurança Nacional (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002) faz referência à Índia como colaboradora, em parceria com os Estados Unidos, na Guerra contra o Terror.

Mesmo frente às mudanças ocorridas no cenário internacional do pós-Guerra Fria, a Índia não perdeu seu lugar de centralidade no jogo político mundial, e continua – se não mais como porta-voz do movimento dos não-alinhados – a ser um grande representante dos países em desenvolvimento do Sul. A despeito de sua aproximação com a superpotência, grande parte da sua agenda se encontra voltada à cooperação no sul asiático procurando representar os interesses desse grupo perante os órgãos multilaterais, sobretudo a partir da Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC); Além desse acordo, atua no diálogo trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), representando mundialmente três pontos regionais de base para a luta dos países do sul e projetando positivamente para o mundo a imagem indiana; Atua também ao lado das principais economias emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia e China no BRICS, que recentemente também incorporou a África do Sul à coalizão.

A Índia se posiciona também enquanto liderança nas discussões multilaterais sobre meio ambiente e aquecimento global, e nas negociações da

³ A Crise de Kargil se deu entre Índia e Paquistão por motivos, de acordo com Ganguly (2001, p. 115) de uma combinação de falso otimismo paquistanês e complacência indiana. Essa crise ocorreu devido a decisão infundada de tomadores de decisão paquistaneses em quebrar a Linha de Controle da Caxemira acreditando que haveria uma resposta positiva da comunidade internacional, especialmente dos Estados Unidos. A idéia era que mesmo iniciando o conflito, seria difícil que as grandes potências atribuíssem a responsabilidade do mesmo ao Paquistão. Além disso, os Estados Unidos seriam contrários a se posicionarem a favor da Índia. Porém, essas idéias estavam embasadas em uma avaliação do comportamento americano “passado” sobre os conflitos indo-paquistanês.

⁴ De acordo com Kamdar (2008, p. 319) “Os testes nucleares não impediram o presidente Clinton de tentar estreitar as relações dos EUA com a Índia. Sua histórica viagem ao país, em 2000, foi a primeira visita de um presidente americano em 22 anos. [...] O presidente Clinton disse à audiência indiana que os americanos “saudavam a liderança indiana na região e no mundo” e incentivou os dois países a transformarem uma visão comum em realizações comuns para que os parceiros em espírito possam ser parceiros de fato.” Com o discurso do presidente Clinton, o período de guerra fria da indisposição entre os EUA e a Índia encerrou-se oficialmente. Estava montado o palco para uma parceria sem precedentes entre a Índia e os EUA.

Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) contestando o protecionismo dos países do norte ao mercado agrícola. Assim, a Índia se coloca, atualmente, como um dos principais articuladores dos países em desenvolvimento (G-20; G-77), fomentando e fortalecendo suas características de grande potência emergente e líder regional.

AGENDAS DE COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES ÍNDIA- EUA

Ao final da Guerra Fria os Estados Unidos passaram a procurar novas formas de liderar a sociedade internacional sem deixar de garantir seus interesses nacionais baseados no sucesso de sua economia privada e nos índices de acumulação de capital para a manutenção de sua posição hegemônica. Por terem saído do conflito ainda como superpotência deveriam reorganizar a ordem internacional com novas regras e procedimentos em consonância com seus princípios e valores. No entanto, não só a ordem deveria mudar, mas a maneira como os Estados Unidos iriam agir internacionalmente, já que, a partir da extinção do inimigo, haveria um novo cenário em voga. O contexto modificado passaria a ser visto com muita desconfiança, incerteza e insegurança dado que a estrutura internacional e a maneira dos países de se posicionarem externa e internamente estava sem o direcionamento da habitual rivalidade bipolar.

Todavia, os Estados Unidos permaneceram moldando o ambiente internacional adotando uma postura de ação preventiva antes do rompimento das crises internacionais. O envolvimento norte-americano nos assuntos globais permanece baseado na crença de sua responsabilidade, capacidade e interesse na construção de uma ordem internacional que satisfaça seus objetivos, ou seja, um internacionalismo com íntima conexão com os interesses nacionais. Nessa perspectiva, o engajamento dos Estados Unidos na região é fundamental para garantir a efetividade de seus objetivos estratégicos em todo o continente asiático. Contudo, a manutenção da estabilidade regional, com a presença norte-americana, perpassa pela parceria com as principais lideranças asiáticas, identificadas, sobretudo, a partir do fortalecimento das relações de cooperação com a Índia.

Considerada pelos Estados Unidos como parceiro estratégico, principalmente no que tange à defesa, à expansão da democracia, e à luta contra o terrorismo, as relações bilaterais entre esses dois países têm se intensificado nos últimos anos, principalmente nos intercâmbios tecnológicos e culturais. As intensas relações comerciais que se desenvolveram entre os setores terciários de Estados Unidos e Índia têm colaborado para o aumento na cooperação entre os dois países. Ademais, a presença de, aproximadamente, 1,7 milhões de imigrantes indianos vivendo em

território norte-americano é outro fator que tem contribuído para o incremento dessa relação. Contribuiu para esse processo o aumento de poderio e atuação da China no sistema internacional, que pode vir a desestabilizar as bases da hegemonia norte-americana e alterar as estruturas do sensível equilíbrio do mundo asiático.

Logo no início de seu mandato, George W. Bush assinalou com a possibilidade de um relacionamento especial com a Índia, principalmente no tocante à colaboração para diminuir a instabilidade regional no continente asiático. Tal envolvimento foi fundamental para arrefecer as disputas envolvendo Índia e Paquistão, que reduziram consideravelmente nos últimos anos, abrindo até mesmo possibilidades de cooperação no plano energético entre os dois países. Nesse sentido, a presença norte-americana no continente se dá de maneira estratégica, buscando evitar que Índia / China / Paquistão / Irã venham a se tornar pólos de referência de poder regional, contrastando com a influência que os Estados Unidos pretendem exercer sobre os demais países da região.

Essa aproximação de Índia e Estados Unidos coloca fim àquela relação de distanciamento que perdurou durante todo o período da Guerra Fria. Os interesses estadunidenses se dão muito além da cooperação e das oportunidades em nível econômico/comercial e tecnológico. A natureza estratégica, resultante do reconhecimento do importante papel – senão decisivo, em termos de imagem, prestígio e capacidade militar – que a Índia pode exercer para a estabilidade da Ásia, e sua nova postura na região, em função da alteração da balança de poderes no cenário contemporâneo, é fundamental para a atual dinâmica da relação entre os dois países.

Mas, se por um lado à aproximação entre os Estados Unidos e a Índia é essencial para a garantia de estabilidade regional na visão dos norte-americanos, por outro tem encontrado resistência por parte de alguns países da região. A desconfiança de importantes atores como China, Paquistão e Irã é o chamado “custo estratégico” da aliança, que em determinado momento pode, inclusive, vir a colocar em risco a segurança mundial, segundo algumas análises mais céticas a essa relação.

O desconforto internacional com respeito às relações entre os Estados Unidos e a Índia se dá a partir de 2004, quando têm início as conversações acerca de um acordo de cooperação nuclear entre os dois países. Mais de 30 anos após as sanções impostas pelos Estados Unidos à Índia no campo nuclear, estes passam a reconhecer o país como potência atômica e revogam as restrições à importação de tecnologias e materiais associados à produção de energia nuclear. Em contrapartida, a Índia deveria abrir seus laboratórios para inspeções de rotina da Agência Internacional de Energia Atômica.

As negociações tiveram início no ano de 2005, quando foram estabelecidas reuniões periódicas para a construção do Acordo de Cooperação Nuclear para Uso

Pacífico, cujo processo de ratificação pelos respectivos Congressos se deu ao final de 2008. Segundo Kerr (2010):

The Bush Administration had been considering a strategic partnership with India as early as 2001. Indian officials identified their growing energy needs as an area for cooperation, particularly in nuclear energy. The U.S.-India 2004 Next Steps in Strategic Partnership (NSSP) initiative included expanded cooperation in civil nuclear technology as one of three goals. Phase I of the NSSP, completed in September 2004, required addressing proliferation concerns and ensuring compliance with U.S. export controls. On July 18, 2005, President Bush announced the creation of a global partnership with India in a joint statement with Prime Minister Manmohan Singh. Noting the “significance of civilian nuclear energy for meeting growing global energy demands in a cleaner and more efficient manner,” President Bush said he would “work to achieve full civil nuclear energy cooperation with India” and would “also seek agreement from Congress to adjust U.S. laws and policies”.

Durante este período foi construído um documento que gerou debate quanto a sua efetividade, os seus reais interesses e a deslegitimação de tudo que já foi feito contra a proliferação nuclear. Este processo desde as negociações até a finalização do acordo foi permeado de discursos, convenções bilaterais e documentos que merecem ser profundamente investigados. Ademais, o acordo ainda é motivo de empenho do atual governo Barack Obama podendo ser verificado, sob a atual administração, um “Diálogo Estratégico” entre Estados Unidos e Índia além de acertos subsistentes relativos ao acordo ratificado em 2008.

Conforme observam muitos analistas, este acordo seria uma jogada política extremamente bem planejada pela diplomacia norte-americana, pois promoveria a Índia à condição de terceira potência mundial em poucos anos, contrabalançando o poderio chinês em expansão, e ainda servindo de exemplo de cooperação ao mundo por se tratar de um acordo fechado com um Estado de Direito e de tradição democrática. Segundo membros do *establishment* norte-americano, o acordo de cooperação nuclear entre os Estados Unidos e a Índia representa um salto qualitativo nas relações entre os dois países, sendo passo importante para o aprofundamento das relações bilaterais.

IMPACTOS DA GUERRA CONTRA O TERROR

Porém, outro evento constitui o cenário internacional contemporâneo marcando profundamente as relações internacionais nesse início de século XXI, a guerra contra o terrorismo. Talvez, não necessariamente suas ações, mas seus desdobramentos para a ordem internacional. Sob o impacto dos atentados de 11 de Setembro e apoiado na chamada guerra contra o terror, a imposição geral dos interesses

políticos, econômicos e militares dos Estados Unidos faz com que a postura do governo norte-americano seja a de se apropriar do discurso de combate ao terrorismo para alcançar objetivos que dizem respeito à sua própria política de interesse nacional. Através dessa instrumentalização os Estados Unidos conseguem angariar alguma legitimidade internacional para endurecer suas ações externas e buscam reordenar todo o sistema internacional com o objetivo de garantir sua superioridade política, econômica e ideológica conforme o projeto dos neoconservadores que assumiram o poder com a ascensão de George W. Bush.

É fundamental ressaltar que o novo terrorismo internacional no pós 11/09 se mostrou ser uma ameaça difusa e com alcance transnacional, gerando instabilidade e identificado como perigo à segurança coletiva. Frente a esta realidade, em que as ameaças tradicionais e as guerras clássicas são substituídas por novas fontes de conflito e novas técnicas de combate, os modelos de ação/reação deveriam passar, também, por um processo de reformulação e adaptação. Suas ramificações e sua atuação dispersa e descentralizada tornam pouco eficientes a utilização de forças e táticas militares convencionais, aplicadas contra inimigos ou forças militares convencionais (GOMPERT, 2005).

Todavia, não é essa a realidade que enxergamos na Estratégia de Segurança Nacional que formalizou a Doutrina de Segurança do governo W. Bush. A insistência dos Estados Unidos, frente a sua incapacidade de estabelecer mecanismos eficientes – situação compartilhada por qualquer outro ator do sistema internacional ao optar por tomar medidas isoladas e unilaterais – em combater o terrorismo internacional dentro dos parâmetros clássicos de combate militar leva a interpretações mais profundas sobre a natureza de suas ações, questionando-se os reais interesses dessa política. Principalmente no que tange a definição sobre grupos que atuam como terroristas.

É fato que a política externa norte-americana passou por uma reorientação estratégica que se focou em preocupações frente à sustentação ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição em massa. Assim, fica claro na estratégia de segurança nacional norte-americana (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002) que o combate aos grupos terroristas terá como foco central a coerção de países que fornecem respaldo político, estrutura, ou abrigo a estes grupos, os chamados santuários terroristas. Notadamente, Estados que possuem um histórico de desacertos e, muitas vezes, confronto com os Estados Unidos, ainda que no plano tradicional da política internacional, no plano estatal. Desse modo, a estratégia de segurança dos Estados Unidos, para conduzir sua política de combate ao terrorismo, não se desatrela dos tradicionais interesses nacionais em termos de geopolítica e poder relativo entre as unidades políticas, habitual modelo de análise das relações internacionais. O combate ao terrorismo passa, portanto, para o centro da agenda internacional, não somente com o objetivo de garantia da segurança

coletiva, mas, principalmente, para ser utilizado como agente catalisador na distinção entre “amigos e inimigos” da ordem, e legitimar os desdobramentos políticos desta distinção. E essa discussão acerca da distinção entre “amigos e inimigos” da ordem está intimamente ligada às variantes formas de participação e aceitação do exercício hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional.

A América é agora ameaçada menos por Estados conquistadores do que por Estados falidos. Nós somos ameaçados menos por frotas e por exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos ressentidos. Nós devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, aliados, e amigos. (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002, p. 1).

Essa instrumentalização do combate ao terrorismo internacional em direção aos objetivos tradicionais da política externa do país desgastou a imagem dos Estados Unidos junto à comunidade internacional. Sobretudo pela dureza das declarações e documentos oficiais, e pela prática posterior, de autonomia nacional de maneira desconcertada com sua ação e recurso ao unilateralismo para atingir os objetivos previamente estabelecidos.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro causaram grande impacto na estratégia de segurança dos Estados Unidos, influenciando diretamente sua doutrina de ação externa, e por conseqüência toda a dinâmica das relações internacionais contemporâneas. Para Daalder e Lindsay (2003) os atentados de 11/09 reforçaram o sentido messiânico presente nas doutrinas da política externa norte-americana baseadas no experimentalismo, no destino manifesto e no wilsonianismo. Ao declarar guerra ao terrorismo, na medida em que tentou demonstrar que a “tolerância” dos governos anteriores com grupos extremistas e a opção de não perseguir uma política externa ativa na promoção da democracia estimulou terroristas a desafiarem a América, George W. Bush alterou o *modus operandi* da ação externa norte-americana. O Estado que se caracterizou historicamente pela sustentação das instituições multilaterais para projetar sua hegemonia acabara por deslegitimá-las para alcançar o mesmo fim. Ou seja, como bem ressalta Hirsh (2002), muitas das instituições que compunham a base de sustentação do *soft power* estadunidense passaram a ser consideradas supérfluas pelos republicanos na administração de W. Bush.

Desde o início de seu governo, George W. Bush e sua equipe buscavam reafirmar o poder americano. Recusando a participação no Tribunal Penal Internacional, rejeitando o Protocolo de Kyoto, defendendo a proposta de revisão do Tratado Anti-mísseis Balísticos com a pretensão de construir seu escudo anti-mísseis e retomar o projeto “guerra nas estrelas”, ou distanciando-se das negociações comerciais multilaterais, os republicanos redefiniram a posição dos Estados Unidos em diversos temas que formavam a plataforma do governo Clinton. Esse novo

posicionamento frente a temas internacionais que representassem interferência direta nos interesses norte-americanos já estava explícito durante a campanha eleitoral de 2000 (ZOELLICK, 2000; RICE 2000). Esta retórica e posicionamento político davam início ao processo de desgaste da imagem do país junto à comunidade internacional, sobretudo a imagem de hegemonia benevolente construída pela administração democrata nos anos Clinton.

A despeito da menor ênfase a negociações no âmbito das instituições internacionais e dos foros multilaterais em detrimento de relações bilaterais – nas quais os norte-americanos tendem a levar vantagens – e da fixação na retomada do projeto de escudo anti-mísseis, alguns analistas, como por exemplo Walt (2002), observam que não houve mudanças substanciais na agenda da política externa norte-americana com a chegada dos republicanos ao poder⁵.

Não obstante, a partir do 11/09 e com a proposta de responder ao fundamentalismo e extremismo islâmico de forma radicalmente oposta aos governos anteriores, a campanha contra o terrorismo global ganha contornos de ruptura com o passado e propõe alterações na agenda externa do país (CHOLLET; GOLDGEIER, 2008). Alterações que se iniciam com uma nova correlação de forças dentro das estruturas do próprio governo a partir do momento em que os republicanos moderados passam a perder espaço e influência junto aos *decision makers*, sendo esse papel, de formuladores da política externa, assumido pelos neconservadores.

Os rumos tomados pela política externa norte-americana sob a orientação do pensamento neoconservador acabou por ser contraproducente à grande estratégia do país de manutenção de sua condição hegemônica. Em primeiro lugar, porque o desgaste da imagem dos Estados Unidos junto à comunidade internacional minou as bases de seu *soft power*, considerado o sustentáculo dos princípios que garantem a ordem norte-americana e sustentam sua hegemonia. Mas, principalmente, porque o exercício de poder de forma não concertada para modelar o ambiente externo de acordo com seus anseios tem levado a respostas automáticas ao superpoder americano (LAYNE, 1997, 2002, 2006). Não obstante, longe de estar oferecendo segurança, o expansionismo do próprio líder tem sido auto-destrutivo, pois o próprio *hegemon* acaba desrespeitando as regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir acumulando seu próprio poder. E como observa Layne, para toda essa ação, existe uma reação igual e oposta⁶.

⁵ Nas palavras de Walt: “[...] the foreign policy priorities of George W. Bush and his administration were not radically different from those of their predecessors. Bush had already endorsed continued NATO expansion, reluctantly agreed to keep U.S. troops in the Balkans, reaffirmed the existing policy of wary engagement with Russia and China, and called for further efforts to liberalize global markets. The administration’s early attention focused primarily on domestic issues, and new international initiatives were notably absent.” (Walt, 2002, p. 56).

⁶ É importante ressaltar que de maneira geral e mais ampla não existe uma diferença abrupta na condução

Essa nova dimensão das relações de poder no cenário internacional acaba oferecendo a possibilidade de outros arranjos políticos e projetos contra-hegemônicos emergirem como novos pólos de poder. Identifica-se, portanto, a partir da consolidação do projeto neoconservador e da projeção do poder imperial norte-americano reações nas tentativas de construção de um novo equilíbrio de poder capaz de reconfigurar a ordem internacional. Contribui para isso o movimento das relações internacionais nos últimos vinte anos, que a despeito do aprofundamento do distanciamento entre os Estados Unidos e as demais potências internacionais no campo militar tem oferecido outras formas de desenvolvimento relativo a estas nações. Ao passo que não há que se discutir que o fim da Guerra Fria coloca os Estados Unidos em uma condição diferenciada de única superpotência mundial, o novo quadro das relações internacionais dá início a um processo de reorganização do cenário internacional em que muitos outros países buscam um novo espaço na política mundial em um contexto livre das limitações e imposições da Guerra Fria.

O DESGASTE DA HEGEMONIA E A ASCENSÃO DE NOVOS PÓLOS DE PODER

O endurecimento das posições de política externa por parte dos Estados Unidos reforçou ainda mais o retorno à linguagem de império que caracterizava as críticas frente à nova doutrina que se constituía no combate ao terrorismo. Conforme observa Hobsbawm (2007), a política megalomaniaca dos Estados Unidos, a partir do 11/09, destruiu quase por completo as bases políticas e ideológicas de sua influência hegemônica, deixando o país com poucos elementos que pudessem reforçar a herança da era da Guerra Fria além de seu poder militar.

E de fato, desde sua ascensão à condição de líder do sistema, os Estados Unidos tem sua política externa orientada pelo seu liberal *commitment*, e pelo seu objetivo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada sobre um conjunto de regimes e instituições regionais e globais consagradas pela aceitação coletiva, tanto no campo da segurança e do desarmamento, como no do comércio e dos investimentos. Assim se dá a constituição da estrutura que sustenta a hegemonia norte-americana.

A condição para a reprodução do consentimento, e conseqüentemente a manutenção da hegemonia, é a satisfação de no mínimo alguns dos interesses daqueles

da ordem internacional pelos Estados Unidos com a ascensão dos neoconservadores, uma vez que mesmo através do internacionalismo liberal o projeto de realização do interesse nacional nunca esteve em segundo plano. Contudo, a imposição deste interesse se dava de forma velada, ou encapsulada em outros objetivos, em geral de cunho multilateral e advogado como universal.

grupos que ajudam a constituir determinada estrutura histórica, legitimando as idéias e instituições da potência hegemônica. A situação de hegemonia só pode ser mantida com o consentimento dos participantes, ainda que tenham muitas de suas prerrogativas e interesses subjugados. A montagem e sustentação desse sistema hegemônico se dariam, segundo visão de Cox (1986), não apenas pelas capacidades materiais, mas também a partir das instituições e das idéias comprometidas com a organização da produção e das forças sociais. Elementos perdidos durante a concepção e aplicação da estratégia de segurança nacional que dá origem à chamada doutrina Bush.

Desse modo, a guerra contra o terror rompeu o consenso existente em relação a essa ordem internacional, pois os Estados Unidos deixaram de prestigiar os mecanismos internacionais que garantiam participação de outros membros da comunidade internacional, ainda que isso não impusesse ao país a perda do controle ou influência sobre os chamados “aparelhos ideológicos” produtores de valores e normas. Ou seja, a hegemonia dos Estados Unidos consistia na capacidade em convencer os demais países à adesão efetiva às suas normas e instituições, vetores de sua primazia e de seus interesses nos campos econômico, estratégico, político-diplomático e militar. Buzan (2007) afirma que já algumas vezes ao longo dos anos 1990, mas principalmente desde 2003, os Estados Unidos tem se tornado o inimigo do seu próprio projeto do século XX. Eles têm, segundo o autor, rejeitado, gradativamente, o comprometimento com o multilateralismo, perdendo seu espaço de líder, o que tem destruído a confiança de décadas anteriores e corroído a lealdade de muitos de seus seguidores e demais mantenedores da ordem internacional.

As transformações domésticas e internacionais conduzidas pela revolução estratégica adotada pelos neoconservadores acabaram impondo-lhes constrangimentos estruturais. Além de aprofundar um processo de desconstrução hegemônica esperado por muitos atores e grupos políticos mundo afora, gerou desconfiança em relação à capacidade norte-americana de sustentação da ordem internacional, proporcionando a configuração de novas dinâmicas de equilíbrio regional e global. Sobretudo, teses declinistas e de ascensão de novos pólos de poder (KENNEDY, 1989; WALLERSTEIN, 1995; ARRIGHI, 1996, 2001, 2008) ganham fôlego renovado, e uma nova agenda é sugerida no plano da política internacional. Corroboram com esse raciocínio pesquisas recentes que demonstram que altas taxas de desemprego no país, ampliação na parcela da população vivendo na faixa da pobreza, e redução dos níveis de consumo, produção e crescimento econômico, reflexos dos impactos da crise financeira mundial sobre a economia norte-americana.

Concomitante à existência de um desgaste na hegemonia americana, o processo de ascensão de novos pólos de poder ocorre devido à consolidação de países que não podem mais ser classificados de acordo com o antigo arranjo da Guerra Fria. Na avaliação de estudiosos de diversas correntes e origens como Ikenberry; Wright

(2008), Zakaria (2008), Khanna (2008), Pecequilo (2008), Vizentini (2006), Buzan (2004), os pólos emergentes nessa nova ordem internacional tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais. É nesse sentido que tem atuado nos últimos anos tanto os países da Europa Ocidental através da consolidação da União Européia, como os países do Sul através de coalizões como o IBAS ou o G-20, ou mesmo mais pontualmente as potências de segunda ordem como China e Rússia, aliadas a Índia e Brasil nos BRICs ou a partir do estabelecimento de novas relações através de acordos bilaterais de cooperação e desenvolvimento.

Portanto é possível identificar, como faz Pecequilo (2008) a ascensão de “ensaios de coalizão anti-hegemônica”. Além do declínio econômico proporcionado pelo aumento do número de competidores, da perda da credibilidade associada à aplicação de uma doutrina preventiva e unilateral, e do não funcionamento regular das instituições criadas no pós-1945, pode-se observar a emergência de alianças que pretendem contrabalançar o poder hegemônico dos Estados Unidos. Essas alianças confirmam a dinâmica do cenário político mundial contemporâneo, a geração de novos equilíbrios de poder globais e regionais. Estimulados, sobretudo, pela insatisfação causada pelo descaso norte-americano com os regimes e instituições que consolidaram durante a construção de seu projeto de ordem global.

Fora das instituições, que limitam a atuação dos Estados aliados, mas também restringe o poder do Estado hegemônico (IKENBERRY, 2001), a única possibilidade dos Estados contrabalançarem o poderio norte-americano se dá através de coalizões em temas concentrados e com objetivos específicos. Essas coalizões visam agregar poder e compartilhar benefícios e vantagens comparativas que estes Estados possuam, atuando em conjunto com o intuito de representar projetos alternativos. E tal movimento tem se consolidado a partir do fortalecimento das chamadas potências emergentes, que têm capitaneado esse processo.

China e Índia têm se destacado pelos altos índices de crescimento econômico nas duas últimas décadas, enquanto que a Rússia vem apresentando uma vigorosa recuperação a partir de final dos anos 1990 (ZAKARIA, 2008; COLIN, 2007; TODD, 2003). Além disso, esses países se tornam referência nas análises de coalizões anti-hegemônicas devido à sua atuação regional, que aglutina medidas de desenvolvimento econômico e de reposicionamento estratégico.

Complementar a esse movimento no oriente se desenvolve um novo eixo de cooperação ao Sul, sobretudo com o fortalecimento de dois Estados popular e territorialmente importantes, e que nos anos recentes têm conhecido importante desenvolvimento econômico: Brasil e África do Sul. Cada vez mais esses países

têm despontado como potenciais líderes regionais, angariando respaldo político e institucional junto a alianças regionais para se lançar na política global. O fortalecimento do eixo Sul-Sul ganha fundamental importância estratégica a partir da diplomacia brasileira de estreitamento das relações e da aproximação comercial com parceiros da África e da Ásia⁷ (GUIMARÃES, 2005).

Desse modo, China, Índia, Rússia, Brasil e em um grau cada vez mais importante também a África do Sul, despontam, hoje, como atores fundamentais nos novos arranjos políticos internacionais. Alianças como o BRICS e o IBAS, ou coalizões no âmbito de instituições multilaterais como a OMC e o G-20 fazem desses países “competidores estratégicos” (RICE, 2008) dos Estados Unidos. Tornam-se recorrentes exemplos de competição entre Estados Unidos e China por novos mercados na América Latina, ou a disputa no campo estratégico de fornecimento de suprimentos e tecnologia militar entre Estados Unidos e Rússia, ou ainda a pressão por parte de Índia, Brasil e África do Sul por reformas das instituições internacionais multilaterais, visando refletir a nova dimensão do poder global. Dessa forma, novas alternativas passam a se constituir no ambiente da ordem hegemônica norte-americana.

Todos esses novos arranjos se enquadram em uma esfera de disputa por posições e articulações na política internacional, caracterizados como movimentos de realocação e redimensionamento de poder, e de ampliação da capacidade de influência e representatividade de cada um desses atores no cenário global. Estabelecendo uma nova agenda de pesquisa disposta a prognosticar se os movimentos de coalizões anti-hegemônicas e alianças de geometria variável seriam capazes de conduzir um processo de reforma da atual ordem internacional (OLIVEIRA; MOREIRA JUNIOR, 2010).

O PAPEL DA ÍNDIA NA ORDEM DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

Se já não gozava de unanimidade e simpatia nos quatro cantos do mundo, após oito anos de uma administração republicana repleta de equívocos e erros táticos e estratégicos a política estadunidense de vigilância, manutenção e expansão de sua ordem tem encontrado ampla resistência. Para marcar uma nova fase na política norte-americana, os democratas terão de revisar as grandes linhas de sua política externa, sobretudo no relacionamento com os países que se colocaram contra as ações unilaterais do governo W. Bush. Durante a campanha para as eleições presidenciais de 2008 o discurso de Obama, focado no multilateralismo e optando pelo recurso do *soft power*, caiu nas graças da comunidade internacional, entusiasmando a imprensa

⁷ Especificamente no caso do continente asiático, para evitar competição em um ambiente marcado por tantas rivalidades geopolíticas e geoeconômicas, o Brasil tem estreitado relações com os países árabes, principalmente criando novos fóruns de discussão a partir de reuniões de cúpula entre líderes árabes e sul-americanos.

e muitos analistas políticos mundo afora. Seu *slogan* “**We can change**” atraiu adeptos não só nos Estados Unidos, mas em diversas partes do globo. Este anseio por mudanças na condução dos assuntos internacionais que motivou a campanha democrata é o grande fardo que presidente Barack Obama tem de carregar na reconfiguração da política internacional. Fardo confirmado pelas dificuldades encontradas nas últimas eleições legislativas. Evidentemente, Obama representa uma mudança, sobretudo na política externa do país, ainda que suas diferenças tenham se manifestado mais no plano retórico do que no campo prático. E recebe de sua população a missão e o papel de ser restaurador de uma ordem internacional que parece estar se dissolvendo.

A extensão dos compromissos internacionais por parte das grandes potências, historicamente, mostrou gerar (e expor) fragilidades em (e da) sua administração interna, e contribuir para seu processo de declínio. Os norte-americanos conhecem bem essa história, e devem estar procurando meios para solucionar esta equação e evitar que este movimento se repita com eles também. Portanto o prestígio norte-americano será recuperado à medida que os Estados Unidos conseguirem articular sua política externa com respaldo das principais potências internacionais sem perder a condição de líder e sem deixar de garantir seus interesses nacionais.

Em contrapartida, a Índia continua em busca de garantir a hegemonia regional e alcançar definitiva influência global. Para tanto, o fortalecimento dos laços com os Estados Unidos se torna determinante para sua condição de participante de primeira classe na cena mundial. Muitos dos aspectos tradicionalmente reconhecidos na postura internacional indiana, desde os tempos de líder dos países não-alinhados, continuarão marcando suas opções na política internacional contemporânea. Porém sob nova roupagem, uma vez que, além dos fatores demográficos que sempre caracterizaram a centralidade na condição geopolítica do país, agora há também o peso econômico, e novas dimensões de poder político e militar.

Ademais, a percepção de novos e importantes centros de poder global é tida diante de um cenário desfavorável aos Estados Unidos. Esse é o outro campo de ação identificado pela política externa indiana. No caso da Índia, o avanço nos fóruns de cooperação Sul-Sul, como G-20 e IBAS, e a construção de suas próprias alianças têm conferido cada vez mais autonomia a sua atuação internacional. Esta dinâmica é vista, segundo Vizontini (2004, p. 158) como um cenário que “[...] os grandes países da periferia, como Rússia, Índia, Brasil e África do Sul iniciam um movimento de reafirmação e ação convergente com vistas a estruturar um sistema mundial multipolar.” Assim, estes pólos tenderiam à construção de um sistema multipolar, com equilíbrios de geometria variável, conferindo mais importância à renovação da estrutura de instituições da ordem internacional.

No entanto, com o intuito de também responder a esta transformação, os Estados Unidos tem investido em novas formas de atuação e em novas alianças. Ou seja, para contrabalançar o desgaste da Doutrina Bush, a potência hegemônica investe em diálogos bilaterais. E esse comportamento, de ressaltar a importância das novas potências articulando relações bilaterais e buscando fragmentar os espaços de resistência criados se reafirma no governo Obama. Nesse intento, as relações indo-americanas devem determinar o futuro da Ásia e os novos equilíbrios da política mundial. Barack Obama deixou claro, desde logo após a confirmação de sua vitória, que pretende trabalhar em sintonia com este país, que é um dos grandes parceiros estratégicos dos Estados Unidos. Além do prestígio na reconstrução da imagem do país essa cooperação se dá para a garantia dos interesses norte-americanos na região, sobretudo na guerra contra o terror e na nova acomodação geopolítica no continente asiático, tentando construir e garantir uma influência essencial para a sua grande estratégia regional e mundial, principalmente de manutenção do acesso aos recursos energéticos fósseis.

Por outro lado, a importância do papel da Índia no sistema internacional por meio do reconhecimento dos Estados Unidos pode ser entendida, também, pelo peso que Nova Déli sente em relação à responsabilidade internacional. De acordo com Mohan (2010, p. 140):

In the past, New Delhi tended to accept international rules where it did not have capacity to change them, resisted those like in the nuclear domain that were in direct conflict with India's core national security interests, and champion (if unsuccessfully) idealistic approaches such as the new international economic order or complete abolition of nuclear weapons. As it becomes a great power, India is learning to work with other powers to develop norms, even if they are not comprehensive, and implement them against the wishes of many past fellow travelers from the Third World.

Por isso, Mohan (2010) argumenta que o posicionamento da Índia hoje se deve a sua postura na construção dos regimes nucleares globais, ou seja, ao fato de ter se declarado uma potência nuclear responsável. Para o autor, isto contribuiu para a abertura das negociações “dolorosas” com os Estados Unidos entre 2005 e 2008. Apesar de ser natural do discurso americano a convocação de todos os países para a promoção dos valores que prezam, na Estratégia de Segurança Nacional de 2010 há uma necessidade de reafirmar a importância dos novos centros de poder para a construção da ordem internacional. Dentre as nações que estão no patamar de aliados, já citadas desde a estratégia de 2002, mas de forma mais contundente agora, está a Índia, com quem os Estados Unidos manifestam o anseio cada vez maior de aprofundar as parcerias:

[...] working to build deeper and more effective partnerships with other key centers of influence—including China, India, and Russia, as well as increasingly influential nations such as Brazil, South Africa, and Indonesia—so that we

can cooperate on issues of bilateral and global concern, with the recognition that power, in an interconnected world, is no longer a zero sum game. (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2010, p. 3)

São identificadas, portanto, potências emergentes que fazem parte do sistema e que procuram espaço de influência na ordem hegemônica americana. Este período de vinte anos, melhor caracterizado como uma ordem unipolar com características de multipolaridade permite o reconhecimento de uma ordem composta por uma grande potência, Estados Unidos, e vários pólos de poder também importantes. Pragmaticamente, portanto, a fim de fazer com que os novos centros estejam vigiados e devidamente contrabalanceados, os Estados Unidos constroem uma aproximação importante em termos bilaterais, em que possuem maior peso nas negociações e vantagens relativas, nos anos seguintes ao final da Guerra Fria. Assim, o acordo com a Índia relativo à tecnologia nuclear civil, além de sustentar uma estratégia de segurança energética e política, adéqua-se ao intento de analisar as relações de poder do novo século XXI.

Por outro lado, a Índia é um país que pode vir a se consolidar como potência no século XXI, mas que ainda padece com vulnerabilidades internas e com conflitos regionais que precisam ser corrigidos para consolidar esse papel⁸. Todavia, as experiências de equilíbrio de poder da qual a Índia tem feito parte favorecem a sua ascensão concomitantemente ao declínio de poder relativo da potência hegemônica americana. Como explicitado, garante à Índia, através de sua política externa pendular e pragmática, ora privilegiando as relações com o Norte, ora as relações com o Sul, adquirir papel de proeminência no cenário internacional contemporâneo.

A política externa indiana mantém o padrão de buscar consolidar seu anseio por se tornar uma potência mundial, mas deve considerar que isso se trata de um processo longo de inserção internacional. Conforme identifica Velasco (2003), o pós-Guerra Fria é um cenário de transição mas que não é determinista já que emerge de um choque de duas tendências opostas: a concentração de poder e o combate a esta concentração. Assim, tal como defende o autor, procurou-se desenvolver um trabalho que reafirmasse a configuração do sistema internacional a caminho de uma distribuição de poder mais equilibrada, que não prevê uma substituição da potência hegemônica, mas sim uma maior participação de outros atores na condução da ordem internacional.

⁸ Além dos conflitos territoriais com o Paquistão e os conflitos sociais e étnico-culturais domésticos, a Índia apresenta diversas outras condições de desigualdade social provocadas pela concentração de renda, má distribuição regional da riqueza etc, situando-a na 134^o colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (HUMAN..., 2009).

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.
- BUZAN, Barry. *The United States and the great powers: world politics in the twenty-first century*. Cambridge: Polity, 2004.
- BUZAN, Barry. A leader without followers? The United States in world politics after Bush. *The Global Policy Institute, Policy Paper*, n. 2, 2007.
- CHOLLET, Derek; GOLDGEIER, James. *America between the wars, 11/9 to 9/11: the misunderstood years between of the Berlin wall and the start of the war on terror*. New York: Public Affairs, 2008.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. O. (Ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.
- COLIN, Roberto. *Rússia: o ressurgimento da grande potência*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- DAALDER, Ivo; LINDSAY, James. *America unbound: the Bush revolution in foreign policy*. Washington: Brookings Institution, 2003.
- GANGULY, Sumit. *Conflict unending: India-Pakistan tensions since 1947*. New York: Columbia University Press, 2001.
- GOMPERT, David C. G-WHAT? a review of defense department spending on counter-terrorism. In: IKENBERRY, John G. *Terrorism, security and America's purpose: working group papers prepared for the national policy forum*. Washington: The New American Foundation, 2005. p. 32-41.
- GUIMARÃES, Samuel P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GUIMARÃES, Lytton L. Política externa e segurança da Índia: Implicações para o fórum IBAS. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL: o Brasil no mundo que vem aí: Conferência Índia, 3., 28 ago. 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 9-50.
- HIRSH, Michael. Bush and the world. *Foreign Affairs*, New York, Vol. 81, No. 5, Sept/Oct, 2002. p. 18-43.
- HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. In: United Nations Development Program, 2009. Disponível em: < http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf >. Acesso em: 12 de junho de 2010.

IKENBERRY, John G. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

IKENBERRY, John G.; WRIGHT, Thomas. Rising powers and global institutions. *The Century Foundation*, New York, 2008. P. 3-33 Disponível em < <http://tcf.org/publications/pdfs/pb635/ikenberry.pdf> >. Acesso em: 08 de maio de 2010.

KAMDAR, Mira. *Planeta Índia: a ascensão turbulenta de uma nova potência global*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

KAPUR, S. Paul. India and the United States from the world war II to the present: a relationship trasformed. In: GANGULY, Sumit (Ed.). *India's foreign policy: retrospect and prospect*. New Delhi: Oxford University Press, 2010. p. 257-274.

KERR, Paul K. U.S. *Nuclear cooperation with India: issues for the congress*. Washington: Congressional Research Service, Apr. 2010.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHANNA, Parag. *The second world*. Londres: Penguin Books, 2008.

LAYNE, Christopher. From preponderance to offshore balancing: America´s future grand strategy. *International Security*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 86-124, Summer 1997.

LAYNE, Christopher. Offshore Balancing Revisited. *The Washington Quarterly*, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 233-248, Spring 2002.

LAYNE, Christopher. *The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present*. New York: Cornell University Press, 2006.

MOHAN, C. Raja. *Rising India: partner in shaping the global commons? The Washington Quarterly*, Cambridge, v. 33, n. 3, p. 133-148, July 2010.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *National Security Strategy For A New Century*. Washington: United States Department of State. 2002. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/USnss2002.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2010.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *National Security Strategy For the World We Seek*. Washington: United States Department of State, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Marcelo F.; MOREIRA JUNIOR, Hermes. Multilateralismo, unilateralismo ou unimultilateralismo? Novos rumos da hegemonia americana. In: SALA, José B. GASPAROTO, Ana L. (Org.). *Relações internacionais: polaridades e novos / velhos temas emergentes*. Marília: Unesp - Oficina Universitária, 2010. p. 177-190.

PECEQUILO, Cristina S. Os EUA e o ciclo neoconservador: avaliações preliminares sobre a presidência George W. Bush. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA: o Brasil no mundo que vem aí, 2., Seminário Estados Unidos, 5-6 nov. 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: FUNAG, 2008. v. 1. p. 27-48.

RICE, Condoleezza. Campaign 2000: promoting the national interest. *Foreign Affairs*, vol. 79, no. 1. New York, Jan./Feb. 2000. p. 45-62

RICE, Condoleezza. Rethinking the national interest: American realism for a new world. *Foreign Affairs*, vol. 87, no. 4. New York, Jul./Aug. 2008. p. 02-26.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VELASCO, Sebastião C. *Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. Lua Nova: cultura e política*, São Paulo, n. 58, 2003. p. 169-191.

VIZENTINI, Paulo F. *O Descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

VIZENTINI, Paulo F. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, Paulo F.; WIESEBRON, Marianne (Org.). *Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 15-18.

WALLERSTEIN, Immanuel. *After liberalism*. New York: The New Press, 1995.

WALT, Stephen. Beyond Bin Laden: reshaping U.S. *International Security*, Cambridge, v. 26, n. 3, Winter 2001/2002. p. 56-78.

ZAKARIA, Fareed. The future of american power: how America can survive the rise of the rest. *Foreign Affairs*, vol. 87 no. 3, New York, May/June 2008. p. 18-26.

ZOELLICK, Robert. Campaign 2000: a republican foreign policy. *Foreign Affairs*, vol. 79, no. 1. New York, Jan./Feb. 2000, p. 63-78.

ZORGIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*. Campinas: Papirus, 1996.

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Francisco Luiz Corsi¹

I INTRODUÇÃO

O presente artigo discute de forma preliminar a recuperação da economia mundial em 2010, na qual os países em desenvolvimento tiveram um papel central. Especial atenção será dada a América latina nesse processo. Estamos interessados, sobretudo, no desempenho dos países latino-americanos nesse processo e nas consequências da crise para a região, sobretudo para sua inserção na divisão internacional do trabalho.

A economia mundial enfrentou forte contração em 2009, em virtude da crise global iniciada em fins de 2007 com o estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano, que rapidamente se espalhou pelo mundo dada a profunda articulação do mercado de capitais e do sistema financeiro em escala mundial, gerando pânico nos mercados globais. A forte contração da liquidez transformou a crise financeira em crise comercial e produtiva. A retração da economia mundial foi severa e pôs fim a fase de expansão 2003-2008. A possibilidade de uma crise semelhante à de 1929, que se desdobrou em uma depressão prolongada, era bastante palpável naquele momento. Trilhões de dólares de capital fictício foram queimados e observou-se acentuado declínio da acumulação de capital, do emprego

¹ Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

e da renda², embora o excesso de capital fictício e de capacidade produtiva não tenha sido superado. Ou seja, o problema de sobreacumulação de capital que está na raiz da crise ainda persiste.

A crise mostrou a incapacidade dos mercados auto-regular de forma eficiente a economia, colocando em questão um dos pilares da ideologia neoliberal. Rapidamente, vários governos abandonaram a ortodoxia e passaram a intervir na economia de diferentes maneiras para estancar a crise e salvar o mercado financeiro do colapso. Passaram a considerar a regulamentação do capital necessária para recolocar a economia no caminho do crescimento e evitar novas instabilidades, embora até agora muito pouco tenha sido feito nesse sentido, com exceção talvez do governo norte-americano. As instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, se mostraram incapazes de enfrentar a crise. Mudaram de postura em relação a que adotaram nas crises da década de 1990, que atingiram, sobretudo, a periferia. Nas crises do México e da Ásia, essas instituições impuseram de forma intransigente políticas ortodoxas que agravaram a situação. Agora, quando se trata de defender os interesses do grande capital financeiro e das economias centrais, passaram a recomendar políticas monetárias frouxas e expansão do gasto público. A preocupação com o endividamento público elevado, a inflação e os desequilíbrios externos foi flexibilizada no momento mais agudo da crise. A atuação dos Estados nacionais foi central para a recuperação, o que nos leva a matizar a propalada crise dos Estados nacionais, pelo menos daqueles que ocupam o topo da hierarquia mundial, embora isso não se coloque para os Estados da maior parte da periferia.

A recuperação esta vinculada a adoção generalizada de políticas econômicas anticíclicas (aumento do gasto público, redução dos juros, ampliação do crédito, incentivos ao consumo e planos de investimentos) por parte da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estas políticas estancaram o processo de aprofundamento da crise. A atuação dos países desenvolvidos no combate a crise evitou o colapso do sistema financeiro e do padrão monetário e, por conseguinte, da produção e do emprego. Injetaram trilhões de dólares na economia para evitar o total estrangulamento da liquidez. Ao mesmo tempo, incrementaram os gastos em obras em infra-estrutura e os gastos sociais. Estimam-se os desembolsos com resgates de bancos, planos de investimentos, estímulos fiscais, estímulos ao consumo, etc. pelas principais economias do mundo em 11 trilhões de dólares do início da crise até março de 2009. O plano norte-americano, anunciado ainda no governo Bush, prevê dispêndios da ordem de 860 bilhões em estímulos para a economia e socorro aos bancos. Para União Europeia estimam-se gastos da ordem de 260 bilhões de dólares no enfretamento da crise.

² Estima-se que as perdas tenham totalizado 25% da riqueza mundial até dezembro de 2009 (MACHINEA, 2010).

Os países em desenvolvimento também adotaram políticas econômicas anticíclicas. Cabendo destaque para a China, novo polo de acumulação de capital da economia mundial. A manutenção de elevados níveis de crescimento econômico neste país foi fundamental para a recuperação da economia. O governo chinês implantou um programa de incentivo ao consumo e aos investimentos, voltado para o mercado interno, orçado em 585 bilhões de dólares. O Brasil também adotou medidas anticíclicas baseadas na redução de juros e impostos e na elevação do gasto público e do crédito, o que amenizou os impactos da crise internacional no país. Em conjunto, essas medidas soergueram a economia mundial.

II A RECUPERAÇÃO

Os primeiros indícios de recuperação da economia mundial datam do final de 2009. Claros sinais nesse sentido ficaram evidentes no início do ano seguinte. Contudo, a recuperação, desde o princípio, mostrou-se bastante desigual, reafirmando a velha tendência de crescimento desigual e combinado do capitalismo. Os ritmos desiguais de crescimento refletem, em parte, transformações estruturais em curso nas últimas quatro décadas no capitalismo global. Os países em desenvolvimento da Ásia, que sofreram relativamente pouco com a crise, rapidamente voltaram a crescer depois de certa desaceleração. Outros países periféricos, com menor intensidade, seguiram também esse caminho. Como alguns países da América Latina, entre eles o Brasil. Enquanto os países desenvolvidos apresentaram lenta recuperação. A tabela 1 sintetiza a evolução da economia mundial no período recente.

A partir da referida tabela podemos observar, em primeiro lugar, que a crise derrubou a economia mundial, que sofreu uma retração de 0,6% em 2009. O centro do sistema capitalista foi duramente atingido. O Produto Interno Bruto (PIB) da região declinou, neste mesmo ano, 3,4%. Enquanto isso, os países em desenvolvimento cresceram 2,5%, depois e terem crescido 6,1%, no ano anterior, e 7,4% em média na fase de auge 2003-2007. Cabe destacar o crescimento da China. Esse desempenho dos países em desenvolvimento impediu uma retração muito maior da economia mundial. A recuperação, claramente visível em 2010, também dependeu do desempenho dos países em desenvolvimento, sobretudo da Ásia, que cresceram 9,2%. O bom desempenho desses países, em particular mais uma vez da China, contribuiu para puxar, por meio de sua demanda crescente por matérias primas, outras economias periféricas, como as da América Latina.

Tabela 1 - Crescimento Produto Interno Bruto (em %)

	2003-2007	2008	2009	2010	2011*	2012*
Mundo	4,7	3,0	-0,6	5,0	4,4	4,5
Países Desenvolvidos	2,7	0,5	-3,2	3,0	2,5	2,5
Estados Unidos	2,8	0,4	-3,4	2,8	2,5	2,5
Zona do Euro	2,1	0,6	-4,1	1,8	1,5	1,7
Japão	2,1	1,2	-6,3	4,3	1,6	1,8
Países em Desenvolvimento	7,4	6,1	2,6	7,1	6,5	6,5
Países em Desenvolvimento da Ásia	9,2	7,7	7,0	9,3	8,4	8,4
China	11,0	9,6	9,2	10,3	9,5	9,5
Índia	8,6	6,4	5,7	9,7	8,4	8,0
América Latina e Caribe	5,0	4,2	-1,8	5,9	4,3	4,1
México	3,4	1,5	-6,1	5,2	4,2	4,8
Brasil	4,0	5,1	-0,6	7,5	4,5	4,1
África subsaariana	6,3	5,6	2,8	5,0	5,5	5,8
África do Norte e Oriente Médio	5,9	5,3	1,8	3,9	4,6	4,7

Fonte: CEPAL (2010a, p. 33) e FMI (2011, p. 2) *Previsão

A pronta e abrangente intervenção dos Estados nacionais evitou, como já assinalado, o colapso do sistema financeiro e criou as condições para a paulatina normalização do crédito e dos fluxos de capitais, o que ocorreu a partir do primeiros meses de 2010. Os mercados de capital se recuperaram com a retomada da especulação com ações nas principais bolsas do mundo. Cabe destacar como mercados mais rentáveis no primeiro semestre de 2010 os do Chile, Colômbia, Indonésia, Malásia e Tailândia. Observa-se grande fluxo de capitais para os países periféricos, não só devido à retomada mais intensa do crescimento por parte desses países, mas, sobretudo, em virtude dos juros mais elevados pagos pelas economias periféricas. Esse fluxo de capitais pode gerar bolhas especulativas na periferia, além de pressionar a valorização das moedas, com resultados negativos para as exportações e para as estruturas industriais, que podem sofrer regressões, como vem ocorrendo em alguns países da América Latina (CEPAL, 2010a, 2010b; FMI, 2011).

Associada ao dinamismo das economias asiáticas em desenvolvimento, cujo aumento da demanda estimulou o comércio, a normalização condições financeiras também foi importante para a retomada dos fluxos comerciais no mundo, sobretudo no que diz respeito ao financiamento das importações e exportações. O comércio mundial voltou a crescer de maneira mais consistente a partir do início de 2010 e foi importante para a recuperação mundial. Observa-se a retomada da demanda nos setores de bens de capital, produtos eletrônicos e bens intermediários. Cabe destacar a forte elevação dos preços dos produtos básicos, em especial petróleo, cujos preços depois de caírem com a crise começaram a se recuperar ainda em 2009, embora não tenham atingido os patamares pré-crise. Uma síntese da evolução do comércio internacional pode ser vista nos gráficos a seguir (CEPAL, 2010a, p. 32-42).

Entretanto, a recuperação não parece ser um processo nada tranquilo. Não só em virtude de taxas bastante desiguais de crescimento, mas também devido à situação econômica precária de diversos países, que enfrentam estagnação econômica, altas taxas de desemprego e deterioração da renda e das condições de vida. A situação de vários países da Europa é ilustrativa.

Índice de Preços dos produtos básicos, 1993-2010 e janeiro de 2005 - maio de 2010 (Índice 2005=100).

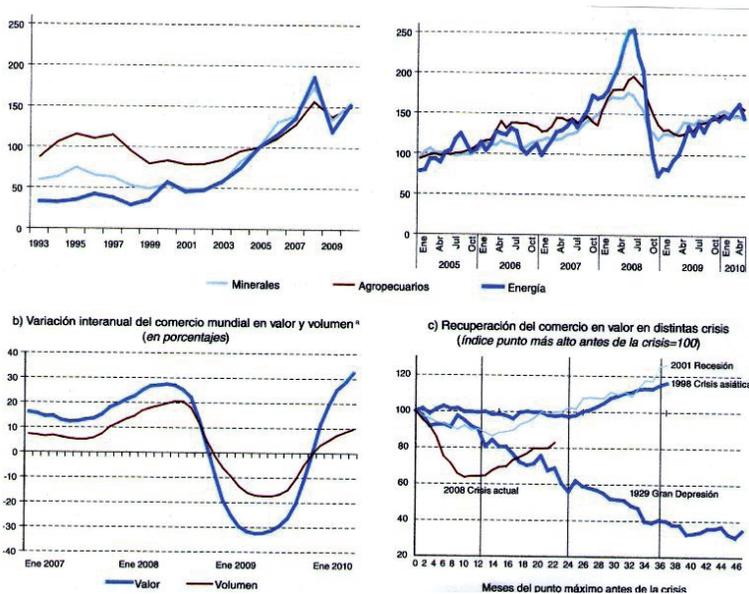


Gráfico 1 - Evolução dos preços dos produtos básicos e do comércio mundial em distintas crises econômicas

Fonte: CEPAL, 2010a, p. 36.

A Grécia sofreu forte ataque especulativo no início de 2010, que a levou praticamente a insolvência. Logo depois, foi seguida pela Irlanda, que também foi obrigada a pedir socorro para a União Europeia e para o FMI. Situação problemática também enfrentam a Espanha e Portugal. A Itália também não passou incólume pelos especuladores. O risco do pânico se alastrar pela Europa era real naquele momento. Para estancar o pânico foi aprovado um pacote de emergência de 750 milhões de euros para socorrer as economias em dificuldades. Porém, essas medidas não resolveram de forma consistente a crise desses países que até hoje se arrasta e esta longe de ser resolvida. Contudo, não houve, até o momento, o contágio do resto da Europa, que poderia, caso ocorresse, por fim a recuperação da economia mundial. Medidas continuaram a ser tomadas. Em março de 2011, foi formado um fundo de estabilização pela União Europeia para socorrer os países com risco de inadimplência.

A situação não deixa de ser irônica, pois a deterioração da economia e das finanças desses países, que agora são alvo de violenta especulação, decorreu de problemas relativos à rápida elevação das dívidas e dos déficits públicos, que alcançaram elevados patamares, intimamente vinculados a necessidade de salvar justamente esse mesmo capital financeiro e estancar a própria crise. Ou seja, os governos nacionais e a União Europeia fizeram de tudo para salvar a valorização fictícia do capital, que consiste em uma das principais causas da crise e mesmo assim os sistemas bancários destes países estão fragilizados, como o da Irlanda. Estima-se que será necessário ainda injetar entre 24 e 37 bilhões de euros para mantê-lo em pé. Para resolver o problema das dívidas esses países adotaram rígidas políticas de austeridade fiscal e corte nos salários. Buscou-se mais uma vez socializar os prejuízos. O ônus do socorro ao capital financeiro foi jogado nas costas da classe trabalhadora. As medidas recessivas resultam no agravamento do desemprego, na redução de salários e na perda de direitos sociais. A resistência a essa saída tem sido crescente por parte dos trabalhadores, mas eles não têm conseguido, até o presente, reverter esse quadro.

No entanto, essas medidas recessivas tendem a prolongar a crise e só garantem os interesses dos credores, pois reduzem ainda mais a demanda efetiva e assim agravam a crise e a própria recuperação das finanças públicas. Esses países correm o risco de entrarem em uma fase prolongada de estagnação. Ao não disporem da alternativa de desvalorizar a moeda, não podem fazer uso da saída “clássica” de recuperar a atividade econômica por meio do incremento das exportações. O euro tornou-se uma camisa de força. A alternativa para será mais difícil e implicará obter ganhos significativos de produtividade, que requerem tempo e elevados investimentos, difíceis ocorrerem em uma economia estagnada em um cenário internacional cada vez mais competitivo, sobretudo em decorrência do dinamismo das economias asiáticas, que contam com mão-de-obra barata e abundante,

setores tecnologicamente avançados, moedas artificialmente desvalorizadas e adotam políticas ativas de intervenção estatal na economia associadas a políticas neomercantilistas. É neste quadro geral que se está processando a recuperação da economia mundial.

III Os DESDOBRAMENTOS

O dinamismo das economias em desenvolvimento da Ásia, em especial da China e da Índia, acirram, por um lado, a concorrência intercapitalista, consistindo em um dos fatores que estão a levar a desindustrialização do centro, a sua perda de peso na economia mundial e ao aparente deslocamento do centro da acumulação para a Ásia. Por outro lado, o seu rápido crescimento estimula outras economias e influencia o processo de mudanças na divisão internacional do trabalho. A situação é complexa, pois os países asiáticos, desde a década de 1980, foram alvo de ampla penetração de empresas estrangeiras, em especial japonesas e norte-americanas, o que incrementou o comércio intra-firmas e parte considerável das exportações desses países referem-se às exportações dos grupos transnacionais. As articulações financeiras também são profundas, sobretudo com a economia dos EUA.

Observa-se uma espécie de simbiose, que se dá nos planos financeiro, comercial e produtivo, entre os EUA e as economias asiáticas em desenvolvimento. Os déficits nas contas externas norte-americanas têm exercido o papel de estimulador da economia mundial. Esses déficits têm sido contornados, em grande parte, graças ao papel do dólar como moeda chave do sistema monetário mundial e à capacidade do sistema financeiro dos EUA atrair capitais do mundo todo, sobretudo para aplicações em papéis de sua dívida pública, que se tornou em um dos centros da valorização fictícia do capital. Desta maneira, os países superavitários, que detêm a maior parte das reservas mundiais, em especial os asiáticos, aplicam vultosas somas em títulos públicos norte-americanos. Não existem opções consistentes para os excedentes financeiros a não ser o dólar. Esse processo também sustenta o excesso de consumo dos norte-americanos e, por conseguinte as próprias exportações dos países asiáticos em desenvolvimento, um dos principais motores de suas economias. Essa forma de articulação contribui para estabilizar e expandir a economia dos EUA e para a expansão dos países asiáticos e para estimular o conjunto da economia mundial (BELLUZZO, 2009).

Essa forma de articulação parece perder força à medida que a economia norte-americana perde dinamismo e os mercados internos da Ásia ganham peso na economia mundial. A atual crise parece apontar nesta direção. Como vimos, as

economias em desenvolvimento da Ásia tem sido o carro chefe da recuperação e dessa forma exercido crescente influência na economia mundial.

A China tem papel central nesse processo. Na Ásia, tornou-se o centro da economia regional a partir da crise asiática de 1997, deslocando o Japão dessa posição. A crise de 1997 parece ter sido um momento decisivo. Um dos elementos centrais para alcançar essa posição foi a autonomia desfrutada na determinação da política econômica. O governo chinês conseguiu manter, apesar das pressões norte-americanas, o câmbio desvalorizado. Também conseguiu reduzir o impacto da queda das exportações por meio de um amplo programa anticíclico de investimentos, capitaneado por grandes empresas estatais. Este programa estava voltado para o mercado interno e se baseava em investimentos na construção civil e na infraestrutura. Essas medidas sustentaram a economia chinesa, enquanto isso os demais países da região mergulhavam na crise. O mercado interno passou a pesar cada vez mais e, com o tempo, tornou-se o centro de gravidade para a economia regional e polo dinâmico da acumulação de capital em escala mundial, embora as exportações tenham ainda enorme importância para a economia chinesa. O dinamismo de sua economia permitiu a China deslocar os outros países industrializados da região em uma série de produtos do mercado mundial, particularmente dos mercados japonês e norte-americano. Conseguiu, aproveitando o boom da segunda metade dos anos 1990 dos EUA, ampliar consideravelmente suas exportações de produtos relacionados à alta tecnologia, em especial no que se refere à tecnologia da informação. Também se tornou no maior importador da Ásia, transformando-se em pólo de crescimento e de estabilização da região. O poder de atração da economia chinesa reduziu as influências japonesas e norte-americanas no Leste asiático (MEDEIROS, 2006). A emergência da Índia talvez possa tornar esse quadro mais complexo e contrabalançar, em parte, a ascensão da China. Seja como for, este processo parece ter se aprofundado na atual crise do capitalismo globalizado.

O impacto desse processo também foi grande nas demais regiões do mundo. Para várias economias periféricas a crescente demanda por commodities por parte da China tem sido um fator de grande relevância para o crescimento tanto na fase de expansão 2003-2007 quanto na recuperação da crise atual. Suas importações têm contribuído para o crescimento das economias periféricas exportadoras de commodities. A China também tem crescentemente ampliado seus investimentos externos diretos. Esses investimentos, em parte, destinam-se a incrementar a produção de matérias-primas, manufaturas e energia na periferia. Em 2010, por exemplo, a China realizou uma série de investimentos na América Latina nos setores de petróleo, energia, mineração, siderurgia, telecomunicações e automóveis que superaram os US\$ 30 bilhões.

Embora sua recuperação também seja heterogênea, a América Latina acompanhou as demais regiões periféricas e cresceu, em 2010, 5,9%, depois de ter sofrido uma retração no PIB de 1,8% no ano anterior. A retomada da atividade econômica baseou-se tanto no crescimento da demanda interna e nos investimentos, quanto no incremento das exportações, que foram impulsionadas pela crescente demanda Chinesa. Também contribuiu a melhora da situação da economia dos EUA. A formação bruta de capital fixo que tinha caído 9,9%, em 2009, cresceu 11,2% em 2010, representando 21,3% do PIB, contra 20,8% no ano anterior. Taxa baixa se comparada com as dos países da Ásia em desenvolvimento. O consumo retraiu-se relativamente pouco. Expandiu-se apenas 0,1%, em 2009, e voltou a crescer 5,5% em 2010 (CEPAL, 2011).

As exportações em 2010 cresceram, em 2010, 29%, depois e terem declinado 23% no ano anterior. No primeiro semestre de 20210, as exportações para China cresceram 45% em relação ao mesmo período de 2009. Ou seja, a um ritmo mais acelerado que o crescimento total das exportações. Em 2010, as exportações de bens primários da região para a China totalizaram 40 bilhões de dólares (cerca de 10 vezes mais que uma década antes), enquanto as exportações chinesas de bens manufaturados atingiram a cifra de 78 bilhões de dólares. Desde meados da década de 2000, cerca de 90% das exportações para a China constituem-se de produtos primários (CEPAL, 2008- 2010). Cada vez mais a região passa a compor as cadeias produtivas centradas na China como fornecedora de produtos de baixo valor agregado e pouco intensivos em tecnologia. Este desempenho do setor exportador resultou em alterações da pauta de exportações. Os dados apresentados a seguir são ilustrativos.

Tabela 2 - América Latina e Caribe

Exportação de produtos primários e manufaturados segundo sua participação no total. (% do valor total das exportações FOB)

Período	Bens Primários	Bens Manufaturados
1980	82,2	17,8
1990	66,8	33,2
2000	42,1	57,9
2009	52,9	47,1

Fonte: CEPAL, 2011.

Os dados sugerem nítida “reprimarização” da pauta de exportações da América Latina a partir do momento em que cresceu o comércio com a Ásia, em particular com a China. Esta reprimarização foi acompanhada pelo recuo do setor manufatureiro. Entre 1975 e 2000 observa-se uma queda de 30% do setor industrial

no PIB da região. No mesmo período, a participação da América Latina na produção industrial da periferia recuou de 37% para 26%. Em 2000, a indústria manufatureira representava 17,1 do PIB regional (a preços constantes). Em 2009, este número caiu para 15,1% (CEPAL, 2011).

Este processo, acelerado a partir de 2000, parece ter raízes mais profundas, que datam da década de 1970 e da seguinte, quando a região se inseriu no processo de mundialização do capital em condições bastante adversas, marcadas pela crise da dívida externa, pela crise inflacionária e pela crise fiscal do Estado, em um contexto de baixo crescimento econômico e deterioração das condições sociais. Período que começou a delinear-se uma nova divisão do trabalho decorrente dos processos desencadeados pela crise estrutural do capitalismo dos anos 1970³.

O padrão de acumulação desenvolvimentista começou a declinar na América Latina mesmo antes da fase de mundialização do capital em virtude do baixo desempenho econômico, da incapacidade de completar o processo de industrialização, do agravamento das condições sociais e das lutas sociais que marcaram esse período. Temerosas em relação ao acirramento das lutas sociais, as classes dominantes unificaram-se e introduziram um novo padrão de acumulação e políticas neoliberais. O Chile adotou a partir de 1973 uma política liberal que levou a desindustrialização e ao enfraquecimento da classe trabalhadora. A Argentina a partir da ditadura militar em 1976 trilhou o mesmo caminho. Os demais países da região a adoção dessa saída foi mais paulatina e se deu sob a pressão de processos hiperinflacionários, de profunda crise econômica, da fuga de capitais, da queda dos fluxos de financiamento externo, de grave crise fiscal, de deterioração dos termos de intercâmbio e da crise das dívidas externas, associadas a contínua pressão dos organismos multilaterais de crédito. Esses processos, em particular o crescente desemprego decorrente da crise econômica, debilitaram a capacidade de resistência da classe trabalhadora. A crise reforçou a situação estrutural de precariedade e informalidade do mercado de trabalho da região. A adoção do novo modelo parecer ter levado a reacomodação dos setores das classes dominantes, com o fortalecimento

³ Em um contexto de acirramento da concorrência e queda das taxas de lucro, decorrente, em parte, do acirramento da luta de classes, o capital promoveu com objetivo de recuperar a rentabilidade ampla reestruturação produtiva, cujo um dos aspectos centrais foi a realocação espacial de inúmeros setores produtivos em relação a periferia. O capital buscou novos espaços de acumulação, onde pudesse contar com mão-de-obra e outros custos baratos e altas taxas de lucro. Essa expansão só foi possível graças à abertura das economias nacionais, à diminuição dos preços de transportes, ao desenvolvimento das comunicações e do processamento de dados, que permitiram as matrizes dos grupos transnacionais coordenarem e controlar processos globais de produção, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Ou seja, observa-se, sob a liderança das grandes empresas multinacionais, crescente internacionalização dos processos produtivos. Esse processo levou a realocação regional de vários segmentos produtivos, incorporando milhões de trabalhadores da Ásia à economia mundial, remunerados com salários diminutos. A realocação espacial de segmentos da indústria, em especial no Leste Asiático, induzida pela busca incessante de valorização do capital, contribuiu ao reorganizar a divisão internacional do trabalho para abrir uma nova fronteira de acumulação, que ganharia peso crescente na economia mundial e redesenharia especialmente o capitalismo (CORSI, 2010; BASUALDO; ARCEO, 2006).

dos setores financeiros e rentistas e dos vinculados às exportações, favoráveis a abertura ampla da economia nacional, e o enfraquecimento dos setores mais ligados ao mercado interno (BASUALDO; ARCEO, 2006). Esse processo acarretou uma inserção passiva na economia mundial (GONÇALVES, 2002) e um longo período de estagnação econômica e de involução estrutural das economias latino-americanas, que tenderam a reforçar o peso dos setores primários.

Neste contexto, a América Latina, embora muito heterogênea em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, ao não ter conseguido uma inserção dinâmica na economia mundial a partir dos difíceis anos 1980, parece tender a inserir-se como produtora de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado e baixa intensidade tecnológica. Não obstante essa inserção contribuir para o crescimento econômico no atual ciclo de ascensão dos preços das commodities, que pode ser longo em virtude da crise ambiental e energética e da elevação da demanda por produtos primários do novo polo de acumulação mundial na Ásia, esse caminho parece não ser consistente, pois os setores primários não são capazes de difundir e garantir um crescimento econômico sustentado para o conjunto da economia, acompanhados de incremento do emprego e dos salários, em particular para países com economias mais complexas e populosas, como o Brasil, o México e a Argentina. Os governos de centro esquerda que avançaram na região desde o início da década de 2000 não conseguiram romper com essa tendência.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia mundial começou a recuperar-se da crise aberta com o estouro da bolha especulativa com imóveis nos EUA a partir de fins de 2009 e início do ano seguinte. A recuperação é muito desigual. Os países em desenvolvimento, em particular os da Ásia, estão liderando a recuperação, enquanto os países do centro amargam altas taxas de desemprego e baixo crescimento. Reafirma-se a tendência de desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, a recuperação tem ainda inúmeros percalços, em particular a débil situação dos países endividados da periferia da União Europeia, que a até o momento não contagiaram o restante da Europa.

Um dos efeitos da crise e da forma como está ocorrendo à recuperação pode ser a aceleração do processo de transferência do eixo da acumulação de capital para a Ásia, em especial para a China, nova locomotiva da economia mundial. A economia Chinesa, que tem apresentado altas taxas de crescimento, está estimulando a partir de suas importações de commodities vastas áreas da periferia, que começam a gravitar em torno do candidato a novo centro econômico do capitalismo. Também ganha importância crescente as exportações de capital chinesas. Contudo, ainda é

cedo para descartarmos a hegemonia norte-americana. Mais correto seria falar em um mundo cada vez mais multipolar.

REFERÊNCIAS

BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique. (Org.). *Neoliberalismo y setores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, Luis G. M. . *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: Ed. FACAMP, 2009.

CEPAL. *Balace preliminar de las economias de América latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2008-2010. Disponível em: http://www.eclac.cl/search/?q=Balance+preliminar+de+las+economias+de+Am%EArica+latina+y+el+Caribe+2010&btnG=Buscar+en+la+CEPAL&client=UN_Website_English&site=un_org-ECLAC&output=xml_no_dtd&lr=lang_es&base=%2Ftpl%2Ftop-bottom.xslt&idioma=ES&ie=UTF-8&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&entqr=3. Consultado em 16/08/2010.

CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América latina y el Caribe 2010-2011*. Santiago: CEPAL, 2010a. Disponível em: http://www.eclac.c/publicaciones/xml/9/44349/La_region_en_la_decada_de_las_economias-emergentes_PANISAL_2011.pdf. Consultado em 23/09/2011

_____. *Estadísticas*. Santiago: CEPAL, 2011. Disponível em: http://www.eclac.cl/search/?q=Estadisticas.&btnG=Buscar+en+la+CEPAL&client=UN_Website_English&site=un_org-ECLAC&output=xml_no_dtd&lr=lang_es&base=%2Ftpl%2Ftop-bottom.xslt&idioma=ES&ie=UTF-8&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&entqr=3. Consultado em 22/08/2011.

CORSI, Francisco L. “La crisis estructural del capitalismo y sus repercusiones”. In: *Íconos. Revista de Ciências Sociais*, Quito, n. 36, p. 19-28, enero 2010.

FUNDO MONETÀTIO INTERNACIONAL . *Al Dia*. 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/ns/search.aspx?NewQuery=Al+Dia.+2011&Lan=esl&col=SITESL&submit.x=20&submit.y=13> . Consultado em 22/08/2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *O vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MACHINEA, Jose L. “A crise financeira internacional : sua natureza e os desafios da política económica”. In: *Revista da CEPAL*. Santiago do Chile, maio de 2010. Número especial em português. <http://www.eclac.org/cgiin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/9/39539/P39539.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>. Consulto em 15/07/2010.

MEDEIROS, Carlos. A. “A china como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BELLUZZO, Luis. G. M. “O dólar e os desequilíbrios globais”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 49-65, jul./set. 2005.

BLACKBURN, Robert. “La crisis de las hipotecas subprime”. *New Left Review*,

BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. “Analisando a crise subprime”. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008.

BNDS. *Sinopse Internacional*. Rio de Janeiro: BNDES, n. 12, set. 2009.

BRENNER, Robert. “Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana”. In: SADER, Emir. (Org.) *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 26-49.

_____. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, François. (Org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, Francisco L. “A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global”. In: ALVES, Giovanni; FIGARI, Claudia. (Orgs.). *La precarización del trabajo en América Latina: perspectivas del capitalismo global*. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009. p. 34 -56.

_____. “Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia”. In: TUMOLO, Paulo. S.; BATISTA, Roberto. L. (Orgs.). *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Londrina: Praxis; Maringá: Massoni, 2008. p. 13-38.

_____. “Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente”. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto L. (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Praxis, 2006. p. 17-46.

FIORI, José. L. (Org.). “O mito do colapso americano”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 out. 2008. Valor Econômico, p. A17.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEIVA, O. C. “Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial”. En: REYNO, J. E. (Org.). *La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PALMA, Gabriel. “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, José L. (Org.). *O poder Americano*. Petropolis: Vozes, 2004. p. 395-451.

SADER, Emir; SANTOS, Theotonio. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

O LUGAR DO BRASIL NO SISTEMA-MUNDO EM CONJUNTURA DE CRISE MUNDIAL¹

Rosângela de Lima Vieira²

A mais recente crise econômica mundial (2008-9) permanece nas manchetes diárias há mais de dois anos, sobretudo por seus desdobramentos ainda ocorrerem. A cada momento revezam-se as notícias de países que ‘quebraram’; de empresas – consideradas líderes em suas áreas – sob o risco de fecharem se não receberem socorro; e de manifestações mais ou menos violentas de cidadãos que não aceitam pagar a conta da crise. Com a quebra do Lehman Brothers, start de uma crise ampla, longa e profunda no mundo, evidenciou-se o que muitos supunham: o capitalismo, sobretudo o financeiro, não pode crescer infinitamente. O colapso atingiu o mundo todo, mais aguda ou cronicamente alcançou a todos. São muitas as variáveis que fizeram com que o choque fosse maior ou menor, neste ou naquele setor.

O presente artigo tem como objetivo mostrar que a abordagem denominada “Economia Política do Sistema mundo” oferece subsídios para uma interpretação sistêmica do capitalismo. Nesta perspectiva, finalizaremos com a construção de uma hipótese sobre as consequências mais brandas no Brasil da crise econômica mundial.

Iniciamos com o processo de construção da visão sistêmica da economia mundial. Esta abordagem criada por Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, estuda o capitalismo desde os primórdios mercantis, ou seja, na longa duração dos últimos cinco séculos. A análise como resultado de pesquisa histórica é o segundo postulado. O terceiro se evidencia ao reunirmos as sínteses inovadoras dos

¹ Texto apresentado no X Fórum de Análise de Conjuntura, realizado pelo Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” na Faculdade de Filosofia e Ciências / UNESP – campus de Marília/SP, no período de 20 a 22 de setembro de 2010.

² Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/UNESP – campus de Marília/SP.

três autores: de Braudel o conceito de economia-mundo, de Wallerstein o de sistema-mundo e de Arrighi os ciclos sistêmicos de acumulação de capital.

O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) demonstrou, em sua extensa e inovadora obra, a formação histórica do capitalismo. As múltiplas inovações empreendidas por Braudel são de dois campos distintos, porém não excludentes: o primeiro, no campo historiográfico ou da metodologia e teoria da história; já o segundo decorre de suas inovações metodológicas que resultaram em novos conhecimentos acerca do período estudado, em especial sobre o capitalismo.

A concepção de historiografia de Braudel tem em sua base uma postura metodológica empirista, sem modelos *a priori*, que realiza ilações seguindo os indicativos das próprias fontes. Os principais elementos constitutivos do método historiográfico de Fernand Braudel são: um peculiar tratamento das fontes de pesquisa, ampliando o próprio conceito de fontes; o método comparativo para empreender uma análise histórica que alcançasse a cientificidade possível e que ao mesmo tempo abandonasse os pressupostos positivistas; a concepção de múltiplas temporalidades que nos demonstrou o tempo como um instrumento de observação para o historiador; e a narrativa como elemento determinante das diferentes temporalidades e também da configuração de sua história eminentemente explicativa

Dentre as inovações braudelianas no campo historiográfico, o marco de sua produção e originalidade consiste em sua concepção de diferentes temporalidades. Além de conceber o tempo como necessariamente plural e próprio a cada fenômeno estudado, Braudel elaborou uma ótica tripartite para a análise histórica que apresenta três cortes temporais: a curta duração – identificada com o tempo humano, de mudanças superficiais; a média duração – que se caracteriza pela duração de uma conjuntura; e a longa duração – período multissecular necessário para mudanças profundas e para a formação de novas estruturas.

Para ele, a noção de tempo está associada a ritmo, velocidade, mudança e não-mudança. A análise da longa duração é fundamental, pois “as verdadeiras mudanças, as que durarão, jamais se improvisam de um dia para o outro. A história profunda anda em marcha lenta; ela se situa forçosamente sob o signo da paciência” (BRAUDEL, 1992, p. 343). Assim as análises históricas devem buscar a dialética do espaço e do tempo em sua pluralidade.

Braudel também trouxe inovações metodológicas importantes para o ofício do historiador que lhe permitiram uma leitura da formação histórica do capitalismo. Seus estudos, preponderantemente do século XV ao XVIII, analisam o capitalismo desde sua gênese comercial, e o levaram a caracterizá-lo como monopolista, adaptativo e livre para escolhas mais lucrativas desde os seus primórdios. Ele destaca também as várias esferas de atuação – circulação, produção e financeira – como simultâneas

e concomitantes, mas com preponderância pendular/temporal de uma em relação às demais devido, sobretudo, as taxas de lucro. Braudel considera o capitalismo presente em parte da sociedade europeia desde o período mercantilista. Sua ênfase na esfera da circulação lhe permitiu também distinguir três níveis econômicos: o primeiro – chamado de vida material caracteriza-se pela vida comum; o segundo – o mercado, apresentado como o nível das trocas; e por fim o capitalismo – a busca do maior lucro possível. Tal distinção entre mercado e capitalismo tem como principal elemento a liberdade de ação. Enquanto a economia de mercado obedece à lei da oferta e procura; o capitalismo distingue-se exatamente pela capacidade de fugir às flutuações do mercado. O capitalismo caracteriza-se pelo arbítrio da escolha, pela formação de monopólios e outras estratégias que lhe permitem estar acima da “lei de mercado” e assim, assegurar lucros extraordinários. Ele afirma:

[...] a distinção setorial, entre o que eu chamo ‘economia’ (ou economia de mercado) e ‘capitalismo’, não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. E com esta outra diferença: é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor – o andar térreo da não economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia de mercado [...] nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. [...] acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo – ontem como hoje, antes e depois da Revolução industrial. (BRAUDEL, 1996a, p. 197).

Fernand Braudel descreve pormenorizadamente e exemplifica as diferentes estratégias capitalistas na superação das imposições do mercado. A mais visível entre todas estas estratégias está exatamente o comércio de longa distância. Neste caso as mercadorias tanto poderiam ser produtos essenciais como o trigo ou os supérfluos. Ambos significavam riscos e também lucros excepcionais. Outras estratégias garantem a lucratividade capitalista como a instrução e a informação. Contudo, a concorrência, ou melhor, a fuga dela, constitui-se numa das principais estratégias capitalistas estudadas por Braudel. E para isso os monopólios internacionais apresentam-se como o método mais promissor para os capitalistas. Obtidos na maioria das vezes pela antecipação da compra antes da colheita ou da produção, mas também ao rarefazer oportunamente a mercadoria nos mercados consumidores. Como fez, por exemplo, a Levant Company que atrasava a partida para a Turquia, vários meses e assim elevava o preço das manufaturas inglesas na Turquia e o da seda na Inglaterra. Também se destaca, entre as características capitalistas, uma grande capacidade de adaptação, o que permite manobras em busca de lucros convenientes.

Ainda, dentre várias outras contribuições de Braudel para o conhecimento histórico do capitalismo, uma muito importante, é o conceito de economia-mundo.

Esse conceito aparece inicialmente na obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Philipe II* (1949), para especificar o universo econômico daquela região.

Segundo Braudel, o espaço indócil perturba a organização econômica, daí a tendência do capitalismo apresentar-se desde o início organizando esse espaço, dividindo-o, hierarquizando-o. No caso do Mediterrâneo “[...] esta divisão existe, bastante visível, em todas as dimensões do mar.” Essa “economia-mundo”, é um universo em si, onde nem tudo “[...] está ordenado de maneira rigorosa e autoritária, mas desenham-se as grandes linhas de uma ordem. Assim, toda economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que impulsiona as outras e estabelece, só por si, a unidade que está em causa.” O Mediterrâneo do século XVI apresenta um quadrilátero urbano, formado por Veneza, Milão, Gênova e Florença, que “[...] com as suas divergências, as suas rivalidades de cidade para cidade, [tem] cada uma um peso variável [...]” (BRAUDEL, 1995a, p. 433).

Mas é na extensa trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo* que ele aprofundou seus estudos sobre o capitalismo e o conceito de economia-mundo. Criado por ele, o conceito foi posteriormente estudado mais amplamente e mesmo proposto como modelo de análise por Immanuel Wallerstein. Para explicá-lo, Braudel primeiramente distingue “economia mundial” de “economia-mundo”. Aquela se refere ao mercado que se estende por todo o planeta, enquanto economia-mundo envolve apenas um fragmento dele, mas é capaz de “[...] bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.” (BRAUDEL, 1996b, p. 12).

Braudel analisa várias economias-mundo ao longo da história para depois apresentar suas quatro principais características: são de longa duração temporal; têm limites definidos; possuem um centro econômico; e seu espaço de atuação é hierarquizado. Segundo ele a sequência para os vários centros econômicos desde o século XVI são: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova York. O apogeu de cada uma delas apresenta um equilíbrio frágil cujas mudanças provocam alterações profundas.

Em seguida Braudel detalha esses aspectos sempre comparando a economia-mundo a um conjunto de círculos concêntricos a partir da cidade dominante. O centro apresenta ao mesmo tempo a aptidão para os grandes negócios e uma vocação cosmopolita. Este aspecto é ilustrado pela tolerância religiosa como em Veneza e Amsterdã, onde se podiam ouvir todos os idiomas do mundo e encontrar pessoas vestidas cada qual à sua maneira, uma verdadeira “Arca de Noé”. Nestas cidades podia-se observar também uma grande diversificação social com os muito ricos reunindo-se em grandes festas e espetáculos luxuosos.

Seja Amsterdã substituindo Antuérpia, Londres sucedendo Amsterdã ou, por volta de 1929, Nova York ultrapassando Londres, a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio

anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas. (BRAUDEL, 1996b, p. 22).

Outra característica das cidades dominantes é o fato de elas serem preponderantemente marítimas. E Braudel apresenta exemplos opostos para demonstrar a importância da localização marítima, como é o caso da China e da Espanha, que ao deslocarem a capital para o interior provocaram abalos consideráveis em suas economias.

As economias-mundo apresentam também muitas diferenças. Há as especificidades de cada uma das cidades dominantes. Por exemplo, algumas concentram também poder político como Veneza, outras não têm poder político, como Antuérpia. Entretanto, o grande ponto em comum entre elas está no fato de ser o ponto de “[...] centralização e concentração dos recursos e das riquezas[...].” (BRAUDEL, 1996b, p. 26), ou seja, de acumulação.

Apesar das diferenças elas possuem em comum uma ‘estrutura’ semelhante, a hierarquia do espaço: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e enormes margens exteriores. “E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra.” (BRAUDEL, 1996b, p. 29).³

Os obstáculos entre o centro e a zona fronteira podem ser também geográficos, humanos ou culturais; porém são certamente econômicos. Ainda hoje existe uma geografia discriminatória. As periferias, outra constante na realidade mundial, apresentam-se tanto dentro da economia-mundo, verdadeiras “manchas regionais”; como fora dela. A hegemonia do centro é obtida pelas próprias características econômicas, mas não descarta também o uso de violência.

As economias-mundo estão sujeitas à economia e às suas relações. No entanto, Braudel adverte: “Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contrariar.” (BRAUDEL, 1996b, p. 35).

Apenas a longa duração pode explicar a desigualdade no mundo e no jogo econômico “[...] sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes marcadas.” (BRAUDEL, 1996b, p. 39) Por fim ele conclui: “A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer.” (BRAUDEL, 1996b, p. 40)

³ Braudel lembra-nos de que foi exatamente esta característica que serviu a Immanuel Wallerstein para construir toda a sua obra, *The modern World-system* (1974).

Quanto ao Estado apresenta também um papel importante na economia-mundo entre os séculos XV e XVIII. Ele ainda não possui os meios para preencher todo o espaço social que lhe caberá posteriormente. Entretanto, no centro da economia-mundo aloja-se sempre um Estado forte, agressivo e privilegiado, como no caso de Veneza no século XV, da Holanda no século XVII, da Inglaterra no século XVIII.

Governo e sociedade, afinal, constituem um único conjunto, no mesmo jogo. O Estado impõe a disciplina social, garante o crédito, as liberdades mercantis, gere o fisco e se impõe no exterior. Depende, entretanto, do capitalismo. O poder é partilhado entre eles. “Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si próprio.” (BRAUDEL, 1996b, p. 42)

Apresentados todos estes aspectos, Braudel sublinha que o modelo de economia-mundo realmente é válido na análise desde que se leve em conta os seus movimentos, pois “[...] a economia-mundo europeia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias.” (BRAUDEL, 1996b, p. 58). É por isso que elas devem ser entendidas no tempo tanto nos seus ritmos lentos e longos como nos seus aspectos conjunturais. Os movimentos conjunturais não são apenas econômicos, mas também políticos, demográficos e de mentalidades. Daí a importância de estudos mais profundos de cada uma das economias-mundo, para assim se analisar além do conjunto específico, também sua própria conjuntura.

Immanuel Wallerstein possui inúmeras aproximações com Braudel. O primeiro elemento importante que aproxima ambos os autores é o ponto de partida de suas análises: o chão da história. De Braudel não é necessário reiterar, o percurso feito até aqui já demonstrou sua posição. Quanto a Wallerstein, na obra *Capitalismo histórico*, não apenas no título ele expõe sua posição desde as primeiras páginas: “O que me parece urgente, uma tarefa para a qual, em certo sentido, tem se dirigido o conjunto do meu trabalho recente, é ver o capitalismo como um sistema histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única.” (WALLERSTEIN, 1985, p. 7) e mais ainda, se propõe a “[...] tentar descrever o que o capitalismo realmente tem sido na prática, como tem funcionado como um sistema, por que se desenvolveu, e para onde se encaminha atualmente.” (WALLERSTEIN, 1985, p. 9).

Temos assim o segundo elemento de convergência: estudar o capitalismo pelo viés histórico e mais, Wallerstein também utilizou o enfoque da longa duração. “*Minha visão pessoal é que a gênese desse tipo de sistema histórico situa-se na Europa no final do século XV, que o sistema expandiu-se no espaço até abarcar o globo no final do século XIX, e que ainda hoje recobre o mundo inteiro.*” (WALLERSTEIN, 1985, p. 15). E como Braudel, ele também data o capitalismo como existindo há mais de 500 anos.

A análise do capitalismo histórico na longa duração obviamente trouxe outras e diversas convergências. Destacam-se na própria caracterização do capitalismo: a auto-expansão e o lucro maior possível como meta; a mercantilização de todos os processos econômicos: produção, distribuição e investimentos; e a formação dos monopólios. Esse último explicado por Wallerstein levando em conta a necessidade de superar a concorrência e o mercado organizado pela oferta e demanda. Para maximizar a acumulação, duas estratégias se impuseram: as coerções monopolísticas e a integração vertical dos mercados – quando a mesma firma comanda o vendedor e o comprador de um produto e, portanto, empreende uma ação recíproca entre oferta e demanda. E ele adverte “A integração vertical, assim como o monopólio ‘horizontal’, não foi exceção.” (WALLERSTEIN, 1985, p. 25). Temos assim outro elemento em comum entre os autores, a distinção entre economia de mercado e capitalismo, e a busca pela superação daquela pelos capitalistas.

Em decorrência da integração vertical, Wallerstein comenta,

Parece razoável argumentar que a integração vertical foi a norma estatística do capitalismo histórico, quando comparada com aquelas relações ‘de mercado’ nas cadeias de mercadorias em que o vendedor e o comprador são realmente distintos e antagônicos.

E mais ainda:

Seus pontos de origem foram múltiplos, mas seus pontos de destino tenderam a convergir para poucas áreas. Isso quer dizer, em nossa linguagem corrente, que tenderam a se mover das periferias para os centro ou núcleos da economia-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 1985, p. 25).

Braudel usa o termo “redes comerciais” para descrever essa estratégia capitalista, o que corrobora a análise de Wallerstein.

As palavras de Wallerstein já apontam para o núcleo da similaridade entre os dois autores: o conceito de economia-mundo. Ele estudou profundamente o conceito de economia-mundo e o propôs como um modelo de análise na obra *The modern World-system*, uma monumental trilogia sobre o mundo capitalista do século XVI até o XIX. Sua análise de “sistemas-mundo” é uma tentativa de ver o sistema capitalista como um todo. Para ele trata-se de um sistema unificado e altamente hierarquizado, que surgiu muito mais precocemente do que as fábricas e navios a vapor, por exemplo. O modelo de análise que Wallerstein propõe tem como destaque a divisão do mundo entre os países de centro e de periferia. Em decorrência disso constata que os países periféricos sofrem as consequências dos termos desiguais de comércio praticados pelo centro e por isso mesmo questiona a esperança dos terceiro-mundistas pela ascensão dentro do sistema.

Assim Wallerstein retoma a concepção braudeliana de hierarquia na economia-mundo: daí as posições de centro, periferia e semiperiferia dentro sistema mundial – este caracterizado pela dicotomia entre capital e trabalho e pela acumulação de capital entre agentes em concorrência, num equilíbrio sempre ameaçado por fricções internas.

O conceito de sistema-mundo é analisado também por Arienti e Filomeno (2007, p. 103):

Um sistema-mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte especial é desse ‘mundo’. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão espacial, determinada pela base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estado nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas.

Esses autores reiteram que se trata, então, de uma análise na qual a “[...] auto-reprodução material e a larga abrangência espacial fazem esse tipo de sistema social parecer, em si, um ‘mundo’, no sentido de que é maior do que a jurisdição territorial de um Estado nacional, daí o nome ‘sistema-mundo’.” (Arienti e Filomeno 2007, p. 104)

Wallerstein expõe outra característica desse sistema, o crescimento desigual para cada um dos Estados partícipes e conseqüentemente a divisão entre centro e periferia do sistema. E temos assim outro elemento em comum entre ele e Braudel. O historiador francês explicitou a hierarquia a partir do centro da economia-mundo como:

[...] um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. [...] O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes” secundários. A imensa periferia, com os seus povoados densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. (BRAUDEL, 1996b, p. 29).

O economista político Giovanni Arrighi (1937-2009), braudeliano assumido, identifica a necessidade do capital de organizar o processo de acumulação e de hierarquizar os demais sujeitos para garantir a si as condições privilegiadas. O processo remonta à passagem dos séculos XIV-XV e caracteriza prioritariamente a Europa, com deslocamentos tanto no aspecto geográfico como nas diferentes esferas econômicas. O conjunto do processo construiu-se num sistema mundial que a partir de ciclos consecutivos se superpuseram e garantiram a acumulação.

Arrighi constrói a sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação – Gênova (do século XV ao início do XVII), Holanda (do fim do século XVI até grande parte do XVIII), Inglaterra (segunda metade do século XVIII e início do XX) e Estados Unidos (do fim do século XIX até hoje) –, como uma derivação da obra braudeliana e priorizando a camada superior da hierarquia econômica, ou seja, o capitalismo.

Segundo ele, a

[...] sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação constitui, de fato, ‘uma série de elevações’, sendo cada uma resultante das atividades de um complexo particular de agentes governamentais e empresariais, dotados da capacidade de levar a expansão da economia capitalista mundial um passo além do que podiam ou queriam fazer os promotores e organizadores da expansão precedente. Cada passo adiante implica uma troca da guarda no alto comando da economia mundial capitalista e uma concomitante ‘revolução organizacional’ nos processos de acumulação de capital – uma troca da guarda e uma revolução organizacional que, historicamente, sempre ocorreram durante as fases de expansão financeira. Assim, as expansões financeiras são vistas como anunciadoras, não só da maturidade de um determinado estágio de desenvolvimento capitalista mundial, mas também do início de um novo estágio. (ARRIGHI, 1996, p. 89).

A mesma sucessão dos epicentros está na obra de Braudel, assim como a importância dos aspectos financeiros estão explícitos em suas análises.

A principal consequência desse processo é o ordenamento hierarquizado do mundo em centro e periferia, além de intermediários, cuja posição pode se modificar ao longo do tempo, mas não de forma brusca ou radical. Braudel e Wallerstein analisaram a hierarquia na economia-mundo: daí as posições de centro, periferia e semi-periferia dentro sistema. Estes autores observam, que estudos da ordem econômica exigem que se examine a relação centro-periferia, superando visões parciais e localistas, desvinculadas da própria posição que o ‘nacional’ ocupa no sistema-mundo. A divisão internacional do trabalho e do capital a partir do centro hegemônico condiciona as possibilidades dos demais membros do sistema.

A brevíssima síntese apresentada busca trazer elementos para explicar a realidade desse início de século XXI, no que tange as crises sucessivas do capitalismo e, sobretudo, da condição da periferia do sistema. Para essa concepção o lugar ocupado pelos países do ‘terceiro mundo’ não sofre alterações, apesar dos séculos de mudanças, pois a situação de periferia do sistema se perpetua. Já que o longo processo histórico do capitalismo apenas expandiu o mesmo modelo. Nas palavras de Arrighi,

Ocorre que cada um dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação que fizeram a fortuna do Ocidente teve como premissa a formação de blocos territorialistas-capitalistas cada vez mais poderosos, compostos de organizações governamentais e empresariais dotadas de maior capacidade

do que o bloco precedente para ampliar ou aprofundar o alcance espacial e funcional da economia capitalista. A atual situação parece ser de tal ordem que esse processo evolutivo atingiu, ou está prestes a atingir, seus limites. (ARRIGHI, 1996, p. 369).

A história do Brasil ainda é pouco estudada sob esse prisma ainda. Contudo pesquisas por esse viés podem contribuir para uma compressão mais profunda do 'lugar' do Brasil na condição de periferia do sistema capitalista. Daí nosso interesse em pensarmos a partir dessa abordagem a realidade do Brasil, pois se trata de a compreendermos necessariamente no contexto da hegemonia norte-americana e de suas crises.

Na crise de 1929, no processo de passagem da hegemonia britânica para a norte-americana, as consequências no Brasil foram vultosas e são amplamente conhecidas, cujo exemplo típico é a queima de milhares de toneladas de café e a queda do Partido Republicano do poder por meio do Golpe de 1930.

Nossa hipótese é de que naquela conjuntura o "lugar" ocupado pelo Brasil no Sistema-Mundo, exportador de produtos primários, e o tipo de crise ser aguda na relação produção/consumo de todos os tipos de produtos, ter atingido consideravelmente o setor de produtos primários inclusive o do café; auferiu ao Brasil consequências agudas e crônicas a médio prazo.

A crise de 2008 para cá teve seu epicentro no mundo financeiro e suas implicações puderam ser observadas por um longo período. Algumas notícias podem dar a dimensão dessa realidade:

No jornal Folha de São Paulo (17/09/2010), a manchete foi: *Crise leva pobreza nos EUA ao maior nível em 15 anos*, e a notícia de que

A recessão, que eliminou quase 5 milhões de empregos nos EUA em 2009, fez a taxa de pobreza americana atingir o maior nível desde 1994.

A taxa chegou no ano passado a 14,3%, 1,1 ponto percentual maior que em 2008, segundo dados do governo norte-americano. No total, 43,6 milhões de pessoas eram consideradas pobres - em 2008, 39,8 milhões estavam nessa situação.

É o terceiro ano consecutivo em que a taxa cresce, e isso significa que 1 em cada 7 norte-americanos é considerado pobre.

Para o governo dos Estados Unidos, um adulto é considerado pobre quando tem renda anual antes de impostos de até US\$ 10.830 (pouco mais de R\$ 18,6 mil). No caso de uma família de quatro pessoas, esse limite é de US\$ 21.954 (quase R\$ 40 mil).

O aumento da pobreza na maior economia mundial é um reflexo da disparada na taxa de desemprego no país.

Desde o início da recessão, em dezembro de 2007, até o fim do ano passado, 8,3 milhões de postos de trabalho deixaram de existir (4,7 milhões somente em 2009), e a taxa de desemprego nesse período dobrou, para 10% - está hoje em 9,6%.

Com esses dados se explicita a situação dos EUA, centro hegemônico do atual sistema-mundo. A crise financeira atingiu substancialmente os postos de trabalho, conseqüentemente o consumo, acentuando a crise econômica.

E o Brasil? Algumas manchetes e notícias do jornal Folha de São Paulo nos darão informações.

1. Criação de vagas formais no ano é recorde (17/09/2010)

ENTRE JANEIRO E AGOSTO, FOI CRIADO 1,95 MILHÃO DE POSTOS DE TRABALHO

RESULTADO DE 2010 SUPERA O DE IGUAL PERÍODO DE 2008, QUE ERA RECORDE DA SÉRIE INICIADA EM 1991

2. Economia volta a se acelerar no 3º tri (03/09/2010)

RETOMADA OCORRE APÓS DESACELERAÇÃO NO 2º TRIMESTRE, DADO QUE SAI HOJE; NO ANO, CRESCIMENTO DEVE FICAR EM 7%

INDICADORES COMO VENDAS DE VEÍCULOS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL MOSTRAM RECUPERAÇÃO ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO

3. Produção da indústria volta a crescer (01/09/2010)

EM JULHO, SEGUNDO O IBGE, A EXPANSÃO FOI DE 0,4% EM RELAÇÃO A JUNHO; DADO INTERROMPE SEQUÊNCIA DE QUEDAS

RESULTADO REFORÇA A EXPECTATIVA DE UMA RETOMADA DA ACELERAÇÃO DA ECONOMIA DO PAÍS NO TERCEIRO TRIMESTRE

4. PIB cresce 8,9% no primeiro semestre (04/09/2010)

ALTA NO 2º TRI É DE 1,2% EM RELAÇÃO AO 1º, CONFIRMANDO DESACELERAÇÃO; AUMENTA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO

AVANÇO DE INVESTIMENTO E CONSUMO PERDE RITMO, MAS GASTO PÚBLICO PASSA DE 0,8% PARA 2,1% NA COMPOSIÇÃO DO PIB

Diante dessas notícias uma pergunta nos inquieta: por que o Brasil sofreu uma baixa contaminação da crise que assolou e ainda está presente no epicentro econômico mundial e outras regiões?

A resposta deve ser buscada em dois níveis diferentes: interno e externo. Quanto ao primeiro os fatos são bem conhecidos, houve uma intervenção rápida do governo brasileiro: o Banco Central ao perceber o tamanho do problema tomou

medidas rapidamente, como aumento dos juros e leilões de dólares com diminuição da garantia compulsória. Essas medidas somente foram possíveis pelo fato de o país ter uma regulação mais rigorosa⁴; e também porque no governo Lula, o país acumulou muitas reservas, o que permitiu ao Banco Central pode usá-las para fazer um ‘colchão’ para amortecer a crise.

Ao mesmo tempo as medidas de investimento governamental no setor da construção civil, aliada a redução de impostos, maior oferta de crédito, e investimento em programas sociais resultaram no crescimento do consumo, todas elas aqueceram a economia e resultaram nos dados que citamos anteriormente.

Mas é da relação com a economia mundial que se deve enfatizar essa análise. Ou seja, observar o lugar do Brasil em relação ao centro da crise. A hipótese que desejamos levantar é a de que o fato de o Brasil ter baixa inserção no mercado financeiro internacional, dada sua situação periférica ou semi periférica (para acalmar nosso patriotismo nacionalista) o manteve na condição de um certo distanciamento do epicentro da crise mais profunda.

Assim, mais uma vez, o lugar ocupado pelo Brasil na economia-mundo condicionou as consequências da crise mundial. Nossa hipótese é de que o fato de o Brasil não possuir estreita ligação com a esfera financeira, nódulo da crise atual, o ‘protegeu’ de uma contaminação mais severa.

Assim, a sua condição periférica ao sistema lhe foi benéfica. Isso somado aos esforços internos – apontados acima – e a permanência de juros altos e atrativos aos sobreviventes no mercado financeiro internacional, resultaram no saldo que ora conhecemos.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BILENKY, Thais. Criação de vagas formais no ano é recorde. Folha de São Paulo, São Paulo, 17/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1709201012.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

⁴ Como consequência da experiência durante a crise dos anos 90, houve um esforço para maior rigor na capacidade de regulação.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 v.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995b (v. 1), 1996a (v. 2), 1996b (v. 3).

CANZIAN, Fernando; FORNETTI, Verena. PIB cresce 8,9% no primeiro semestre. Folha de São Paulo, São Paulo, 04/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0409201002.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

FSP. Crise leva pobreza nos EUA ao maior nível em 15 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 17/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1709201025.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo histórico*. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Tradução: Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução: Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

FORNETTI, Verena. Economia volta a se acelerar no 3º tri. Folha de São Paulo, São Paulo, 03/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0309201014.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

_____. Produção da indústria volta a crescer. Folha de São Paulo, São Paulo, 01/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0109201015.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

AS MUDANÇAS NO MULTILATERALISMO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

*Tullo Vigevani*¹

*Haroldo Ramanzini Júnior*²

PROJEÇÃO NACIONAL E FORTALECIMENTO DO MULTILATERALISMO

Com o fim da Guerra Fria muitos acreditaram que os Estados Unidos seriam a única potência mundial. Menos de vinte anos depois do fim da União Soviética, observamos que países emergentes como Brasil, China e Índia passam a ter maior influência em aspectos importantes da política internacional, num contexto em que surgem dúvidas quanto à centralidade absoluta dos Estados Unidos. As dificuldades internas norte-americanas, financeiras, relativas a valores, com enfraquecimento do seu *soft power*, os desafios para resolver crises internacionais, abrem o campo para mudanças de equilíbrios, tema de primordial interesse para o Brasil. Há movimentos buscando o fortalecimento do multilateralismo, para que outros atores participem efetivamente da gestão do sistema internacional, e não apenas os principais países desenvolvidos, como ocorreu na maior parte do período pós – 1945.

¹ Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP); pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU) vigevanit@uol.com.br, vigevani@unesp.br

² Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP); pesquisador do CEDEC e do INCT/INEU. haroldo@cedec.org.br, hramanzinijunior@gmail.com

Uma característica importante do cenário internacional no fim da primeira década do século XXI é a crise da estrutura existente desde o final da II Guerra Mundial, mais do que propriamente o surgimento de uma nova ordem. Segundo o ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim (2010, p. 3), “A maior capacidade de articulação Sul – Sul – na OMC, no FMI, na ONU e em novas coalizões, como o BRIC – eleva a voz de países antes relegados a uma posição secundária.” Ao mesmo tempo, a ascensão de novos interesses e demandas, bem como a rapidez das transformações, torna mais complexo o entendimento atual sobre a governança global. Nesse contexto de incertezas e mudanças, o Brasil parece adquirir uma nova posição de razoável proeminência, ancorada na melhoria da realidade econômica e social do país e em ativismo internacional que busca o fortalecimento da multipolaridade. De fato, desde 1994 a inflação está nos padrões internacionais, e o crescimento tem sido importante nos dez primeiros anos do século XXI, situando-se em 2010 em aproximadamente 8,5%.

A participação ativa em arenas multilaterais é uma característica da política externa brasileira e se relaciona com o objetivo de parte das elites de projetar o país como um ator relevante na configuração do sistema internacional. Essa característica manifestou-se ao longo de todo o século XX. A noção de multilateralismo expressa a preferência por um padrão de interação coletiva nas suas diversas dimensões, seja como método de negociação, de ação ou de regulação, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais. O Brasil, assim como outros países intermediários, tem interesse no multilateralismo institucionalizado com vistas a tentar aumentar a sua capacidade de negociação e prevenir o unilateralismo das potências. Hoje, em função da natureza dos novos desafios colocados pelas transformações globais e da retomada das discussões sobre os parâmetros de legitimidade internacional, há uma tentativa do Brasil visando aumentar o seu peso nos órgãos internacionais tradicionais, como ONU, OMC e FMI, buscando modificar as estruturas que consolidaram hierarquias no sistema internacional (MURPHY, 1994). Fortalecem-se também uma série de arranjos multilaterais informais e seletivos, como o G-20 financeiro, que não podem ser vistos como alternativas ao padrão de multilateralismo tradicional. A questão da legitimidade é central para o Brasil, já que a influência do país no cenário externo não depende da sua capacidade coercitiva. Isto explica porque a importância atribuída aos órgãos tradicionais, que fundamentam a legitimidade, e aos órgãos informais, que consolidariam uma nova hierarquia que absorve países com crescente importância relativa.

Contribuir para o desenvolvimento econômico do país é também um objetivo definidor da política externa brasileira que, historicamente, é implementada tendo em conta os conceitos de autonomia e universalismo, enraizados na sociedade e no Estado. O significado concreto desses conceitos varia de acordo com a dinâmica do sistema internacional em determinado momento e de acordo com a perspectiva

dos atores domésticos. Implicam a necessidade do país estar livre para agir no cenário externo, sem fortes condicionamentos. Isso se aplica nas relações do Brasil com os países em desenvolvimento e nos processos de integração regional. Tem forte significado para entender a relação com os países desenvolvidos, como Estados Unidos e União Européia. O conceito de autonomia se liga à busca de manutenção ou aumento das margens de manobra do país no sistema internacional. A noção de universalismo está associada às próprias características geográficas, étnicas e culturais do país e consiste em diversificar os canais de interação e diálogo com o mundo (LAFER, 2004).

Mudanças ocorridas no sistema internacional, que não se apresentavam como cenários previsíveis antes dos anos noventa, influenciaram a política externa brasileira na primeira década do século XXI. Cabe destacar: 1) o processo de intensificação do unilateralismo norte-americano, especialmente durante os governos de W. Bush (2001-2008); 2) o impacto da ascensão da China; 3) a valorização das *commodities* agrícolas a partir de 2003; 4) a reestruturação dos eixos de desenvolvimento mundial, em particular o papel de Índia, Rússia e África do Sul; 5) o crescimento dos fluxos de comércio para países que até 1990 não eram relevantes para o Brasil; 6) o papel atribuído pelo Brasil às negociações econômicas multilaterais, evidenciado pela participação ativa do país no G-20 financeiro (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Em conjunto, esses elementos fortaleceram o paradigma universalista e diminuíram relativamente o peso da integração regional. Ainda que mantida a ênfase política na integração e na relação com os países vizinhos, no âmbito do Mercosul, e da UNASUL, ela teve seu significado proporcionalmente reduzido. A indefinição e as irregularidades no sistema internacional sugerem uma estratégia de inserção flexível às mudanças. Essa noção esteve presente nas formulações brasileiras em relação ao Mercosul, principalmente na defesa do intergovernamentalismo como princípio institucional da integração, evitando-se o supranacionalismo. Perspectiva mantida constante de 1991 até hoje, recentemente tem sido revalorizada, pois, no entendimento das elites e do governo brasileiro, ela viabiliza a busca pelo multilateralismo – seu interesse maior.

A reestruturação do poder mundial (KUPCHAN, 2002) nos anos 2000, tendo como fator dinâmico países tradicionalmente não centrais, como o demonstra o papel de Índia, Rússia, África do Sul, sobretudo da China, bem como as relativas mudanças na distribuição do comércio exterior brasileiro, foram acontecimentos que contribuíram para dar sustentação à busca de um papel internacional mais assertivo. Em 1989 o share de comércio do Brasil com os Estados Unidos foi 22 %, reduzindo-se a 12% em 2009. Com a União Européia nos mesmo período a evolução foi de 28%

a 22%. Inversamente, para a Ásia, por conta do peso da China, os dados evoluíram de 13% para 26% (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio-Brasil, 2010).

Mesmo sem haver relação imediata entre os níveis econômico e político, essa dinâmica traduziu-se em intensa participação nas organizações internacionais, nas Missões de Paz, como exemplifica a participação do país na MINUSTAH (United Nations Stabilization Mission in Haiti), na busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, na articulação de coalizões multilaterais como o G-20 comercial na Rodada Doha da OMC, no grupo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) e no grupo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). A crise financeira e econômica internacional desencadeada a partir do segundo semestre de 2008 não alterou a tendência de busca do fortalecimento do papel do país no mundo.

O comportamento brasileiro frente à crise financeira e econômica de 2008 demonstra que a ênfase na busca de um sistema mundial multipolar e do fim do unilateralismo se apoia na percepção de que a maximização de capacidades do país ocorre pela participação em diversos foros, políticos e econômicos, regionais e multilaterais. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao fim da Cúpula do G-20 financeiro sobre Economia Mundial e Mercados Financeiros, realizada em Washington em novembro de 2008, concluía: “[...]o dado concreto é que, pela força política, pela representação dos países que foram inseridos no G-20, eu penso que não tem mais nenhuma lógica tomar decisões sobre economia, sobre política, sem levar em conta esse fórum de hoje [...]” (Gazeta Mercantil, 17 nov. 2008). A parcial substituição do G-8 pelo G-20 como foro privilegiado de interlocução dos líderes mundiais simboliza uma mudança significativa da configuração dos arranjos – mesmo que informais – da governança internacional. Podemos dizer que o Brasil busca o fortalecimento do papel dos grandes países emergentes, na perspectiva de um reconhecimento institucional formal, com benefícios gerais, mas fortalecendo a sua própria posição, portanto busca um jogo de soma positiva, com vantagens relativas em seu próprio favor (PINHEIRO, 2004). Isso explica a reiteração do esforço pela mudança da estrutura do Conselho de Segurança da ONU, pela alteração da distribuição das cotas de capital no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, assim como o crescimento do perfil da intervenção política.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

A dinâmica do sistema internacional e a evolução dos anos 1990 e dos primeiros anos do século XXI afetam a todos os Estados. Mas a reação frente às transformações globais apresenta especificidades. A intensificação do unilateralismo

norte-americano na administração W. Bush (2001-2008) fortaleceu nos governos Cardoso (1994-2002) e Lula da Silva (2003-2010), particularmente neste último, o interesse por políticas ativas de articulação internacional voltadas aos grandes países emergentes e ao fortalecimento da multipolaridade. O país aumentou e institucionalizou parcerias com países e regiões não-centrais, como África, Oriente Médio, mas especialmente com a Ásia e a América Latina. A lógica da autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2009), que estrutura a política externa do governo Lula da Silva, baseia-se em uma tentativa de influenciar a agenda de regimes internacionais por meio de coalizões de países em desenvolvimento para contrabalancear a agenda das nações desenvolvidas.

A presença ativa do Brasil na criação do G-20 comercial na fase final de preparação da Reunião Ministerial de Cancún da OMC, de setembro de 2003, resulta de uma decisão do governo que visava diminuir a capacidade impositiva dos países centrais. A posição brasileira evitou que os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e a União Européia, direcionassem os acordos da Rodada Doha dentro de uma lógica de “pactuação assimétrica”, tal como ocorreu nas rodadas anteriores de negociação do sistema GATT/OMC (STEINBERG, 2002). Com a formação do G-20, a estratégia brasileira buscou contrastar os interesses comerciais dos países ricos e atingir maior equilíbrio nas negociações. Equilibrou a atenção aos interesses dos países em desenvolvimento com forte *agribusiness*, como Brasil e Argentina, e aos com agricultura familiar de subsistência, como Índia, China, etc..

A articulação do G-20 comercial e o papel de destaque no grupo colocaram o Brasil, juntamente com a Índia, no núcleo decisório da OMC. O ministro Amorim afirmou: “Diria sem falsa modéstia que o Brasil mudou a dinâmica das negociações da OMC. Não foi o Brasil sozinho. Mas o Brasil lidera o G-20 e é procurado – e diria que quase cortejado – por Estados Unidos, União Européia e Japão, entre outros países.” (Gazeta Mercantil, 19 out. 2006). O prolongamento da Rodada Doha, o gerenciamento do G-20, ao menos até a reunião ministerial de julho de 2008, e o questionamento das políticas agrícolas dos Estados Unidos e da União Européia no dispute settlement body colocaram o Brasil como ator central do principal regime de comércio internacional o que certamente contribuiu para aumentar o peso do país em outros fóruns.

A perspectiva brasileira, sobretudo no governo Lula da Silva, foi a de pesar no sistema internacional para estimular o multilateralismo, de forma não antagônica aos Estados Unidos, mas considerando seu possível debilitamento. A evolução dos acontecimentos a partir de 11 de setembro de 2001, aos poucos foram consolidando no núcleo central do governo brasileiro, que apesar da enorme assimetria de poder, particularmente militar, a favor dos Estados Unidos, a tendência de longo prazo

seria a de um desgaste produzido pelas conseqüências da situação de over extension. Antonio Patriota (2008), então embaixador do Brasil em Washington, entende que

Embora os Estados Unidos permaneçam a única superpotência do sistema internacional, já não se pode dizer, hoje, que a ordem mundial se enquadre em um modelo rigorosamente 'unipolar'. Os recursos políticos e militares de que dispõem o governo e a sociedade norte-americanos, ainda que virtualmente incontrastáveis, não lhes asseguram a capacidade de definir resultados em escala global.

As dificuldades dos Estados Unidos, o fortalecimento da economia da China e da Ásia em geral, aumentaram a crença entre parte dos formuladores de política de que o multilateralismo se fortaleceria, antes mesmo do aprofundamento das dificuldades no Iraque e no Afeganistão e da crise financeira de 2008. Por um lado, como evidenciado pela crise financeira, há uma diminuição na capacidade econômica dos Estados Unidos, por outro, há um fortalecimento do significado de outras regiões e países. O extraordinário crescimento da China e da Ásia teve forte impacto (GOLDSTEIN, 2005). Nesse sentido, prevalece na sociedade brasileira, nos partidos políticos, seja os de governo seja os de oposição, a idéia que no mundo contemporâneo as formas de atuação e de resolução de problemas e conflitos, depende mais da negociação, de *confidence building*. Temas como poverty, muito enfatizado pelo presidente Lula da Silva, terrorism, migrations, ilícitos transnacionais, conflitos internos aos Estados, tensões bilaterais, devem ser enfrentados nessa perspectiva.

O objetivo brasileiro, sobretudo no governo Lula da Silva, de contribuir para uma nova geometria de poder mundial não implica confronto com os países ricos, em particular com os Estados Unidos, nem com a União Européia. A Parceria Estratégica com a União Européia e o Diálogo de Parceria Global com os Estados Unidos sinalizam a importância atribuída aos países mais ricos. A diplomacia tem estratégias diferenciadas para diferentes áreas temáticas: segurança, comércio, direitos humanos, etc. No caso da MINUSTAH, evidenciou-se identidade com as posições norte-americana, francesa e canadense. Na questão do aumento do share das quotas no FMI e no Banco Mundial, que encontra resistência em países europeus, os Estados Unidos também foram simpáticos a posições como as do Brasil e da China. Em outras questões as diferenças vieram à tona, como no debate sobre as mudanças no Conselho de Segurança da ONU, onde o Brasil desejaria posição favorável de parte dos Estados Unidos. Também em temas latino-americanos há divergências. Foi assim na crise de Honduras de 2009 e também na avaliação de alguns governos críticos dos Estados Unidos, como é o caso da Venezuela. Na questão do meio ambiente também há bastante distância entre as posições dos Brasil e dos Estados Unidos e União Européia.

Repercutiu internacionalmente a atuação do Brasil e da Turquia no caso da busca de mediação frente ao impasse criado pela decisão iraniana de enriquecer urânio. Essa atuação tem interesse analítico pois sinaliza o comportamento do Estado brasileiro, particularmente de uma parte de suas elites. Segundo Garcia (2010), “[...]o episódio do Irã foi a entrada na cena internacional de dois personagens que não tinham sido convidados, que entraram com uma proposta importante [...]”. A Declaração de Teerã de maio de 2010, articulada pelo Brasil e pela Turquia, incorporando exigências da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), não evitou que o Conselho de Segurança da ONU, com o voto de Estados Unidos, Rússia e China, aprovasse sanções contra o Irã, ainda que limitadas e fracas. O aspecto significativo a ser destacado é que o apoio de Rússia e China às posições norte – americanas demonstra que os países emergentes não são um grupo monolítico. Possivelmente, a ação turca e brasileira tenha contribuído parcialmente para a atenuação da resolução do Conselho de Segurança. A motivação do Brasil no caso do Irã e em outras ações em cenários não tradicionais, como havia sido em 1999 o envio de contingente militar a Timor Leste, de acordo com os governos brasileiros não significaria acreditar em influência acima de sua própria capacidade, mas traduziria uma diretriz que visa definir espaço nos problemas internacionais. Isto contribuiria para redesenhar regimes e relações.

A consequência da estratégia *global player* ou universalista, repercute sobre outros aspectos. O mais importante é o da política na América do Sul. A estratégia universalista brasileira, de *global player*, reduz em termos relativos o papel do Mercosul e da América do Sul para o Brasil, mas pode aumentar o interesse no Brasil por parte dos vizinhos. A razão para isso ter acontecido na primeira década do século XXI, com boa possibilidade de continuidade na seguinte, é o crescimento econômico do país, que faz com que se torne um mercado crescentemente importante sobretudo para os países do Mercosul. Em 2000 o share do comércio do Brasil com os países do Mercosul era de 14%, caindo a 10% em 2009. Em valores absolutos, o comércio e os investimentos na região aumentaram fortemente, fazendo crescer o interesse pelo Brasil, particularmente na Argentina e também no Chile. Na perspectiva dos governos brasileiros, uma maior institucionalização da integração regional provocaria uma perda de soberania e de autonomia. Com a diversificação e o desenvolvimento de outros fortes interesses, o país passa a concentrar seus esforços em direção a outros atores considerados estratégicos. O Mercosul continua importante, assim como a integração sul – americana, à qual se dá maior peso, mas esses objetivos não são o único foco de interesse. As elites e o governo buscaram maximizar o que acreditavam serem novas oportunidades, convencidas da necessidade de agilidade de decisões. O Brasil mostrou interesse no desenvolvimento econômico dos países da América do Sul, estimulando sua estabilidade política democrática e, na medida de sua relativamente pequena capacidade, contribuindo economicamente para alguns

projetos importantes. Essa política indica uma perspectiva cooperativa na relação com os países da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de que o sistema internacional tende à multipolaridade confere importante sentido à estratégia internacional do Brasil. Mesmo com diferenças em aspectos específicos e pontuais, um largo espectro de atores sociais, políticos, economicos, lhe dá sustentação doméstica. O multilateralismo surge normativamente como o cenário mais adequado e mais favorável para a discussão das questões globais. Na percepção brasileira as instituições e procedimentos multilaterais devem ser fortalecidos para lidar com os desafios em todos os campos, economico, político, segurança.

A política externa brasileira tem alguns pilares. Fundamentais são os conceitos formadores do padrão de comportamento brasileiro, universalismo e autonomia, com a conseqüente busca, acentuada no governo Lula da Silva, de enfraquecimento do unilateralismo. Para isso a primeira década do século XXI ofereceu novas possibilidades, determinadas pelo crescente peso de alguns países. Alguns deles constituem pólos relevantes que contribuem para dar base concreta à política externa. Ao contrário dos países desenvolvidos, cujos recursos de poder econômico e militar garantem-lhes influência internacional, ainda que com riscos de *over extension*, a projeção externa do Brasil é perseguida mediante intensa participação nos fóros políticos e econômicos, regionais e multilaterais. Essa participação justifica-se pela busca de preservação do país frente aos riscos de vulnerabilidade e pela tentativa de aumentar o próprio poder. Assim torna-se compreensível porque as relações com os países desenvolvidos, sobretudo Estados Unidos e União Européia, continuam sendo estratégicas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso L. N. Seven years of progress, expansion. *The Miami Herald*, Miami, 13 sep. 2010. Economia, p.3.

GARCIA, Marco Aurélio. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 ago. 2010. Caderno especial: Desafios do novo presidente, p. 9.

BRASIL não perdeu prestígio. Ele nunca foi tão alto. *Gazeta Mercantil*, 19 out. 2006.

BRASIL volta da reunião com trunfos nas mãos. *Gazeta Mercantil*, 17 nov. 2008.

GOLDSTEIN, Avery. *Rising to the challenge. China's grand strategy and international security*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

KUPCHAN, Charles A. Hollow hegemony or stable multipolarity? In: IKENBERRY, G. John (Ed.). *American Unrivaled: the future of the balance of power*. Ithaca: Cornell University Press, 2002. p. 68-98.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MURPHY, Craig N.. *International Organization and Industrial Change. Global governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Brasil e a política externa dos EUA. *Política Externa*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-109, jun./ago. 2008.

PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira, 1889 - 2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

STEINBERG, Richard. In the shadow of law or power? Consensus – based bargaining and outcomes in the GATT/WTO. *International Organization*, California, v. 56, n. 2, p. 339-374, Spring 2002.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. *Lua nova*, São Paulo, v.1, n. 78, p. 37-75, ago. 2009

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula*. Lanham: Lexington, 2009.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. *A ideia de multilateralismo e a política externa brasileira*. In: FÓRUM DE ECONOMIA, 8., 26-27 set. 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: FGV, 2011. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4%20painel_Tullo%20Vigevani%20texto.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2011.

A POLÍTICA MACROECONÔMICA DO GOVERNO LULA E O PAPEL DO BNDES

Marcos Cordeiro Pires¹

INTRODUÇÃO

De acordo com Nicolau Maquiavel, um governante bem sucedido deve possuir, simultaneamente, *virtù* e *fortuna*. Para o pensador florentino, a *virtù* estaria relacionada à habilidade do governante em se adaptar aos acontecimentos políticos de tal forma a manter-se no poder. Já a *fortuna*, em alusão à deusa romana da sorte, representa a ventura do governante em se deparar com uma conjuntura favorável. De certa forma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva contou com as duas. No entanto, muitos dos críticos de seu Governo tendem apenas a valorizar a *fortuna* e a desprezar a *virtù*, alegando que a única virtude do seu governo foi a de nada fazer de novo, a não ser a manutenção das políticas herdadas do seu antecessor. Não obstante, apesar de alguns traços de similaridade entre os governos Lula e FHC, podem ser constatadas políticas específicas no período (2003-2010) que não se assemelharam com o período anterior (1995-2002). Mesmo porque, seria pouco sensato repetir uma mesma estratégia e esperar que os resultados saíssem diferentes. Logo, como os resultados dos governos FHC e Lula foram distintos, é provável que algo diferente tenha sido feito.

O objetivo deste capítulo é o de avaliar as políticas macroeconômicas empreendidas pelo governo Lula, para, em seguida, enfatizar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nesse processo. Para tanto, faremos uma apresentação dos resultados macroeconômicos no período de 2003 a 2010, buscando traçar uma comparação com os resultados do governo anterior.

¹ Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Unesp – Marília - mcp@marilia.unesp.br

Em seguida, discutiremos o papel do BNDES em dois momentos específicos: (a) o papel do banco na definição de políticas industriais e de inovação e, em seguida, (b) a criação de grandes grupos nacionais de porte internacional (“campeãs nacionais”).

1 O DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO GOVERNO LULA E A DIMINUIÇÃO DAS VULNERABILIDADES EXTERNAS – 2003-2010

O governo Lula teve início em 2003 despertando expectativas distintas em meio à sociedade brasileira. De um lado, milhões de eleitores acreditavam que poderia ser feito um governo reformista, buscando bater de frente com estruturas sociais arcaicas. De outro, o temor de parcelas do empresariado e de camadas médias de que as contas públicas se descontrolassem, de que haveria um calote nas dívidas interna e externa e que o país perderia o pouco de credibilidade internacional que possuía à época. Em janeiro de 2003, o risco-país era próximo de 2400 pontos e a taxa de juros básicos em torno de 23% a.a.. De fato, entre os dois grupos, o governo optou pela prudência, pela estabilidade macroeconômica e pela garantia da governabilidade, postergando reformas e uma possível viragem no modelo econômico herdado de Fernando Henrique Cardoso.

Durante os dois primeiros anos não se distinguiu, do ponto de vista da política macroeconômica, grandes modificações estruturais. O governo, além de manter o Banco Central como o guardião da política de “metas de inflação” e do câmbio flutuante, chegou a ensaiar algumas reformas requeridas pelo sistema financeiro, como as reformas previdenciária e tributária, a lei de falências e as parcerias público-privadas. De diferente, verificou-se uma política de estimular a demanda interna por meio do crédito (principalmente o consignado) e também de políticas que privilegiavam o conteúdo nacional nas aquisições da Petrobrás. Ademais, contrariando os analistas vinculados ao mercado financeiro, iniciou uma política mais forte de valorização do salário mínimo, além de ampliar a rede de assistência social por meio do Programa Bolsa Família.

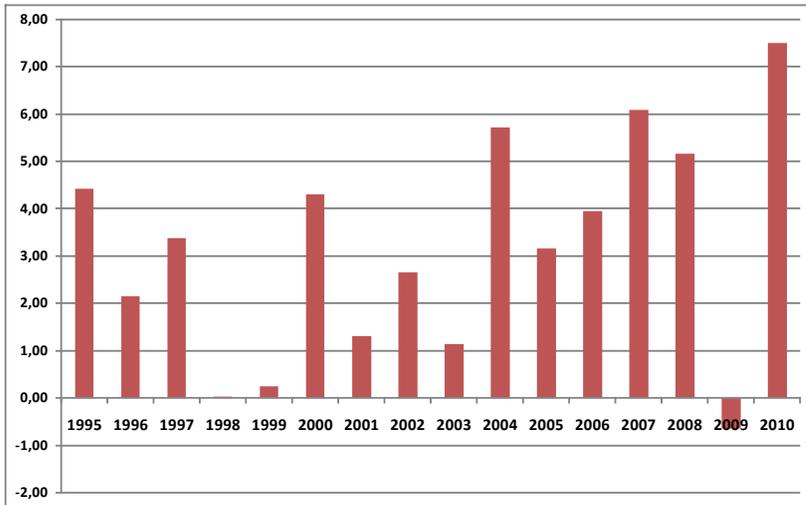


Gráfico 1 – Brasil: Evolução percentual do PIB. 1995-2010

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual- Disponível em: www.ipeadata.org.br

Um divisor de águas do governo Lula foi a crise política de 2005-2006, que quase levou o governo ao *impeachment*. De certa forma, enfrentando a má vontade da oposição e de praticamente toda a mídia, o governo iniciou um ciclo de políticas econômicas mais ativas, com vistas a se reencontrar com sua base social, dentre as quais se destacam Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no começo de 2007, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Plano de Desenvolvimento Produtivo, já sob o segundo mandato de Lula. Além disso, continuou a política de expansão do crédito e fortaleceu a atuação do BNDES, do Banco do Brasil e a CEF no sentido de ampliar a oferta de crédito para o consumo e para o investimento. De fato, tais políticas contribuíram para que o país enfrentasse em melhores condições a crise de 2007-2010 e também pudesse reduzir as taxas de desemprego, aumentar o salário mínimo e reduzir o número de miseráveis.

O Gráfico 1, acima, descreve a evolução da PIB durante os governos FHC e Lula. Nota-se que a média de crescimento do governo Lula foi bem superior à de seu precedente, mas inferior às médias de países em desenvolvimento como a China e a Índia e também do próprio Brasil, entre 1930 e 1980. Ao longo desta primeira seção trabalharemos com dados que nos ajudarão a compreender tanto os feitos como as limitações da política econômica deste governo que permitiram um resultado satisfatório no crescimento do Produto.

Em primeiro lugar, vale destacar que o objetivo de manter a estabilidade dos preços foi plenamente atingido. Durante todo o governo a meta inflacionária foi cumprida. O Gráfico 2, a seguir, descreve a evolução do índice que baseia a política monetária, o IPCA.

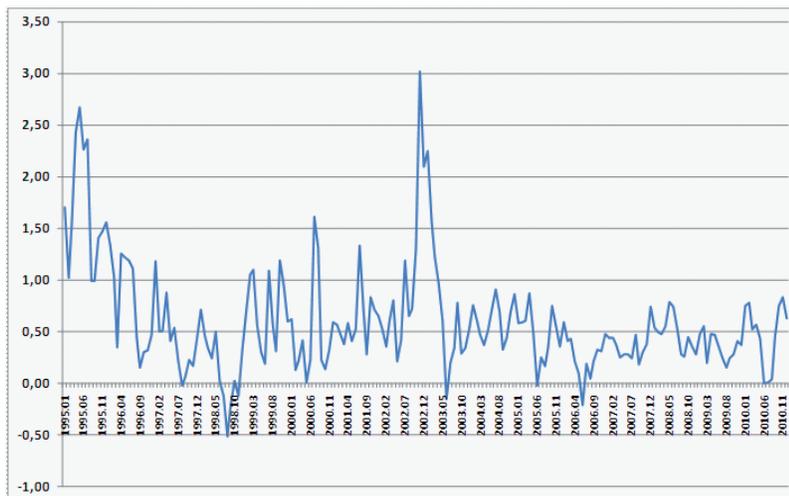


Gráfico 2 – Brasil: Evolução mensal do IPCA. 1995-2010 (%)

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual- Disponível em: www.ipeadata.org.br

Depois de adotar medidas contracionistas para enfrentar o descontrole dos preços do final do governo FHC, em grande parte devido à influência da crise cambial que elevou o dólar a perto de R\$4,00, os índices inflacionários se mantiveram estáveis, mesmo com a piora do quadro internacional depois da quebra do Lehman Brother, em setembro de 2008. Novamente, o desempenho do governo Lula nesse quesito foi superior ao de seu predecessor.

É importante assinalar que esta estabilidade decorreu de uma série de fatores, como a crescente valorização do real contra o dólar; a melhora verificada nas transações correntes, principalmente entre 2003 e 2006; a forte contração do gasto público, quando o governo elevou o superávit primário a taxas superiores a 4% do PIB; e, principalmente com uma política de juros extremamente conservadora, conforme se depreende da leitura do Gráfico 3. Nesse aspecto, vale destacar que apesar de elevada, a taxa SELIC no governo Lula apresentou patamares bem inferiores ao do governo anterior, mas muito elevado se comparado com o padrão mundial dos países ditos “emergentes”.

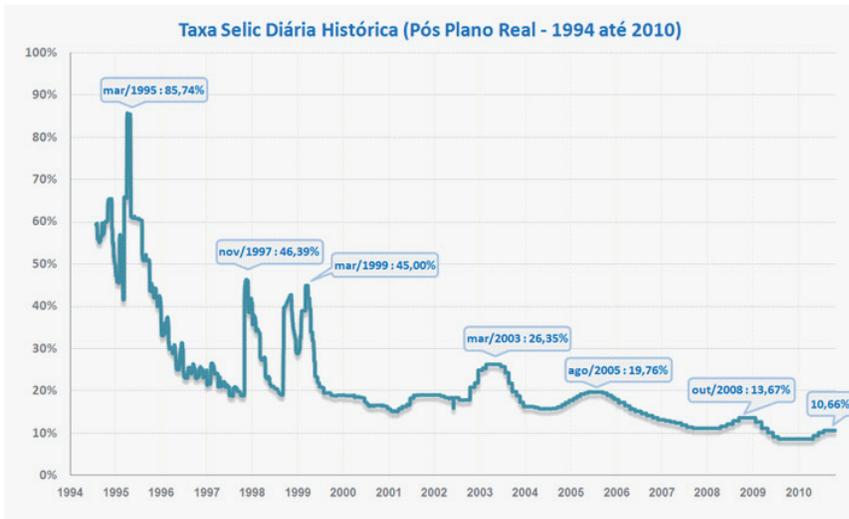


Gráfico 3 – Brasil: Evolução Taxa Selic- 1994-2010 (%)

Fonte: BCB Boletim/M. Finan. Disponível em: www.ipeadata.org.br

O efeito colateral de taxas de juros tão elevadas se refletiu sobre o estoque da dívida interna do setor público. No entanto, quando se observa o Gráfico 4, têm-se a sensação de que o problema da dívida interna líquida já foi mais preocupante, pois denota uma tendência decrescente, já que no final do governo FHC esta representava 60,4% do PIB, e se reduziu para 40%, no final de 2010. Ao considerar o estoque de títulos públicos federais e operações de mercado aberto, vemos a dimensão do problema ocasionado pelos juros abusivos: entre dez/2002 e dez/2010, o estoque dos títulos subiu 171%, número impressionante, mas nada comparável com os 1.049% de variação entre dez/1994 e dez/2002 (BACEN, 2011a). O estoque da dívida bruta do setor público, no último trimestre de 2010, tal como informa o BACEN (2011ab), acumulou um total próximo a R\$ 2 trilhões.



Gráfico 4 – Brasil: Dívida Líquida do Setor Público – Jan-2002 – Dez - 2010 (% do PIB)

Fonte: BCB Boletim/F. Públ. Disponível em: www.ipeadata.org.br

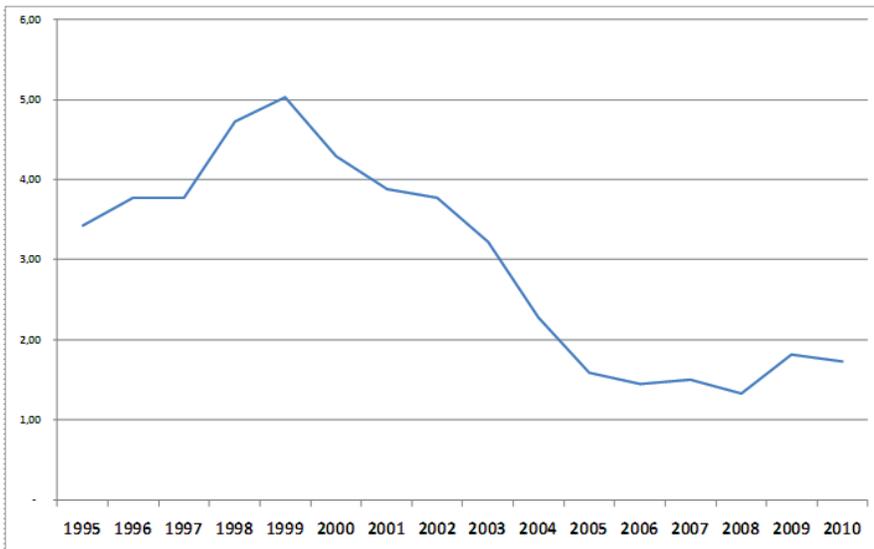


Gráfico 5 – Brasil: Relação Dívida Externa/Exportações – 1995-2010

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de BCB Boletim/BP e MDIC/FUNCEX. Disponíveis em: www.ipeadata.org.br

Uma situação similar se constata quando se analisa o desempenho do endividamento externo brasileiro (Gráfico 5). Quando se compara a relação dívida/exportações, verifica-se uma melhora acentuada na posição externa, o que justifica, por exemplo, a queda no risco-país, se é que este indicador reflete de fato a realidade. Quando se observa o estoque, verifica-se um crescimento de 148% no período de 2003 a 2010. No começo de 2011, o estoque atingiu US\$347 bilhões, sendo que apenas em 2010 o estoque cresceu US\$ 73,4 bilhões, principalmente devido aos empréstimos de empresas privadas que usufruíram da liquidez internacional e das baixas taxas de juros, quando se comparadas às praticadas no mercado interno, para investir no Brasil.

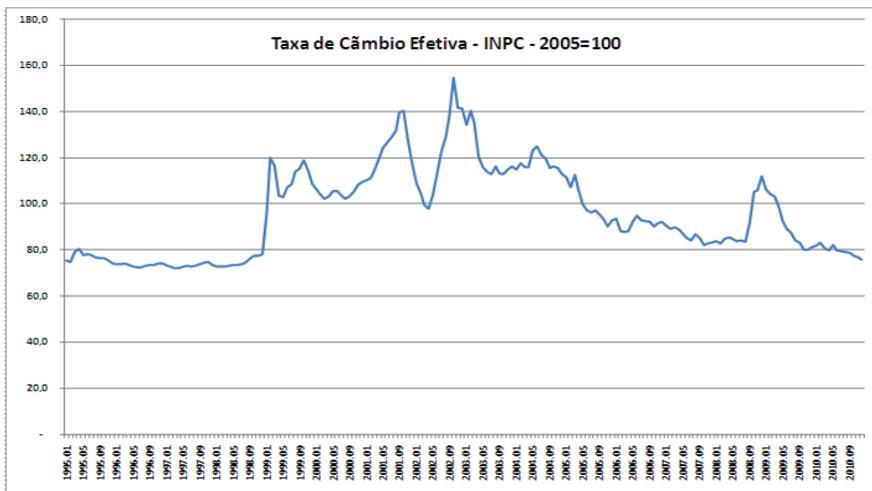


Gráfico 6 – Brasil: Taxa de câmbio - efetiva real - INPC – exp. - índice (média 2005 = 100)
 Fonte: IPEA. Disponível em: www.ipeadata.org.br

Um problema indiretamente derivado das altas taxas de juros praticadas no Brasil está relacionado com a valorização do Real frente ao Dólar. Normalmente, o diferencial de taxas de juros já é um forte estímulo para a entrada de dólares no país, principalmente por meio de operações alavancadas, em que especuladores tomam dinheiro emprestado a juros baixos nos países desenvolvidos e investem em títulos públicos e privados do país, contribuindo para um fluxo anormal de divisas, o que força à valorização da moeda local. Aliado a isso, decorrente da crise financeira internacional, os Estados Unidos vem adotando políticas fiscais e monetárias expansivas, que levam à uma desvalorização ainda maior do Dólar frente às demais moedas.

Tal situação de valorização do Real não se reverte nem com déficits nas Transações Correntes (Gráfico 7), nem com a formação de reservas internacionais (Gráfico 8), conforme se pode observar no Gráfico 6. Ademais, é importante assinalar que a valorização atingiu níveis preocupantes, uma vez que a cotação atual, descontada a inflação, já se iguala à situação vivida durante o primeiro governo FHC, no período conhecido na literatura como “populismo cambial”, que antecedeu à reeleição de Cardoso entre 1997/98.

O impacto disso nas Transações Correntes (TCs) é muito evidente. A trajetória da curva da série é muito similar àquela do desempenho do câmbio (Gráfico 7). Enquanto o Real apresentava uma cotação competitiva para as exportações, constatou-se um expressivo superávit, entre 2003 e 2006. Já entre 2007 e 2010, pode-se ver com clareza a deterioração do indicador. Em 2009, quando a crise externa atingiu o seu auge, houve uma melhora nas TCs por conta da curta depreciação do Real. Em 2010, o déficit atingiu seu pior número na série histórica, se bem que em termos de proporções do PIB, o déficit das TCs ficou distante de momentos como a crise da dívida, no começo da década de 1980 ou da crise do Real, entre 1998-1999.

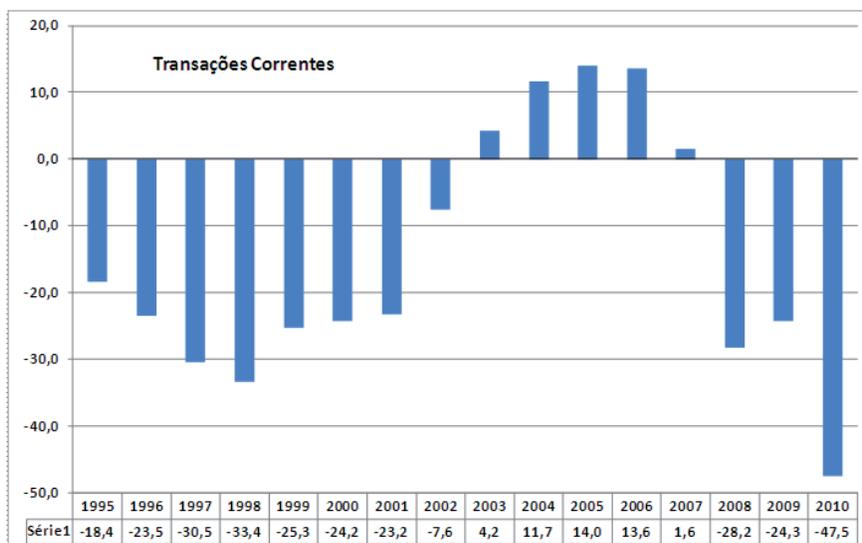


Gráfico 7 – Brasil: Transações Correntes – 1995-2010

Fonte: BCB Boletim/BP. Disponível em: www.ipeadata.org.br

Vale a pena destacar que o déficit nas TCs não resultou apenas da perda de dinamismo da balança comercial, mas refletiu também a forte remessa de lucros

por parte de empresas multinacionais que aproveitaram a baixa cotação do Dólar para reforçar o caixa de suas matrizes, já que estas apresentavam grandes prejuízos decorrentes da crise internacional.

Um indicador que chama a atenção por conta de sua singularidade na história econômica recente do Brasil é o expressivo volume de reservas internacionais (Gráfico 8) acumulado durante o governo Lula. Desde a década de 1970, este vinha sendo um “calcanhar de Aquiles” da economia brasileira, de tal forma que qualquer instabilidade na economia mundial provocava um cataclismo na economia doméstica. O fato de o país contar com aproximadamente US\$ 200 bilhões em reservas no auge da crise financeira (set-2008-mar/2009) permitiu à economia brasileira resistir aos seus fortes impactos e, posteriormente, se tornar credor do FMI, diferentemente da Era FHC, em que o país pediu ajuda ao Fundo diante de sucessivas crises no balanço de pagamentos. No final de 2010, o estoque de reservas alcançou US\$288 bilhões.

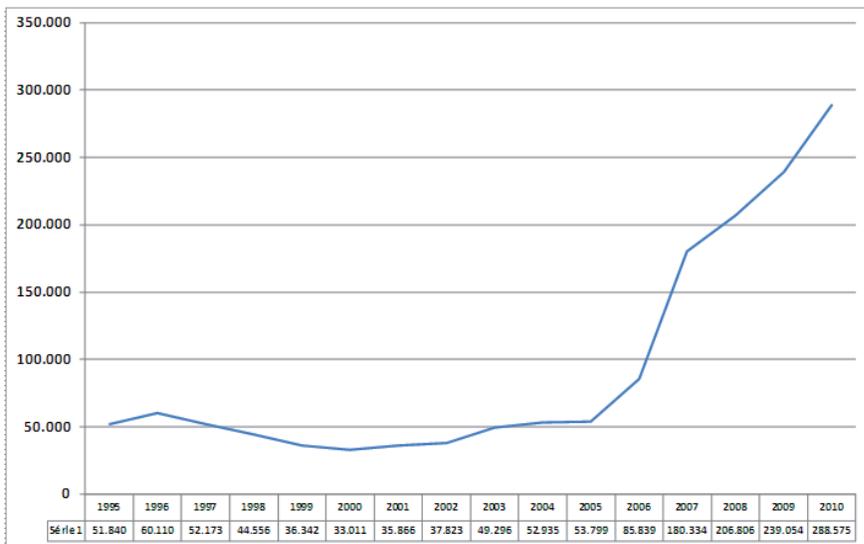


Gráfico 8 – Brasil: Reservas Internacionais – 2002-2010 (mensal)

Fonte: BCB Boletim/BP. Disponível em: www.ipeadata.org.br

É importante refletir sobre uma delicada questão: apesar de funcionar como um seguro contra possíveis ataques especulativos, a manutenção de um volume tão expressivo não está isenta de críticas. Grande parte desse volume foi obtido por meio da compra de dólares a partir da emissão de títulos da dívida federal. O

diferencial de juros recebidos pelas reservas e os pagos aos detentores desses papéis acarretou, em 2010, um prejuízo de US\$ 26,6 bilhões para o Banco Central do Brasil (RODRIGUES, 2011). Um valor significativo para um prêmio de seguro...

Um último aspecto da política macroeconômica do governo Lula que pretendemos abordar diz respeito ao desempenho da Balança Comercial (BC). Ao se analisar o Gráfico 9, constata-se um crescimento vigoroso entre 2003 e 2010, tanto do lado das exportações (175%) como do lado das importações (275%). As exportações se expandiram em média 17,6% ao ano e as importações em 20,7%. A título de comparação, durante o mandato de FHC, as exportações se expandiram na média anual de 4,4%, enquanto que as importações em 6,2%.

Não cabe neste artigo a desagregação da pauta comercial, mas é preciso informar ao leitor que grande parte do desempenho do comércio internacional do Brasil está intimamente vinculado à forte expansão da economia da República Popular da China, durante a década de 2000, não só como mercado para a produção brasileira de ferro, soja ou petróleo, mas também pela sua pressão sobre a oferta internacional das principais *commodities*, cujo reflexo imediato foi (e é) a elevação generalizada de seus preços, algo que vem beneficiando não só os produtores brasileiros como também nossos vizinhos da América Latina, que são os maiores compradores de artigos industrializados do Brasil.

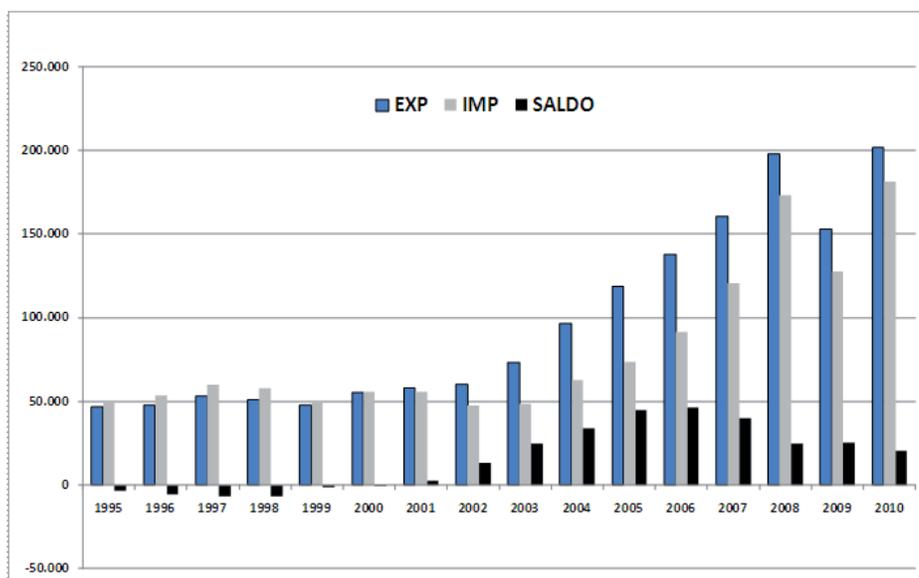


Gráfico 9 – Brasil: Balança Comercial – 1995-2010

Fonte: MDIC/FUNCEX. Disponível em: www.ipeadata.org.br

Por outro lado, também decorrente do papel que a China assumiu como “Fábrica do Mundo”, muito do crescimento das importações se deve à oferta chinesa, não só decorrente dos baixos preços de bens acabados, mas principalmente pelo fornecimento de peças e componentes, devido ao posicionamento daquele país na cadeia de agregação de valor de importantes empresas multinacionais que atuam no Brasil. É digno de nota o fato de que, em 2009, a China suplantou os Estados Unidos na condição de maior parceiro comercial do Brasil.

Por fim, quando se analisam os dados da economia brasileira durante o governo Lula, principalmente aqueles com vínculos com o setor externo, é possível constatar uma significativa mudança de posição com relação ao passado recente do país. Restrições ao desenvolvimento como um dívida externa sufocante, ausência de divisas para a compra de matérias-primas e combustíveis, uma inflação galopante e um setor exportador restringido foram os responsáveis pelo longo período de “vãos de galinha”, sem que a economia pudesse deslanchar e gerar empregos suficientes e maior renda à população. É evidente que tais problemas não foram “definitivamente solucionados”, mas as condições gerais vêm permitindo a adoção de políticas expansionistas, com grande impacto na capacidade de planejamento e nos investimentos necessários para “destravar” o país. Na seção seguinte discutiremos o papel do BNDES nesse processo.

2 O NOVO PAPEL DO BNDES E NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Antes de tudo, é importante lembrar que o BNDE foi criado durante o Segundo Governo Vargas, no auge do período de “substituição de importações”, com vistas a oferecer crédito de longo prazo para as atividades de empresas brasileiras. O banco foi idealizado no âmbito da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e lançado como o órgão de financiamento do Plano Nacional de Reaparelhamento Nacional, o Plano Lafer, em 1952 (PIRES, 1996:135). Sua fundação era o resultado de uma concepção econômica que buscava a ampliação da capacidade produtiva nacional e ainda do desenvolvimento de importantes grupos industriais brasileiros. Sua primeira atividade de monta foi participar da implantação da indústria automobilística do Brasil, durante o Plano de Metas (1956-1960).

Mesmo com a derrota política dos grupos de apoiavam a industrialização nacional, em 1º de abril de 1964, o banco continuou a cumprir seu papel de oferecer recursos subsidiados e de longo prazo, ou mesmo o aporte com participação acionária, para grupos que buscavam se consolidar. A importância do BNDE era maior ainda se considerado o então débil sistema financeiro brasileiro e também o incipiente

mercado mobiliário. Em 25 de maio de 1982, por meio do decreto-lei 1940, o governo Figueiredo (1979-84) criou o Fundo de Investimento Social (Finsocial) e o colocou sob administração do BNDES, incorporando o “s” de social ao escopo do banco.

Na década de 1990, o BNDES modificou o foco de sua atuação, priorizando as seguintes ações: (1) coordenar o Programa Nacional de Desestatização; (2) estimular a modernização do parque industrial doméstico; e (3) abrir sua carteira para grupos estrangeiros, algo que estava vetado na concepção do Banco, em 1952.

Nessa sua guinada em meio ao processo de internacionalização da economia, o BNDES deixou de ser um agente do planejamento econômico para se tornar um ativo ator no processo de desnacionalização da economia, disponibilizando dinheiro, inclusive, para o financiamento de empresas estrangeiras para a aquisição de empresas estatais. Os recursos do banco eram utilizados para a formação de blocos concorrentes no processo de privatização (que incluía “parceiros” estrangeiros) nos setores de energia elétrica, telecomunicações, gás, bancário e concessão de rodovias².

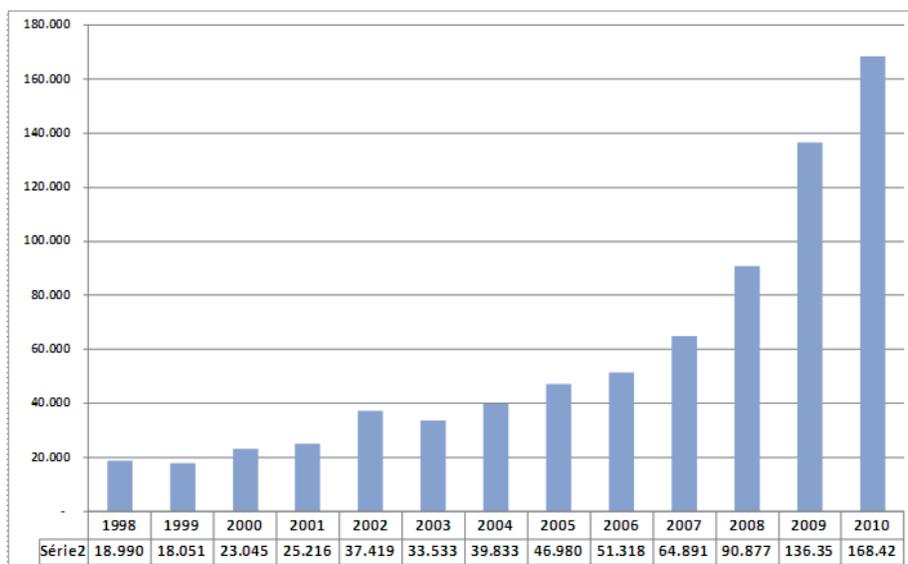


Gráfico 10 - Desembolsos Totais do BNDES – 1998-2010 (milhões R\$)

Fonte: BNDES. Estatísticas Operacionais, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html>.

Durante o governo Lula, a atuação do BNDES voltou ao seu curso original e o banco retomou seu papel como ativo indutor das atividades produtivas do Brasil. No entanto, durante o primeiro mandato, o banco não se desvencilhou completamente do paradigma anterior, mas mesmo assim conseguiu ampliar a sua atuação num sentido pró-ativo. Esta nova nuance pode ser percebida na avaliação de Guido Mantega, (presidente do BNDES entre 2004 e 2006), sobre esta nova postura do banco:

No período da privatização, ele tinha um papel diferente, hoje tem uma presença mais marcante. Mesmo porque o desenvolvimento está voltando. Eu fico satisfeito em saber que as empresas que são apoiadas pelo banco são as que mais geram empregos no país. Temos uma pesquisa mostrando que, em todos os setores de atividades, as empresas apoiadas pelo BNDES geram mais empregos do que as semelhantes nos mesmos setores. Não estamos comparando alhos com bugalhos. O BNDES tem uma atividade **que não só aumenta a produtividade e a produção como aumenta também a geração de empregos**. Essa é a maior virtude que está acontecendo no país. (MANTEGA, 2005, grifo nosso) TRATA-SE DE PÁGINA DE INTERNET

O aspecto sublinhado na citação de Mantega merece comentário. As políticas de incremento da produtividade patrocinadas pelo BNDES na gestão de Cardoso foram responsáveis por uma onda demissões nas empresas que adotaram o novo paradigma do banco. Além disso, patrocinou políticas de terceirizações que quebraram a resistência do movimento sindical em setores tradicionalmente mais organizados, como o siderúrgico, petroleiro, bancário e de telecomunicações.

O Gráfico 10 mostra o desembolso de recursos do BNDES no período 1998-2010. Podemos dividir as informações em três blocos. Os cinco anos da gestão de Cardoso (1998-2002), o primeiro mandato de Lula (2003-2006) e o segundo mandato (2007-2010). Pode-se verificar que a média anual de desembolso do primeiro período foi de R\$24.544 milhões; no segundo período, de R\$ 42.916 milhões, o que representa um incremento de 74% frente ao governo FHC; e de R\$ 115.137 milhões no segundo mandato de Lula. A média anual de todo o mandato de Lula é de R\$ 79.026 milhões, um aumento de 222%. É importante assinalar que o BNDES recebeu forte aporte do Tesouro Nacional para ajudar o país a superar os efeitos mais agudos da crise internacional, alvo de crítica dos setores mais conservadores da sociedade.

Ao refletir sobre estes dados, podemos verificar dois momentos bem distintos da atuação do BNDES. No primeiro, um crescimento restringido nos dois primeiros anos e um deslançamento do crédito entre 2005 e 2006. Já no segundo período, nota-se uma relevante mudança quantitativa, mas também podemos observar mudanças qualitativas na atuação do banco. A posse de Luciano Coutinho trouxe novamente ao banco o papel de formulador de política industrial, algo considerado nefasto pelos governos de forte inspiração liberal (FRANCO, 1999).

Em seu discurso de posse, em agosto de 2007, Coutinho apresentava suas prioridades:

Balço de pagamentos equilibrado a longo prazo requer a persistência de um superávit comercial suficientemente alto para financiar nosso déficit estrutural na conta de serviços não-fatores e honrar o serviço (juros e lucros) dos passivos externos. Superávit suficientemente alto, também, para a sustentação de reservas de divisas em escala adequada para garantir confiança aos investidores e solvência ao movimento de capitais e investimentos diretos. [...] Por isso o BNDES continuará desempenhando ativamente seu papel de banco brasileiro de comércio exterior. [...] sem a elevação continuada da formação de capital não há como sustentar o desenvolvimento sócio-econômico, a estabilização e o equilíbrio externo. [...] Escusado lembrar o óbvio: sem a elevação continuada da formação de capital não há como sustentar o desenvolvimento sócio-econômico, a estabilização e o equilíbrio externo. Sendo assim, a subida persistente da taxa nacional de poupança e investimento é objetivo macroeconômico chave. O esforço maior do BNDES estará concentrado na consecução desse objetivo, com a indispensável contribuição do setor privado. [...] Mercê do grande esforço histórico de industrialização no pós-guerra a matriz industrial brasileira, como sabemos, desenvolveu e revelou capacidade competitiva em muitas cadeias intensivas em recursos naturais, base agrícola e economias de escala. Por sorte, essas cadeias, produtoras de commodities e de pseudo-commodities, vêm desfrutando nos últimos anos de preços externos superfavoráveis e têm respondido positivamente a esses estímulos com aceleração de seus programas de investimento. Cumpre ao BNDES, como já vem fazendo, apoiá-las firmemente para que possam capturar todas as oportunidades para aumentar participação no comércio mundial, não apenas com ampliação de capacidade produtiva mas, também, através da aceleração de inovações. Cumpre, adicionalmente, ao BNDES apoiar o robustecimento das empresas, especialmente das nacionais, no que respeita a capitalização, gestão, governança e internacionalização de operações. Incluo nessa categoria, sem ser exaustivo, as cadeias de mineração, siderurgia, metalurgia de não-ferrosos, celulose e papel e petroquímica. Faço questão de ressaltar nossa expressiva gama de agroindústrias competitivas, tais como soja e derivados, suco de laranja, carnes, fumo e outras – sublinhando, finalmente, as cadeias de açúcar e álcool e de biocombustíveis que se defrontam com extraordinárias oportunidades de mercado. (BNDES, 2007).

Observando a gestão de Coutinho nestes últimos anos, pode-se constatar que muitos daqueles objetivos foram colocados em prática pelo BNDES, como a formulação de política industrial, por meio da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o apoio às empresas brasileiras em seu processo de internacionalização, a formação de grandes conglomerados com porte de atuação internacional, o apoio aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a busca de novas competências industriais por meio do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI).

No que tange à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), vale destacar que

Seu objetivo é promover a competitividade de longo prazo da economia brasileira, consolidando a confiança na capacidade de crescer, com uma maior integração dos instrumentos de política existentes, fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e aprofundamento da articulação com o setor privado. (MDIC - PDP, 2011.). TRATA-SE DE PÁGINA DE INTERNET

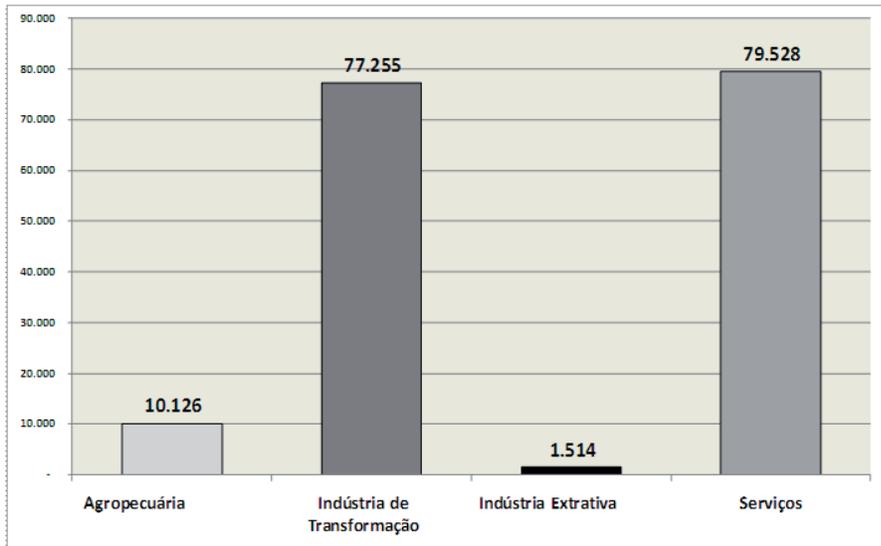


Gráfico 11 - BNDES: Desembolsos Por Setor – 2010 (milhões R\$)

Fonte: BNDES. Estatísticas Operacionais, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html>.

Isto se reflete, do ponto de vista do BNDES, nas prioridades concebidas para a alocação dos recursos do banco, conforme descreve o Gráfico 11. Quando se observa a distribuição dos desembolsos por setor, verifica-se que os setores de “Indústria de Transformação” e “Serviços” concentraram a maior parte dos recursos, com 46% e 47%, respectivamente. Apenas seis segmentos concentraram quase 60% do total dos recursos do BNDES, são eles: “Coque, petróleo e combustível”, com R\$ 28.712 milhões; “Transporte terrestre”, com R\$ 28.474 milhões; “Eletricidade e gás”, com R\$ 13.878 milhões, “Produtos Alimentícios”, com R\$ 12.293 milhões; “Comércio”, com R\$ 10.530 milhões; e “Construção”, com R\$ 6.650 milhões. Se

observarmos neste grupo, nota-se que foram priorizados os investimentos definidos no PAC, nas áreas de energia, transportes e saneamento.

Além dos investimentos do banco, constata-se a adoção de políticas estratégicas, como a formação de grandes grupos nacionais com capacidade de concorrência internacional. Isto se insere tanto nas políticas definidas pelo PDP como também da percepção de que sem multinacionais de grande porte o Brasil não tem como jogar um papel mais ativo na economia mundial. De acordo com Coutinho:

[...] o desenvolvimento dos setores intensivos em inovação (tecnologia da informação e comunicações, farmoquímica, biotecnologias aplicadas, nanotecnologia e materiais) é fundamental para evitar o agigantamento de déficits comerciais nesses campos. De outro lado, a PDP propõe aprofundar a liderança brasileira nas cadeias em que já mostramos competitividade, tanto no plano das exportações quanto no da afirmação de empresas brasileiras com porte e atuação mundial. Cumpre aproveitar o potencial completo dessas cadeias, desdobrando o desenvolvimento competitivo de suas respectivas bases supridoras de bens de capital, insumos, engenharia e serviços. Ou seja, é preciso estimular fortemente a inovação e a competitividade a montante e a jusante das empresas líderes. São exemplos desse tipo de agenda a grande cadeia de petróleo e gás, a petroquímica, vários agronegócios, carnes e proteínas, celulose e papel e mineração. (COUTINHO, 2010, p. 29).

Ao longo do mandato de Coutinho à frente do BNDES, o banco estimulou um forte processo de concentração de capital, como as fusões e/ou aquisições entre os grupos Sadia e Perdigão (BRFoods); Votorantim e Aracruz (Fibria); Bertin e JBS Friboi; Braskem e Quattor (Petrobrás); Oi e Brasil Telecom, etc.

Outro aspecto que merece ser comentado diz respeito às prioridades estratégicas do banco e do governo Lula com vistas a ampliar a atuação de grupos nacionais para além das supostas “vantagens comparativas” do país nas áreas de commodities. Isto está explícito no Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), cujos objetivos são o de apoiar, orientar e articular as ações relativas à capacitação tecnológica da indústria, visando aumentar a competitividade dos bens e serviços produzidos no País. Em coordenação com as diretrizes da PDP, buscava atingir os seguintes objetivos (MCT-PCATI, 2011):

- expansão e consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I);
 - promoção da inovação tecnológica no setor privado, com especial atenção à instalação de centros de P&D pelas grandes empresas;
 - incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) em áreas estratégicas;
- e

- promoção da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) para o desenvolvimento social. Novos avanços são necessários no que toca à formulação clara de objetivos de longo prazo, com foco bem definido e desenho prático das estratégias para sua consecução.

Tal como está postulado, o país tenta superar o atraso histórico em segmentos onde possui pouca tradição. Quando se observa de maneira detalhada os fluxos comerciais, nota-se um grande déficit nos segmentos intensivos em tecnologia, coberto com o superávit em setores básicos e semi-manufaturados, diferentemente dos países industrializados, cuja principal característica nos seus fluxos comerciais é tanto a exportação como a importação de itens de maior valor agregado.

CONCLUSÕES

O balanço que pode ser feito da política econômica do governo Lula, entre 2003 e 2010, é positivo. Grandes obstáculos ao desenvolvimento foram superados, como a crônica debilidade do Balanço de Pagamentos, o secular peso da dívida externa, as restrições energéticas e ainda o descontrole inflacionário. No entanto, quando se trata de economia, nunca se resolve um problema, pois novos desafios continuam a ser colocados. O alívio no comércio exterior é decorrente do aumento da demanda e dos preços das *commodities*, implicando numa piora da qualidade da pauta exportada. As enormes reservas cambiais, apesar de servirem de seguro contra as turbulências internacionais, contribuem para a valorização excessiva do Real contra o Dólar, além de gerarem um custo elevado, por conta dos diferenciais de juros internos e externos.

Quando se analisa a atuação do BNDES no período, observa-se uma importante guinada de rumos se comparado com o período de Cardoso. Restrições creditícias e políticas de desnacionalização foram suplantadas por medidas ativas de fortalecimento do setor produtivo nacional. O papel do setor público foi resgatado no sentido de superar diversos gargalos na infraestrutura do país, já que o modelo anterior além de não resolver problemas contribuiu para seu sucateamento. Os recursos direcionados para as obras do PAC, para a capitalização da Petrobrás, para a consolidação de setores exportadores ajudaram a economia a superar o período de estagnação que vinha ocorrendo desde o começo da década de 1980. No entanto, cabe também indagar se parte dos recursos destinados à formação de “campeãs nacionais” não seriam melhor aplicados em setores com maior potencial inovador, que gerassem mais empregos ou ainda que contribuíssem para a desconcentração da renda. Este problema, aliás, continuará a perturbar nossas consciências por muito tempo, apesar dos avanços relatados neste breve artigo.

FONTES E REFERÊNCIAS

BACEN. Série histórica da NFSP: usos e fontes. 2011a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?DIVMOB>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BACEN. Padrão Especial de Disseminação de Dados. 2011b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>>. Acesso em: 19 mar. 2011

BNAMERICAS. Embajadora insta a AES y BNDES a dialogar. *Jueves 13*, 16, p. 29, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.bnamericas.com/news/energielectrica/Embajadora_insta_a_AES_y_BNDES_a_dialogar>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BNDES. BNDES 50 ANOS. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Livro_Apresentacao.PDF>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BNDES. Discurso de posse do presidente Luciano Coutinho, 20 ago. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Entrevistas_e_Artigos/2008/Institucional/20081010_entrevista1.html>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BNDES. Estatísticas Operacionais, 2011. Disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html>. Acesso em: 23 mar. 2011.

COUTINHO, Luciano. A construção de fundamentos para o crescimento sustentável da economia brasileira. In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). *O BNDES em um BRASIL em Transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 17-38

FRANCO, Gustavo. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTEGA, Guido. *O Brasil pode crescer até 5% em 2006*. Entrevista à Revista Desafios do Desenvolvimento. 2005. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/20/artigo15702-1.php>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação. 2011. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior. Política de Desenvolvimento Produtivo. 2011. Disponível em: <<http://www.pdp.gov.br/paginas/objetivo.aspx?path=Objetivos>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro. *Estado e acumulação de capital no Brasil: o caso da Petrobrás-1954-1964*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. O que é isso? Sugiro suprimir. Não fará falta e nem acrescentará nada à informação.

RODRIGUES, Azelma. Custos de operações do BC com moedas estrangeiras somam R\$ 48,5 bi. Valor Econômico, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/financas/28/389428/custos-de-operacoes-do-bc-com-moedas-estrangeiras-somam-r-485-bi>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E O DEBATE ATUAL SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Luís Antonio Paulino¹

APRESENTAÇÃO

A luta pela industrialização do Brasil é um dos capítulos mais importantes da nossa história. País agrícola durante os quatro primeiros séculos de existência, o Brasil empreendeu ao longo do século XX grande esforço para se industrializar. Graças aos esforços de uma elite industrialista e modernizadora e à pesada intervenção do Estado a partir da década de 1930, o Brasil logrou, em cerca de 50 anos (1930-1980), transformar-se em um país industrial moderno, com um parque produtivo amplo e integrado.

Com a abertura comercial no início da década de 1990, toda a rede de proteção à indústria nacional até então existente foi retirada, em diversos casos de forma abrupta. Exposta à concorrência externa, parte da indústria brasileira, nomeadamente o setor eletroeletrônico, regrediu. Setores que apresentavam vantagens competitivas, alguns já relativamente internacionalizados e integrados em cadeias produtivas mundiais, como o setor automotivo e aeronáutico, se reestruturaram e mantiveram seu espaço. Finalmente, aqueles setores que se beneficiavam de vantagens comparativas naturais – como a indústria de mineração e de alimentos

¹ Doutor em Teoria Econômica, Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília.

– tiveram menos problemas para adaptar-se ao novo cenário e aumentaram sua participação relativa na produção industrial do País.

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, a política macroeconômica brasileira de combate à inflação baseou-se na manutenção de juros elevados, que na maior parte do tempo resultou em forte atração de capitais especulativos externos. Simultaneamente, a forte demanda mundial por commodities minerais e agrícolas das quais o Brasil é grande exportador elevou o valor e o volume as exportações brasileiras de bens primários, particularmente minério de ferro e o complexo soja (grão-óleo-farelo). Esses dois fatos, associados à desvalorização do dólar promovida pelos Estados Unidos contribuíram para a valorização da taxa de câmbio, que apenas no governo Lula valorizou-se em mais de 100% frente ao dólar.

Esse quadro resultou em importante mudança qualitativa no setor externo da econômica brasileira: enquanto a cadeia do agronegócio, impulsionada pela demanda externa e pelos altos preços no mercado internacional, gerou um superávit comercial de cerca de US\$ 60 bilhões em 2010, a indústria de transformação apresenta sucessivos déficits. A indústria de transformação brasileira terminou 2011 com um déficit de US\$ 48,74 bilhões na balança comercial, o triplo dos US\$ 16,5 bilhões de saldo negativo em 2009, aprofundando um movimento de deterioração que vem de 2005, quando o setor registrou um superávit de US\$ 31,9 bilhões, que veio cedendo até transformar-se em déficit, em 2008, acirrando o debate sobre a desindustrialização do país (WATANABE, 2011).

O ministério da Indústria e Comércio do Brasil, preocupado com esse processo, aponta, em documento reservado intitulado “Desindustrialização, reprimarização e contas externas”, que a fatia da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 30,1% para 25,4% em 2009, como consequência de um menor crescimento da indústria relativamente aos demais setores da economia. Segundo trechos do documento divulgados na imprensa, existe uma correlação estreita entre as oscilações do câmbio e as exportações de manufaturados. O documento conclui que o ritmo de crescimento das importações exacerbou o rombo nas contas externas do País, que não pode mais ser coberto por investimentos estrangeiros diretos, aumentando a dependência de capital especulativo (Landim, 2010).

MAURÍCIO CÁRDENAS, DO BROOKINGS INSTITUTE AFIRMA:

O Brasil está se desindustrializando e se ‘commoditizando’. Se compararmos os BRICS, China e Índia estão se industrializando, enquanto o Brasil está se desindustrializando. Qual é o modelo? A China e a Índia produzem as manufaturas para os mercados globais e o Brasil as matérias-primas. Pode-se ter uma estratégia bem definida como produtor de commodities, como

a Noruega e o Chile. Mas, para uma economia tão grande como o Brasil, provavelmente seria melhor ter um sistema de desenvolvimento muito mais balanceado. (CÁRDENAS, 2010, p. B5).

Tal visão, contudo, está longe de ser consensual entre os economistas que estudam o assunto. Para Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda entre 1988 e 1989, não é possível falar em desindustrialização porque as empresas estão perto do limite de sua capacidade instalada (LANDIM, 2010).

Já para Bresser-Pereira, que também ocupou o cargo de ministro de Fazenda em 1987,

Observa-se, desde o início dos anos 1990, quando a abertura comercial e financeira eliminou os mecanismos que o país utilizava desde 1930 para neutralizar a doença holandesa, um redução da participação da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das commodities. Essa desindustrialização confirma a teoria da doença holandesa, que prevê esse acontecimento sempre que um país com recursos baratos dos quais derivam rendas ricardianas deixa de tomar as medidas necessárias para neutralizar a doença. Apesar de a doença holandesa, que afeta a economia brasileira, ser menos intensa ou menos grave do que a observada em países cuja produção é especializada em uma e/ou poucas commodities que geram expressivas rendas ricardianas, suas conseqüência, em termos de lenta desindustrialização são preocupantes. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010, p. 207-208).

Não há consenso sobre o tema sequer no próprio governo. Ao comemorar o crescimento de 7,5% da economia brasileira em 2010, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que a alta de 10,1% no PIB industrial “[...] mostra que não há desindustrialização no parque fabril.” (RODRIGUES ; OTONI, 2011).

Se há ou não desindustrialização no Brasil é uma questão controversa, mas o fato é que a indústria brasileira, particularmente nos segmentos de alta e média tecnologia, perde espaço em ritmo acelerado para os produtos importados nos setores mais dinâmicos da indústria nacional.

Conforme se verifica no quadro abaixo, a balança comercial da indústria brasileira nos setores de alta tecnologia (aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos), média-alta tecnologia (material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos) e média-baixa tecnologia (construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos) apresentou, em 2011, um saldo negativo de US\$ 91,7 bilhões. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo saldo positivo de US\$ 42,9

bilhões no segmento de baixa tecnologia (outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados), mas não evitou que o saldo negativo total da indústria alcançasse o valor recorde de US\$ 48,7 bilhões, em 2011. (WATANABE, 2012)

Balança comercial da indústria brasileira em 2011
Por intensidade tecnológica – em US\$ bilhões

Segmento	Exportação	Importação	Saldo
Alta	9,6	39,6	-30,0
Média-alta	42,6	94,6	-52,4
Média-Baixa	34,4	43,7	-9,3
Baixa	61,4	18,5	42,9
Total	148	196,8	-48,7

Fonte: IEDI, apud Watanabe, 2012.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), devido à abertura indiscriminada do setor na década de 1990, o número de empresas de componentes reduziu-se de 250 empresas para pouco mais de 50 (cf. Tamer, 2010). A importação de material eletrônico dobrou nos últimos seis anos e já responde por 56% do consumo nacional (Redher, 2011). Segundo Chade (2010), pelos dados oficiais de 70 governos, o Brasil apresentou a maior expansão de importações em 2010 entre os membros do G-20 e entre todas as economias que tiveram seus dados compilados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre dezembro de 2009 e setembro de 2010 as importações do Brasil subiram 46%, frente a 42% da Argentina, 25% da África do Sul, 20% da Itália, 14% dos EUA e 14% da China. O motivo principal, além do crescimento do mercado doméstico, foi a valorização do real frente ao dólar, que só no governo Lula apresentou uma valorização real de 111%.

A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

A industrialização do Brasil é um processo relativamente recente, que ganha impulso apenas em meados do século XX, mas as idéias industrialistas são bem mais antigas e já estavam presentes nas formulações políticas dos primeiros construtores do Brasil, como Tiradentes e José Bonifácio.

Na república dos Inconfidentes Mineiros as manufaturas constituiriam peças centrais da ordem econômica a ser implantada. Com a transferência da Família Real para o Brasil a indústria nacional deu os primeiros passos. Talvez inspirados nas manufaturas reais de Colbert, na França, Dom João e seus conselheiros esboçaram uma política industrial de caráter mercantilista que deu o impulso inicial ao processo. Destaque-se a figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, conselheiro do Príncipe Regente, que exercendo grande influência sobre os negócios portugueses, era da opinião que Portugal não constituía mais a parte essencial da monarquia portuguesa, ao passo que no Brasil havia “[...] a possibilidade de se criar um poderoso império.” (LUZ, 1961, p. 14)

Pelo alvará do 1.º de abril de 1808, o Príncipe Regente D. João concedia liberdade de indústria ao Brasil. Como, entretanto, a industrialização não se daria pela simples liberdade econômica, o Príncipe Regente foi instado a dar um passo à frente e o resultado foi a alvará de 28 de abril de 1809, que estabelecia isenção dos direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de imposto de exportação para os produtos manufaturados do país e utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais (LUZ, 1961, p. 14-15).

Dois anos após, Portugal sucumbiu às pressões da Inglaterra e assinou um tratado conferindo às manufaturas inglesas uma tarifa preferencial de 15%, inferior à outorgada aos gêneros portugueses que pagavam 16%, entregando, assim às manufaturas inglesas o mercado brasileiro, naquilo que ficou conhecido como um dos “tratados desiguais” impostos pela Inglaterra a diversos países, inclusive, à China, com as “Guerras do Ópio”.

Só a partir de 1840. o processo de industrialização apresentou um caráter mais acentuadamente nacionalista. Expirado o prazo estabelecido dos tratados comerciais com os ingleses, apresentou-se na década de quarenta a oportunidade para se ensaiar uma nova política de proteção às indústrias brasileiras. Foi decretada, em 1844, a tarifa Alves Branco, que tributou em 30% a maioria dos produtos estrangeiros.

Nessa ocasião, entretanto, os esforços para favorecer a indústria nacional já não encontravam um ambiente tão favorável. O café já dominava, em meados do século, a economia brasileira e reforçava a crença no destino eminentemente agrícola do Brasil. Além disso, repousando o sistema tributário brasileiro fundamentalmente na renda alfandegária, a imposição de tarifas aduaneiras protecionistas diminuía o volume de importações, contrariando os interesses do fisco.

A primeira reação liberal contra os interesses da indústria ganhou expressão quando, em 1853, a comissão encarregada da revisão de tarifas posicionou-se contra o sistema protecionista que a tarifa Alves Branco havia estabelecido (LUZ, 1961, p. 22).

A campanha dos interesses agrícolas contra a indústria, responsabilizando a proteção da indústria pela inflação e carestia de vida, criou um ambiente pouco favorável à indústria nacional na opinião pública. Invocando a autoridade do Visconde de Cairu, divulgador das idéias liberais de Adam Smith no Brasil, se opinava que o Brasil devia restringir-se à agricultura e à indústria extrativa. Pioneiros da industrialização, como Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, viam com amargor o Império abraçar as idéias liberais de Cairu para proteger os interesses agrários. Por volta de 1860, na cidade do Rio de Janeiro, a maioria das fábricas não mais existia ou se encontrava em má situação.

Mas o movimento em favor da industrialização resistia. Liderada por Antônio Felício dos Santos, seguramente o maior líder de nosso industrialismo em seus primórdios, o manifesto da Associação Industrial se contrapôs aos argumentos e à política liberal do Segundo Império, afirmando que pela industrialização o Brasil obteria não só a independência econômica como resolveria seus principais problemas (LUZ, 1961, p. 61).

Na década de 1870, a Guerra Civil Americana e, principalmente, a Guerra do Paraguai, viria dar novo impulso à indústria nacional, principalmente à indústria de tecidos de algodão. Esse impulso, entretanto esvaneceu-se em meados da década quando a depressão econômica que já alcançara diversos países industriais alcançou o Brasil, levando à falência vários estabelecimentos de crédito, entre eles o Banco Nacional e o Banco Mauá. A orientação liberal levou o governo imperial a negar apoio aos empreendimentos em dificuldade, como o Banco Mauá. Caso típico foi o da indústria têxtil Brasil Industrial, fundada no boom que se seguiu à Guerra do Paraguai, e que era comparada às fábricas Lowell dos Estados Unidos. Com sérias dificuldades, a Brasil Industrial buscou ajuda do governo, que resolveu não auxiliá-la.

A extinção da escravidão e a necessidade de amparar, por meio de créditos a influente classe dos ex-proprietários de escravos levou o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos e aumento do meio circulante. Essa política levou a uma expansão dos negócios que se traduziu pela formação de inúmeras empresas comerciais e industriais (LUZ, 1961, p. 97).

Proclamada a República, as idéias a favor da indústria ganharam novo impulso. Acreditava-se que a base econômica de sustentação da república deveria ser a indústria, por causa dos compromissos existentes entre a lavoura e o governo imperial. Expressando essas idéias Rui Barbosa afirmava:

No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação com toda a soma da atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia inteligente e independente, que pudesse perturbar a posse mansa e pacífica do poder, que constituía para os privilegiados uma verdadeira exploração. Não é assim no sistema republicano. A república

se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial, peça necessária para o mecanismo do sistema, que trará o equilíbrio conveniente para o seu regular funcionamento. (LUZ, 1961, p. 106)

O movimento a favor da industrialização do Brasil apresentou três fases distintas na Primeira República: a do industrialismo na primeira década republicana; a grande ofensiva protecionista do início do século, que morreria em 1907, com o abandono do projeto protecionista de João Luís Alves; e a fase de consolidação em que a indústria, já firmemente entrincheirada na política nacional, vai defender suas conquistas contra os adversários que a acusavam de ser responsável pela carestia de vida de que o país sofria.

Na primeira fase, na seqüência do movimento de expansão do crédito dos anos finais do Império, multiplicaram-se as empresas e uma espécie de loucura financeira apoderou-se do país. A essa fase de especulação desenfreada deu-se o nome de encilhamento. Embora seja geralmente descrito como período de intensa especulação, o episódio do encilhamento teve aspectos positivos. Conforme observa Suzigan:

Em primeiro lugar, foi uma tentativa de romper com a tradicional estrutura agrária identificada com o regime imperial e a chegada de nova era do progresso baseada no desenvolvimento industrial. Em segundo, a expansão do estoque de moeda e as facilidades de crédito estimularam efetivo aumento no investimento industrial, fundando-se novas e maiores fábricas de tecidos de algodão e expandindo-se as existentes. Finalmente, a própria crise teve aspectos positivos ao estimular uma campanha pró-apoio governamental à indústria de transformação, que resultou num empréstimo especial de 100.000 contos para a indústria em 1892, também em prol de maior proteção à indústria. (SUZIGAN, 2000, p. 49).

Levados pelo entusiasmo, as fábricas fizeram fantásticas encomendas de maquinaria e aparelhamento no exterior. As conseqüências desse excessivo otimismo não se fizeram esperar e a falsa riqueza produzida pela abundância de papel-moeda não tardou a desmoronar. Por ocasião do golpe de estado do Marechal Deodoro, em 3 de novembro de 1891, pouco ou nada mais subsistia do entusiasmo e confiança inicial e já a crise era um fato consumado (LUZ, 1961, p. 100).

Novamente dúvidas surgiram sobre a viabilidade do destino industrial do Brasil juntamente com as primeiras manifestações contrárias à direção que o desenvolvimento industrial brasileiro estava seguindo. A questão do auxílio à indústria, suscitou, em 1892, acalorada discussão. No Senado, o representante de São Paulo, Rangel Pestana, abriu o debate contrário ao auxílio, alegando que seu simples anúncio já havia provocado em Londres a queda dos títulos brasileiros, prejudicando a lavoura (LUZ, 1961, p. 103).

Isso não impediu, contudo, que o apoio da república continuasse. Em 1896, a comissão encarregada da revisão de tarifas, expressando o pensamento de Serzedelo Correa, manifestava uma orientação marcadamente nacionalista e procedeu à reforma tendo em vista dois grandes argumentos a favor de uma política protecionista – da vulnerabilidade de nossa economia baseada na exportação de uns poucos produtos agrícolas e do desequilíbrio da nossa balança comercial.

Os problemas econômicos do país relacionados com o câmbio e o custo de vida fizeram, entretanto, avolumarem-se as hostes contrárias à industrialização. Em 1899, inaugura-se o Governo Campos Sales, com o médico Joaquim Murinho no Ministério da Fazenda. Inicia-se uma política de saneamento financeiro e do meio-circulante que prejudicou a indústria. Acusava-se a política de Campos Sales e de Joaquim Murinho de ter saneado as finanças nacionais à custa do fechamento de fábricas. O problema nacional não era apenas financeiro, mas, sobretudo, econômico, diziam seus críticos, e sua superação estava na industrialização do país.

Esse movimento em favor da indústria nacional congregou industrialistas fervorosos como Serzedelo Correa, Barata Ribeiro, Lauro Müller, Osório de Almeida, no Rio de Janeiro, e Nilo Peçanha, João Pinheiro, Francisco Sales e João Luís Alves, em Minas Gerais. Por essa ocasião, a indústria paulista começou a participar também do movimento, mas os líderes paulistas de então, como Bernardino de Campos, defendiam principalmente a agricultura.

Contra os interesses da indústria, entretanto, conjuravam os interesses da agricultura associados aos do fisco, tendo à frente o então ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões. A luta contra a indústria não cessava. A opinião pública responsabilizava a indústria nacional pelo encarecimento do custo de vida. O movimento de resistência contra o protecionismo, até então restrito aos interesses da lavoura, ganhou um novo aliado com a crescente urbanização, atingindo também a população urbana que responsabiliza a política protecionista pelo encarecimento do custo de vida.

Foi nesse ambiente de debate apaixonado a respeito da política protecionista brasileira que teve início a Primeira Guerra Mundial, salvando momentaneamente a indústria nacional. São Paulo, particularmente, foi beneficiado pelo novo surto industrial, principalmente a indústria de tecidos, de calçados e de chapéus. O comércio importador, entretanto, apoiado na massa de consumidores, continuaria a combater tenazmente a indústria nacional (LUZ, 1961, p. 145-146).

Terminada a guerra, o momento foi considerado oportuno, pelo governo, para tentar nova revisão da pauta alfandegária. Em 1919, o ministro da Fazenda, Homero Batista, apresentou seu projeto confrontado os interesses da indústria. Já consolidada, a indústria resistiu. Toda a bancada paulista apoiou o voto contrário

emitido pelo representante de São Paulo no Congresso, Rodrigues Alves. Até mesmo uma proposta mais branda apresentada na Câmara em substituição ao projeto de Homero Batista foi rejeitada.

Para defender melhor seus interesses, os industriais de São Paulo organizaram-se independentemente do comércio, fundando, em 1928, o Centro das Indústrias de São Paulo. A fundação do Centro veio revelar um novo líder, não só da classe, mas do pensamento industrial brasileiro: Roberto Simonsen. No seu discurso inaugural, Simonsen, invocando os princípios da ciência econômica, reafirmava os fundamentos nacionalistas da nossa política industrial, segundo a qual o Brasil só realizaria a sua independência econômica,

[...] possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura de seu desenvolvimento agrícola”, pois “a grande indústria por toda parte do mundo em que se instala traz como corolários o aumento de salários, o barateamento relativo de produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo. (LUZ, 1961, p.155).

O que havia de novo no pensamento de Roberto Simonsen era o seu conceito da função social da indústria. Mas os interesses que a indústria nacional deveria enfrentar eram poderosos. Em maio de 1930, chega ao distrito de Pedra, município de Água Branca, extremo oeste de Alagoas, uma equipe de demolidores. Sua missão: destruir a marretadas um grande número de máquinas inglesas ali instaladas, numa grande fábrica. Depois, transportar os destroços em carretas puxadas por juntas de boi até a Cachoeira de Paulo Afonso, distante 20 quilômetros, e jogar tudo penhasco abaixo. Terminava ali o sonho de Delmiro Gouveia, empreendedor nordestino, pioneiro da eletrificação no Nordeste, de instalar um grande empreendimento industrial genuinamente nacional no Nordeste do Brasil. Sua fábrica – a Linhas Estrela – depois de sofrer uma terrível guerra comercial da concorrente inglesa, a *Machine Cotton* (depois *Linhas Corrente*), que chegou a vender o produto importado pela metade do preço cobrado na Inglaterra para quebrar a concorrente nacional, foi adquirida pela firma inglesa e imediatamente destruída. O empreendedor nordestino não viveu para ver o fracasso de seu sonho. Em circunstâncias até hoje não totalmente esclarecidas foi assassinado em 10 de outubro de 1917.

O governo liberal de Washington Luís, empenhado em estabilizar a moeda e contando para isso com os banqueiros ingleses, assistiu impassível ao massacre da indústria nacional, pressionado pelo embaixador britânico Henry Lynch, que teria advertido o presidente brasileiro que qualquer medida de proteção à indústria nacional seria considerada um ato de hostilidade ao capital inglês. Como observa Luz,

Ao considerar-se a política industrial do Brasil nesse meio século que permeia a última década do regime imperial e a queda da Primeira República, cinco momentos característicos de sua evolução são discerníveis: a dos últimos

gabinetes do Império, quando se esboçou uma política de amparo à produção nacional, visando, em particular, o aproveitamento dos recursos naturais do país; - as experiências de Rui Barbosa, ao proclamar-se a República; o período de 1891 a 1898, caracterizado pelas tentativas de oposição ao industrialismo implantada pela República, pela resistência desse industrialismo e finalmente, pela sua derrota com a política financeira de Campos Sales; - a vitória, durante a primeira década do século XX, da política fiscal do governo, em relação à tarifa aduaneira, fazendo-se, entretanto, concessões à indústria, concessões que se consubstanciaram em duas medidas principais – a cobrança em ouro dos direitos importação e a manutenção do câmbio em taxas relativamente baixas; - e, por fim, a partir de 1909, uma fase caracterizada pelas tentativas de se inaugurar um novo industrialismo cujos alicerces deveriam repousar na existência de indústrias básicas, particularmente a siderurgia. (LUZ, 1961, p. 157).

O modo como o Brasil enfrentou a grande depressão de 1930, que atingiu toda a economia mundial a partir do colapso da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, constitui-se em um importante estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro a ponto deste ano ser considerado uma espécie de divisor de águas no desenvolvimento industrial do País. A política de defesa do café adotada pelo governo, ao permitir a manutenção da renda interna num momento de colapso do comércio internacional permitiu que a taxa de câmbio fosse fortemente depreciada (54%, em 1931, e 108%, até 1935 relativamente a 1928-1929), estabelecendo um novo nível de preços relativos com base no qual se realizou a industrialização substitutiva de importações da década de 1930.

No plano político, o fim da Primeira República e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, em uma nova articulação de forças sociais, onde a classe média representada no movimento tenentista passou a ter grande expressão na burocracia estatal, fez o prato da balança governamental pender mais acentuadamente em direção ao setor industrial.

O desenvolvimentismo foi a ideologia predominante nesse período. Conforme define Bielschowsky, o desenvolvimentismo “[...] é o “projeto” de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e de decidido apoio estatal.” (BEILSCHOWSKY, 1988, p. 39). Conforme destaca o referido autor, a partir do conceito de desenvolvimentismo é possível definir as correntes de pensamento econômico brasileiro dos anos 1945/64 em três correntes distintas: a neoliberal, a desenvolvimentista e a socialista.

O maior expoente da corrente neoliberal, cuja principal característica era a de defender a primazia das forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica, foi Eugênio Gudin. Três aspectos caracterizam a posição dessa corrente de pensamento: eram partidários da redução da intervenção do Estado na economia; a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos

seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e eram contrários a medidas de suporte ao projeto de industrialização (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 44).

Conforme desta Bielschowsky, o desenvolvimentismo “foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral como forma de superação do atraso e da pobreza brasileiros.” (Bielschowsky, 1988, p. 91). Entre as figuras públicas mais identificadas com a política desenvolvimentista no Brasil destaca-se a o Presidente Getúlio Vargas, em cujo governo foram tomadas as iniciativas mais importantes para a consolidação industrial do Brasil, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobrás e do BNDE. Os desenvolvimentistas de vários matizes tinham em comum o propósito de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 91).

No setor privado seu principal expoente foi Roberto Simonsen, o maior líder industrial brasileiro. Simonsen foi um grande ideólogo do desenvolvimentismo no Brasil. No setor público é preciso destacar figuras como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accoily Borges. Dentre todos, entretanto, Celso Furtado foi o grande expoente da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 153-154).

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham uma decidida inclinação pela ampliação da intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Consideravam, ainda, que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro e necessitava de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais. Nos demais setores industriais, porém, o capital estrangeiro era bem vindo pelos desenvolvimentistas nacionalistas (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 152).

À esquerda da corrente desenvolvimentista situava-se a corrente socialista cuja reflexão econômica se fazia a partir da perspectiva da revolução brasileira ou da transição para o socialismo. Essa corrente era formada por intelectuais ligados ao Partido Comunista. Caio Prado Jr. foi um dos principais intelectuais dedicados à divulgação da análise marxista no Brasil. “O problema fundamental que dominou a reflexão dos socialistas foi o da compreensão da etapa revolucionária em que o país vivia, e o da definição da plataforma de lutas adequada à etapa.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 215).

É preciso considerar finalmente, o pensamento independente de Ignácio Rangel que, segundo Bielschowsky, “[...] foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 247). A tese da dualidade é o principal elemento organizador de seu pensamento. O ponto fundamental dessa tese é que a dinâmica da economia brasileira distingue-se dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que o país mantém com as economias centrais (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 251).

O golpe militar de 1964 interrompeu um período contínuo de quase vinte anos de democracia no Brasil. Inaugurou um novo período que, para os propósitos da presente análise, encerra aspectos contraditórios. De inspiração conservadora, o governo militar limitou duramente as liberdades políticas mais elementares por mais de duas décadas. No plano econômico, as primeiras medidas adotadas pelo novo regime eram de inspiração neoliberal. Assumiram a área econômica do novo governo economistas que se opunham frontalmente à corrente desenvolvimentista no período anterior. Sua expressão maior foi Roberto Campos. Tendo iniciado sua carreira profissional como um quadro do governo identificado com a corrente desenvolvimentista não nacionalista, Roberto Campos tornou-se um grande expoente da corrente neoliberal, ao lado de Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões. E foi sob a inspiração desse pensamento que o governo militar implantou as primeiras medidas econômicas, tendo como fio condutor o saneamento das finanças públicas e a remoção das medidas contrárias ao capital estrangeiro tomadas no período anterior.

O aspecto contraditório desse período, entretanto, reside no fato de que se a orientação anticomunista do governo, no contexto da Guerra Fria, o inclinava a adotar uma postura econômica liberal de inspiração norte-americana, a tradição nacionalista das forças armadas acabou por levar o governo a adotar uma série de medidas de proteção e de estímulo à indústria nacional. Destaque-se que essa virada nacionalista no governo militar deu-se sob a influência do Marechal Arthur da Costa e Silva, que assumiu a presidência após a morte do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, falecido em acidente aéreo,

O período em que tal orientação nacionalista desenvolvimentista se tornou mais clara foi o do governo do General Ernesto Geisel, quando se implantou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Foi um período de grande estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional de base, particularmente no setor petroquímico, energia e bens de capital.

O fim do regime militar com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, como primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de regime

autoritário, inaugurou um novo período de plena democracia no País. O ponto alto foi a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que restaurou no País as mais amplas liberdades democráticas. Assim como o governo militar manteve certos traços desenvolvimentistas-nacionalistas durante todo o regime de exceção, o governo Sarney adotou uma política econômica que manteve, no essencial, a mesma orientação nacionalista desenvolvimentista. Iniciou-se, então, um intenso debate em torno da política industrial brasileira, particularmente sobre a necessidade de se corrigir certos excessos protecionistas que tinham levado à acomodação de setores industriais considerados estratégicos num momento de grandes transformações tecnológicas, particularmente na área da microeletrônica e da informática.

Com a eleição, em 1990, de Fernando Collor, a orientação desenvolvimentista nacionalista da política econômica brasileira deu um giro de 180 graus. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a eliminação do chamado Anexo C da CACEX que proibia ou dificultava a importação de uma série de produtos com similar nacional. Promoveu-se uma radical abertura comercial da economia. As medidas protecionistas, que criavam reservas de mercado para as empresas nacionais em setores considerados estratégicos, como a área de informática, foram totalmente eliminadas. Setores antes reservados exclusivamente ao capital nacional, como energia e telecomunicações, foram abertos ao capital estrangeiro. Deu-se início ao processo de privatização de empresas estatais que atuavam, praticamente em regime de monopólio, em setores antes considerados estratégicos, permitindo-se, inclusive, a participação do capital estrangeiro na aquisição dessas empresas.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o processo anterior de liberalização da economia prosseguiu. Decretou-se, retoricamente, o fim da era nacionalista desenvolvimentista, a chamada “Era Vargas”. A criação e a adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio – OMC reforçou a nova orientação. A inclusão dos chamados novos temas, entre os quais a proteção dos investimentos e da propriedade intelectual no âmbito dos acordos de comércio internacional, funcionou como uma trava externa à adoção de políticas industriais protecionistas. Mesmo no governo de Fernando Henrique, entretanto, não havia unanimidade sobre o tema. Criou-se no seio do governo uma polêmica entre os chamados desenvolvimentistas, cuja expressão maior era então ministro da Saúde, José Serra, e os chamados neoliberais, aglutinados em torno do ministro da Fazenda Pedro Malan e da equipe dirigente do Banco Central.

A eleição do presidente Lula, em 2003, num primeiro momento não trouxe mudanças importantes no rumo da política industrial brasileira. A prioridade dada à manutenção da estabilidade de preços e a influência das idéias liberais na equipe econômica do primeiro governo Lula, no ministério da Fazenda e no Banco Central, deixou pouco espaço para mudanças significativas na orientação da política

industrial do governo. Continuou-se a priorizar as chamadas políticas horizontais, de caráter genérico, em prejuízo das políticas verticais adotadas no passado e destinadas a desenvolver setores industriais específicos considerados estratégicos pelo governo.

Embora a taxa de juros tenha apresentado trajetória de baixa e a desconfiança do mercado em relação ao governo Lula tenha contribuído, inicialmente, para desvalorização do real frente ao dólar, melhorando assim a competitividade da indústria brasileira, que também se beneficiou da situação internacional favorável, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar retomou a trajetória de valorização. Ao final do governo Lula estava ainda mais valorizada do que no início do plano Real, em 1994.

Apenas nos oito anos do governo Lula, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar apresentou uma valorização real de 111%. Contribuíram para isso três fatores. Primeiro, a manutenção das taxas de juros no Brasil em patamares relativamente elevados em relação ao resto do mundo atraiu grande volume de capital especulativo externo. Descontada a projeção inflação para os próximos 12 meses, a taxa real de juros no Brasil em janeiro de 2011 era de 5,5%, a mais alta do mundo, contra 1,9% da Austrália, a segunda colocada; isso para não falar das taxas negativas na maioria dos países desenvolvidos (-1,2% nos Estados Unidos; -3,1% na Inglaterra; zero no Japão; -07% na Alemanha) (MODÉ, 2011). Em segundo lugar, a elevação dos preços internacionais das commodities minerais e agrícolas, principais produtos de exportação do Brasil. Finalmente, política norte-americana de desvalorização do dólar para recuperar a indústria dos EUA da crise de 2008.

Todos esses fatores somados contribuíram para a perda de competitividade da indústria brasileira frente aos concorrentes externos tanto no mercado local quanto em terceiros mercados. Embora a valorização do câmbio afete a rentabilidade e a competitividade das exportações como um todo, no caso das commodities agrícolas e minerais o efeito é menos intenso, uma vez que as perdas causadas pela valorização do câmbio foram mais que compensadas pela alta dos preços internacionais. Já no caso da indústria, ocorre exatamente o oposto, uma vez que a crise de 2008 criou um excesso de oferta de produtos manufaturados no mundo, pressionando os preços para baixo. Com preços mais baixos e câmbio valorizado, as exportações de manufaturas brasileiras foram duramente afetadas. No sentido oposto as importações brasileiras apresentaram a maior alta entre os 70 países avaliados pela OMC: 46% no período de dezembro de 2009 a setembro de 2010. Segundo estudo da Abimaq, as compras externas de veículos, máquinas, equipamentos e eletrônicos cresceram 177% entre 2004 e 2010 (REHDER, 2011).

Impotente para alterar a trajetória de valorização da taxa de câmbio, o governo Lula lançou, em 2008, uma série de medidas de incentivo à indústria, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O PDP foi, na verdade, o segundo

plano industrial do governo Lula, uma vez que, em 2004, o governo já havia lançado o PITCE (Política Industrial e de Comércio Exterior). Tanto um quanto outro plano, embora tenham representado uma mudança importante em relação à rejeição explícita do governo FHC pela adoção de políticas industriais, não conseguiram neutralizar os dois grandes problemas enfrentados pela indústria brasileira: a taxa de câmbio valorizada e a elevada carga tributária.

Dentre as quatro principais metas do PDP: elevar, até 2010, a taxa de investimento para 21% do PIB, elevar o gasto privado em P&D para 0,65% do PIB, aumentar em 10% o número de micro e pequenas exportadoras e elevar a fatia brasileira nas exportações mundiais para 1,25%, apenas a primeira foi plenamente alcançada. Os gastos em P&D do setor privado continuam estacionados em 0,5% do PIB, o número de micro e pequena empresas exportadoras caiu 4% em 2009 e a participação brasileira pode alcançar 1,35% do total das exportações mundiais, mas puxada exportação de produtos primários (RODRIGUES, 2010).

É importante destacar, contudo, que o PDP-2008 teve o mérito de promover o retorno da indústria à agenda das políticas públicas, ao definir programas estruturantes em 26 setores da indústria divididos em programas mobilizadores em áreas estratégicas: complexo industrial da saúde, tecnologias de comunicação e informação, energia nuclear, complexo industrial de defesa, nanotecnologia e biotecnologia; programas para consolidar a liderança nos setores do complexo aeronáutico, petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol, mineração, siderurgia, celulose e papel e programas para fortalecer a competitividade: complexo automotivo, bens de capital, têxtil e confecções, madeira e móveis, higiene, perfumaria e cosméticos, construção civil, complexo de serviços, indústria naval e de cabotagem, couro, calçados e artefatos, agroindústrias, biodiesel e plásticos.

Definiu também os instrumentos de apoio em quatro linhas: incentivos (incentivos fiscais, crédito, capital de giro e subvenção econômica) por meio de desoneração tributária, BNDES: Finame, Proforma; poder de compra do Estado (compras da administração direta e de empresas estatais); regulação (técnica, econômica e comercial) e apoio técnico: certificação e metrologia, promoção comercial, propriedade intelectual, capacitação de recursos humanos e capacitação empresarial (Inmetro, programas de certificação).

O debate sobre desindustrialização no Brasil

O debate em torno do tema desindustrialização no Brasil é bastante controvertido. Conforme destacou a “Carta do IBRE”, “Uma das questões mais instigantes do debate econômico brasileiro refere-se à existência ou não de um processo de redução da participação relativa da indústria na economia.” (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2010)

Para os defensores da tese da desindustrialização da economia brasileira, a origem do fenômeno estaria principalmente na valorização da taxa de câmbio, que ao elevar o valor em dólares das manufaturas nacionais, leva à perda de competitividade da indústria, não apenas nas exportações, mas também no próprio mercado interno. Tal processo teria ganhado força com a valorização do câmbio em momentos como o que se seguiu ao Plano Real, devido às elevadas taxas de juros, que atraem grande volume de capital externo especulativo. No governo Lula essa tendência se manteve não só porque os juros, apesar de um pouco mais baixos ainda se mantiveram muito acima da média mundial, como também porque o aumento das exportações e a elevação dos preços internacionais das commodities que o país exporta também contribuíram para a valorização da moeda brasileira.

Na literatura econômica, o processo de desindustrialização provocado pela valorização do câmbio decorrente da exportação de commodities é conhecido como “doença holandesa”. Segundo Bresser-Pereira.

A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge todos os países em desenvolvimento que dispõem de recursos abundantes e baratos. Esses recursos dão origem a uma “renda ricardiana”, ou seja, uma renda que não decorre da produção mais eficiente, mas de diferenciais de produtividade originados nos recursos naturais do país. Quando um país sofre da doença holandesa, a taxa de câmbio que equilibra sua conta corrente é mais apreciada que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”, ou seja, do que a taxa de câmbio que torna viável a produção de bens comercializáveis que empregam tecnologia no estado da arte. Dependendo da gravidade da doença holandesa, ela pode inviabilizar completamente a indústria de um país, o que ocorre com muitos produtores de petróleo. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.8)

Economistas respeitados, como Bresser-Pereira, atribuem à “doença holandesa” o processo de desindustrialização em curso no Brasil. A valorização do câmbio provocada pela entrada de divisas decorrentes da venda de commodities agrícolas e minerais, cujos preços passam por um ciclo de alta no mercado internacional, que, segundo alguns analistas, pode estender-se por um ciclo de 15 a 20 anos, estaria inviabilizando a exportação de manufaturas e tornando o país dependente da exportação desses poucos produtos, principalmente minério de ferro, soja e algumas outras commodities minerais e agrícolas. Como já observamos anteriormente, enquanto o déficit comercial da indústria de transformação ultrapassou, em 2011, os US\$ 48 bilhões, o agronegócio sozinho gerou um superávit de mais US\$ 60 bilhões.

Exemplos para ilustrar a tese da desindustrialização não faltam. O aumento das importações no consumo nacional é um fato incontestado: entre 2003 e 2010 a participação da importação no consumo brasileiro aumentou de 12,5% para 22,7% (cf. Rehder, 2011). Diversas empresas brasileiras já transferiram ou

cogitam transferir parte de sua produção para outros países ou até fechar unidades no Brasil em função do real valorizado e do elevado custo de produção no Brasil. A Vulcabrás Azaléia, tradicional fabricante brasileira de calçados, decidiu montar uma fábrica de calçados no Oriente, possivelmente na Índia, para poder exportar para os países da América Latina, incluindo mesmo o Brasil. Ganhou destaque na imprensa também a decisão da Philips de fechar, em janeiro de 2011, a fábrica de lâmpadas automotivas que mantinha há 43 anos no Recife e abastecer o mercado brasileiro com produtos importados de suas unidades na Europa e na Ásia. Outro caso foi a o da maior fabricante mundial de laminados de alumínio, a americana Novelis, primeira indústria de alumínio a se instalar no Nordeste, em 1972, e que fechou sua fábrica em Aratu, na região metropolitana de Salvador, às vésperas do Natal de 2010, demitindo 500 pessoas, alegando estar operando há dois anos com prejuízo em função do câmbio valorizado e do alto custo da energia elétrica, que representa 35% do custo do produto acabado e que subiu 51% em seis meses (REHDER, 2011).

Conforme se observa na tabela abaixo, no período 1998-2008, o Brasil foi, dentre as principais economias emergentes, a que apresentou menor crescimento no valor adicionado da indústria de transformação, enquanto a China, a Índia e Coréia foram os países que mais aumentaram, confirmando assim a tendência já apontada acima de que a China e a Índia se especializam na produção de manufaturas para os mercados globais e o Brasil vai se conformando com o papel de fornecedor de matérias-primas.

Taxa média de crescimento anual

(em percentagem)

Países selecionados no período 1998-2008

	PIB	Valor adicionado da indústria de transformação
China	9,92	10,93
Índia	6,98	9,49
Malásia	4,37	5,05
Filipinas	4,32	3,60
Polónia	4,30	7,18
Coréia	4,20	7,44
África do Sul	4,05	3,47
Grécia	3,88	4,57

Hungria	3,87	5,67
Turquia	3,77	3,69
Chile	3,72	2,53
Venezuela	3,29	2,25
Colômbia	3,26	2,80
Argentina	3,21	2,57
México	3,13	2,57
Brasil	3,07	2,06

Fonte: Rehder, 2011, p. B3.

A propósito dessa questão, Pochmann afirma:

No caso brasileiro nota-se que a valorização de sua moeda nacional estanca a alta dos preços internacionais, embora pareça aprofundar ainda mais a heterogeneidade de sua estrutura produtiva, com decréscimo relativo na vantagem comparativa da manufatura e serviços de maior valor agregado em relação ao setor primário-exportador. Como resultado, constata-se que em relação à China, por exemplo, o Brasil conseguiu multiplicar as exportações por quase três vezes entre 2005 e 2009 com base na expansão relativa da presença de produtos primários (minério de ferro, soja, madeira, entre outros) que passou de 65% para 79,2% do total da pauta do comércio exterior. (POCHMANN, 2010, p. A17)

Apesar de se observar uma tendência das economias desenvolvidas tornarem-se cada vez mais economias de serviços, reduzindo a participação relativa da indústria no PIB, assim como no passado a agricultura perdeu espaço para a indústria, muita gente se pergunta se não seria prematura essa transição no caso brasileiro, particularmente quando se constata certa “reprimarização” de sua pauta de exportações. A esse respeito Souza pondera:

Deve-se considerar que a indústria de transformação sempre assumiu um papel preponderante no crescimento econômico dos países hoje considerados desenvolvidos e continua desempenhando e continua desempenhando esse papel nos países emergentes. De fato constata-se que, em países cuja média das taxas de crescimento anual foi igual ou superior a 5% entre 1970 e 2007, há um aumento da participação da indústria de transformação em suas estruturas produtivas. Os destaques ficam por conta das economias asiáticas, sobretudo China e Coréia do Sul. (SOUZA, 2011, p. B3).

Apesar das evidências apontadas, estamos muito longe de um consenso sobre o assunto. A já citada “Carta do Ibre” afirma:

Quando se olham os dados de mais longo prazo nota-se, grosso modo, que a parcela da produção da Indústria de Transformação no PIB brasileiro saiu de 20%, em 1947, para um pico de 36%, em 1985, quando medida a preços correntes. A partir daí, com várias oscilações, ela caiu para algo em torno de 16% do PIB, em 2008. Como se vê, uma primeira imagem que se tem é de perda de participação da indústria. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Pouco adiante pondera:

A análise do emprego na Indústria de Transformação como parcela da população ocupada, porém, mostra outro resultado. Há na verdade, um aumento relativo do emprego industrial, que passa de 12,8% do total, em 1992 (ano de recessão), para 14,4%, em 2008, tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [...] Em relação à evolução do investimento fixo, também não há evidência de desindustrialização no período recente, Entre 1996 e 2008, houve um forte aumento, de 14,4% para 18,5%, da participação do investimento na Indústria de Transformação na formação bruta de capital fixo (FBCF). (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Sugere então partir para a comparação com as médias internacionais. Tomando um grupo de 185 países, de 1970 a 2007, com o propósito de compor um panorama global da participação da indústria no PIB, o documento conclui que:

Um primeiro resultado que chama atenção é a queda mundial, em termos relativos, do produto industrial, que saiu de 25% do PIB mundial, em 1970, no conjunto dos países, para menos de 17%, em 2007. [...] A se levar em conta esse estudo, portanto, a resposta à questão sobre a desindustrialização no Brasil é que, em termos relativos, ela não existe. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Ao considerar, entretanto, o fato e que o Brasil está entrando numa fase de déficits em conta corrente com tendência de perdurar vários anos na casa dos 2,5% do PIB, reconhece que é natural que ressurjam preocupações sobre o impacto da moeda forte no setor industrial e pondera:

Assim, se até 2008 não havia evidência de desindustrialização no Brasil, será que a valorização adicional da moeda nos dois últimos anos, associado a “efeito China”, pode ter sido a gota d’água para deslanchar aquele processo indesejável? [...] Os dados apontam, porém, que, depois do ano atípico de 2009, o comércio exterior de manufaturados do Brasil não retornou, com a maior parte dos outros indicadores, ao padrão de 2008, o que é preocupante. [...] Mesmo que seja cedo para um diagnóstico definitivo, o comportamento divergente das manufaturas no comércio exterior no período pós-crise chama atenção, e merece estudo mais aprofundado. Seria prematuro decretar que o Brasil sofre de desindustrialização. Essa é uma preocupação antiga, e os dados, até pelos menos 2008, não a corroboram. Por outro lado, no período mais recente e, especialmente, na saída da turbulência global, há sinais de possível perda de competitividade industrial. Não se trata de uma sangria

desatada, e reações precipitadas – especialmente no sentido de alterar o regime macroeconômico e o cambial – seriam certamente equivocadas. Mas parece que ser o momento de examinar o problema de forma mais rigorosa. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

CONCLUSÃO

Apesar das evidências apontadas, o debate sobre a desindustrialização não é conclusivo. Visto em perspectiva histórica e estrutural, tendo como pano de fundo as tendências mundiais, não é possível afirmar que ocorra no Brasil um processo de desindustrialização. Talvez fosse mais adequado falar, como destaca estudo da Apex “A balança comercial brasileira: perspectiva e desindustrialização”, o que se observa é

[...] uma acomodação da indústria nacional em um ambiente de demanda interna crescente, insegurança econômica internacional e perda de rentabilidade das exportações. (MONTEIRO, 2011, p. 30-310).

Entretanto, quando se observa o processo em uma perspectiva dinâmica, as mudanças que ocorrem na margem são preocupantes. Talvez menos porque esteja havendo um processo de desindustrialização *stritu senso* da economia brasileira e mais porque se constate um acelerado processo de perda de competitividade da indústria nos setores mais dinâmicos da economia mundial, particularmente os de alta e média-alta tecnologia.

O fato de estar havendo certa “reprimarização” das exportações brasileiras, não significa necessariamente que o mesmo processo esteja ocorrendo com toda a produção interna. É preciso considerar, contudo, que em uma economia global cada vez aberta, há uma tendência inexorável de internacionalização da produção em praticamente todos os setores de atividade, de forma que manter uma estrutura produtiva dual, produzindo commodities e matérias-primas para exportação e bens manufaturados para o mercado interno é algo totalmente implausível. Nesse caso podemos certamente dizer: “*diga-me o que exportas e direi o que produzes*”.

Se as estatísticas apontam certa tendência do Brasil exportar cada vez mais bens básicos e cada vez menos bens manufaturados, certamente isso não se deve apenas ao fato de que existe demanda para esses bens básicos. O comércio internacional de manufaturas é muito mais dinâmico que o de matérias-primas, as quais representam apenas fração dos fluxos internacionais de comércio. O que explica então o aumento relativo dos bens primários em nossa pauta de exportação não é a demanda mundial por esses bens, mas o fato de que não temos outros produtos para exportar com a qualidade e preço dos nossos concorrentes. A China tornou-se o maior exportador mundial de bens de alta tecnologia não apenas

porque existe demanda para esses bens – o que é óbvio – mas, sobretudo, porque desenvolveu capacidade para produzi-los e exportá-los competitivamente. Tivesse o Brasil a mesma capacidade, também estaria exportando bens de alta tecnologia, sem que isso nos impedisse de exportar também commodities agrícolas e minerais, pois uma coisa não exclui necessariamente a outra. Os Estados Unidos e a Europa são, ao mesmo tempo, grandes exportadores de bens agrícolas e bens de alta tecnologia, assim como a própria China.

Mais do que falar em desindustrialização, deveríamos, portanto estar falando em perda de competitividade nos setores mais dinâmicos da indústria e, infelizmente, isso vai muito além da taxa de câmbio, embora ela seja atualmente o maior problema a ser enfrentado. Corrigido isso, entretanto, ainda restarão problemas no mínimo tão preocupantes quanto o câmbio, nomeadamente a infraestrutura deficiente, a carga tributária elevada, o sistema educacional defasado, a ausência de um sistema nacional de inovação.

Nessa perspectiva, a taxa de câmbio serve apenas como cortina de fumaça para esconder problemas estruturais até mais sérios que não se resolve apenas baixando os juros ou desvalorizando o câmbio. O grande risco, entretanto, é descobrir que resolvido o problema do câmbio continuaremos sem capacidade de competir porque nossos portos não funcionam, porque não temos o número suficiente de engenheiros em nossas fábricas, porque parte significativa da população economicamente ativa é analfabeta funcional, porque nossos institutos de pesquisa e empresas não investem o suficiente em P&D e nossos melhores cientistas e pesquisadores vão trabalhar exterior por falta de oportunidades no Brasil. Infelizmente nenhum desses problemas se resolve em uma reunião do Copom. De qualquer modo, ter uma taxa de câmbio competitiva e uma taxa de juros em níveis compatíveis com nossos concorrentes internacionais já é um bom começo.

REFERÊNCIAS

- BIELCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa site no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). *Doença Holandesa e Indústria*. São Paulo: FGV Editora, 2010. P. 207-228.
- CÁRDENAS, M. O Brasil está se desindustrializando. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 mar. 2010, p. B5.
- CHADE, J. Brasil é o país com maior crescimento das importações desde o início do ano. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2010, p. B1.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Agosto 2010, v. 64. Indústria Os desafios do futuro.

LANDIN, R. Ministério vê desindustrialização no Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2010, p. B10.

LUZ, N.V. A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 a 1930). São Paulo: Difel, 1961

MODÉ, L. País abre distância em ranking mundial de juros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jan. 2011. Caderno Economia. p. B3.

MONTEIRO, S. Sinal de Alerta. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, fev. 2011.

POCHMANN, M. Divisão internacional do trabalho. *Valor*, São Paulo, p. A17, 25 nov. 2010

REHDER, M. Importação de produtos de alta e média tecnologia quase triplica em seis anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p.B1. 31 jan. 2011.

REHDER, M. Pressionadas, indústrias passam a importar mais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 10 jan. 2011.

RODRIGUES, A. Política industrial do governo Lula fecha o ano sem cumprir as principais metas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 24 nov. 2010.

RODRIGUES, A.; OTONI, L. Para Mantega, PIB de 2010 reforça que não há desindustrialização. *Valor*, São Paulo, 3 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/geral/8/393022/para-mantega-pib-de-2010-reforca-que-nao-ha-desindustrializacao>>. Acesso em: 18.02.2012

SOUZA, R. C. de. Desindustrialização: do que se trata? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2011, Caderno de Economia, p. B3.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Hucitec e Unicamp, 2000

TAMER, A. Abinee, há desindustrialização. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 2010, Caderno de Economia, p. B17.

THE ECONOMIST. Commodity prices are surging at a very early stage of the cycle, Jan 13th 2011, Print edition.

WATANABE, M. Déficit da indústria duplica e atinge US\$ 36,9 bi em 2010. *Valor*, São Paulo, p. A3, 20 jan. 2011.

WATANABE, M. Indústria de média-alta tecnologia puxa déficit. *Valor*, São Paulo, p. A4, 16 jan. 2012.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS AÇÕES DA VIA CAMPESINA PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

Adriane de Sousa Camargo²

Eu acho que o que realmente nos une é um compromisso fundamental com o humanismo, porque a antítese disso é o individualismo e materialismo [...]. Os problemas comuns da terra, produção, tecnologia, mercados, formação ideológica, pobreza - todos esses nós temos em comum. Mas o que também nos une são nossas grandes aspirações. Estamos todos convencidos de que as atuais estruturas de poder econômico, político e social são injustas e excludentes. O que nos une é um espírito de transformação e luta para mudar essas estruturas em todo o mundo. Queremos um mundo melhor, um mundo mais justo, um mundo mais humano, um mundo onde a verdadeira igualdade e justiça social existem. Essas aspirações e lutas de solidariedade no meio rural nos mantêm unidos na Via Campesina. Rafael Alegria³

Este texto trata das transformações por que passa a agricultura brasileira e mundial, a crise na produção de alimentos e a luta da Via Campesina pela soberania alimentar. Procuramos mostrar os desafios desse movimento social transnacional, que se caracteriza por congrega grupos indígenas e camponeses que se posicionam contrários às trágicas transformações do capital na agricultura mundial.

¹ Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Unesp – Marília - mirian@marilia.unesp.br

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Unesp.

³ “I think that what really unites us is a fundamental commitment to humanism because the antithesis of this is individualism and materialism [...]. The common problems of land, production, technology, markets, ideological formation, training, poverty - all of these we have in common. But what also unites us are great aspirations. We are all convinced that the current structures of economic, political, and social power are unjust and exclusionary. What unites us is a spirit of transformation and struggle to change these structures all over the world. We aspire to a better world, a more just world, a more humane world, a world where real equality and social justice exist. These aspirations and solidarity in rural struggles keep us united in the Vía Campesina.” Rafael Alegria (tradução nossa).

Nas últimas décadas, assistimos no Brasil e em diferentes países do mundo um processo de aceleração da destruição da agricultura camponesa e uma ampliação das monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Como resultado desse processo, verificou-se uma enorme concentração das terras na mão de poucos proprietários e a destruição das florestas nativas. As consequências ecológicas desse processo são bem conhecidas. A destruição das florestas destrói a biodiversidade, os mananciais, os rios e as comunidades camponesas.

No país, esse processo se iniciou a partir dos anos 60 com a incorporação das práticas da “revolução verde”. Nos anos 90, inicia-se outro ciclo da agricultura capitalista no Brasil e no mundo, em que os pressupostos da revolução verde são intensificados. O modelo baseou-se no uso de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais e na mecanização da lavoura, visando à redução das despesas ligadas ao manejo. O paradigma da Revolução Verde na agricultura se baseia no uso de maquinários, insumos na forma de fertilizantes químicos e sementes transgênicas. Desse modo,

O paradigma da Revolução Verde (RV) na agricultura substituiu o ciclo regenerativo de nutrientes por fluxos unidirecionais de insumos, na forma de fertilizantes químicos [...] A atividade residia nas sementes milagrosas, que transcendiam os ciclos de fertilidade da natureza. (SHIVA, 2001, p. 72).

A incorporação dessas técnicas e insumos agrícolas nos países do sul provocou um aumento expressivo na produção. No entanto, esse tipo de política provocou, na maioria desses países, um acréscimo na concentração fundiária, pois muitos dos pequenos agricultores não possuíam capital disponível para financiar sua incorporação à “Revolução Verde”. Além disso, para aqueles que possuíam capital disponível, a “Revolução Verde” levou à dependência tecnológica desses em relação àqueles que a produziam, ou seja, em relação aos países do norte. Nesse sentido,

Estudos de impacto têm demonstrado que os estratos mais abastados da sociedade rural são aqueles que têm acesso aos melhores rendimentos gerados pela introdução da tecnologia enquanto que as camadas mais pobres tendem a perder o acesso à renda que estava disponível antes da sua introdução. (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, [200-?], tradução nossa⁴).

Dentre os exemplos possíveis de serem citados em que essa situação ocorre, podemos mencionar a própria história inicial do programa. A Revolução Verde foi inicialmente financiada pelo grupo Rockefeller, que, já na década de 1940, havia introduzido novas variedades de milho e trigo no México. Para que isso fosse possível, “[...] a Fundação Rockefeller enviou um grupo de cientistas para o México para estudar como ajudar a agricultura mexicana. [...] Tudo começou com um fundo

⁴ Studies of impact have shown that the better off strata of rural society have gained access to better incomes generated by the introduction of technology whereas the poorest stratum have tended to lose access to income that was available before its introduction. (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, [200-?]).

de reservas de 20.000 dólares da Fundação Rockefeller em 1941.” (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL, 2009).

Essa fundação, através do emprego de um discurso ideológico, baseado no aumento da produtividade como meio de pôr fim à fome, conseguiu aumentar significativamente seu mercado consumidor, por meio da venda de insumos agrícolas. Porém, contrariando o discurso rockefelleriano, os alimentos produzidos nos países do sul foram destinados aos países do norte. Em outras palavras, esses alimentos não foram consumidos nos países produtores, mantendo-se, desse modo, a situação de fome nessas nações.

Destarte, torna-se notório que mesmo a utilização de tecnologias não era capaz de resolver o problema da fome, que, nesse momento, mostrou-se um problema de acesso, e não de produção. Já na década de 1960, em virtude da escassez alimentícia vivida na época, a FAO lança o *Programa Revolução Verde*, com o intuito de promover o aumento da produção e da produtividade através da utilização de variedades melhoradas, maquinaria, biocidas, dentre outros. A FAO inicia esse programa quando poderia articular medidas para transferência de tecnologia destinada à produção de alimentos nos países pobres. Foi este trabalho que projetou o conceito da Revolução Verde na década de 60.

Assim, a FAO, num contexto de pós-guerra, através desse programa, assegurava meios da indústria bélica alcançar novos mercados consumidores, na medida em que possibilitou a transformação de fábricas de explosivos em indústrias de fertilizantes, pois ambas utilizam o nitrogênio como matéria-prima, e fábricas de tanques em indústrias de tratores. Nesse sentido, “[...] a ‘revolução verde’ surge absorvendo as tecnologias bélicas e a mão-de-obra liberada com o fim da II Guerra, como a fabulosa fábrica de tecnologias - sementes híbridas dependentes de agroquímicos e maquinário que iria acabar com a fome do mundo.” (PACKER, 2009, p. 1).

No entanto, mesmo com os esforços aparentes da ‘Revolução Verde’, o problema inicial, a fome, cresceu. Esse programa provocou a perda da terra de milhões de camponeses que, endividados por causa da dependência tecnológica criada, tiveram de ir para as áreas urbanas e serem mão-de-obra barata, enquanto suas terras estavam disponíveis para as monoculturas dos grandes proprietários e das transnacionais.

As tecnologias do paradigma da Revolução Verde aumentaram a produtividade, mas não eliminaram a pobreza rural e a fome. Pelo contrário, intensificaram o processo de fragmentação e de decomposição social e econômica da agricultura familiar que, por sua vez, acarretaram o aumento do desemprego rural e o êxodo rural. Dessa forma, esse fenômeno se acentua cada vez mais a partir da década de 1970 com a chegada da tecnologia às fazendas. A mecanização do campo expulsou famílias inteiras, que se dirigiram às cidades para tentar a sobrevivência, pois a modernização agrícola foi de caráter excludente e seletivo. (MENEZES, 2008).

Assim, observamos que a modernização do campo alterou profundamente a estrutura agrária, principalmente nos países como o México, a Índia e o Brasil. Muitos dos agricultores, que não conseguiram adaptar-se a essa nova realidade, não obtiveram produtividade bastante para manter um grau de competitividade compatível àquele apresentado pelos grandes produtores. Endividados, na tentativa de incluírem-se na “Revolução Verde”, muitos dos pequenos agricultores tiveram de se desfazer de suas terras para a quitação de seus débitos junto às instituições bancárias.

A gênese dessas mudanças se articula a um contexto mais amplo ligado ao processo de reprodução ampliada do capital, que se inicia no pós-guerra. Nesse período, se verifica a consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais - cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. O domínio e expansão das empresas multinacionais apresentaram, simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais; a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional (OLIVEIRA, 2011).

O primeiro deles, os movimentos internacionais de capitais, deriva dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações empresariais no exterior. O segundo processo, a produção capitalista internacional, está vinculado aos monopólios da pesquisa, e consequentemente da tecnologia, que, somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as.

A produção capitalista internacional derivou da incorporação das matérias primas e da mão-de-obra de muitos países, em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. O terceiro processo, as ações de governos em nível internacional, está vinculado às necessidades da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo atual e a presença de organismos supranacionais, formados por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passou a compor o capitalismo que se mundializou (OLIVEIRA, 2011).

No Brasil, esse processo se inicia nos anos 60, quando se consolidou a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. A mundialização do capitalismo uniu, dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados aos demais, de média ou pequena presença industrial. Se nos anos 60 tem início uma fase em que se introduz a tecnologia (maquinários) na agricultura brasileira, nos anos 90 esse processo se intensifica e tem início uma nova fase da organização do capital na agricultura.

A produção de alimentos assume novas características diante do novo arranjo do capitalismo mundial, além de abastecer a população do Estado nacional onde ele é produzido. Oliveira destaca três características que explicam esse processo:

[...] a produção de *commodities*, as Bolsas de Mercadorias e de Futuro e os monopólios mundiais. A produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. O exemplo da produção do trigo no Brasil é exemplar. O Brasil tornou-se o primeiro país importador deste grão do mundo (11 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo não tem ultrapassado a 3,5 milhões de toneladas. Porém, quando os preços internacionais estão altos, exporta-se para o mundo o trigo que o país produziu e que não suficiente para o seu próprio abastecimento. (OLIVEIRA, 2011, p. 167).

As Bolsas de Mercadorias e de Futuro tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos. Ou seja, a produção e a definição dos preços dos alimentos não dependem mais do processo produtivo, mas das operações das bolsas mundiais. O mercado futuro passa a comandar a decisão sobre o que plantar e quanto plantar. Nesse processo, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que controlam a circulação da produção mundial de alimentos. Os monopólios mundiais de alimentos são produtos do processo de transformação do capitalismo e nasceram do processo de mundialização do capital.

As principais empresas mundiais voltadas para a produção e controle da circulação de alimentos são: 1- **A ADM - Archer Daniels Midland Company** (USA) lidera o processamento agrícola para produção de ingredientes de alimentos, ingredientes para ração animal, combustíveis renováveis e alternativas de origem natural a produtos químicos industriais em nível mundial; 2- **A Cargill** (USA) fornece produtos e serviços para os setores agrícola, alimentício em nível mundial; 3- **A Bunge Corporatief** (USA) é uma das principais empresas de agribusiness e alimentos do mundo, produzindo fertilizantes e ingredientes para nutrição animal, processamento e comercialização de grãos, fornecimento de matéria-prima para a indústria de alimentos, além de produzir alimentos para o consumidor final; 4- **A S.A. Louis Dreyfus Commodities** (França) é um conglomerado de empresas que atua em nível mundial. Atua na comercialização internacional de *commodities* agrícolas e de energia, no esmagamento e refino de sementes oleaginosas, no processamento de frutas cítricas, na exploração, no refino e na comercialização de petróleo e de gás natural, em telecomunicações, em administração de frotas de navios oceânicos, em

projetos imobiliários e serviços financeiros; 5- Nestlé (Suíça) monopoliza o setor de laticínios, dentre outros. (OLIVEIRA, 2011).

A recente crise alimentar (2007 e 2008) demonstra bem o atual processo de organização do capital na agricultura. Através dela, verificamos dois processos, um conjuntural e outro estrutural. O primeiro se manifestou através do aumento de preços dos produtos de alimentação devido à produção de etanol de milho nos EUA, que levou à especulação dos preços do trigo na bolsa de Chicago com um aumento 100%, o milho em 96% e o etanol em 80%. Com a crise do mercado financeiro em 2008, parte do capital especulativo se voltou para o setor de produção de alimentos. Como consequência, segundo dados da FAO, entre 2008 e 2009, mais de 50 milhões de pessoas caíram abaixo da linha da pobreza.

O segundo aspecto, estrutural, vincula-se a expansão das monoculturas que resulta na concentração de terras e promove uma verdadeira contrarreforma agrária. De um lado leva a destruição ecológica devido à destruição das florestas e contaminação dos mananciais e rios, devido ao uso de insumos químicos. De outro lado, expulsa camponeses para os centros urbanos.

Segundo Sousa Santos,

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, a dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais, e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país. (SANTOS, 2005, p. 11).

Diante desse quadro, muitos camponeses atingidos pelo capital escolheram a mobilização e vêm buscando, através da ação coletiva, a participação nos movimentos sociais. Segundo Desmarais

A força brutal da globalização contribuiu para o surgimento de uma grande variedade de novos atores sociais. Também levou às novas estruturas de ação coletiva entre os atores sociais tradicionais, incluindo as organizações camponesas. [...] todos estão tentando estabelecer uma presença e esculpir espaços políticos alternativos em que as suas preocupações e demandas possam ser articuladas, negociadas e que se sejam acomodadas em um contexto de uma globalização contestada. (DESMARAI, 2007, p. 24, tradução nossa⁵).

⁵ “The brutal force of globalization contributed to the emergence of great variety of new social actors. It also led to new structures of collective action among traditional social actors, including peasant organizations.

Um desses novos atores é a Via Campesina. Ela surge em 1992, em Manágua (Nicarágua), durante o Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Granaderos* (UNAG) como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais. Ela propõe defender os interesses dos membros que a forma, buscando atuar, principalmente, através da influência nos grandes centros de poder para interferir na formulação e promoção de políticas agrícolas que afetam, direta ou indiretamente, seus membros. Dessa forma, a Via Campesina age como um articulador de interesses de atores menores no cenário mundial. Atualmente, possui compreensão quase planetária e atua, tanto localmente quanto globalmente, sendo, até a *Conferência de Maputo*, ocorrida em 2008, 148 organizações em 69 países. (LA VÍA CAMPESINA, 2008)

Na sua formação,

[...] os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul. (NIEMEYER, 2007, p. 164).

Entre as atuações da Via Campesina ainda no início de sua formação, destaca-se seu posicionamento expressivo na *Assembléia Global sobre Segurança Alimentar*, que ocorreu em 1996 em Québec, realizada pela FAO, momento em que a rede assumiu uma posição significativa como ator transnacional. Também, no mesmo ano, participou da *Cúpula Mundial da Alimentação*, demonstrando seu posicionamento político.

A Via Campesina foi um ator político ativo e visível na Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma, convocada pela FAO. Seus membros desafiaram a FAO a reconhecer a sua legitimidade como representantes dos camponeses e pequenos agricultores em um dos maiores movimentos agrícolas do mundo e pediu para ser concedido o estatuto de representante oficial da CMA. (DESMARAI, 2007, p. 8, tradução nossa⁶).

Porém, para que esse posicionamento fosse possível, seu principal objetivo, durante o primeiro ano de existência da Via Campesina, foi estreitar e fortalecer as relações entre os movimentos sociais rurais locais e para isso, em 1993, realizou a *Primeira Conferência Internacional da Via Campesina*, momento em que foram decididas as metas e as primeiras táticas de ação do movimento.

[...] all are trying to establish a presence and carve out alternative political spaces in which their concerns and demands can be articulated, negotiated, and accommodated in the context of a contested globalization.” (DESMARAI, 2007, p. 24).

⁶ “The Via Campesina was an active and visible political actor at the World Food Summit (WFS), held in Rome and convened by FAO. Its members challenged the FAO to recognize their legitimacy as representatives of peasants and small farmers in the one of the largest farm movements in the world and requested to be given official delegate status at the WFS.” (DESMARAI, 2007, p. 8).

Claramente, a Via Campesina está preenchendo um vazio importante. Sua existência é a evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam modelos tradicionais de organização no setor rural, e da magnitude de sua presença internacional - sua natureza dinâmica, a diversidade cultural e a distribuição geográfica ampla - fala a suas potencialidades transformadoras. (DESMARAIS, 2007, p. 9, tradução nossa⁷).

Para tanto, estruturalmente, a Via Campesina se baseia na forma de rede, em que ela não existe fora das organizações-membros que a constitui. Quando se fala na Via Campesina como uma rede transnacional de movimentos sociais, partimos da perspectiva que a Via Campesina sofre influências mútuas, partindo elas da esfera local para a esfera global e da esfera global para a esfera local (ESCHLE; STAMMERS, 2004).

A organização não possui sede fixa e sua estrutura e equipe são compostas por grupos pequenos e descentralizados. O órgão mais importante da Via Campesina é o Comitê Coordenador Internacional (CCI), que é composto por representantes de todas as regiões⁸ em que ela se apresenta, e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), que é responsável pela coordenação do CCI; sendo eles definidos durante suas Conferências Internacionais. Cada uma das regiões possui dois representantes, um homem e uma mulher, o que revela a preocupação da rede com a equidade de gênero em sua representação.

Os dezesseis membros da Comissão de Coordenação Internacional - com dois representantes (um homem e uma mulher) de cada uma das suas oito regiões - é o elo mais importante entre as várias organizações camponesas. Fora da Conferência Internacional, o CCI é uma equipe chave de tomada de decisão e de coordenação do corpo da Via Campesina. Todas as decisões importantes são tomadas em consulta com os seus dezesseis membros. Sobre questões-chave do processo de consulta, essa questão vai além da autoridade do CCI, uma vez que cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações dentro de sua região. É somente através de uma comunicação ampliada e de consulta que os coordenadores regionais ganham autoridade para apresentar posições e resoluções para o CCI. Para as organizações da Via Campesina, as regiões são os principais pontos de intersecção entre as comunidades e lutas nacionais e internacionais. (DESMARAIS, 2007, p. 30, tradução nossa⁹).

⁷ “Clearly, La Via Campesina is filling important void. Its very existence is evidence of new structures of collective action in the countryside; its strategies defy traditional patterns of organizing in the rural sector; and the sheer magnitude of its international presence - its dynamic nature, cultural diversity, and wide geographical distribution - speaks to its transformatory potential.” (DESMARAIS, 2007, p. 9).

⁸ São oito regiões, a saber: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa.

⁹ “The sixteen-member International Co-ordinating Commission - with two representatives (one man and one woman) from each of its eight regions - is the most important link among the various peasant organizations. Outside of the International Conference, the ICC is the key decision-making and co-ordinating body of the Via Campesina. All major decisions are made in consultation with its sixteen members. On key issues the consultation process goes beyond the ICC, because each regional co-ordinator must reflect the needs, concerns,

Cabe destacar que a transnacionalização de movimentos sociais abarca as relações sociais, originadas das tensões existentes entre o local e o global, formadas entre agentes coletivos além dos limites territoriais dos países, que em graus variáveis de institucionalização, congregam membros dos mais variados países, possibilitando uma atuação mais efetiva em busca de seus interesses.

Em decorrência dos novos desafios surgidos no cotidiano camponês, houve uma maior convergência dos movimentos sociais rurais em direção da nacionalização, regionalização e da transnacionalização. Assim, buscavam novos ambientes de negociação e de ação coletiva para que o alcance de seus objetivos fosse facilitado, levando-se, assim, a um maior estreitamento entre o ativismo dos movimentos sociais transnacionais, tanto do Norte como do Sul, pilar esse de sustentação da Via Campesina (DESMARAIS, 2003).

Assim sendo, ao tornarem-se movimentos transnacionais, os movimentos sociais nacionais aumentam sua escala geográfica de abrangência. No caso da Via Campesina, que congrega, na maioria dos casos, atores de pequena escala de atuação, a rede possibilita que esses movimentos encontrem na organização um ambiente para atuarem em escala global. Nesse ambiente, onde são reunidos inúmeros outros movimentos sociais rurais que possuem basicamente as mesmas reivindicações, a organização torna seus membros mais fortes no que tange ao poder de pressão que passam a exercer perante os atores internacionais.

As campanhas empreendidas pela Via campesina buscam estabelecer estratégias para toda a rede, para que esta possa atingir seus objetivos. Para tanto, desde sua formação, as campanhas empreendidas pela organização passaram pela evolução, a saber: a *Campanha Soberania Alimentar*, a *Campanha Sementes* e, atualmente, tem assumido uma posição mais abrangente dessas questões, o que não suprime o tratamento das questões elencadas anteriormente nas campanhas.

A *Campanha Soberania Alimentar* e a *Campanha Sementes* objetivam as mesmas questões, no entanto, os temas são aprofundados e alargados na *Campanha Sementes*. Ambas procuraram promover uma maior justiça social no campo, vindo esta por meio da defesa dos direitos dos camponeses. Os assuntos tratados nas campanhas promovidas pela Via Campesina “[...] seriam inter-relacionadas e estariam confluindo para um mesmo objetivo: a luta pela justiça social e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, resumidos sob o conceito amplo de Soberania Alimentar.” (NIEMEYER, 2006, p. 110).

and decisions of the organizations within his or her region. It is only through extended communication and consultation that the regional co-ordinators gain a regional mandate to present positions and resolutions to the ICC. For Via Campesina organizations, the regions are the key points of intersection between communities and national and international struggles.” (DESMARAIS, 2007, p. 30).

Nesse processo de evolução das campanhas empreendidas pela Via Campesina, a rede vem atuando nas diversas esferas (local, nacional, regional, global) e vem dedicando-se aos temas como direito dos camponeses, biodiversidade, direitos humanos, soberania alimentar, etc. A criação do conceito de “soberania alimentar”, dentro do âmbito da própria organização, permitiu o reconhecimento da rede como um ator de relevância no palco internacional, o que foi possível através da construção, pela Via Campesina, de um

[...] modelo radicalmente diferente de agricultura, baseado no conceito de soberania alimentar. O movimento camponês acredita que isso só pode ser feito através da construção de unidade e solidariedade entre a grande diversidade de camponeses e organizações de agricultores em todo o mundo. (DESMARAIS, 2007, p. 26-27, tradução nossa¹⁰).

Foi a partir da luta pela “soberania alimentar”, que a Via Campesina promoveu sua primeira campanha, a *Campanha Soberania Alimentar*, lançada durante a II Conferência Internacional da Via Campesina, ocorrida em 1996 em Tlaxcala (México). Foi também através dessa campanha que, inicialmente, a Via Campesina passou a expor, com mais assertividade, suas demandas e passou a se relacionar com mais efetividade com outros atores, ganhando maior respeitabilidade.

Embora as relações Via Campesina-ONGs tenham sido marcadas, de tempo em tempo, por conflito e tensão, elas também são uma grande fonte de poder. A Via Campesina, bem consciente de suas limitações, se convenceu de que a construção de alternativas à agenda neoliberal [...] só poderiam ocorrer com uma convergência intercultural, intersetorial dos movimentos sociais de base trabalhando juntos com as ONGs mais profissionalizadas (mas críticas). (DESMARAIS, 2007, p. 122, tradução nossa¹¹).

O conceito de “soberania alimentar” é um conceito mais amplo e profundo do que o conceito de “segurança alimentar”, esse último criado e defendido pela FAO. Grosso modo, “soberania alimentar” é o direito dos mais diversos povos, países de definirem suas próprias políticas agrícolas, sem que essas sejam passíveis de qualquer tipo de *dumping* de terceiros.

¹⁰ “[...] main goal of the Via Campesina is to build radically different model of agriculture, one based on the concept of food sovereignty. The peasant movement believes that this can only be done by building unity and solidarity among the great diversity of peasants and farm organizations around the world.” (DESMARAIS, 2007, p. 26-27).

¹¹ “Although Via Campesina-NGO relations have been marked, from time to time, with conflict and tension, they are also a source of great power. The Via Campesina, well aware of its limitations, became convinced that building alternatives to the neo-liberal agenda [...] would only occur with a cross-cultural, cross-sectoral convergence of grassroots social movements working together with more professionalized (but critical) NGOs.” (DESMARAIS, 2007, p. 122).

A *Campanha Soberania Alimentar* foi baseada nesse conceito e apresentou diversas propostas para o estabelecimento de políticas agrícolas soberanas. Dentre elas, a agricultura deveria ser empregada para a alimentação da população, dando preferência à produção para o consumo local, em detrimento da produção para exportação. Segundo a *Declaração da Campanha Soberania Alimentar* essa ação “[...] mostra a natureza dinâmica da [...] solidariedade e da [...] determinação para avançar na defesa dos que vivem da terra e na construção de melhores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹²). Defende também, para que isso seja possível, maiores incentivos por parte do Estado aos pequenos agricultores, priorizando eles ao agronegócio.

Tendo-se em vista a defesa dos direitos dos agricultores, a campanha procurou garantir a defesa dos direitos dos camponeses e dos sem-terra, que seriam, segundo a declaração da campanha, acesso à água, à terra e às sementes. Para tanto, a campanha defende a reforma agrária e a manutenção do *status* público da água e da semente. Em decorrência disso, a campanha voltou-se contra a produção transgênica e posicionou-se em prol do acesso livre à semente, o que vai ao encontro do que está disposto na *Resolução 8/83*, da FAO, em que “[...] recursos genéticos vegetais são um patrimônio da humanidade a ser preservado, e para ser livremente disponível para uso, em benefício das gerações presentes e futura.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983, tradução nossa¹³). A esse respeito, a Via Campesina declara estar determinada “[...] a criar uma economia rural baseada no respeito a [eles] mesmos e à terra, com base na soberania alimentar, e do comércio justo”. (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹⁴).

Desse modo, concebem que os direitos dos camponeses estão ligados à produção alimentícia, de acordo com sua própria cultura, e ao direito dos povos de comerem aquilo que é culturalmente aceito por eles, sendo esse assunto também tema abordado na *Declaração da Campanha Soberania Alimentar*. Além disso, a campanha também pauta a necessidade dos indivíduos de atentarem para as políticas agrícolas estabelecidas por seus Estados nacionais. A Via Campesina alega que “esse problema não pode ser resolvido sem a participação ativa daqueles que cultivam a terra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹⁵).

¹² “[...] muestra la naturaliza dinámica de [...] solidaridad y de [...] determinación para avanzar en la defensa de los que viven de la tierra y en la construcción de mejores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹³ “[...] plant genetic resources are a heritage of mankind to be preserved, and to be freely available for use, for the benefit of present and future generations.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983).

¹⁴ “[...] a crear una económica rural basada en el respeto a [ellos] mismos y a la tierra, sobre la base de la soberanía alimentaría, y de un comercio justo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹⁵ “No podrá solucionarse este problema sin la participación activa de los que cultivan la tierra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

Já no ano 2000, durante a III Conferência Internacional da Via Campesina foi lançada a “Campanha Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Dentre as bandeiras levantadas nessa campanha, destaca-se o combate à privatização bem como o patenteamento sobre a vida e a garantia à Soberania Alimentar dos povos. Assim, na *Declaração da Campanha Sementes*, a Via Campesina se opõe “[...] a que se privatizem e a que se patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade campesina, à atividade indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁶). Diante dessas bandeiras, são defendidos os Direitos do Agricultor (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), intimamente ligados ao tema de Soberania Alimentar.

Nesta campanha, a atuação da Via Campesina continua diretamente ligada à conservação do *status* público das sementes e na soberania dos povos e Estados de definirem suas próprias políticas agrícolas. Esse tipo de postura, empregada pela rede, busca um desenvolvimento alternativo ao atual, o neoliberal, de forma a se “[...] evitar que se imponham modelos em que predomine uma única forma de vida ou de modelo de desenvolvimento.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁷).

Nessa campanha, há um aprofundamento da questão da soberania alimentar na medida em que, a partir desse momento, esta passa a ser ligada a questão da biodiversidade. Em consequência dessa ligação, passa a ser valorizado o papel do camponês na preservação e melhoria das espécies. Destarte,

A Via Campesina apóia esta campanha em um conceito sócio-cultural de biodiversidade, além de apresentar os camponeses como os responsáveis históricos pela manutenção da biodiversidade agrícola e pela melhoria das espécies: o camponês é apresentado como um expert, e o seu conhecimento, valorizado. (NIEMEYER, 2006, p. 113).

De modo que “[...] a biodiversidade [tenha] como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa [tenha] liberdade para pensar e ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁸). Nessa perspectiva, a biodiversidade estaria intimamente ligada à diversidade cultural, que fora responsável pela domesticação diversa das sementes. “A diversidade biológica e a diversidade cultural alimentam-se mutuamente. Não é causalidade, é causalidade.” (RIBEIRO, 2003, p. 52).

¹⁶ “[...] a que se priveticen a que se patenten lo materiales genéticos que dan origen a la vida, a la actividad campesina, a la actividad indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

¹⁷ “[...]evitar que se impongan modelos en donde predomine una sola forma de vida o modelo de desarrollo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

¹⁸ “[...] la biodiversidad [tenga] como base fundamental el reconocimiento de la diversidad humana, la aceptación de que somos diferentes y de que cada pueblo y cada persona [tenga] libertad para pensar y para ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000)

Essa biodiversidade permite a autonomia dos povos, pois é base de sua cultura de produção de alimentos, bem como de sua cultura alimentícia. Isso se contrapõe ao posicionamento da FAO, uma vez que ela tem promovido a transgenia. Esse tipo de política permite a privatização do que antes era público e coletivo. Quando se privatiza recursos e o conhecimento, os fluxos da biodiversidade são rompidos, e monopoliza-se o primeiro elo da cadeia produtiva, a semente. Por isso, a diversidade é colocada numa posição basilar para se alcançar a soberania alimentar.

Com a promoção do conceito de “soberania alimentar” e do conceito de “camponês *expert*” (NIEMEYER, 2006), a Via Campesina dilatou sua capacidade de influência sobre as organizações que dela fazem parte e isso se refletiu na campanha, essa de âmbito global, promovida pela rede. Ao promover esses conceitos, a Via Campesina igualmente se aproximou de atores que não estavam diretamente ligados às causas campesinas, principalmente consumidores e ambientalistas, e que passaram, muitos deles, a estabelecer relações com a organização.

Para se posicionar com maior efetividade perante as organizações internacionais, em especial junto à FAO, a Via Campesina, através das campanhas promovidas, desenvolveu propostas baseadas em diversos acordos internacionais, como as resoluções 8/83 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983), que versa sobre recursos fitogenéticos¹⁹, e a 5/89 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), que conceituou a noção de direitos dos agricultores (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2002). Ao fazer isso, o posicionamento da rede saiu do campo exclusivo da contestação e passou a buscar reais mudanças nas políticas agrícolas, alicerçando-as em mecanismo legais internacionais.

Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias que buscavam melhorar a situação dos pequenos agricultores. Estas foram baseadas na intenção de formalizar a presença da Via Campesina em encontros das organizações internacionais, por meio da promoção de campanhas globais, buscando-se difundir informações sobre temas como biodiversidade, recursos genéticos, soberania alimentar, dentre outros.

Visando obter sucesso através dessas estratégias, um plano de ação foi formulado pela organização. Esse plano de ação inclui desde encontros regionais, câmbio de informações até a realização de campanhas internacionais e o estabelecimento de um programa de comercialização e troca de sementes.

Procurando esclarecer alguns pontos sobre as campanhas aqui abordadas, elencamos o que consideramos os principais pontos presentes nas declarações das campanhas observadas, conforme pode ser visto abaixo:

¹⁹ Os recursos fitogenéticos abrangem inúmeras categorias como espécies silvestres, variedades de plantas, linhagens melhoradas, dentre outras.

Principais pontos presentes nas declarações das campanhas observadas		
	Campanha Soberania Alimentar	Campanha Sementes
Intenções	<p>Assegurar o desenvolvimento rural inclusivo; Exigir uma reforma agrária autêntica; Exigir proscrição de dívidas e do programa de ajuste estrutural; Resistir à apropriação dos recursos genéticos pelas transnacionais.</p>	<p>Garantir, baseando-se na biodiversidade, a segurança alimentar como direito fundamental; Procurar estabelecer uma moratória sobre a bioprospecção; Proteger e promover os Direitos do Agricultor.</p>
Estratégias	<p>Articular e fortalecer as organizações regionais; Desenvolver respostas apropriadas ante os tratados bilaterais; Projetar os objetivos da Via Campesina durante os encontros das organizações internacionais; Construir secretarias regionais operacionais; Fomentar mecanismos de comunicação interna e externa à Via Campesina; <u>Promover uma campanha internacional antidumping</u>; Atuar contra os atos de violência exercidos contra os camponeses e pequenos agricultores; Lutar contra o processo de privatização de patentes sobre material genético.</p>	<p>Reforçar a participação e formalização da presença da Via Campesina nos organismos internacionais; <u>Realizar uma campanha internacional de informação e difusão sobre os temas da Biodiversidade, recursos genéticos e biossegurança no interior da Via Campesina</u>; <u>Conduzir uma campanha em cada país que haja movimentos sociais que representem a Via Campesina.</u></p>
Plano de Ação	<p>Não há um plano de ação nessa declaração.</p>	<p>Realizar encontros de caráter regional; Trocar informações entre as organizações da Via Campesina; <u>Realizar uma campanha contra patentes relacionadas com a vida</u>; Estabelecer um programa de comercialização e trocas de sementes; Estabelecer uma campanha para todas as atividades desenvolvidas pela Via Campesina; Exigir, dos organismos envolvidos com a investigação agrícola, que se evite o patenteamento do conhecimento; Promover o direito de uma alimentação saudável e suficiente.</p>

Fonte: LA VÍA CAMPESINA, 2000, 2007. Elaborado pelas autoras.

A Via Campesina vem se projetando nos fóruns mundiais e tem se revelado como um ator de relevância que objetiva uma ampla transformação social, visando o estabelecimento da equidade e da justiça social. Para tanto, vem construindo junto aos movimentos sociais o conceito de “Soberania Alimentar”, em que a união do conceito de biodiversidade à valorização da cultura camponesa demonstrou-se uma das principais estratégias utilizadas para projetarem-se na luta contra os grandes oligopólios vinculados produção alimentícia. A partir disso, a Via Campesina conquistou adeptos a sua luta, na medida em que criou uma atmosfera em torno dos ideais camponeses e indígenas. Essa foi vista de maneira positiva por outros grupos da sociedade, fazendo com que esses outros atores se aproximassem da rede e se envolvessem nas campanhas promovidas pela Via Campesina, de modo que se elevasse o poder de influência da rede no palco internacional.

REFERÊNCIAS

- DESMARAIS, A. A. *The Via Campesina: peasants resisting globalization*. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia)–Department of Geography, University of Calgary, Alberta, 2003.
- _____. *La Via Campesina: globalization and the power of peasants*. Canada: Fernwood Publishing, 2007.
- ESCHLE, C.; STAMMERS, N. Taking Part: Social Movements, INGOs and Global Change. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 29, 2004.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *World Food Summit: five years later reaffirms pledge to reduce hunger*. Roma, 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/worldfoodsummit/english/newsroom/news/8580-en.html>>. Acesso em: 11 ago. 2010.
- _____. *Women and the green revolution*, [200-?]. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/x0171e/x0171e04.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2012.
- _____. *Resolution 5/89*. 1989. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5588E/x5588e06.htm#e.%20commission%20on%20plant%20genetic%20resources%20and%20the%20international%20undertaking:%20prog>>. Acesso em: 16 fev. 2012.
- _____. *Resolution 8/83*. 1983. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5563E/X5563e0a.htm>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **Espírito empreendedor: três séculos da filantropia da família rockefeller**. 30 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/casos/09-caso-familia-rockefeller.pdf/view?searchterm=Rockefeller>>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- LA VÍA CAMPESINA. *Documento de la III Conferencia Int. de Via Campesina*. 2000. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=47:biodiversidad-y-recursos-gencos&catid=33:3-bangalore-2000&Itemid=55>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. *Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina*. [1996] 2007. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=404:ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996&catid=32:2-tlaxcala&Itemid=48>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. *La Vía Campesina members*. 2008. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 30 out. 2010.

MENEZES, I. G. Valorização do rural versus valorização do camponês: desenvolvimento, trabalho e cidadania. *Revista Eletrônica Temática*, 16 out. 2008. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2008/30.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

NIEMEYER, C. B. de. *Contestando a governança global: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Rurais Via Campesina e suas relações com a FAO e a OMC*. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 25-27 abr. 2007, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007. p. 157-178. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina_burle_niemeyer.pdf>. Acesso em: 24 set. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, M. C. L. A *(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 159-179.

PACKER, L. A. *Da monocultura da lei às ecologias dos direitos: pluralismo jurídico comunitário-participativo para afirmação da vida concreta camponesa*. 2009. 321 f. Dissertação (Mestrado em Direito)–Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, H. M. de. *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 51-72.

SANTOS, B. de S. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMONETTI, M. C. Mudanças climáticas, agricultura e injustiça ambiental. In: _____. A *(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-61.

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010)

*José Marangoni Camargo*¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução da agricultura brasileira durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva entre 2003 e 2010. Houve uma certa continuidade das políticas dos governos anteriores, onde a prioridade relacionada às questões agrícolas continuou a se sobrepor à questão agrária, levando a um acirramento das desigualdades no campo. As políticas formuladas privilegiaram os interesses dominantes no campo, representados pela grande produção empresarial, os grandes proprietários e as agroindústrias, ao mesmo tempo em que o espaço da pequena produção familiar vem se reduzindo. Ou seja, não houve nenhuma mudança estrutural significativa na agricultura brasileira no período recente, ocorrendo na realidade um aumento ainda maior da hegemonia do chamado *agronegócio*. Esta hegemonia foi construída ou reforçada pelas políticas modernizantes levadas a cabo pelos governos desde os anos 60 e 70 e que resultaram em transformações estruturais que afetaram a agricultura e a economia brasileira em geral. Como já demonstraram diversos estudos (SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1981; MULLER, 1981; DELGADO, 1985), a agricultura brasileira desde

¹ Doutor em Ciências Econômicas. Desenvolve Pesquisas nas áreas de Economia Agrícola e Mercado de Trabalho. Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, São Paulo, CP 420, CEP:17525-900. tel: +55 (14)34021300. jmaraga@uol.com.br.

os anos 60 tem sofrido profundas transformações técnico-produtivas, cuja tônica é a elevação significativa da utilização de insumos modernos, o atrelamento mais forte com a indústria processadora e também as alterações nas relações sociais de produção, acentuando o caráter capitalista da produção. A conformação e expansão das cadeias agroindustriais no Brasil, que recentemente têm sido denominadas de *agrobusiness* ou *agronegócio*, tem se traduzido em uma interdependência crescente do setor agrícola com a indústria à montante, fornecedora de máquinas e insumos modernos e à indústria à jusante, processadora de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. Estas mudanças acarretaram entre outros efeitos, uma concentração ainda maior da estrutura fundiária, **diminuição do peso econômico da pequena produção de baixo nível tecnológico, progressivamente substituída pela grande produção tecnificada e empresarial** e uma redução do volume da ocupação na agropecuária, reforçando a tendência histórica de queda de participação do setor no emprego total.

EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL

Pode-se afirmar que do ponto de vista da produção agrícola e das exportações do setor, a evolução da agricultura brasileira na última década foi bastante favorável. Ou seja, houve um expressivo crescimento da produção dos principais produtos agrícolas e da produtividade do trabalho, assim como as exportações agroindustriais, que triplicaram no período. A partir de 2002 até meados de 2008 ocorreu um novo ciclo de preços internacionais elevados das commodities agrícolas, que acabou gerando um grande dinamismo para a agricultura brasileira (BRANDÃO, REZENDE E MARQUES, 2005; LIMA; MARGARIDO, 2008). Entre 2001 e 2009, a área colhida das principais culturas aumentou quase 27%, mas constata-se que as culturas que mais cresceram são exatamente aquelas com maiores vínculos com a agroindústria ou voltadas para os mercados externos, como a soja (crescimento de 55% da área colhida no período), cana-de-açúcar (expansão de quase 70%) e trigo (aumento de 40%). Por outro lado, lavouras tradicionais cujos produtos fazem parte da cesta básica da população e com vínculos mais frouxos com a agroindústria, como o arroz (-9,43%), feijão (5,70%) e mandioca (1,46%), tiveram um desempenho bem menos satisfatório no período. Culturas como o cacau (-4,55%) e laranja (-4,60%) também tiveram decréscimos em suas áreas colhidas, em grande medida por pragas que afetaram estes produtos e por preços menos atraentes que outras culturas, além do café, que teve um declínio de 6,6% em sua área colhida (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da área das culturas - 2001-2009 (ha)

Culturas	Ano		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	3.171.000	2.872.036	-9,43
Cacau	666.308	635.975	-4,55
Café	2.356.954	2.201.335	-6,60
Cana	5.022.490	8.514.365	69,52
Feijão	3.879.069	4.099.991	5,70
Laranja	825.228	787.250	-4,60
Mandioca	1.735.149	1.760.578	1,46
Milho	12.912.390	13.659.776	5,79
Soja	13.988.351	21.750.468	55,49
Trigo	1.730.908	2.430.253	40,40
TOTAL	46.287.847	58.712.027	26,84

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

A produção das principais culturas, por sua vez, cresceu significativamente nesse período (Tabela 2). Entre 2001 e 2009, a produção de soja expandiu-se em mais de 51%, a cana-de-açúcar, impulsionada pelo uso crescente de etanol em função da frota cada vez maior de veículos flex e pelas elevadas cotações internacionais do açúcar, cresceu 50%. Outros cereais como o trigo (50% de aumento da produção) e milho (21%) também tiveram um bom desempenho no período. Mesmo o arroz (crescimento de 24%) e o feijão (+42%) tiveram um aumento expressivo da produção. Comportamento mais modesto foi registrado apenas para a laranja (+3,7%) e mandioca (+8,1%) e o café, que teve uma redução de 33% da sua produção afetada pela redução da área colhida, como também pelo ciclo de bi anualidade que caracteriza a cultura. Na realidade, o aumento da produção agrícola nesse período para quase todas as culturas selecionadas, deve-se em grande medida aos

incrementos da produtividade do trabalho e do maior rendimento por hectare, resultantes do maior grau de tecnificação das culturas.

Tabela 2 - Evolução da produção agrícola - principais culturas - 2001-2009 (ton)

Culturas	ANO		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	10.184.185	12.651.774	24,23
Cacau	185.662	218.487	17,68
Café	3.639.138	2.440.056	-32,95
Cana-de-açúcar	453.681.000	671.394.957	47,99
Feijão	2.453.681	3.486.763	42,10
Laranja	16.983.436	17.618.450	3,74
Mandioca	22.580.282	24.403.981	8,08
Milho	41.962.475	50.745.996	20,93
Soja	37.907.259	57.345.382	51,28
Trigo	3.366.599	5.055.525	50,17

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

Como se pode observar pelos dados da Tabela 3, os ganhos de produtividade foram significativos, com exceção do café, pelas razões apontadas anteriormente, e a soja, que apresentou uma leve redução do seu rendimento entre 2001 e 2009. No entanto, deve-se levar em conta que o ano de 2009 foi um pouco atípico do ponto de vista da agricultura brasileira, pois ainda estava sobre o impacto da crise econômica mundial que se inicia em meados de 2008, que afetou as cotações

das principais commodities agrícolas no comércio internacional no ano seguinte. Ademais, houve um forte refluxo do comércio internacional neste ano em relação ao ano anterior. A combinação desta redução do comércio mundial com a queda dos preços internacionais levou a uma redução da área das principais culturas no Brasil em 2009 em relação a 2008, como também a uma menor utilização de insumos modernos, como fertilizantes e defensivos, com reflexos negativos sobre a produtividade agrícola para a maioria das lavouras.

Tabela 3 - Rendimento agrícola - principais culturas - 2001-2009 (ton./ha)

Culturas	ANO		Variação (%)
	2001	2009	
Arroz	3.240	4.405	35,96
Cacau	278	343	23,38
Café	1.557	1.108	-28,84
Cana-de-açúcar	69.443	78.854	13,55
Feijão	711	850	19,55
Laranja	20.593	22.379	8,67
Mandioca	13.521	13.861	2,51
Milho	3.401	3.714	9,20
Soja	2.710	2.636	-2,73
Trigo	1.947	2.080	6,83

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2001 e 2009.

Considerando o período entre 2001 e 2009 como um todo, o avanço da produção e da tecnificação da agricultura brasileira pode ser avaliado também como resultado de modificações de caráter estrutural por que passou a agricultura brasileira. Políticas públicas para o setor levadas a cabo desde os anos 70 conformaram cadeias de produção consolidadas, tendo como núcleos dinâmicos a agroindústria processadora, os complexos cooperativos ou as modernas empresas comerciais. Com grande capacidade de resposta a políticas comerciais ativas, como as de exportação a partir da segunda metade da década de 80, estas cadeias produtivas expandiram a produção usando capacidade instalada ou mesmo aumentando-a, aproveitando o parque produtivo de meios de produção para a agricultura, que tinha sido superdimensionado na década de 70, alavancando a produção agrícola (GONÇALVES; SOUZA, 2000). Ao considerar a agricultura em um sentido mais amplo, como um conjunto de cadeias produtivas agroindustriais, o setor representa atualmente um quarto do PIB brasileiro, onde a produção agrícola propriamente dita é apenas um elo dos complexos agroindustriais.

O cenário internacional mais favorável às commodities agrícolas, que vai se traduzir em uma expansão das áreas de lavouras e da produção, também vai gerar estímulos para as vendas internas de máquinas agrícolas, favorecidas também pelas condições mais vantajosas de financiamento a partir da criação do Moderfrota em 2000. As vendas de máquinas agrícolas para o mercado interno saltaram de 35 mil unidades em 2001 para quase 53 mil em 2008 e mais de 55 mil tratores e colheitadeiras em 2009 (ANFAVEA, 2010). Muitos produtores já fazem uso da chamada *agricultura de precisão*, com o uso de máquinas que possuem GPS, computador, sistemas de controle da dosagem de adubação e sistemas com controle de semeadura e de colheita (SEMEANDO TRCNOLOGIA, 2010).

Esse incremento da produção e da produtividade agrícolas deve-se não apenas ao maior uso de insumos modernos e ao avanço da mecanização, mas também e associado a estes fatores, a geração e difusão de inovações para o setor, por parte de instituições de pesquisa. Destaca-se neste sentido, o esforço inovativo desenvolvido pela Embrapa, responsável não apenas pela criação de tecnologias adequadas para o cerrado, base da expansão de uma agropecuária moderna no Centro-Oeste no período recente, como também pela modernização da agropecuária nas áreas tradicionais no Sul e Sudeste, e por instituições estaduais de pesquisa.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS NO PERÍODO 2001-2010

O cenário externo mais favorável na década de 2000, conjugada a uma elevação dos preços das commodities agrícolas a partir de 2002, possibilitaram uma recuperação da rentabilidade do setor e um aumento da participação brasileira no comércio mundial de produtos agroindustriais, que passa a representar 6,9% do total mundial em 2006, contra uma participação de apenas 3,9% em 2000.

As exportações dos produtos das cadeias agroindustriais têm papel fundamental no total do comércio externo brasileiro. É um setor tradicionalmente com maior grau de abertura e que tem aumentado a sua participação nas exportações totais do país. As exportações agroindustriais em valor cresceram mais de 18% em 2010 em relação ao ano anterior e quase quadruplicaram entre 2000 e 2010, representando quase 40% do total das exportações do país neste último ano (Tabela 4). As importações de produtos agroindustriais, por sua vez, ficaram praticamente estagnadas entre 2000 e 2006, crescendo de forma significativa apenas em 2007 e 2008, sofrendo uma redução em 2009, por conta da crise econômica mundial e da queda dos preços das commodities agrícolas. Estas voltaram a crescer em 2010 em função da valorização cambial, e concentradas principalmente na compra de

insumos, com destaque para os fertilizantes e de cereais, notadamente trigo, onde a maior parte do consumo nacional é proveniente das importações. O crescimento expressivo das exportações brasileiras de produtos agroindustriais a partir de 2003, e uma expansão em um ritmo muito menor das importações, possibilitaram a geração de saldos comerciais crescentes da balança dos produtos da agroindústria. O superávit do setor passou de US\$ 12 bilhões em 2000 para mais de US\$ 40 bilhões a partir de 2006, chegando em 2010 a mais de US\$ 56 bilhões (apesar do expressivo crescimento das importações de produtos agroindustriais neste último ano), o que representou quase o triplo do saldo comercial total do Brasil registrado em 2010.

Os produtos básicos responderam por mais da metade do valor das exportações brasileiras de produtos agroindustriais em 2010 (52%), enquanto que os produtos industrializados, constituídos pelos manufaturados e semimanufaturados, representaram 48% do total, o que configura uma pauta mais centrada em bens com um nível menor de agregação de valor. Portanto, apesar do incremento expressivo das exportações brasileiras dos produtos agroindustriais entre 2000 e 2010, o peso elevado dos produtos de menor conteúdo tecnológico pode estar refletindo a necessidade de um esforço maior de elaboração de políticas que visem a geração de um maior valor agregado nas cadeias produtivas agroindustriais e no total das exportações do setor.

Tabela 4 - Balança comercial brasileira de produtos agroindustriais - 2000/2010 (em US\$ bilhões)

ANO	Exportações	Importações	Balança Comercial
2000	21,78	9,47	12,31
2001	25,01	8,56	16,45
2002	26,06	7,68	18,38
2003	32,43	8,51	23,92
2004	41,51	10,20	31,31
2005	46,30	10,07	36,23
2006	52,04	11,86	40,18
2007	61,84	17,21	44,66
2008	76,14	26,36	49,78
2009	67,56	18,53	49,03
2010	79,95	23,73	56,22

Fonte: IEA/APTA, elaborada a partir dos dados da SECEX/MDIC, 2011.

A pauta agrícola brasileira é bastante diversificada, mas um número reduzido de grupos de mercadorias concentra a maior parte do valor das exportações do setor. Destacam-se as exportações de cereais/leguminosas/oleaginosas (US\$20,33 bilhões em 2010), especialmente soja e seus derivados, cana e sacarídeos (US\$13,82 bilhões), derivada das exportações de açúcar e álcool, produtos florestais (US\$9,55 bilhões), constituídos especialmente por madeira e celulose, bovídeos-bovinos (US\$8,89 bilhões), principalmente carne bovina e couro, suínos e aves (US\$8,18 bilhões), a maior parte representada pelas exportações de carne de frango. Estes cinco principais agregados de cadeias de produção responderam por mais de três quartos do total das exportações agroindustriais do Brasil em 2010, refletindo o peso desses produtos na pauta de exportação do setor (Tabela 5).

Tabela 5 - Exportações de produtos agroindustriais por grupo de mercadorias, Brasil, 2010 (em US\$ milhões)

Grupos de mercadorias	US\$1.000	Participação (em %)
Cereais/leguminosas/oleaginosas	20.333	25,43
Cana e sacarídeos	13.816	17,28
Produtos florestais	9.555	11,95
Bovídeos-bovinos	8.886	11,11
Suínos e aves	8.182	10,23
Café e estimulantes	6.247	7,81
Frutas	2.942	3,68
Fumo	2.762	3,45
Agronegócios especiais	2.558	3,24
Bens de capital/insumos	2.465	3,08
Têxteis	1.741	2,18
Pescado	222	0,28
Olerícolas	182	0,263
Flores e ornamentais	34	0,04
Total	79.995	100,00

Fonte: IEA/APTA, elaborada a partir dos dados da SECEX/MDIC, 2011.

O grande salto das exportações brasileiras de produtos agroindustriais a partir de 2003 deve-se em grande parte à trajetória de elevação dos preços das commodities agrícolas, observado desde o início de 2002, como foi dito anteriormente

(Figura 1). Os preços da soja, por exemplo, alcançaram em abril de 2008 as cotações mais altas dos últimos 34 anos e o milho nos últimos 11 anos. Há várias causas deste ciclo de alta dos preços das commodities agrícolas até meados deste ano. Em primeiro lugar, verifica-se uma demanda crescente por alimentos e matérias-primas agrícolas, especialmente por parte dos países emergentes, puxados notadamente pela China. O consumo global destes produtos tem crescido mais nesta década que nas duas décadas anteriores, particularmente de carne, cereais, leite e seus derivados. A China já se tornou o maior importador de soja mundial, absorvendo 40% das exportações internacionais. O consumo de carne per capita neste país passou de 20 kg por ano em 1985 para mais de 50 kg atualmente. Por outro lado, ocorreram problemas pelo lado da oferta, associados às adversidades climáticas, que resultaram em estoques com os níveis mais baixos dos últimos 30 anos para o trigo e o milho. A oferta de commodities agrícolas foi pressionada também pela destinação crescente de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos. Neste país, atualmente 33% da produção de milho é utilizada para a produção de biocombustível, contra menos de 15% em 2006, o que resultou em um aumento de preços de 46% desse produto em 2007 e uma menor área destinada à soja e um aumento expressivo dos preços de outros alimentos. Outro fator que contribuiu para elevar ainda mais os preços das commodities agrícolas nesse período foi a especulação financeira nos mercados futuros destes bens, com a redução da taxa de juros americana, a consequente menor rentabilidade dos ativos financeiros e a maior atratividade das commodities e seus derivativos (FREITAS, 2009; LIMA; MARGARIDO, 2008).

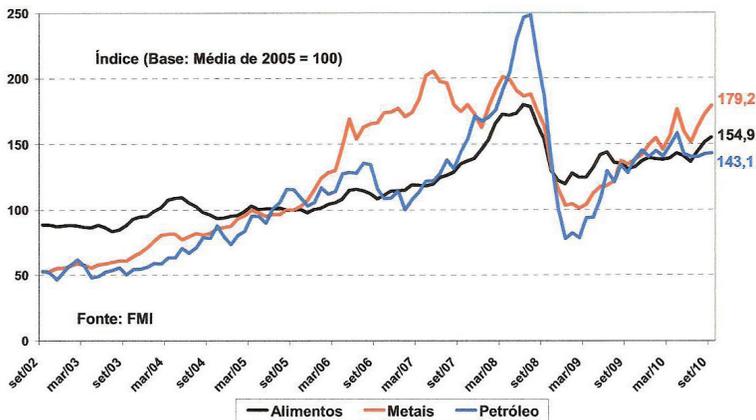


Figura 1 - Evolução dos preços de Commodities Setembro de 2002/Setembro de 2010
 Fonte: BNDES, 2010 apud FMI, 2010.

O cenário de grave crise econômica e financeira mundial em meados de 2008 reverteu o quadro de alta nos mercados de commodities agrícolas, com forte queda das cotações dos principais bens agroindustriais, o que afetou o comércio brasileiro destes produtos. No caso dos produtos agroindustriais, os preços das principais commodities agrícolas despencaram até meados de 2009 (Figura 1). As cotações dos produtos agrícolas em setembro de 2009 estavam em um patamar bem inferior às cotações de setembro de 2008. Os preços da soja, nosso principal produto de exportação, estavam 8% inferiores em setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Outros produtos apresentaram reduções ainda mais acentuadas: O café -13%, etanol -16%, carne bovina -18%, frango -23%, produtos florestais -35%. As exceções foram o fumo, com aumento de 3% dos preços em dólar no período e o açúcar, de 26%, puxado pela quebra da safra da Índia, que passou de exportador para importador e pelos baixos estoques mundiais do produto.

Em 2010, com a retomada das economias, recomeçou um novo ciclo de alta dos preços das commodities. Segundo o FMI, os preços dos alimentos aumentaram em torno de 30% nos últimos 6 meses de 2010, alcançando, no final deste ano, patamares superiores aos verificados antes da crise econômica mundial, o que contribuiu para impulsionar as exportações dos produtos agroindustriais brasileiros em 2010 (SINOPSE INTERNACIONAL, 2011).

O Brasil em 2009 já era o segundo maior exportador mundial de produtos agroindustriais e o principal fornecedor internacional de açúcar, café, suco de laranja, álcool e carne bovina e de frango e ocupava a segunda posição no complexo da soja, terceiro em milho e quarto em carne suína (Tabela 6). Além de ter uma pauta de exportações diversificada, o país deve aumentar ainda mais a sua participação no comércio mundial destes produtos, dadas a existência de terras disponíveis e a elevada competitividade de grande parte de suas cadeias agroindustriais.

Tabela 6 - Participação Brasileira na produção e no comércio mundial de produtos agroindustriais

Produtos	Ranking Mundial		Participação no Comércio Mundial (%)
	Produção	Exportação	
Açúcar	1	1	62
Café	1	1	28
Suco de laranja	1	1	68
Álcool	2	1	68
Complexo de Soja	2	2	30
Carne Bovina	2	1	33
Carne de Frango	3	1	38
Milho	3	3	12
Carne suína	4	4	12,4

Fonte: Semando tecnologia, p.36, 2010.

A “PUJANÇA DO AGRONEGÓCIO” E O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Procurou-se mostrar que o processo de modernização da agricultura brasileira possibilitou a constituição de cadeias agroindustriais competitivas para um diversificado número de produtos agrícolas, com fortes vínculos com a indústria a montante e a jusante, onde uma parcela dos produtores rurais conseguiu se inserir

neste processo. Na última década, assistimos a uma continuidade dessa tendência, onde o setor teve um desempenho satisfatório no que tange aos aspectos associados à evolução da produção e das exportações agroindustriais. No entanto, *A questão agrária* no campo se agravou. Entende-se esta questão relacionada às formas de produção, associadas às transformações das relações de produção, os níveis de renda e de emprego no campo (GONÇALVES, 1999). Pode-se afirmar que o aprofundamento desse processo de modernização durante os governos Lula da Silva tem ampliado as desigualdades no campo, a heterogeneidade do setor e contribuído para manter uma elevada concentração fundiária no país. Portanto, um dos traços marcantes do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, é o seu caráter bastante desigual em termos regionais e de produtores, desigualdade esta que se tornou ainda mais acirrada nestes últimos oito anos. Como enfatiza Graziano da Silva (2010), a hegemonia do agronegócio e das cadeias agroindustriais resulta de uma conjunção de forças políticas que uniram os interesses de segmentos agrários e industriais, com forte presença do Estado, através da formulação de políticas públicas que vinham de encontro aos interesses do agronegócio:

É importante destacar tanto na noção de agribusiness como na dos complexos agroindustriais que eles são os resultados de um processo histórico específico que define a sua conformação a partir de um duplo movimento: de dentro, pela ação das forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram; e, de fora, pela ação do Estado, por meio das políticas públicas e de suas agências, ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente mencionados. Os complexos se tornam assim uma “orquestração de interesses” em torno de uma cadeia produtiva determinada qualquer; e o seu agregado, o agribusiness, uma aliança em torno dos interesses setoriais da agricultura com os distintos ramos da agroindústria a montante e a jusante. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 158).

Um exemplo que ilustra o domínio da agricultura empresarial “*vis a vis*” a agricultura familiar e como as políticas econômicas tendem a privilegiar o agronegócio refere-se aos recursos destinados aos dois segmentos. Enquanto a agricultura empresarial deverá contar com R\$107 bilhões para custeio, investimento, armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas da safra 2011/2012 (alta de 7% em relação à safra anterior), a agricultura familiar contará com apenas \$16 bilhões (o mesmo valor que a safra anterior). A hegemonia do chamado “*agronegócio*” em detrimento da produção familiar tem reduzido o espaço desta, apesar de ainda ser responsável por uma parcela expressiva de alimentos básicos. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar respondia por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e mais da metade do plantel de suínos e aves. A agricultura familiar era responsável por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários do Brasil neste ano. Do ponto de vista da ocupação agrícola, a agricultura familiar também se

destacava, com mais de 12,3 milhões de pessoas vinculadas a atividades agrícolas, o que representava quase 75% do total do pessoal ocupado no setor no Brasil em 2006. Este levantamento apontou também que a agricultura familiar representava quase 85% de todos os estabelecimentos agropecuários do país, totalizando 4.367.902 estabelecimentos, ocupando 24,3% da área total. Estes dados mostram também outra característica presente no agro brasileiro: a elevada concentração fundiária no país. Enquanto a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, na agricultura empresarial a área média era de 309,18 hectares (IBGE, 2006).

O domínio do agronegócio em relação à produção familiar tem contribuído, portanto, para a manutenção de uma elevadíssima concentração da terra e reduzido o espaço da produção familiar, onde parte importante dos pequenos produtores tem perdido suas terras ou tem dificuldades de acesso a elas. Como se pode observar pelos dados da tabela 7, apesar das pequenas propriedades, de até 10 hectares, representarem metade do total dos estabelecimentos agrícolas, estas ocupavam apenas pouco mais de 2% da área em 2006 (3% em 1970), enquanto que as grandes propriedades, de mais de 1000 hectares, que eram somente 1% dos estabelecimentos, concentravam quase 45% do total da área total em 2006 (39% em 1970). O Índice de Gini, que mede a distribuição fundiária, foi de 0,856 no último Censo Agropecuário, que mostra também uma estabilidade da forte desigualdade fundiária no país desde 1975 (HOFFMANN; NEY, 2010). Os dados do Censo apontam também que os maiores valores registrados do Índice de Gini foram nos estados do Centro-Oeste, notadamente Mato Grosso, onde a expansão da fronteira agrícola ocorre baseada na grande propriedade tecnificada e também um expressivo crescimento desse índice em estados em que se registram grande expansão do agronegócio sucroalcooleiro, como São Paulo, ou em estados em que há uma forte presença de monoculturas, como em Alagoas.

Tabela 7 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1970-2006

Grupos de área total	ANO							
	1970		1980		1996		2006	
	Número (%)	Área (%)						
Menos de 10 ha	51,17	3,09	50,35	2,47	49,43	2,23	50,30	2,36
10 a menos de 100 ha	39,28	20,42	39,09	17,68	39,43	17,73	40,10	19,06
100 a menos de 1000 ha	8,42	36,97	9,47	34,75	9,67	34,94	8,65	34,16
1000 ha e mais	0,75	39,52	0,93	45,10	1,02	45,10	0,95	44,42
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Agropecuários IBGE, 1970 a 2006.

Além da permanência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, os dados do censo agropecuário de 2006 apontam também uma elevada concentração da produção em um número reduzido de produtores. Segundo Alves e Rocha (2010), 423 mil estabelecimentos agropecuários, de um total de quase 5,2 milhões (8,2% do total), respondiam por 85% do valor da produção. Desses, apenas 22.188 estabelecimentos (0,43% do total) eram responsáveis por mais de 51% do total do valor da produção agropecuária. Por outro lado, quase 3,8 milhões de estabelecimentos (73% do total) geraram um valor equivalente a apenas 4% do total, com renda média inferior a meio salário mínimo por mês, ou seja, com baixíssimo nível de renda e de produtividade. Estes dados mostram que grande parte da agricultura familiar são produtores de subsistência e não estão integrados ao mercado. Em estudo do IBRE/CEA, também com base nas informações do Censo Agropecuário de 2006, apenas 500 mil estabelecimentos familiares, de um total de mais de 4 milhões, eram produtores comerciais inseridos no mercado (LOPES; ROCHA, 2010).

Estes indicadores mostram que grande parte dos pequenos produtores tem renda insuficiente para garantir a sua sobrevivência e são fortes candidatos a perderem suas terras e irem para os centros urbanos. Parcela destes consegue manter-se na terra porque usufruem rendimentos provenientes de ocupações não agrícolas, ou em função da existência de famílias pluriativas, que combinam ocupação agrícola e não agrícola entre os membros da família, diversificando assim suas fontes de renda via mercado de trabalho, não mais dependendo somente de produtos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2010). Ademais, a permanência de parte expressiva dos

estabelecimentos rurais pode ser creditada também a políticas de transferência de renda para a população mais pobre através de aposentadorias rurais, Bolsa Família, programas de crédito como o PRONAF, etc., especialmente na região Nordeste. Segundo Alves e Rocha (2010), quase 2 milhões de produtores familiares declararam ter outras receitas ou rendas não agrícolas. Além disso, uma parcela não desprezível dos estabelecimentos rurais constituem apenas locais de moradia ou são locais de lazer, como as chácaras de fins de semana.

A combinação destes fatores talvez permita concluir porque, apesar da redução da ocupação agrícola ter continuado a ocorrer na última década, o seu ritmo foi inferior ao dos períodos anteriores. Observa-se que o número de postos de trabalho continuou a apresentar uma tendência de declínio na primeira década deste século, que no caso do Brasil, significou uma redução de quase 5% do total entre 2001 e 2009. Esta tendência se verificou para todas as regiões do país, com exceção do Centro-Oeste, onde o emprego agrícola expandiu-se em 9,2% nesse período, em função da expansão da fronteira agrícola nesta região (Tabela 8). De qualquer forma, o desempenho mais favorável da agricultura nesse período não trouxe os mesmos resultados do ponto de vista da ocupação. Essa queda ocorreu em um contexto onde a área das principais lavouras expandiu-se em mais de 26% entre 2001 e 2009 e a produção aumentou ainda em um ritmo maior nesse período. O setor agrícola, que respondia por 20,6% do total da PEA ocupada no país em 2001, passa a representar apenas 16,9% do total em 2009. A intensificação da produção, com a utilização de inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção e de trabalho, possibilitou ganhos expressivos de produtividade, que anularam, do ponto de vista do emprego, os incrementos de área e de produção verificados no período. Segundo Gasques et al. (2010), a produtividade do trabalho na agricultura brasileira expandiu-se a uma taxa anual de 3,4% entre 1995 e 2006, superior aos incrementos da produtividade da terra, que cresceu 3,15% ao ano nesse período. São justamente nas regiões de agricultura mais avançada, como no Sul, onde a queda da ocupação agrícola foi mais acentuada. Enquanto para o Brasil ocorreu um declínio de 4,6% da ocupação agrícola entre 2001 e 2009, no Sul a redução foi de 15,5% nesse período. Portanto, a perda da importância da pequena produção familiar, a concentração fundiária e o domínio da grande produção tecnificada, que tem implicado na substituição de trabalhadores por meios de produção, tem impactado negativamente tanto o emprego como a ocupação na agricultura brasileira no período recente.

Tabela 8 - Número de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas em atividades agrícolas segundo as regiões e Brasil – 2001 e 2009 (em mil pessoas)

Região ⁽¹⁾	2001	%	2009	%	Varição 2001 / 2009
Nordeste	7.461	49,68	7.200	50,27	-3,5
Sudeste	3.518	23,43	3.469	24,21	-1,4
Sul	3.065	20,41	2.591	18,09	-15,5
Centro-Oeste	974	6,48	1.064	7,43	9,2
Brasil	15.018	100,0	14.324	100,0	-4,6

Fonte: Pnads/IBGE, 2001 e 2009.

(1) Exclui-se a Região Norte, porque a Pnad até 2003 não estimava a população rural ocupada nesta região.

Apesar da ocupação agrícola também ter registrado um declínio na região Nordeste, (-3,5% entre 2001 e 2009), ela é responsável por mais de 50% do total da ocupação agrícola do país em 2009. Apesar dos baixíssimos níveis de renda e de produtividade de boa parte dos produtores rurais nordestinos e das enormes dificuldades de garantir o seu sustento, a produção familiar, relativamente mais importante nesta região em relação às demais, tem conseguido se manter em função de determinados fatores já apontados anteriormente, como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, principalmente ao segmento familiar, a partir de 1990. Entre 1991 e 2009, dobra o número de benefícios de previdência rural no Brasil, passando de 4 milhões de pessoas para 8 milhões, sendo que metade deles está no Nordeste, assim como metade dos beneficiários da Bolsa família estão localizados na região. Como vimos, trata-se de modalidades de política social que representam formas adicionais de complementação de renda que pode significar melhores chances de sobrevivência de parcela importante dessa categoria.

Por outro lado, apesar do crescimento do emprego formal na agricultura e da contribuição para a previdência, estes indicadores ainda são muito baixos comparativamente aos verificados nos demais setores da economia brasileira. Apenas um terço dos empregados agrícolas tinha carteira de trabalho assinada em 2009, contra um percentual de 58% do total considerando a totalidade dos empregados assalariados e de ocupados na economia brasileira neste ano. Além disso, mais de 17% dos ocupados no setor são não remunerados e 24% dos ocupados trabalham na produção voltada para o autoconsumo, com baixos níveis de vida e de renda.

CONCLUSÕES

A heterogeneidade estrutural da economia e da sociedade brasileira também está presente no campo, onde o processo de modernização acirrou as desigualdades regionais e entre os produtores ou trabalhadores. Pode-se concluir que nos governos Lula da Silva (2003-2010) esta heterogeneidade se manteve, permanecendo a questão agrária em segundo plano. Aqui também se observa a existência de um núcleo de trabalhadores assalariados com vínculos mais estáveis e um maior grau de formalização, associado às transformações na base técnica e produtiva da agricultura, coexistindo com modalidades de trabalho precárias, ocasionais, sem direitos trabalhistas e com baixos níveis de remuneração, como por exemplo, a categoria volante ou bóia-fria. Em que pese a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural e as políticas sociais em geral, que tem produzido efeitos positivos sobre as relações de trabalho (BUAINAIN; DEDECCA, 2010), as perspectivas para a ocupação agrícola no Brasil são pouco alentadoras. Em um quadro de reestruturação produtiva das empresas agrícolas, da implementação de novas formas de organização do trabalho no campo e do avanço da tecnificação dos processos produtivos, pode-se esperar um aprofundamento da tendência de redução da ocupação agrícola no país nos próximos anos. A continuidade da mecanização dos processos produtivos tende a substituir ainda mais trabalho por meios de produção. Ao mesmo tempo, há um grande parcela de produtores rurais ocupada em atividades de baixa qualificação e remuneração. Políticas sociais compensatórias que foram implementadas nos governos Lula da Silva possibilitaram a sobrevivência de parte da pequena produção familiar nesse período. No entanto, é necessário ampliar as políticas públicas que garantam a viabilidade da produção familiar, para contrabalançar as tendências desagregadoras da modernização conservadora da agricultura brasileira, como o acesso à terra, pouco privilegiada por esse governo, o que constitui um desafio para os próximos governos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275 – 290.
- ANFAVEA: *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, 2010.
- BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa, REZENDE, Gervásio Castro de e MARQUES, Roberta Wanderley da Costa. Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Texto para Discussão*, Brasília, DF, n. 1103, p.1-24, jul. 2005.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 123-153.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Inflação mundial e preços de commodities. In: Geraldo Biasoto Junior, Luis Fernando Novais, Maria Cristina Penido de Freitas. *Panorama das Economias Internacional e Brasileira: dinâmicas e impactos da crise global*. 1 ed., São Paulo: Fundap, 2009, v.1, p.113-124.

GASQUES, José et al. Produtividade Total dos Fatores e Transformações da Agricultura Brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 19-44.

GONÇALVES, José Sidnei. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: CSPA, SAA, 1999.

GONÇALVES, José; SOUZA, Sueli. Heterogeneidade e competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidade da agricultura brasileira. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 34-50, nov. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 157-183

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 45-64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006, agricultura familiar, primeiros resultados*. Brasília, DF: IBDE, 2006.

LIMA, Luís; MARGARIDO, Mário. Causas do atual ciclo de alta de preços de commodities. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 1-4, jul. 2008.

LOPES, Ignês Vidigal; ROCHA, Daniela de Paula. Quem produz o que no campo. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 64, n.8, p.66-69, ago. 2010.

MULLER, Geraldo. *Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: FFLCH, USP, 1981. Mimeografado.

SEMEANDO tecnologia. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.64, n. 8, p. 34-37, ago. 2010.

SINOPSE INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: BNDES, n. 14, 2010. Publicação Semestral.

SINOPSE INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: BNDES, n. 15, 2011. Publicação Semestral.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ANOS 90: UM PANORAMA SOBRE O INCENTIVO AO SETOR TECNOLÓGICO NO BRASIL DURANTE A “ERA CARDOSO”

Bárbara Regina Vieira Lopes¹

1 INTRODUÇÃO

A intensa globalização, juntamente com as práticas neoliberais, são temas centrais das indagações sobre a evolução da economia política mundial. De acordo com François Chesnay (1996) fora nos anos 70, no mundo jornalístico, que se originou o termo “globalização”, e como ressalta Luciano Coutinho (1996), tal termo ganhou adeptos em todas as suas esferas, inclusive:

[...] alguns acadêmicos imaginaram equivocadamente um mundo sem fronteiras econômicas, o qual acarretaria em uma suposta quebra generalizada de barreiras comerciais e não-comerciais nas transações mundiais. O evidente conteúdo ideológico do termo “globalização” provocou [expressiva] rejeição no meio científico [...] (COUTINHO, 1996, p. 219).

Neste contexto, a atual interpretação dominante apresenta este fenômeno como uma singular ruptura histórica, que impõe a convergência universal para agendas liberalizantes; “além de associá-la ao neoliberalismo, a mídia ainda descreve

¹ Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp campus Marília – PIBIC/CNPq.

a globalização como: recente, natural, positiva e inevitável” (VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 34).

Esta interpretação baseia-se em uma falsa premissa, pois, a intensa globalização constitui-se em uma nova fase do capitalismo, o qual remonta no mínimo cinco séculos de história, diferentemente do neoliberalismo, atuante há aproximadamente três décadas.

A ascensão da agenda neoliberal ocorreu no início dos anos 80, com o começo da Era Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, e a partir de então, tais políticas são consideradas o arcabouço de medidas orientadas para a desestatização de empresas públicas e desregulamentação de atividades econômicas, é a revitalização da ideologia centrada na maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social.

A implementação da agenda liberalizante é considerada, de uma maneira ampla, uma das formas de se conduzir o processo de globalização. A implementação da agenda (neo)liberal não passa de mera opção política, passível de mudança, revisão e/ou superação; basta historicamente lembrarmos que a hegemonia liberal do século XIX foi sucedida pelas idéias Keynesianas polarizadas por arranjos não-liberais no século XX.

O período dos anos de 1980 – conhecidos como “a década perdida”²–, também foi marcado por fortes crises econômicas, principalmente nos países periféricos, localizados na América Latina. A fim de superarem tais crises e retomarem seus respectivos dinamismos econômicos, novas políticas comerciais e financeiras, de caráter neoliberal, foram estabelecidas. Como resume Moreira (1997 *apud* VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38), os esforços de alguns Estados, para a aplicação de tais políticas foram ousados e intensos:

[...] os pontos de mudanças foram: reorganização da divisão do trabalho, fator imprescindível para a compreensão do capitalismo em escala mundial, o que manifestaria, sobretudo, a crescente concorrência internacional, pois, para retomar o crescimento é preciso competir e vencer, assim a competitividade passa a ser o motor da globalização, assim como foi o “progresso” no início do século XX, e o “desenvolvimento” no pós-segunda [...] (MOREIRA, 1997 *apud* VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38).

² “Década perdida” é um termo de referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, neste período, verificou-se uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para a maioria dos países desta região, a década de 80 trouxe consigo: Crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e baixo crescimento do PIB. No Brasil, tal década é marcada pelo final do ciclo de expansão vivido nos anos 70. Em geral, esta possui por características grande desemprego, estagnação da economia e índices de inflação extremamente elevados.

Nessa direção, enquanto os países periféricos passavam por reciclagens econômicas, os do Centro tentavam manter sua hegemonia no núcleo da esfera produtiva, destaca-se a aparição do “Projeto Guerra nas Estrelas³”, ou Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) do período Reagan, com este, a corrida pela supremacia tecnológica ganharia novos significados na agenda mundial, dando à chamada Revolução Científica Tecnológica (RCT) o caráter de uma “guerra crucial”, e quem a vencesse, ganharia a luta pela liderança mundial. Desta forma, Vizontini (1998) assinala que:

Maior competitividade significa alcançar maior produtividade, o que por sua vez é obtido incrementando-se o emprego de tecnologia e reduzindo-se os custos de matéria-prima e mão de obra. Assim configura-se a chamada Revolução Científica Tecnológica, fenômeno que [será considerado] um instrumento primordial da globalização. (VIZENTINI, P. F.; CARRION, R. (ORGS.). 1998a, p. 38).

Os países Centrais⁴ impulsionariam tal revolução, principalmente nas seguintes áreas: Informática, comunicação e telecomunicação, biotecnologia, robótica, supercondutores, engenharia civil e etc. O desenvolvimento destes setores passou a ser alcançado por meio de pesquisas científicas planejadas, sendo automaticamente transferidas á economia, deixando de ser um resultado espontâneo da evolução produtiva. Através da informatização, automação e robotização, a RCT desencadeia uma mudança estrutural na produção: Encerra-se a Era Fordista⁵.

Deste modo, a partir do Pós-guerra Fria, o Sistema Internacional (SI) seria marcado pela construção de uma Nova Ordem política-econômica, cujas buscas por maior crescimento e desenvolvimento – em todas as suas esferas: Econômicas, políticas, sociais, culturais e geopolíticas – seriam concretizados a partir de massivos e prioritários investimentos no fator tecnologia.

Pode-se observar que o Brasil inseriu-se nestes três eventos – Globalização, Agendas (Neo)liberalizantes e RCT –, efetivamente, a partir dos anos de 1990, por meio de reformas nos sistemas monetário e produtivo, acarretando em mudanças bruscas nos índices sócio-econômicos nacionais. Um dos objetivos destas reformas era promover uma “nova” inserção do país na economia global, tanto por meio da

³ O projeto Guerra nas Estrelas, criado pelo governo do presidente Ronald Reagan em 1984, “ consumiu quase 100 bilhões de dólares”, e previa criar um escudo para identificar e destruir no ar mísseis nucleares que viessem a serem lançados pela União Soviética. Para mais informações, ver <http://veja.abril.com.br/250505/p_064.html>.

⁴ De acordo com nossas leituras, chamamos atenção para alguns países periféricos, como: Índia, China e Coréia do Sul, que por meio de políticas de incentivos, em diversos setores estratégicos de suas respectivas economias, assim como os países do Centro, estes também tiveram uma inserção expressiva no Sistema Internacional.

⁵ Como citado em diversas na literatura, o Fordismo é o nome dado ao modelo de produção automobilística em massa, instituído pelo norte-americano Henry Ford. Esse método consistia em aumentar a produção através do aumento de eficiência e baixar o preço do produto; resultando no aumento das vendas que, por sua vez, iria permitir manter baixo o preço do produto

abertura de nossos mercados, quanto pelo o que esta ação supostamente implicaria, pois, acreditava-se que esta abertura proporcionaria um grande estímulo à produção brasileira. Esta “estratégia” tornou-se política de governo de FHC, e como tal, era vista com grande otimismo para a objetivação do interesse nacional. Porém, esta política enfrentou uma série de obstáculos, e seu relativo fracasso expressou-se em índices pífios de crescimento econômico.

Deste modo, procuraremos discutir em que medida o Governo FHC, ao buscar uma nova inserção da Economia brasileira na Economia mundial, procurou implantar uma política de desenvolvimento tecnológico por meio da produção nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C.T&I). Discutiremos as políticas públicas para este setor e quais foram seus principais obstáculos, nos anos 90.

Neste sentido, José Luís Fiori (1999), assinala que:

Até o fim dos anos 70, três países da América Latina mantiveram o crescimento de sua renda *per capita*: Brasil, Colômbia e México. No entanto, a partir do início dos anos 80, o crescimento destes países despencou e eles perderam as promissoras posições que haviam conquistado em termos de participação na renda mundial. [O caso brasileiro é desastroso,] as taxas médias de crescimento anual de seu PIB *per capita* passaram de 6% na década de 1970 para 0,96% na década de 1980 e algo em torno de 0,60% entre 1990 e 1998. (FIORI, 1999, p. 13).

Juntamente com as análises de Fiori e Baer, ressalva-se que a partir do primeiro choque do petróleo, em novembro de 1973, o Brasil deu início a uma nova fase de seu desenvolvimento (BAER, 1995, p. 104) ao invés do país procurar ajustar sua economia às mudanças provocadas pelo aumento do preço do barril e do declínio nas relações de troca do país, o governo optou por realizar um programa de crescimento, que implicaram em importantes mudanças estruturais na economia, porém, os resultados dessas mudanças ocasionaram a volta desenfreada da inflação e uma extraordinária expansão da dívida externa.

Essa tentativa de desenvolver um programa de larga escala de atualização do modelo de substituição de importações (MSI), principalmente no setor da indústria pesada e de projetos de infra-estrutura, visavam, sobretudo, uma maior economia na importação de energia e diversificação das exportações, que tinha como lastro de sustentação os grandes empréstimos externos. Mais tarde, o segundo choque do petróleo em 1979, levar-nos-ia à estagnação econômica, e a partir da metade dos anos 80, á explosão inflacionária

Neste Contexto, cabe ressaltar a criação da Lei 7.232⁶, a chamada *Política Nacional de Informática* (PNI), lei aprovada em 1984, com prazo de vigência

⁶ Lei aprovada em 29 de outubro de 1984. Informações retiradas: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em dezembro de 2009.

previamente estabelecido em 8 anos. Esta, visava estimular o desenvolvimento da indústria nacional de informática, através do estabelecimento de uma reserva de mercado para as empresas que dotassem de capital nacional.

Em sua gênese, encontram-se os anseios “Brasil Potência”, vigentes no Regime Militar (1964 – 1985). Contudo, sua justificativa, foi a busca por uma maior eficácia de proteção da concorrência com as multinacionais do setor (IBM, Burroughs, HP, Olivetti e etc) instauradas no país. Contudo, considera-se esta, como um clara tentativa de redefinição dos rumos da política industrial para o setor tecnológico. No entanto, mais tarde o que se pôde observar de seus efeitos, foram resultados insuficientes e pouco convincentes.

Os resultados desta política de atualização e a repercussão das avassaladoras crises externa e interna da década de 80, provocou insatisfação de todos os segmentos da sociedade, acirrando as tensões sociais existentes no país, como expõe Filgueiras (2006), tal descontentamento se expressou entre outros eventos: “na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989” (FILGUEIRAS, 2006, p. 181)

A partir deste cenário, na esfera política-econômica, a nova fase democrática brasileira trouxe consigo grandes desafios, o emergencial, sem dúvidas, era a procura por uma estabilização econômica durável, porém, durante a administração do presidente José Sarney (1986 – 1990), não havia de fato um projeto estratégico de longo prazo, além disso, a falta de coesão sociopolítica dificultou a implementação e o desenvolvimento de reformas de curto prazo, predominaram os planos de estabilização econômica – Plano Cruzado (1986/87), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989) –, cujos resultados foram pífios. Sarney saiu do governo e o final dos anos 80 observam-se projetos distintos em disputa, em um contexto no qual o país beirava hiperinflação e o tom de desesperança era dominante.

De um lado, começou a ganhar força, refletindo a ascensão dos movimentos sociais nas cidades e no campo, um projeto reformista, cujas principais bandeiras eram a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a retomada do crescimento econômico, o aumento do emprego e expansão dos direitos sociais. A candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições de 1989 expressam esse projeto, que pode ser sintetizado pelo *slogan* da campanha: “Terra, Trabalho e Liberdade”.

De outro lado, Fernando Collor de Mello, com enorme apoio da imprensa, ganhou crescente espaço a partir de seu programa calcado na moralização da política e dos serviços públicos, e de alinhamento às propostas Liberais de abertura e desregulamentação das Economias nacionais, que ganhavam rápido terreno em

escala mundial, naquele momento. Os setores conservadores viram em Collor, a “tábua de salvação” para o avanço da esquerda, embora, nem todos estivessem convictos do caminho a trilhar. A resolução do impasse, como sabemos, foi a vitória de Collor nas eleições de 1989.

Em março de 1990, Fernando Collor de Melo assume a presidência, e diferentemente de Sarney, Collor apresentou um plano político-econômico bem definido, as metas eram reduzir os altos índices inflacionários e modernizar a economia através de medidas drásticas de liberalização.

Pode-se dizer que o início dos anos 90 seria marcado pela adoção de um novo conjunto de políticas macroeconômicas e implementação de reformas favoráveis ao mercado, demonstrando ser uma clara tentativa de retomar seu antigo dinamismo econômico. Como ressaltam Pinheiro, Giambiagi, e Moreira (1997):

Essas reformas compreenderam uma série de iniciativas que objetivavam aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado e da maximização da competitividade na economia. Dentre essas iniciativas, as mais importantes foram: A liberalização do comércio, a privatização e a desregulamentação. O impacto da liberalização do comércio foi imenso, tanto se consideramos a integração do país à economia mundial como o incentivo que isso representou para a modernização tecnológica e o incremento da produtividade. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 1997, p. 8).

Nesta direção, eles avaliam que a partir de 1990/91, o Brasil da década de 90 passaria por três reformas de cunho político-econômico:

Nesta primeira (1991/94), o Brasil abandonou o tradicional regime de substituição de importações, abrindo a economia e privatizando firmas industriais. A economia reagiu positivamente, mas a alta inflação barrou os ganhos de eficiência e o crescimento;

Na segunda fase (1995/98), é possível notar que o primeiro mandato de FHC avançou ao levar as privatizações para o setor de infra-estrutura e ao conter expressivamente a inflação, contudo, a lentidão em adotar o regime de flutuação da taxa de câmbio, e a falta de disciplina fiscal levaram ao aumento do déficit fiscal e em conta corrente, o que também comprometeu o crescimento do país;

Na terceira fase (1999/03), adotou-se um novo conjunto de políticas macroeconômicas, lastreadas em contenção fiscal, metas de inflação e flutuação da taxa de câmbio, mostrando sinais de uma potencial recuperação econômica. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 29).

Dadas estas análises, um momento importante para nós no Governo Collor, foi a retomada de métodos que visassem o incentivo ao plano de CT&I, já que, uma nova lei de informática foi aprovada pelo Congresso em 1991, e embora a definição

de novas regras para o setor tenha ocorrido com a aprovação da Lei 8.248/91⁷, sua vigência inicia-se apenas com a remoção dos mecanismos de regulamentação em 1993.

Esta legislação eliminou as restrições anteriores ao capital estrangeiro e definiu uma nova política de estímulo, centrada na obrigatoriedade de esforços mínimos em P&D. Com a implementação da esta nova Lei, as atividades relacionadas à informática passaram a contar com uma política de incentivos fiscais vinculados à realização de esforços de P&D no Brasil. De acordo com Garcia e Roselino (2005):

Esta legislação ocupou, [desde então, parte do chamado] “vazio institucional” deixado pelo desmonte do aparato da política de informática. A definição deste novo regime deu-se ainda com o lançamento de programas governamentais, com enfoques mais restritos no início dos anos 90, como parte integrante de um projeto maior denominado DESI (Desenvolvimento Estratégico em Informática). (GARCIA; ROSELINO, 2005, p. 5).

Tal projeto incorporava:

- **Rede Nacional de Pesquisa – RNP**, com a missão de desenvolver e implementar a infra-estrutura para a internet com fins acadêmicos;
- **Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação – ProTeM-CC**, articulando projetos de pesquisa consorciados entre a comunidade acadêmica e setor privado;
- **Programa Nacional de Software para Exportação – SOFTEX**, que tinha como objetivo ampliar a presença do software nacional no mercado internacional; e
- **Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, SINAPAD**, que visava criar centros de prestadores de serviços de supercomputação no País. (BRASIL, 1998).

Desta forma, o ambiente criado aos fabricantes brasileiros era de otimismo, pois tais leis aferiam, aparentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma tecnologia nacional e, com ajuda do Estado, nossas indústrias estariam plenamente aptas para competirem em termos igualitários com as concorrentes estrangeiras quando a reserva de mercado terminasse, como ocorrido no Japão e nos Estados Unidos. Porém, mesmo com um objetivo planejamento, contemplando grandes investimentos na busca por grandes resultados, esta política não obteve o resultado esperado. Quanto ao aspecto externo, ainda no Governo Collor, deu-se efetivamente início ao processo de liberalização, foi criado o PND (Plano Nacional de

⁷ Lei aprovada dia 23 de outubro de 1991.

Desestatização) que englobava empresas de grande porte. Porém, tanto as políticas industriais a favor de medidas à curto prazo, quanto o fracasso das tentativas de estabilização e as acusações de corrupção generalizada, paralisaram o Governo e aceleraram o processo de *impeachment*, Collor deixou o cargo em setembro de 1992.

Assume o Governo o presidente interino Itamar Franco (1992-1994), e apesar de sua hesitação, Itamar deu prosseguimento ao processo de privatização, além disso, as ineficientes medidas contra a inflação foram retomadas: congelamento de preços, novas indexações e quebra de contratos existentes. Em 1993, o programa de privatizações foi totalmente restabelecido e posteriormente ampliado, várias empresas de infra-estrutura foram incluídas⁸ (como energia e transportes), e em maio deste mesmo ano, FHC foi indicado como seu quarto ministro da fazenda. A inflação continuava imbatível, o novo ministro agiu rápido, e um mês após sua indicação foi apresentado o “Plano Real”, o qual teria três fases: O Programa de Ação Imediata, a criação da URV (Unidade Real de Valor) e a implementação da nova moeda, o Real. O P.A.I – Programa de Ação Imediata – foi um conjunto de medidas econômicas elaboradas em julho de 1993, as quais apontava as seguintes necessidades:

- **Corte de gastos públicos** – de aproximadamente 6 bilhões de dólares no orçamento de 1993, em todos os ministérios.
- **Recuperação da Receita** – através do combate a evasão fiscal, inclusive das grandes empresas.
- **Austeridade no relacionamento com Estados e Municípios** – através do corte de repasses inconstitucionais, forçando Estados e Municípios a equilibrarem seus gastos através de cortes.
- **Ajustes nos Bancos Estaduais** – em alguns casos, através da intervenção do Banco Central, buscando cortes de gastos e punindo irregularidades com a Lei do Colarinho Branco.
- **Redefinição das funções dos Bancos Federais** – buscando o enxugamento da estrutura, evitar a concorrência recíproca e predatória, e punir irregularidades através da Lei do Colarinho Branco.
- **Privatizações** – De empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, por entender que as empresas públicas estarem reféns de interesses corporativos, políticos e econômicos. (FILGUEIRAS, 2000, p. 117-184).

A segunda etapa do Plano, a criação da URV ocorreu em 27 de maio de 1994, inicialmente convertendo os salários e os benefícios previdenciários, promovendo a neutralidade distributiva, e no dia 30 de junho de 1994, foi editada

⁸ Podemos observar que dois fatores permitiram essa significativa expansão do volume e da abrangência das privatizações: O primeiro, a participação dos governos estaduais no esforço de privatização, o que possibilitou a venda de diversas companhias; o segundo, a decisão de alterar a Constituição em 1988, para acabar com o monopólio do governo sobre certas áreas e eliminar a discriminação contra as subsidiárias de companhias estrangeiras. Desta forma, criou-se a oportunidade de expandir o programa de privatização para setores como telecomunicações, eletricidade e mineração, que eram as principais áreas produtivas sob controle estatal no Brasil.

a Medida Provisória que implementou a nova moeda, o Real, fechando a terceira fase do plano.

Com o Plano Real em ação, houve uma impressionante queda da inflação, fato que, como previsto, elevou os níveis de eficiência da produção, estimulou a competitividade e atraiu o investimento estrangeiro. Contudo, também houve um nítido aumento dos déficits fiscais e na conta corrente, ocasionando o aumento da vulnerabilidade externa do país, a qual seria combatida com o aumento das taxas de juros, acarretando na elevação dos índices de desemprego. Mesmo com estes expressivos aumentos, como um todo, a economia dava sinais de recuperação, e os frutos desta estabilidade econômica foi fator principal para a eleição de FHC á presidência do Brasil em 1995.

A estratégia de FHC esperava um incremento da produtividade, decorrente do desenvolvimento tecnológico, por meio de maior competitividade e do aumento do investimento externo. A consequência seria o crescimento da economia e do emprego. Esperava-se também, que os aumentos da produtividade e competitividade, levariam em médio prazo, ao aumento das exportações e, por conseguinte, a redução da vulnerabilidade externa. Esses seriam os principais frutos da política de abertura. No entanto, não era certo que o Plano Real levar-nos-ia a estes resultados. Além disso, a lentidão em resolver os principais desequilíbrios macroeconômicos do país, era vista como os maiores obstáculos no caminho da recuperação econômica. As reformas fiscais do final de 1998 e início de 1999, ao lado da desvalorização de janeiro de 1999, foram as primeiras tentativas de superar esses obstáculos⁹. Portanto, o desenvolvimento tecnológico seria de acordo com a concepção do Plano, um dos pilares centrais dessa estratégia de desenvolvimento. Mas em que medida, a política econômica de FHC perseguiu esse objetivo? Ou seja, em que medida estabeleceu-se uma ampla política de desenvolvimento tecnológico capaz de contribuir para a modernização da economia e para simultaneamente e enfrentar o problema do baixo crescimento econômico e de vulnerabilidade externa?

Neste mesmo período, na esfera tecnológica, cabe ressaltar o fim da vigência da Lei 8.248/91, após um intenso debate no Parlamento e entre outros grupos políticos; foi aprovada uma nova legislação pertinente ao tema em 2001, a Lei 10.176/01¹⁰. Esta mantém o mesmo ideal da lei anterior, ou seja, baseia-se na concessão de estímulos fiscais mediante o atendimento de obrigações relativas à realização de investimentos internos em P&D.

⁹ Em 1999, início de seu segundo mandato (1999/2002), por uma série de razões, o processo de privatização começou a desacelerar, chegando a uma paralisação quase completa, aponta-se a principal razão para o declínio do apoio popular. Mas, também é importante ressaltar que houve uma menor pressão por privatizações no âmbito da política macroeconômica, e maior complexidade técnica e política que marcava a privatização das estatais remanescentes.

¹⁰ Aprovada em 27 de dezembro de 2000 e sancionada no dia 11 de janeiro de 2001.

A chamada “nova Lei de Informática” estendeu os benefícios até o ano de 2009, aprimorando alguns aspectos da legislação anterior, na medida em que instituiu a obrigatoriedade de credenciamento das instituições habilitadas a realizar convênios, bem como uma política de desenvolvimento regional, que estabelece critérios geográficos para a destinação de parcela dos recursos investidos.

É nesta direção, que para alguns autores, como Gonçalves, afirmam que o campo de C&T.I no Governo FHC não foi bem administrado, o próprio Gonçalves (2002) relata sobre os erros de estratégia e de política econômica da “era FHC”, os quais aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, portanto, colocaram o país em uma trajetória de instabilidade e crises, já que esta última foi determinada pela clara vulnerabilidade externa do país, que tem raízes na estratégia passiva¹¹ de inserção internacional e erros de política do governo, como o fato de ter deixado a abertura atuar livremente na economia, a fim de que esta provocasse altos índices na produção nacional, algo que não aconteceu.

2 RESULTADOS PARCIAIS

Diante do exposto, considerando que o projeto está em andamento, nossas pesquisas sugerem era preciso políticas públicas consistentes, as quais fortificassem as empresas nacionais antes da abertura econômica, pois, consideramos preliminarmente, que para a política de abertura alcançasse os resultados almejados, FHC deveria ter investido em políticas educacionais, tecnológicas e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) neste ramo. Pois, acreditamos que a ausência de uma ampla política de desenvolvimento Tecnológico foi, entre outras, uma das principais carências da política de reforma da década de 90, que procurava desfazer os nós formados pelos desequilíbrios macroeconômicos das décadas anteriores.

Ou seja, mesmo que as políticas de abertura visassem à retomada do crescimento econômico sustentado, esse objetivo frustrou-se, devido a erros estratégicos por parte do Governo, pois, acreditamos que, entre outros pontos, não havia políticas públicas concretas que fortalecessem as empresas nacionais frente à maior concorrência externa, o que contribuiu para a não criação de uma base consistente para o desenvolvimento tecnológico no país. A decisão de abrir nossos mercados, sem

¹¹ “A inserção passiva no sistema mundial de comércio significa, então, que a trajetória de crescimento econômico endógeno dos países em desenvolvimento torna-se dependente da evolução dos preços dos produtos primários e da evolução da demanda internacional. As perspectivas são pouco favoráveis para países dependentes da exportação de *commodities*, tendo em vista a concorrência no mercado internacional, a instabilidade dos preços das *commodities*, o baixo dinamismo da demanda por produtos primários e o progresso técnico que substituiu matérias-primas por produtos manufaturados.” (GONÇALVES, 2003, p. 99).

estas políticas de desenvolvimento, a fim de que tal abertura provocasse altos índices na produção nacional por si só, foi uma medida, claramente, insuficiente.

É importante ressaltarmos, para que tal medida alcançasse os resultados almejados, FHC deveria ter, entre outros aspectos, investido substantivamente em políticas educacionais, tecnológicas e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) neste ramo.

REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 1995.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. **Setor de Tecnologias da Informação Lei nº 8.248/91 - Resultados**. 1998. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ci000009.pdf> Acesso em: 17 dez. 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. p. 219
- CORSI, Francisco Luiz, Dossiê “Globalização”: A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia Capitalista, In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba n.19, p.11-29. Nov.2002. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/610107.html> Acesso em: 14 dez 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- _____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Eduardo M. BASUALDO; Enrique ARCEO (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. v. 1. p. 179-206.
- FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____ (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 11-46.
- _____. **Globalização, estados nacionais e políticas pública**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, 1993.
- GARCIA, Roselino.; ROSELINO, José. Eduardo. **Considerações sobre a Lei da Informática: uma avaliação de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial**. Campinas: Unicamp, 2005.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- _____. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- MORERIA, Maurício Mesquita.; CORREA, Paulo. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 61-91, abr./jun. 1997.

PINHEIRO, Amando Castelar.; GIAMBIAGI, Fábio.; MOREIRA, Maurício. Mesquia. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2001 (Textos para discussão, n. 91).

VIZENTINI, Paulo. Fagundes.; CARRION, Raul. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e privatização: quem decide este jogo?** Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1998.

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Horley Old Style MT
Catálogo	Maria Célia Pereira
Normalização	Lilian Demori Barbosa
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

CAMARGO, J.M.; CORSI, F.L.; VIEIRA, R.L. (ORG.)



ISBN 978-85-7983-188-1



9 788579 831881

CULTURA
ACADÊMICA
Editora